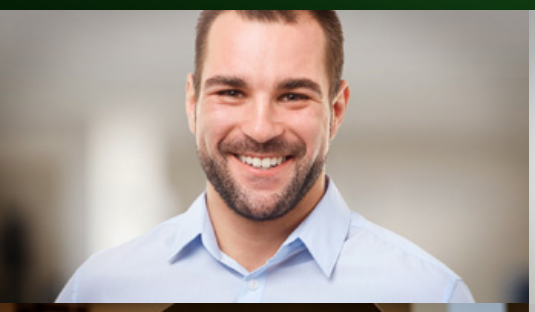
Caminhos do Rio Grande, Futuro da Nossa Gente.

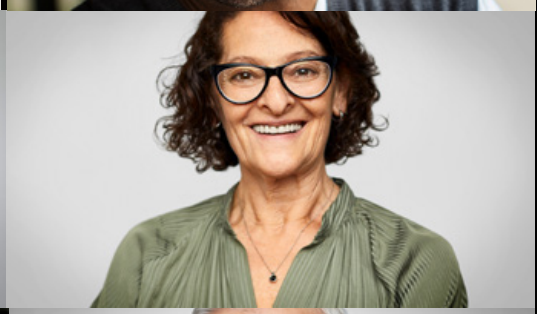
Plataforma para Plano de Governo RS/2022

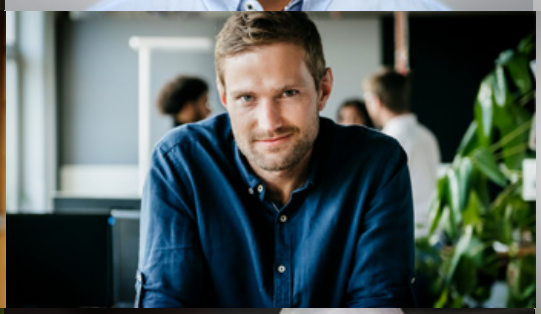
Caminhos do Rio Grande

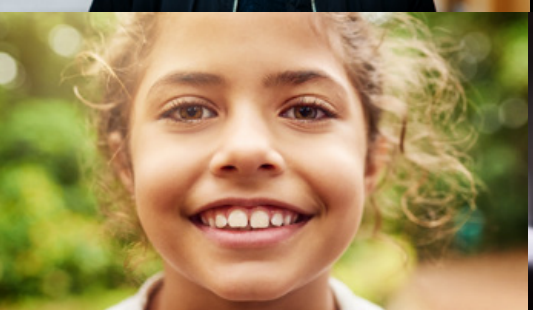
MDB 15 RIO GRANDE DO SUL

Fundação Ulysses Guimarães









Plataforma para Plano de Governo RS/22

EXECUTIVA ESTADUAL DO MDB-RS

Presidente: Alceu Moreira
1º Vice-presidente: Fábio Branco
2º Vice-presidente: Regina Perondi
3º Vice-presidente: Marco Alba
Secretário-geral: Gabriel Souza
Secretário-adjunto: Norton Soares
Tesoureiro: Luís Roberto Ponte
2º Tesoureiro: Guto Scherer
1º Vogal: Eliseu Padilha
2º Vogal: Vilmar Zanchin
3º Vogal: Giovani Feltes
1º Suplente: Tiago Simon
2º Suplente: Paula Librelotto
3º Suplente: Tânia da Silva
4º Suplente: Patrícia Bazotti

DIRETORIA DA FUG-RS

Diretor-Presidente: Guto Jardel Scherer
Diretora Vice-Presidente: Paula Rubin Facco Librelotto
Diretor Secretário: Deputado Roberto Fantinel
Diretor Tesoureiro: Joel Ernesto Lopes Maraschin
Diretora Vogal: Juliana Davila Martin
Diretor Vogal: Mateus Giovanoni Trojan
Diretor Vogal: Eduardo Battaglia Krause
Diretor Vogal: Ivan Carlos Maurina
Diretora Vogal: Tânia Terezinha da Silva
Diretor Suplente: Clóvis André Silva da Silva
Diretor Suplente: Deodoro de Oliveira Gomes
Diretor Suplente: Gustavo Segabinazzi Saldanha

MONITORES REGIONAIS

Armênio dos Santos
Fabrício Renner
Gabriel dos Passos
Guto Jardel Scherer
Igor Tambara
Ivan Maurina
Janir Branco
Joel Maraschin
Luis Loro
Rômulo Teixeira

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Armênio dos Santos
Carla Garcia
Edgar Marmentini
Fabrício Renner
Gabriel dos Passos
Guto Jardel Scherer
Ivan Maurina
Janir Branco
Luciano Silveira
Márcio Rodrigues
Rodrigo Mallmann
Rodrigo Sisnandes Pereira
Sérgio Severo dos Santos (Chiquinho)
Susana Kakuta (colaboração Economia Tecnológica)

NÚCLEOS

MDB Mulher RS: Patrícia Alba
Juventude do MDB-RS: Ivan Maurina
MDB Afro: Clóvis André da Silva
MDB Comunitário: Otalício Júnior da Rosa Nunes
MDB Diversidade: Aiesa Pedroso
Núcleo de Cultura e Economia Criativa: Deodoro Gomes
Associação de Vereadores MDB-RS: Igor Tambara
Associação de Prefeitos e Vices MDB-RS: Gustavo Peukert Stolte

COORDENADORES REGIONAIS

Alto Jacuí: Gustavo Peukert Stolte
Alto Uruguai: Neri Demarco
Campos de Cima da Serra: Ailton de Sá Rosa
Carbonífera: Joel Maraschin
Celeiro: Adelar Joaquim Chechi

Centro do Estado: Anderson de Lima Pulhese
Centro Serra: Carlos Roberto Ravanello
Costa Doce: Aroldo Oliveira Lopes
Encosta Superior Nordeste: Jonas Antônio Soares
Fronteira Oeste: Iolanda Rodrigues da Cunha
Fronteira Sudoeste: Fabricio Domingues de Moraes
Grande Canoas: Guilherme Augusto Ferreira Mota
Grande Passo Fundo: João Pedro Souza Nunes
Grande Santa Rosa: Vanice Helena Andrade de Matos
Grande Soledade: Edson Ferreira Portela
Litoral Norte: Luciano Silveira
Médio e Alto Uruguai: Cleiton Bonadiman
Metropolitano: Tiago Simon
Missões: Cleiton Rauber
Nordeste: Carlos José Picolotto
Planalto Médio: Rômulo Teixeira Carvalho
Quarta Colônia e Região: João Alberto Ghisleni (Beto)
Serra: Rafael Santos Oliveira
Vale do Caí: Cristian Muxfeldt
Vale do Gravataí: Mauricio de Medeiros Tonolher
Vale Do Jaguari: Ender Rodrigues Del Olmo
Vale do Paranhana: Edson Ubiratan Trindade (Bira)
Vale do Rio Pardo: Carlos Gustavo Schuch
Vale do Taquari: Celso Cervi
Vale dos Sinos: Ari Borges dos Santos
Vinhedos: Maristela Pessin
Zona da Produção: Paulo Maffessoni
Zona Sul: Sandro Figueiredo de Oliveira (Boka)

GRUPO EXECUTIVO DE FORMULAÇÃO DE CONTEÚDO E COMUNICAÇÃO

Coordenação Geral, Conceito e Formulação: Gustavo Grisa
Pesquisa e Desenvolvimento de Conteúdo: Renata de Carvalho Rodrigues
Edição e Gestão de Comunicação: Magali Barbiani, Giuliano Thaddeu, Roberto Witter e Rodrigo Mallmann
Projeto Editorial: Critério – Resultado em Opinião Pública
Concepção Gráfica: Ricardo Soletti e Marcelo Peresin – Estúdio Balboa

SUMÁRIO

1. Apresentação 06

2. Conceito e metodologia da construção da plataforma de plano de governo 11

3.1.Caminho da responsabilidade e inovação pública 19

3.2. Caminho da inclusão produtiva e empreendedorismo 35

3.3.Caminho da nova economia e sociedade 48

3.4. Caminho da integração regional 57

4. O legado dos governos do MDB no Rio Grande do Sul 60

5. Anexos 74

1. Apresentação

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22

CAMINHOS DO RIO GRANDE, FUTURO DA NOSSA GENTE.

Apresentamos uma plataforma para plano de governo visando o debate pré-eleitoral e eleitoral de 2022 no Rio Grande do Sul. Trazemos aqui a síntese de um processo que envolveu, entre agosto e novembro deste ano, mais de cinco mil emedebistas originários de todo o estado, que participaram em vários momentos e contribuíram de diversas formas – presencial, por meio das redes sociais, por escrito, respondendo a pesquisa, em reuniões de Comitês.

A plataforma não representa um plano de governo definitivo, pois este será registrado juntamente com a candidatura do MDB ao governo em 2022, atendendo às especificações do Tribunal Regional Eleitoral e as contribuições de partidos e forças políticas que venham a estar conosco.

O que estamos compartilhando com a sociedade gaúcha é uma plataforma de plano de governo aberta, sujeita constantemente a sugestões e complementações, mas que significa o amadurecimento de percepções, vozes e visões de Rio Grande do Sul dos militantes e lideranças que compõem o nosso MDB.

As propostas que trazemos para o estado, e que serão a base de nosso plano de governo para as eleições de 2022, partem de três convicções fundamentais: a primeira, de que uma retomada de um tempo de desenvolvimento e recuperação da economia, da oportunidade, da autoestima no Rio Grande do Sul, da superação desse estado quase permanente de crise, passa por um entendimento de que é preciso juntar tradição e história com inovação e modernidade, atualizando para a realidade de hoje os valores que nos forjaram.

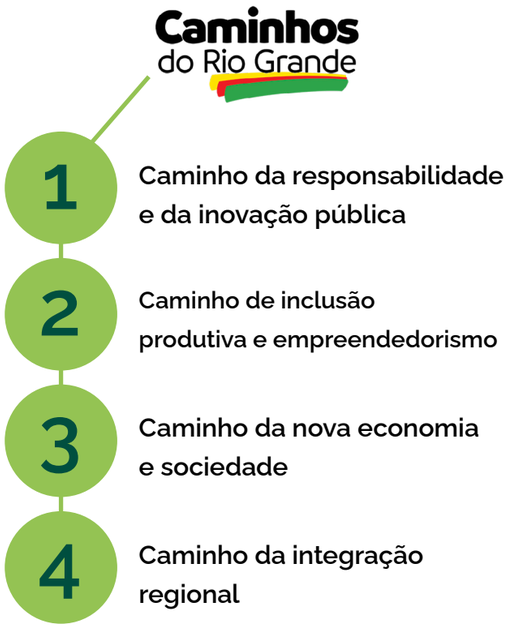
A segunda convicção, de que o MDB representa de forma muito enraizada, é a sua cultura de governar e servir ao Rio Grande. Entendemos que também estamos oferecendo o resultado de um legado de bem governar em que soubemos responder aos desafios com os governadores Pedro Simon, Antônio Britto, Germano Rigotto e José Ivo Sartori. Cada um em seu momento e sua conjuntura, foi austero em seu governo, trazendo resultados e diálogo como princípio de atuação, e contando sobretudo com a credibilidade da sociedade gaúcha. Dedicamos, portanto, um capítulo inteiro deste documento, o capítulo 4, aos Legados dos Governos do MDB no Rio Grande do Sul, que em muito alicerçam nosso pensar e agir, além de muitos dos programas e da construção desta plataforma que trazemos.

A terceira convicção, que é expressa na estrutura do que apresentamos à sociedade gaúcha, é de que o esforço de conduzir o Rio Grande novamente a um tempo de prosperidade com consistência, de gerar inclusão, emprego, oportunidade para centenas e milhares de gaúchos passa por um esforço conjunto em várias frentes. Esforço que exige desprendimento, objetividade, priorização. Nós sabemos o quanto o tempo é escasso, e os recursos financeiros são limitados. Portanto, não há mais espaço para projetos que existem no papel, na intenção; as ações precisam ser priorizadas, conversadas e executadas. Esse processo, que chamamos de governança resolutiva, já o estamos aplicando na formulação dessa plataforma para o Rio Grande: verificamos factibilidade, recursos, prioridade, senso de realidade, de não querer recriar as coisas do zero, reconhecer legados.

Adotamos caminhos, que são aqueles programas e linhas de ação que, em conjunto, num esforço que transcende partidos e governos, ao atuar em diversas frentes, podem trazer o resultado dinâmico que o povo do Rio Grande do Sul espera. E que no lar de cada família gaúcha representa um estado mais organizado, mais humano e com mais chances e oportunidade de se viver com dignidade e construir o futuro.

Acreditamos na plataforma de um plano de governo com um conceito, que foi validado e depurado pela sugestão de milhares de emedebistas e outros convidados. Um processo com total transparência, sendo que no capítulo 5 mostramos, na íntegra, alguns dos documentos elaborados por nossas coordenadorias e núcleos durante o processo, e que detalham e substanciam o que estamos propondo. Convidamos profissionais destacados de várias áreas para, junto conosco, discutir com objetividade prioridades para o Rio Grande. Buscamos "romper a bolha" de pensar apenas no ente estatal, dirigista, governamental, ou apenas em consultar e ouvir o que se discute dentro do nosso partido, ou dos partidos políticos como um todo. Ouvimos um pouco mais o que as pessoas estão pensando, discutindo, porque esse plano não será executado apenas por um governo, ou partido, ele diz respeito a se trabalhar juntos, com direção, mas não com rigidez, na construção do nosso próximo presente, que é mais próspero, inclusivo e organizado.

Este conceito parte de quatro caminhos, que devemos percorrer simultaneamente:



O primeiro caminho, da responsabilidade de entregar os serviços que todos esperam e manter o estado e o governo funcional, enquanto praticamos a necessária inovação pública para uma estrutura que precisa se reinventar;

O segundo caminho, que catalisa esforços para criar mais oportunidade de emprego, trabalho, para gaúchos em todas as faixas etárias, níveis de educação formal e em todo o território, tornando possível um grande processo de superação da pobreza e da estagnação a partir da inclusão produtiva e do empreendedorismo, com novas

formas de criar empregabilidade, formação profissional e ativar ciclos positivos;

O terceiro caminho, que busca inserir com maior escala e rapidez o Rio Grande em segmentos e atividades que estão mudando a economia mundial – são novas tendências na tecnologia, na indústria, na bioeconomia. Precisamos ser fortes nestes segmentos se quisermos voltar a crescer acima da média brasileira. Da mesma forma, tratamos de como reter e desenvolver recursos humanos com alto grau de capacitação na nossa terra.

E, finalmente, o **quarto caminho,** de fundamental importância e significação, de que é preciso integrar todas as perspectivas e todas as ações a 100% do território do Rio Grande do Sul - nesse sentido, existem prioridades regionais, projetos, obras, que não podem ficar esquecidos - principalmente aqueles mais importantes, mais impactantes - devemos concentrar os esforços para que estes se concretizem. É o **multiprotagonismo** regional, em que nenhuma região é mais importante do que outra, conseguirmos enxergar e ativar os potenciais de todas as regiões do Rio Grande.

O objetivo final é trazer à nossa gente perspectiva real de futuro. Sem mágicas, sem ficção, mas ao apontar e explicar caminhos e opções claras. Que se constroem com trabalho, com cooperação, com resiliência. Temos convicção de que, se somos defensores da livre iniciativa e de uma economia competitiva, acreditamos também na missão de governos e partidos em construir o progresso, uma vida melhor para cada geração que segue.

Nessa direção, de coração aberto e atentos a melhorarmos e completarmos nossa plataforma até as eleições de 2022, que apresentamos os **CAMINHOS DO RIO GRANDE, FUTURO DA NOSSA GENTE.**

Uma construção realizada a muitas mãos e com muito respeito e afeto pela nossa gente, do nosso Rio Grande.

ALCEU MOREIRA

PRESIDENTE DO MDB-RS

O conceito e metodologia da construção da plataforma de plano de governo

A plataforma para plano de governo é resultado de amplo processo de consulta e governança que se desenvolveu entre os meses de agosto e novembro de 2021, envolvendo lideranças partidárias, militância do MDB, especialistas e líderes de setores econômicos e da sociedade em 8 encontros regionais e dezenas de encontros dos comitês formados nas 33 coordenadorias regionais do partido e nos núcleos temáticos.

PROCESSO NAS CORDENADORIAS

Composição dos Comitês Regionais

O processo desenhou-se partindo do resgate do legado dos governos do MDB no estado (capítulo 4 deste documento), incorporando sugestões e conteúdo dos encontros regionais, realizados nas macrorregiões do estado, que contaram, no seu conjunto, mais de 4.000 participantes presenciais e outros 2.000 participantes em plataformas digitais. Em paralelo aos encontros macrorregionais, foram formados comitês nas coordenadorias regionais e núcleos do partido, para aprofundar o debate a partir de uma dinâmica sugerida de rodadas de discussão, sistematização e construção de mapa mental, representando uma dimensão mais completa de propostas.

Números do processo de consulta e governança:

Participantes nos 8 Encontros Macrorregionais – presencial	4.032
Participantes online nas plataformas e redes sociais nos encontros macrorregionais	3.574
Participantes com contribuições nos comitês formados nas Coordenadorias Regionais e Núcleos	990
Respostas à pesquisa online	272

O papel da pesquisa virtual

Durante a realização das reuniões macrorregionais e o aprofundamento das discussões e contribuições pelos comitês, ficou disponível no portal do Caminhos do Rio Grande uma pesquisa virtual, abordando três eixos principais: a gestão pública, a questão econômica e os aspectos sociais. O resultado da pesquisa, respondida por 272 emedebistas, permitiu que se pudesse analisar nuances na priorização de assuntos relacionados com os caminhos escolhidos para sintetizar a plataforma e o plano de governo.

Na formação da síntese do resultado da pesquisa, foi possível então trazer quais temas eram mais importantes dentre vários, quais eram aqueles capazes de catalisar, de ser o núcleo dos principais programas sugeridos e propostos.

A importância de "romper a bolha" e expandir ainda mais a articulação com a sociedade, as universidades e o setor privado

O diálogo e a construção de ideias com palestrantes e lideranças não vinculadas ao partido e que representam segmentos importantes, de avanço do Rio Grande do Sul em várias áreas, mas principalmente vinculados aos temas dos caminhos sugeridos, na gestão, na economia de serviços, indústria e agronegócio, demonstram o princípio de expansão da Governança Resolutiva, ao entender e praticar que apenas governos e partidos não têm o protagonismo necessário para, sozinhos, viabilizar esse processo de recuperação do Rio Grande no Sul nas próximas décadas, vinculando-se à nova realidade global. Nos comitês de discussão do plano de governo, a participação de empresários, professores, pesquisadores, líderes da sociedade civil sem filiação partidária ao MDB também foi encorajada, pois essa é a cultura de governo do partido, a ser reforçada como princípio de atuação de governo e já praticada no processo de formulação.

Quadro-resumo dos encontros macrorregionais:

Local do Encontro	Palestrantes e Temas
Erechim 23/09	Palestra 1: "Estado facilitador, gaúcho empreendedor" Professor Gustavo de Moraes, coordenador do Curso de Economia da PUC-RS Palestra 2: "Empreendedorismo de resultados" Erasmo Carlos Battistella, presidente na BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil
Pelotas 1/10	Palestra 1: "Infraestrutura para alavancar o desenvolvimento da região Sul" Antonio Carlos Bacchieri Duarte, empresário Palestra 2: "O papel do município no desenvolvimento regional" Fábio Branco, prefeito de Rio Grande
Novo Hamburgo 8/10	Palestra 1: "Tecnologia e inovação como fator de desenvolvimento do RS" Susana Kakuta, doutora em Economia e Sociologia Palestra 2: "Uma visão de agenda empreendedora" Walter Lídio Nunes, engenheiro mecânico

Estrela 15/10	Palestra 1: "Os cenários e desafios do setor agro+ambiental que nos acompanharão daqui para frente" Fernando Schwanke, diretor de projetos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Palestra 2: "A importância econômica e social da Cooperativa Dália Alimentos na região do Vale do Taquari e RS" Carlos Alberto de Figueiredo Freitas, presidente executivo da Dália Alimentos
Caxias do Sul 22/10	Palestra: "A retomada da competitividade do Estado" Daniel Randon, CEO das Empresas Randon e presidente do conselho do Transforma RS
Santa Maria 29/10	Palestra 1: "Como fazer do RS um estado mais competitivo" José Paulo Cairoli, ex-vice-governador do RS Palestra 2: "O case da Calçados Beira Rio e a preparação do MDB para atender as principais demandas do Estado" Roberto Argenta, presidente Calçados Beira Rio
Cruz Alta 5/11	Palestra "O conhecimento nasceu para ser compartilhado: Cruz Alta no protagonismo nacional da soja" Maurício De Bortoli, engenheiro agrônomo e gerente técnico do Grupo Sementes Aurora
Alvorada 11/11	Palestra "Cidades inteligentes e os desafios para o desenvolvimento metropolitano" Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre

A elaboração dos mapas mentais nas coordenadorias regionais e sua metodologia

Foram produzidos vídeos explicativos sobre o legado dos governos do MDB e sobre a metodologia para a construção do plano de governo, para que pudesse embasar os encontros dos comitês regionais e núcleos, aprofundando os temas. A criação dos papéis de monitoria, coordenação, sub coordenação e relatoria trouxe responsabilidades e possibilitou a formulação de propostas e priorizações regionais e específicas que colaboram com a síntese e sua visão geral, e que serão muito úteis na execução das políticas públicas e nas visões particulares de cada região.

PROCESSO NAS CORDENADORIAS
Composiçao dos Comitês Regionais

Responsável	Principal Atividade
Coordenador	Coordenar o processo em cada Coordenadoria, mobilizar e mediar os trabalhos. Pode ser exercida pelo próprio Coordenador da Região, ou por membro por este designado e referendado pela Coordenação Estadual.
Subcoordenador	Auxiliar o Coordenador do Comitê Regional na mobilização, facilitação dos encontros e processos
Relator	Registar as presenças, as contribuições por temas e identificar os responsáveis por cada contribuição; revisar o registro de contribuições com o monitor. O relator poderá gravar o áudio do encontro, para facilitar o seu trabalho, neste caso, avisando a todos os participantes que está sendo realizada a gravação.
Monitor	Acompanhar os Comitês regionais; garantir, em sua macrorregião, o bom andamento do processo, o engajamento e a qualidade da relatoria; acompanhar os principais encontros presenciais de sua macroregião.

Coordenação Estadual: coordenacao-caminhosdoriogrande@mdb-rs.org.br

O roteiro sugerido para a dinâmica das reuniões dos comitês, em três rodadas, permite percorrer um momento de diagnóstico e entendimento, uma sequência de foco nas questões e prioridades da região, seguida de uma visão geral do estado do RS.

Desta forma, se consegue uma visão múltipla, a partir de vários prismas e regiões, de uma plataforma consolidada.

Dinânima dos Encontros

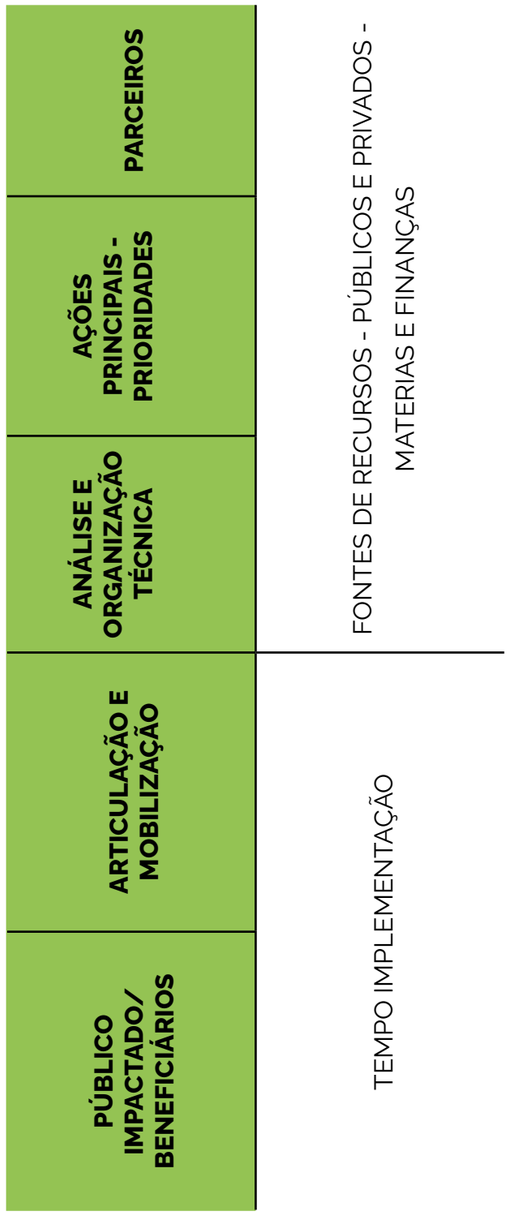
- Metodologia, vídeos e materiais
- Aplicação da pesquisa

1ª Rodada - plenária
Identificação e situação atual do RS, região , municípios

2ª Rodada - grupos
Identificação e situação atual do RS, região , Prioridades regionais - propostas

3ª Rodada - grupos
Prioridades do governo do Estado - por eixo
- Debate político - plenária

CONTRIBUIÇÕES POR GRUPOS/ MAPAS (EXEMPLO SIMPLIFICADO)



A sintetização das contribuições nas coordenadorias e núcleos contou com a sugestão de construção de um mapa mental, como resultado do trabalho, ou como auxílio na formulação. Este mapa foi utilizado com sucesso em muitos dos comitês. O principal objetivo, atingido em grande parte das contribuições, foi elaborar não apenas uma lista de pleitos ou de necessidades, mas sim já ali identificar prioridades com parceiros para execução, aspectos técnicos e fontes de recursos, assim como o tempo de implementação.

A identificação desses fatores é importante na formulação de uma estrutura de plano já sob o princípio da Governança Resolutiva: ao identificar elementos que permitam unir, em uma futura priorização e estruturação de ações de governo, as dimensões técnica, política e de viabilidade financeira.

O conceito do plano de governo consolidado em quatro caminhos principais: as escolhas estratégicas

A estruturação dos programas e as ações do plano estão resumidas em quatro caminhos para o Rio Grande do Sul trilhar:

1. Caminho da responsabilidade e da inovação pública,
2. Caminho da inclusão produtiva e empreendedorismo,
3. Caminho da nova economia e sociedade, e
4. Caminho da integração regional.

Estes caminhos não necessariamente apresentam uma divisão horizontal, ou temática tradicional, como em saúde, educação, economia, e sim são grandes áreas que, na proposta de plano de governo, têm uma linha mais finalística, e não apenas a função-meio tradicional. O objetivo é assegurar o foco em um governo de alta resolutividade e resultados, em que cada ação esteja fortemente ligada a um ou mais dos caminhos propostos - em muitos dos casos, aos quatro caminhos.

Os programas propostos são a base de uma plataforma de ação de governo com indução, estímulos e articulação com a sociedade e a iniciativa privada que têm como missão a reversão de tendência do estado em busca de maior espaço na economia do Brasil, mais empregos e oportunidades e a busca de uma posição de liderança entre os estados brasileiros e territórios competitivos para desenvolvimento econômico e humano na América Latina. Esta reversão se dá apenas a partir do consenso de que é preciso antecipar movimentos em direção ao futuro em razão de várias situações específicas do Rio Grande: a questão demográfica, uma vez que a pirâmide etária exigirá uma ênfase no primeiro emprego e de maior inserção da população de idade mais avançada na força de trabalho, ou seja, maior índice de empregabilidade nos extremos da pirâmide etária; a posição geográfica, que exige maior produtividade e um ambiente competitivo para ter inserção nacional e global, com foco na excelência do sistema de produção; e o desafio das contas públicas, que tornou-se estrutural, fazendo pouco praticável o aumento de despesas públicas diretas e exigindo um esforço de incorporar novas tendências de gestão pública e buscar soluções que envolvam cada vez mais a sociedade civil, modernizando o papel da gestão estadual.

Caminhos do Rio Grande	Principal componente estratégico
Caminho da responsabilidade e inovação pública	A responsabilidade de entregar serviços públicos de qualidade, melhorar estruturalmente saúde e educação, realizar reforma permanente do estado e viabilizar a evolução das instituições públicas.
Caminho da inclusão produtiva e empreendedorismo	Criar mais oportunidades para os gaúchos em todas as faixas etárias, promover a inclusão social através do trabalho e do empreendedorismo, reduzir a pobreza intergeracional com investimento em capital humano e social.
Caminho da nova economia e sociedade	Vincular o Rio Grande do Sul aos setores líderes da economia mundial, de forma a criar nova dinâmica – dar escala à economia da inovação, promover a industrialização avançada, a bioeconomia e os serviços encadeados, mantendo e desenvolvendo “cérebros” no estado.
Caminho da integração regional	Integrar efetivamente as regiões do Rio Grande do Sul nas ações e decisões de governo, com prioridades regionais pactuadas – gerar multiprotagonismo regional.

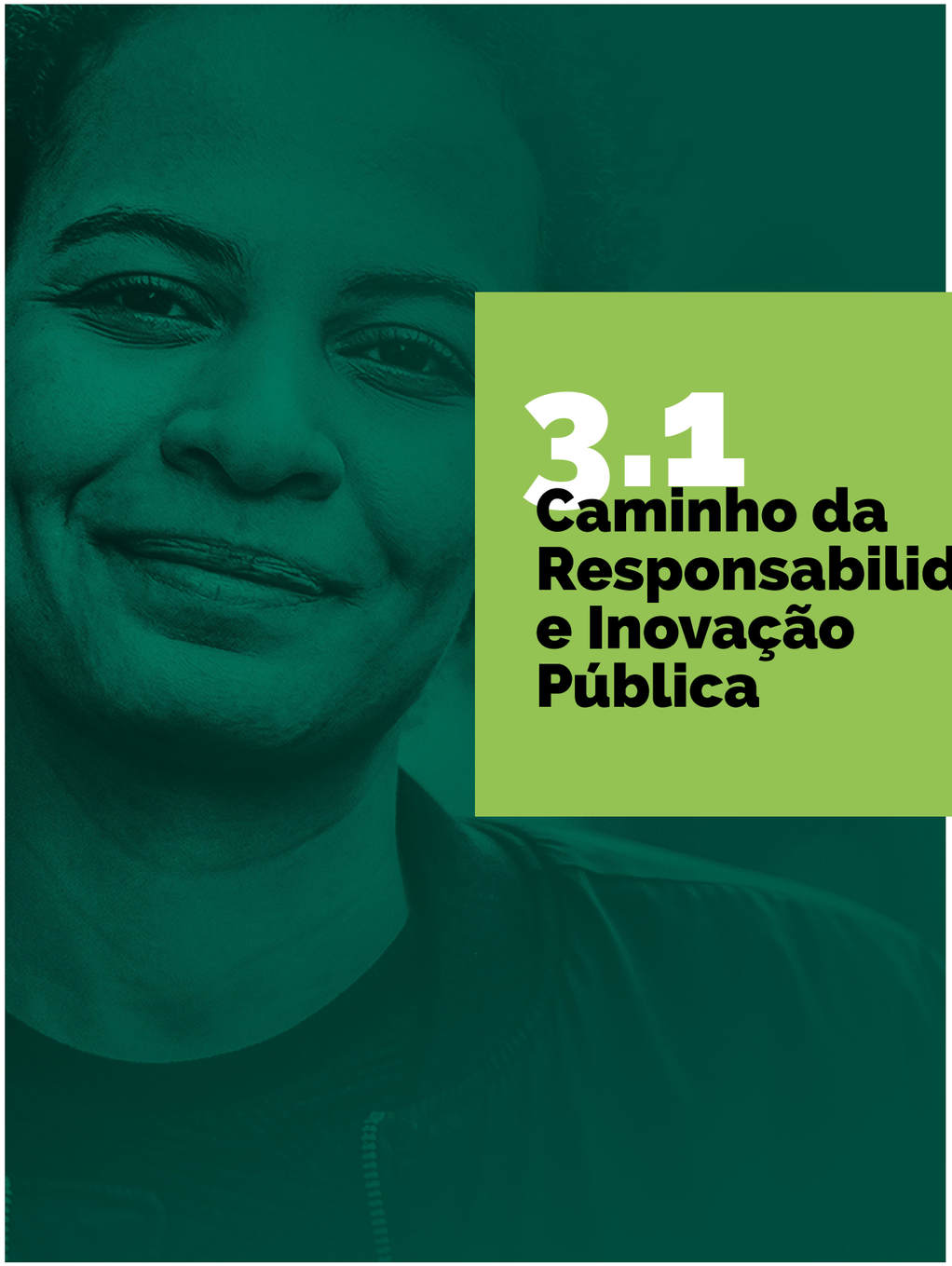
O processo de transformação e dinamização econômica em escala, aliado a uma política de viabilização de investimentos com maior agilidade e resolutividade, que gerem melhores condições competitivas e de produtividade, oportuniza ao Rio Grande do Sul enfrentar o desafio de regiões econômicas de renda média e média-alta, com típicas dificuldades em expandir sua economia e gerar novos empregos e oportunidades. No Brasil, o RS tem algumas situações únicas que precisam ser enfrentadas da mesma forma, ao direcionar os esforços de governo e sociedade para ações que tenham este efeito sistêmico.

A seguir, o detalhamento dos programas e eixos de ação vinculados aos quatro caminhos que sintetizam a plataforma de plano de governo para 2022, constantemente aberta a novas contribuições.

Os programas apresentados na plataforma são aqueles que embasam um plano de governo focado para ações que façam a diferença, que influenciem positivamente a realidade da vida da gente gaúcha. Por essa razão, são priorizados programas com impacto sobre os caminhos propostos, mantidas todas as funções básicas e contínuas do serviço público estadual.

O objetivo principal é ampliação da perspectiva de futuro da gente que vive no Rio Grande do Sul, com mais oportunidade, prosperidade e melhor qualidade de vida, criando condições para superar gradativamente o estado permanente de crise ao buscar outras perspectivas.

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22



3.1 Caminho da Responsabilidade e Inovação Pública

O primeiro dos caminhos identificados para o Rio Grande do Sul cumprir uma trajetória em relação a um futuro de mais oportunidades para a sua gente é aquele que diz respeito à essência da gestão pública, ao exercício responsável, inovador e resiliente da administração pública estadual.

A situação administrativa e financeira do Rio Grande do Sul apresenta desafios há décadas conhecidos, em que a entrega dos serviços públicos com qualidade e o cumprimento das funções básicas de Estado já demandam um esforço considerável por parte dos gestores e dos profissionais públicos. Nesse contexto, principalmente nos últimos 20 anos, mas já desde o final da década de 1980, a partir dos estudos prévios ao governo de Pedro Simon e no Relatório Sayad, de 1987-1988, instaurou-se um processo geral de "reforma do Estado gaúcho", com momentos de maior ou menor ênfase. No capítulo que trata do legado dos governos do MDB no RS, veremos que "governar o governo" sempre foi uma prioridade dos governos Simon, Britto, Rigotto e Sartori.

O caminho de responsabilidade precisa ser constantemente trilhado, com atualizações e uma capacidade de antecipação e prevenção a crises que permita que o governo do estado se mantenha funcional, em evolução na qualidade dos serviços e com capacidade de resposta aos desafios do seu tempo e do futuro.

Este caminho envolve os principais programas de gestão e estruturação, assim como os serviços e políticas públicas de saúde e educação. Também parte da operação de infraestrutura, e relacionadas às atividades reguladoras de governo.

São as atividades-meio e atividades típicas de governo, mas voltadas a dois principais objetivos: gerar a melhoria permanente do ambiente institucional e de governança para o estado, atualizar e modernizar a prestação das grandes linhas de serviço, reforçando gradativamente as funções finalísticas do estado, aquelas que impactam na qualidade de vida, na prosperidade e perspectivas da população.

Macrotema	Efeito Catalisador	Programas
Governança Resolutiva	Redução do tempo de implementação das ações de governo; alinhamento de prioridade, técnica e orçamento – processo contínuo de reforma estrutural do estado gaúcho.	1.1 Sistema de Governança Resolutiva 1.2 Ampliação nas parcerias e concessões para o Estado e municípios – compartilhamento de práticas e legislação 1.3 Evolução na digitalização de serviços e canais, englobando os grandes serviços que impactam diretamente a população 1.4 Reforma estrutural permanente do estado, com foco nos recursos humanos 1.5 Sistema consolidado de governança das finanças públicas estaduais 1.6 Incorporação de ESG em todas iniciativas executadas, catalisadas e com participação administração estadual

Desenvolvimento humano e qualidade de vida	Melhoria das instalações físicas das escolas; foco no desenvolvimento de professores e na qualidade geral de ensino; aumento na integração e regime de colaboração com municípios.	1.7 Formação de professores e gestores na educação 1.8 Aumento da cobertura do ensino integral no ensino fundamental e médio 1.9 Força-tarefa para mensurar e reverter efeitos da pandemia sobre a trajetória educacional 1.10 Ampliação e reforço de recursos ao Primeira Infância Melhor 1.11 Recuperação estrutural das escolas estaduais e aumento do regime de colaboração com municípios 1.12 Readequação pedagógica, dentro dos princípios do novo currículo escolar 1.13 Saúde preventiva reforçada como política pública e saúde da família com cobertura e qualidade 1.14 Iniciativas de saúde na terceira idade com maior abrangência estadual e

Desenvolvimento humano e qualidade de vida	Melhoria das instalações físicas das escolas; foco no desenvolvimento de professores e na qualidade geral de ensino; aumento na integração e regime de colaboração com municípios	maior foco na prevenção 1.15 Política abrangente para jovens, envolvendo toda a área social 1.16 Regionalizar e direcionar mais recursos a políticas e programas para saúde da mulher 1.17 Consorciamento e redes regionais de saúde plenamente implementadas 1.18 Sistema de contingência e emergências preparado e reforçado para possíveis novas pandemias e emergências de grande impacto 1.19 Política pública estadual de saúde animal plenamente implementada

Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental	Planejamento e gestão das cidades, estruturação e organização de questões jurídicas e de procedimentos, desenvolvimento sustentado e temas ambientais que dizem respeito às principais responsabilidades básicas da gestão estadual	1.20 Nova estrutura de gestão metropolitana e de aglomerações urbanas 1.21 Iluminação e desenvolvimento 1.22 Cidades inteligentes e sustentáveis 1.23 Plena execução da nova política estadual e marco do saneamento e recursos hídricos 1.24 Aumentar a integração das políticas e programas de proteção e conservação ambiental, proteção a biomas, populações tradicionais e gestão/monitoramento do processo de mudanças climáticas
Segurança pública	Modernização e melhoria da efetividade do sistema	1.25 Integração total de informações e operações 1.26 Renovação e ampliação do sistema prisional

Governança Resolutiva

A implementação da governança resolutiva parte da possibilidade de alocar no mesmo espaço de tempo três instâncias do processo de decisão na esfera pública:

1. A organização da demanda, a partir de critérios de encadeamento sistêmico (conexão com outros projetos e impacto estratégico) nas prioridades regionais e do Estado;
2. A análise técnica e de viabilidade financeira e orçamentária;
3. A deliberação política e executiva para tornar o projeto, obra ou iniciativa realidade.

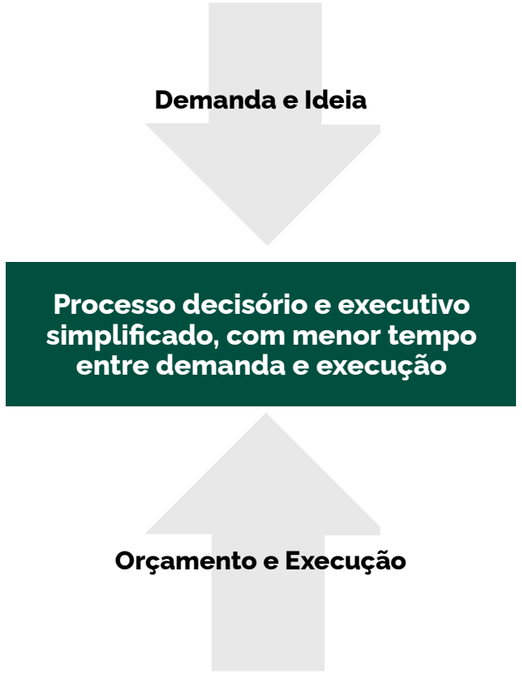
A principal variável a ser enfrentada a partir do processo de governança resolutiva abrangendo as várias áreas do governo do Estado é o custo social do tempo, ou seja, o tempo e energia que são dispendidos nas três fases anteriores, que geralmente se distendem no tempo e possuem um fluxo errático e que consome as funções-meio do Estado; o custo social se manifesta não apenas na baixa entrega e nos altos custos dessa iniciativa de governo, mas, principalmente, nos efeitos sociais que a falta de determinada obra, projeto ou iniciativa traz sobre a vida das pessoas.

A simplificação desse processo, desde a demanda ou ideia até a execução orçamentária, traz um impacto de grande alcance na capacidade de realização do governo do Estado, sem maior dispêndio de recursos. Ao mesmo tempo, eliminam-se demandas ou pré-projetos que não tenham viabilidade ou prioridade, concentrando-se os esforços da administração na articulação e execução dos projetos prioritários que realmente trazem impacto positivo.

A governança resolutiva é a melhor gestão do que é possível e realizável em governo, para que isto se torne realidade no espaço mais curto possível de tempo.

De uma maneira mais abrangente, a proposta é executá-la em um novo sistema organizacional e de priorização das ações do governo do estado, diferente dos modelos convencionais, pois trata-se de uma administração que necessita escolher os projetos prioritários que vai efetivamente executar mais do que qualquer outra administração estadual no Brasil. Por isso, a necessidade de mudar todo o fluxo deliberativo e decisório.

\+ Capacidade de priorização
\- tempo de execução e custo social do tempo
\+ resolutividade e objetividade
\+ respostas do Estado como executor ou indutor



Da mesma forma, organizacionalmente, a estrutura do estado também precisa evoluir para que os princípios de governança resolutiva sejam executados.

Reduzir as descontinuidades, valorizar os bons projetos, completar ciclos

Uma das prioridades em uma transição governamental é realizar de forma mais integrada e sistêmica a análise de projetos em execução ou preparação no governo do estado, diferentemente da análise tradicional, que é feita a partir de cada secretaria, ou assunto. Não é saudável à gestão pública e aos objetivos de redução de prazos de execução e maior efetividade alterações organizacionais, descontinuidades e alterações em processos, programas, organismos e colegiados que já têm um fundamento disruptivo e visão sistêmica.

Programa 1.1	Macrotema Governança Resolutiva
Sistema de Governança Resolutiva	

Implementação em toda as áreas do governo estadual de metodologia de governança que permita a priorização, redução de prazos e a análise em paralelo de aspectos de organização da demanda e da prioridade, técnicos + financeiros (incluindo disponibilidade de recursos imediatos e no curto prazo) e de operacionalização e instância decisória + escalabilidade, de forma constante, buscando a realização das iniciativas em prazo hábil, com execução de recursos e articulação na sua execução – executar o que é realmente prioridade, e em seu tempo.

Programa 1.2	Macrotema Governança Resolutiva
Ampliação nas parcerias e concessões para o Estado e municípios – compartilhamento de práticas e legislação	

Ampliar o programa estadual de parcerias, viabilizando parcerias público-privadas, concessões e permissões no âmbito estadual, mas também apoiando

a capacidade dos municípios em realizar parcerias, concessões e permissões a partir de editais, modelos jurídicos e convênios.

Incorporar ao sistema financeiro estadual a possibilidade de evolução no financiamento privado de ações de impacto e interesse público, acompanhando o progresso da legislação federal sobre fundos.

Programa 1.3	Macrotema Governança Resolutiva
Evolução na digitalização de serviços e canais, englobando os grandes serviços que impactam diretamente a população	

Ampliar os serviços e canais digitalizados para a interação direta com o cidadão nas funções-fim da administração estadual, incluindo área social, educação, saúde, com foco em acessibilidade e universalização – reduzindo custos, simplificando processos, medindo a satisfação do cliente. Aumento da escala da digitalização de serviços e melhoria geral dos canais de atendimento e interação do estado com o cidadão gaúcho.

Programa 1.4	Macrotema Governança Resolutiva
Macrotema Governança Resolutiva	

Transformar o processo de reforma estrutural do estado em um processo contínuo, com evoluções legislativas, institucionais e de estrutura que permita uma evolução no modelo de gestão, desenvolvimento de recursos humanos e líderes na administração estadual, redução de distorções e assincronias, reduzindo a despesa fixa e com funções-meio e aumentando os recursos nas funções-fim. Reconfiguração de estruturas, modelos hierárquicos mais diretos, formação de frentes de trabalho e células finalísticas.

Programa 1.5	Macrotema Governança Resolutiva
Sistema consolidado de governança das finanças públicas estaduais	

Ampliar a capacidade de articulação e pactuação da política pública permanente de ajuste das finanças públicas e controle do teto de gastos a partir de um sistema consolidado de governança, aumentando ainda mais a transparência, a interrelação entre poderes, a disseminação de informações, possibilitando a melhoria de índices e rankings do estado por padrões internacionais – aprofundar as medidas de gestão e blindagem de boas práticas em torno da Lei Estadual de Responsabilidade Fiscal.

Programa 1.6	Macrotema Governança Resolutiva
Incorporação de ESG em todas iniciativas executadas, catalisadas e com participação administração estadual	

A sigla internacional ESG (Environmental, Social and Governance) traz consigo um conjunto de boas práticas de gestão com impacto social, ambiental e de criação de ambiente positivo ampliando a visão de sustentabilidade. O programa proposto incorporará ESG no estado como ação de efeito finalístico no desenvolvimento humano do Rio Grande do Sul, de forma com que o estado se torne referência na América Latina nestas práticas como ênfase política de governo.

Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida

Os programas que seguem neste macrotema trazem, principalmente, impacto estrutural sobre os serviços de saúde, educação e a área social.

Os programas enfatizados nesse macrotema dizem respeito à ênfase ou maior energia que deve ser direcionada a iniciativas que já acontecem no Rio Grande, mas que precisam ganhar mais escala, ou a questões em que seria importante reforçar a incorporação de novas tendências. São programas voltados à responsabilidade do estado do Rio Grande em, diariamente, entregar serviços, informação e proporcionar acesso e direitos à população.

Parte das ações vinculadas a educação e cultura estarão também contempladas nos demais caminhos, especialmente aquelas vinculadas a empreendedorismo e nova economia/nova sociedade.

Programa 1.7	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida - Educação
Formação de professores e gestores na educação	

Reforço na formação de professores, principalmente no modo presencial, incluindo apoio psicossocial e adaptação a mudanças sociais e comportamentais. Ampliação das áreas relativas à qualificação, incluindo as carreiras de gestão.

Programa 1.8	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida - Educação
Aumento da cobertura do ensino integral no ensino fundamental e médio	

Viabilizar o processo de aumento da cobertura de ensino integral no ensino médio tendo em vista a realidade das regiões do estado – valorizar o ensino integral médio profissionalizante.

Como meta, o RS tornar-se um dos Estados líderes no Brasil em proporção de escolas com ensino integral.

Programa 1.9	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida - Educação
Força-tarefa para mensurar e reverter efeitos da pandemia sobre a trajetória educacional	

As perdas na qualidade de ensino e nos seus resultados com a descontinuidade em razão da pandemia precisam ser mensuradas com profundidade, enfrentadas as defasagens com precisão geográfica e etária de forma a não causar uma reversão na tendência positiva de melhora gradativa dos indicadores do RS, especialmente em proficiência.

Programa 1.10	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Educação, Desenvolvimento Social, Saúde
Ampliação e reforço de recursos ao Primeira Infância Melhor	

Ampliação geográfica, de alcance e tecnologia do Primeira Infância Melhor, com maior investimento para manter-se como o melhor programa do gênero na América Latina. Realizar acompanhamento das famílias e crianças no longo prazo – estimular spinoffs a partir de inovação social e engajamento da sociedade civil – aumentando os recursos direcionados ao programa.

Programa 1.11	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Educação
Recuperação estrutural das escolas estaduais e aumento do regime de colaboração com municípios	

Programa para recuperar mais escolas do estado em termos de estrutura física e equipamentos, com metas gerais e por região em cada ano, assim como ampliar o regime de colaboração em municípios para melhor otimizar a rede e permitir a oferta de serviços e políticas mais completas aos alunos e famílias e adequadas à sua realidade, como é o caso das escolas que se encontram em zonas rurais.

Programa 1.12	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Educação
Readequação pedagógica, dentro dos princípios do novo currículo escolar	

O novo currículo escolar e reforma do ensino médio proporcionam a readequação

pedagógica e a mudança gradual, com novas mídias e tecnologias, juntamente com o envolvimento dos professores e profissionais ao processo.

Programa 1.13	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde
Saúde preventiva reforçada como política pública e saúde da família com cobertura e qualidade	

Prevenção com programas de informação e alimentação saudável, inclusive em escolas e programas de alimentação popular, é fundamental para reduzir a incidência de doenças cardiovasculares, entre outras, assim como, em parceria com os municípios e parcerias público-privadas, disponibilizar mais espaços e atividades para exercícios e hábitos de vida mais saudável. O Programa de Saúde da Família no estado deve continuar a ser prioridade, para que o RS obtenha os melhores indicadores nacionais neste programa, e os seus resultados, alinhados a outras políticas e programas.

Programa 1.14	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde
Iniciativas de saúde na terceira idade com maior abrangência estadual e maior foco na prevenção	

A Política Estadual de Saúde do Idoso deverá receber expansões, com mais realizações no âmbito regional, maior alocação de recursos e colaboração no nível municipal, acompanhando a tendência demográfica do estado e a necessidade de adicionar mais qualidade de vida e saúde aos idosos gaúchos.

Programa 1.15	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte
Política abrangente para jovens, envolvendo toda a área social	

Buscar maior extensão para política de prevenção psicossocial com jovens, especialmente aqueles em maior risco social; desenvolver programa de extensão para alunos da rede estadual de ensino com acompanhamento e cadastro; desenvolver programa e projeto para execução em parceria com municípios.

Programa 1.16	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde
Regionalizar e direcionar mais recursos a políticas e programas para saúde da mulher	

Viabilizar a ampliação de cobertura dos programas para saúde da mulher, em toda sua extensão, com maior alcance em todas as regiões; aprimorar modelo de cooperação com municípios e criar desafios para universidades do estado apresentar soluções. Desenvolver com maior capilaridade, em todo o estado, temáticas preventivas e sobre planejamento familiar.

Programa 1.17	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde
Consorciamento e redes regionais de saúde plenamente implementadas	

Institucionalizar e instrumentalizar melhor os consórcios intermunicipais, complementares, na área da saúde, buscando a regionalização das redes, de acordo com a complexidade e as características dos hospitais e equipamentos, melhorando a alocação de uso e de pacientes, especialmente na internação - melhorar a gestão e governança do sistema e investir na regionalização do SAMU; aumentar o acesso a especialidades e oncologia em regiões mais remotas do estado.

Programa 1.18	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde, Defesa Civil, Desenvolvimento Social
Sistema de contingência e emergências preparado e reforçado para possíveis novas pandemias e emergências de grande impacto	

Estruturar um sistema de contingência e emergências com rotinas e responsabilidades identificadas; organizar informações, preparar cenários de contingência e estruturação sistematizada.

Programa 1.19	Macrotema Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida – Saúde
Política pública estadual de saúde animal plenamente implementada	

Desenvolver plenamente a política estadual de saúde animal, com investimento em campanhas, informação, incentivo à doação, coibição e denúncia de maus tratos, buscando a abrangência estadual e o aprimoramento, e também capacitando os municípios.

Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental

Este macrotema traz a necessária ênfase nas questões urbanas, por vezes colocadas em segundo plano nas atuações de governos estaduais no Rio Grande. Além de questões importantes no planejamento e gestão das cidades, onde o elemento coordenador e facilitador do estado é significativo, especialmente na estruturação e organização de questões jurídicas e de procedimentos que são complexos para os municípios de pequeno e médio porte, mas de grande impacto no desenvolvimento sustentado do Rio Grande do Sul.

Os temas ambientais que compõem este macrotema dizem respeito às principais responsabilidades básicas da gestão estadual no assunto. Temas vinculados ao licenciamento, à economia circular, a novas formas de energia e economia verde e sustentável, entre outros, serão tratados nos Caminhos 2 e 3, respectivamente.

Programa 1.20	Macrotema Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental
Nova estrutura de gestão metropolitana e de aglomerações urbanas	

A complexidade das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha, assim como das aglomerações urbanas do Litoral Norte e Sul e a possibilidade de estratégias para novas aglomerações, demanda uma estrutura de assuntos metropolitanos e urbanos mais robusta por parte do estado, permitindo um novo padrão de regulação e políticas para a sustentabilidade e qualidade do ambiente urbano, especialmente o metropolitano.

Programa 1.21	Macrotema Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental
Iluminação e desenvolvimento	

A disponibilidade de iluminação com qualidade em centros urbanos de todos os portes, assim como em ruas e áreas centrais de bairros, linhas, vilas populares, estações ferroviárias e paradas de ônibus representam maior segurança, desenvolvimento e oportunidades para as pessoas. O projeto demanda desenvolvimento com os municípios, buscando utilizar energia limpa e parcerias público-privadas.

Programa 1.22	Macrotema Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental
Cidades inteligentes e sustentáveis	

O programa de cidades inteligentes e sustentáveis deve ganhar uma escala mais acelerada, acompanhando as cidades que

são polo de setores de alta tecnologia e de impacto para a nova economia e serviços do Rio Grande do Sul. Este programa deve acompanhar todos os modelos de parcerias, concessões e modelagens necessários para que as soluções sejam implantadas – preparação de modelos de adesões e convênios.

Programa 1.23	Macrotema Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental
Plena execução da nova política estadual e marco do saneamento e recursos hídricos	

O novo sistema e marco do saneamento, aprovado em 2021, deverá ser prioridade do governo em termos de organização, regulação e monitoramento, apoiando os municípios e regiões para que sua execução atenda aos princípios da legislação, garantindo a qualidade, o abastecimento e a sustentabilidade dos recursos hídricos urbanos no estado. Enfatizar a situação de resíduos, drenagem e despoluição.

Programa 1.24	Macrotema Gestão e infraestrutura metropolitana, urbana e ambiental
Aumentar a integração das políticas e programas de proteção e conservação ambiental, proteção a biomas, populações tradicionais e gestão/monitoramento do processo de mudanças climáticas	

Expandir as condições de gestão, integração de políticas e programas para criar maior coesão em todo o estado das políticas de preservação e conservação, incluindo a proteção a florestas, biomas típicos e população tradicional, mantendo e expandindo indicadores macro do Rio Grande do Sul.

Segurança Pública

O tema da segurança pública é complexo e envolve soluções com várias abordagens. As duas principais linhas programáticas abordadas dizem respeito a duas tendências fortemente incorporadas à modernização da segurança pública no Brasil e no mundo e à melhoria da efetividade do sistema. Diversas ações nas áreas social e econômica constantes desta plataforma têm, como efeito sistêmico, impactos positivos na segurança pública.

Programa 1.25	Macrotema Segurança Pública
Integração total de informações e operações	

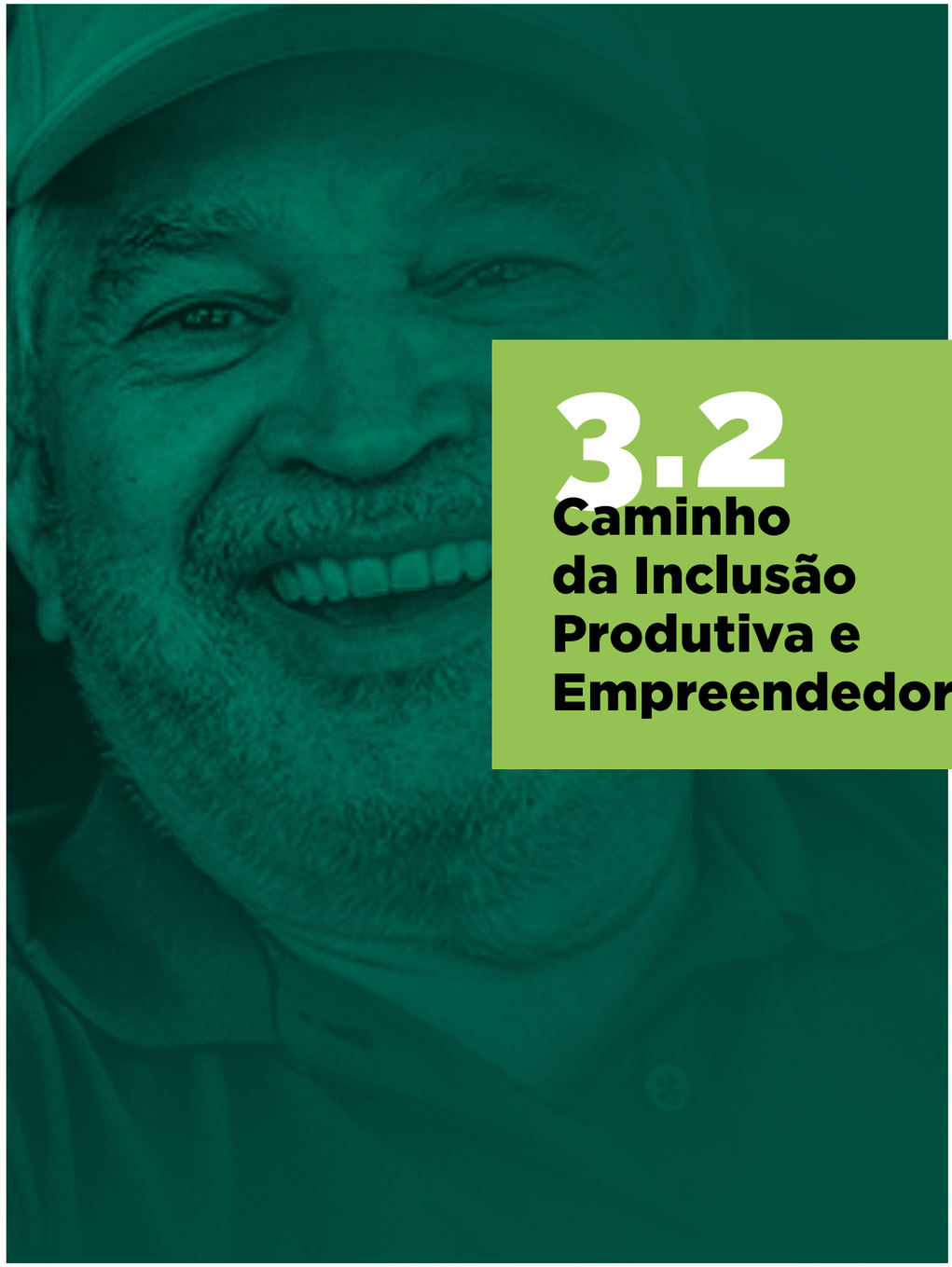
A homogeneidade da qualidade de informações, cercamento eletrônico, ligações eletrônicas, sistema de inteligência integrado entre as forças de segurança é fundamental com o aumento da interiorização do crime e a situação peculiar de amplas faixas de fronteira no estado.

Também a identificação de financiamento e parcerias para projeto de maior envergadura buscando a integração de informações, capacitação de recursos humanos e equipamentos, bem como contemplar a gradual reposição de efetivo, conforme o perfil de risco das regiões do RS.

Programa 1.26	Macrotema Segurança Pública
Renovação e ampliação do sistema prisional	

A modernização das atividades, políticas e ampliação do sistema prisional do estado, com mais penitenciárias de perfil moderno, eventual desativação de estabelecimentos obsoletos ou com baixo grau de ressocialização. Da mesma forma, ênfase na descentralização do sistema, as atividades de inteligência, equipamentos e segurança do entorno das unidades, além da ampliação do número de vagas, com novas unidades.

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22



3.2 Caminho da Inclusão Produtiva e Empreendedorismo

O segundo caminho para o futuro do Rio Grande é aquele que oportuniza, a partir de políticas públicas, programas e estratégias combinadas, alocação de recursos já existentes e outros captados para a inserção social e o acesso ao trabalho baseado na inclusão no processo produtivo e no estímulo ao empreendedorismo.

O que aqui se propõe é um grande esforço coletivo para reverter dois grandes desafios para o Rio Grande, que dentro de uma composição teórica tradicional de políticas públicas e de economia teriam uma rigidez substancial: o RS está mudando a sua pirâmide etária cerca de 8 a 9 anos à frente da média brasileira, com um estreitamento da proporção da força de trabalho e pré-força de trabalho (15-64 anos) sobre o total da população, de um nível acima de 66% para abaixo de 60% em 2050; ao mesmo tempo, a baixa dinâmica econômica do RS em comparação à média brasileira nas últimas décadas, diante da persistência do "estado de crise" e do custo em administrar a crise das finanças públicas em que acontecem retrocessos e choques externos, faz com que o estado também tenha que conviver com duas outras constatações: a extrema dificuldade para a inserção no mercado de trabalho no primeiro emprego e a média salarial que tem se mantido em um nível relativamente baixo – o RS ainda vive muito da poupança de sua produtividade relativa no passado.

Da mesma forma, uma maior parcela da população com faixas etárias entre 50 e 70 anos de idade se manterá em atividade, nas próximas décadas, boa parte destes por necessidade para manter um padrão mínimo de qualidade de vida.

Portanto, não é um desafio que possa ser relegado à natureza da dinâmica econômica: assim como a dinâmica econômica do Rio Grande do Sul não retorna à média ou acima da média da economia brasileira sem todo um conjunto de fatores, também é preciso tratar especificamente da questão da inserção de mais gaúchos em atividades produtivas com urgência. A inclusão produtiva é um tema muito presente no desafio de governos e sociedade nos últimos anos em todo o mundo, e no Rio Grande do Sul esse desafio adquire alguns contornos bem específicos.

Este segundo caminho trata de macrotemas e programas que tratam da ativação econômica em um sentido mais amplo, mas principalmente de um grande esforço conjunto do estado e da sociedade gaúcha para gerar mais oportunidades e empregos. O foco principal é gerar movimento econômico e inserir centenas de milhares de gaúchos que até então estão fora do processo produtivo, no ambiente urbano e rural.

Macrotema	Efeito Catalisador	Programas
Educação profissionalizante e ensino dual	Criar oferta de ensino profissionalizante mais próximo da realidade do mercado e da produção, em vários níveis educacionais e regiões do estado, com amplo acesso; disseminar cultura empreendedora.	2.1 Integração do "sistema S"e universidades para multiplicar as vagas em ensino profissionalizante 2.2 Pedagogia adequada em escolas localizadas em regiões rurais 2.3 Empreendedorismo nas escolas como programa de abrangência estadual 2.4 Intensificação da qualificação para serviços 2.5 Escola específica de empreendedorismo no ensino médio, conforme modelos internacionais
Agronegócio dinâmico e inclusivo	Políticas públicas para o agronegócio, no sentido de dinamizar as economias das cidades agrícolas, fortalecer a agroindústria e gerar mais emprego e trabalho.	2.6 Apoio à sucessão familiar na pequena e média propriedade 2.7 Agroindustrialização intensiva 2.8 Energia elétrica trifásica e internet no campo 2.9 Agricultura de precisão/escolas técnicas agroindustriais, com apoio do sistema S e iniciativa privada

		2.10 Produtos de origem regional certificados - marca RS 2.11 Novas modalidades de crédito, em parceria com sistema cooperativo
Economia criativa	Desenvolver a economia criativa, baseada na amplitude de produtos culturais, gerando prosperidade e projeção cultural	2.12 Qualificação técnica para viabilizar estrutura "start up" e de aceleração para empresas de economia criativa, vinculadas a todas as artes 2.13 Foco na produção audiovisual e no RS como cenário de produções (Film Commission ampliada)
Inserção econômica urbana e trabalho inclusivo	Políticas, estratégias e alocação de recursos para gerar trabalho, emprega e ativar a economia local em todo o estado, gerando novas oportunidades	2.14 Economia circular e energia limpa 2.15 Desburocratização do licenciamento ambiental 2.16 Regularização fundiária 2.17 Foco na criação de vagas no primeiro emprego, no setor produtivo 2.18 Infraestrutura digital urbana básica 2.19 Campanha contra o etarismo - a favor do trabalho e emprego acima dos 50 anos

		2.20 Empreendedorismo feminino como protagonista 2.21 Crédito inclusivo
Turismo	Programas prioritários para desenvolver a estruturação e promoção do turismo do RS, crescendo como destino de destaque no Brasil.	2.22 Distritos Turísticos 2.23 Rotas turísticas 2.24 Promoção nacional e internacional 2.25 Infraestrutura em cidades turísticas
Reindustrialização estratégica e zonas de transição econômica	Criar condições para uma nova fase de investimentos industriais, com alta tecnologia e encadeamento produtivo	2.26 Distritos industriais regionais e berçários industriais

Educação profissionalizante e ensino dual

O ensino dual é o ensino em que, ao mesmo tempo em que se ensina a teoria, aplica-se a prática. A educação profissionalizante é o caminho para a inserção mais rápida no mercado, especialmente dos alunos de ensino médio. O foco é viabilizar o primeiro emprego, a formação empreendedora, os futuros empresários rurais e do agro, a oferta de cursos e formação profissionalizante urbana para todas as idades, e uma escola de empreendedorismo experimental, de acesso público, conforme modelos internacionais, para o ensino médio.

Ou seja, soluções escaláveis, adotadas a partir de parcerias e editais, abertas à inovação (conforme modelo de contratação que consta do caminho 3 e através de novas formas de parcerias), e com flexibilidade, que podem, e devem estar disponíveis nas diversas regiões do Rio Grande, conforme se encontrem adesões e parceiros dispostos a implementá-las.

Programa 2.1	Macrotema Educação profissionalizante e ensino dual
Integração do "sistema S"e universidades para multiplicar as vagas em ensino profissionalizante	

Programa com utilização de tecnologia e estrutura flexível para aumentar as vagas disponíveis nas principais regiões do Estado, atendendo ao mapa de demanda e a atividades de especialização e diferencial competitivo do Rio Grande do Sul; objetivo de duplicar as vagas hoje oferecidas pelo sistema "S", com cursos de vários formatos.

Programa 2.2	Macrotema Educação profissionalizante e ensino dual
Pedagogia adequada em escolas localizadas em regiões rurais	

As escolas de ensino fundamental e médio localizadas em regiões com vocação agrícola e rural devem trazer mais elementos ligados à biologia e ao meio agrícola em sua pedagogia, de forma a estimular o empreendedorismo agrícola e agroindustrial.

Programa 2.3	Macrotema Educação profissionalizante e ensino dual
Empreendedorismo nas escolas como programa de abrangência estadual	

Aplicar em escala programa de empreendedorismo na rede estadual, como outros estados brasileiros já fazem, levando, nas diferentes faixas etárias, a cultura de empreender, gradualmente, a todas as regiões.

Programa 2.4	Macrotema Educação profissionalizante e ensino dual
Intensificação da qualificaçãopara serviços	

Viabilizar maior escala e capilaridade estadual para oferta de qualificação para serviços básicos do meio urbano e de apoio à construção civil e serviços em geral, tais como elétrica, hidráulica, obras e outros serviços, para todas as faixas etárias e na adaptação para novos trabalhos.

Programa 2.5	Macrotema Educação profissionalizante e ensino dual
Escola específica de empreendedorismo no ensino médio, conforme modelos internacionais	

Operação em parceria para implementação de pelo menos uma escola com característica de estímulo ao empreendedorismo, conforme modelos internacionais das SMART Schools da Malásia ou conforme existem na Índia – de currículo complementar.

Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo

O macrotema que envolve o agronegócio e o foco na inclusão produtiva desencadeada pelos efeitos positivos do agronegócio como âncora econômica de grande parte das regiões do Rio Grande do Sul é fugir da abordagem setorial, ou de produção, e tentar trazer uma percepção de sistema: quais as prioridades para continuar a evoluir competitivamente o agronegócio, mas também para garantir os seus efeitos distributivos, de escopo e de oportunidade para as pessoas.

Programa 2.6	Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo
Apoio à sucessão familiar na pequena e média propriedade	

Em parceria com sistema S, associações e sistema cooperativo, estimular a sucessão familiar e a retenção de empreendedores e líderes nas regiões com potencial para agronegócio e no interior do estado – capacitações, palestras, formação de grupos.

Programa 2.7	Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo
Agroindustrialização intensiva	

Incentivo para operação e captação de investimentos e instalação de agroindústrias âncora e de médio porte para sustentação do agronegócio – desenvolver, com bancos de fomento e setores empresariais, um marco de incentivo à agroindústria.

Programa 2.8	Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo
Energia elétrica trifásica e internet no campo	

A melhoria da qualidade do acesso à internet no meio rural e a maior disponibilidade de energia elétrica trifásica são prioridade e devem ter um plano de ampliação e execução até 2030, a ser viabilizados com o apoio do sistema cooperativo e bancos de fomento.

Programa 2.9	Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo
Escolas técnicas agroindustriais com foco na agricultura de precisão	

Com apoio do sistema S e sistema cooperativo, reforçar as atuais escolas e eventualmente criar escolas técnicas agroindustriais de referência focadas na agricultura de precisão e alta performance, inclusive ao desenvolver aspectos de gestão.

Programa 2.10	Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo
Produtos de origem regional certificados- marca RS	

O RS deve consolidar ainda mais a liderança na certificação e selo de qualidade de produtos de origem agropecuária com identificação de origem, fortalecendo a marca do estado como produtor e ensejando produtos gradativamente de valor agregado mais alto.

Programa 2.11	Macrotema Agronegócio dinâmico e inclusivo
Novas modalidades de crédito, em parceria com sistema cooperativo	

Com o apoio do sistema financeiro estadual e de fomento, desenvolver produtos de crédito mais ágeis e vinculados a investimentos específicos, em parceria com o sistema cooperativo.

Macrotema Economia Criativa

As prioridades na área de economia criativa são de criar condições de uma melhor lógica de mercado e distribuição incorporada à produção local, em todas as artes; e, principalmente, investir no setor audiovisual e em produções que ajude a projetar a imagem do RS, ao mesmo tempo em que desenvolve e mantém uma área técnica complexa e forte em subcontratações.

Programa 2.12	Macrotema economia criativa
Qualificação técnica para viabilizar estrutura "start up" e de aceleração para empresas de economia criativa, vinculadas a todas as artes	

Atuação estratégica para estreitar a cooperação e capacitação dos gestores e agentes culturais com a lógica de mercado e produção, buscando colocar mais produtos e manifestações culturais no mercado e no espaço das redes sociais, gerando cadeias de negócio e de fornecedores para a indústria de entretenimento e artes no centro do País e exterior – aproximar a economia criativa dos polos tecnológicos, para que haja maior difusão digital.

Programa 2.13	Macrotema economia criativa
Foco na produção audiovisual e no RS como cenário de produções (Film Commission ampliada)	

Reforçar o financiamento da produção audiovisual do estado e sua distribuição; alocar mais recursos e articulação para atrair produções audiovisuais para o Rio Grande, utilizando equipe técnica local e locações.

Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo

São estratégias específicas para ativar a economia no âmbito urbano, gerando mais oportunidades de trabalho, sustentabilidade e formalização. As estratégias envolvem institucionalização, apoio e visibilidade a ações com objetivo de criar mais oportunidades visíveis de trabalho e ocupação remunerada em nossas cidades.

Programa 2.14	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Economia circular sustentável e energia limpa	

Coordenar ações no âmbito dos municípios (e metropolitano, quando couber à nova estrutura de gestão metropolitana), com a estruturação da economia circular sustentável – reciclagem, aproveitamento de resíduos, fonte de energia - formalizada e o incentivo à energia limpa, com micro e mini usinas e microcrédito+crédito disponível para empreendimentos desta natureza.

Programa 2.15	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Desburocratização do licenciamento ambiental	

O licenciamento ambiental em todos os segmentos de atividade deve ter uma nova fase de evolução, buscando reduzir ainda mais o tempo de trâmite de aprovação e os custos imbuídos a este tempo e burocracia.

Programa 2.16	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Regularização fundiária	

A regularização fundiária é um elemento catalisador de fluxos econômicos e renda no ambiente urbano tanto enquanto demandante de obras, serviços, quanto de impostos e transações financeiras, também auxiliando na formalização de negócios e na valorização patrimonial/capitalização da população. Na parte de parcerias, modelos e melhores práticas, o estado deverá instrumentar e fomentar os municípios a praticar a regularização fundiária como estratégia de desenvolvimento econômico inclusivo.

Programa 2.17	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Foco na criação de vagas no primeiro emprego, no setor produtivo	

O ganho de escala no primeiro emprego em uma atividade no setor privado, vinculada ao ensino profissionalizante, ou através da inserção de universitários, ou em segmentos de serviços com ensino dual, é uma clara prioridade. Além da evolução da legislação federal, desoneração estadual e incentivos devem ser alocados para estimular as empresas à contratação; associações e organizações que trabalham com o tema e mesmo empresas de inovação devem ser chamadas a compor soluções para facilitar o acesso e "match" entre os jovens e a oportunidade de trabalho. Todas as políticas de inclusão produtiva devem trazer política afirmativa de primeiro emprego.

Programa 2.18	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Infraestrutura digital urbana básica	

Além das iniciativas de cidade digital e iluminação, a disponibilidade de infraestrutura digital e acesso a dados básicos em áreas urbanas facilita a geração de serviços e negócios e sustenta a inclusão produtiva, tendo o mesmo efeito sistêmico de políticas como a regularização fundiária. Desenvolvimento de modelos de parceria, inovação aberta e outros para gerar mais acesso digital gratuito em cidades gaúchas.

Programa 2.19	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Campanha contra o etarismo – a favor do trabalho e emprego acima dos 50 anos	

A necessidade de inclusão produtiva e as mudanças demográficas demandam tratamento especial, além da faixa do primeiro emprego, na faixa da extensão e permanência como população economicamente ativa de boa parte dos trabalhadores. Nesse sentido, a maior efetividade está em campanha publicitária em todo o estado contra o etarismo no trabalho, incentivando também a contratação e manutenção como empregados ou contratados de profissionais mais experientes e acima de 50 anos.

Programa 2.20	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Empreendedorismo feminino como protagonista	

Em todas as políticas e iniciativas, o empreendedorismo feminino deve, transversalmente, ser priorizado; para isso, a formação de grupos, em vários segmentos e a visibilidade são fundamentais. A independência econômica e a melhor condição de sustento familiar são objetivos a ser buscados, com a criação de redes formais e informais.

Programa 2.21	Macrotema inserção econômica urbana e trabalho inclusivo
Crédito inclusivo em todas ações e estratégias- transversal	

Desenvolvimento de linhas de crédito acessíveis em várias modalidades- microcrédito, capital de giro, investimentos, empresas nascentes- direcionamento do sistema financeiro estadual e linhas de crédito nacionais para desenvolver os empreendedores urbanos em todas as categorias.

Macrotema Turismo

O turismo é uma atividade econômica transversal com grande capacidade de encadeamentos e potencialização da economia; o Rio Grande do Sul apresenta características muito específicas dentro do contexto brasileiro e latino-americano, especialmente com modalidades emergentes de turismo, como turismo de aventura, natural, e outros. É preciso trabalhar para colocar o RS no mapa do turismo mundial com maior ênfase. Da mesma forma, trabalhar melhor na infraestrutura e informação aos turistas e interessados em viajar. Um setor turístico econômico forte e bem estruturado, com diversificação e qualidade de oferta, é o objetivo, com grandes resultados na

geração de empregos e oportunidades, pois globalmente é um dos principais elementos geradores de primeiro emprego, empreendedorismo feminino e diversidade.

Programa 2.22	Macrotema turismo
Distritos turísticos	

Criar legislação e regulamentação de distritos turísticos para permitir o ordenamento e governança público-privada de áreas territoriais com altíssimo potencial turístico e potencial nacional – internacional, legislação semelhante à dos estados de São Paulo e Ceará. Implementar os primeiros distritos no Rio Grande do Sul, sempre valorizando a organização local e o protagonismo dos empreendedores locais da atividade.

Programa 2.23	Macrotema turismo
Rotas turísticas	

Aprimorar e estimular rotas turísticas em várias regiões do estado, próximas aos principais atrativos; diferenciais cênicos, qualidade da viagem, paradouros, sinalização, conforme as melhores práticas internacionais. Divulgar e preparar rotas com alto nível de excelência – consolidar três ou quatro rotas de referência nacional no estado, inclusive upgrade nas que já existem.

Programa 2.24	Macrotema turismo
Promoção nacional e internacional	

A promoção do Rio Grande do Sul enquanto destino turístico, tanto nacional quanto internacionalmente deve ser feita de forma sistemática e com alto padrão de produção, aproveitando também as políticas de audiovisual: inserção na mídia internacional, sinalização em aeroportos e próxima aos principais destinos, linguagens adequadas para os mercados nacional e internacional. Atividade deve ser desenvolvida em parceria com o trade turístico; estado deve buscar desenvolver uma marca de turismo permanente, de amplo uso e adoção pelo setor privado.

Programa 2.25	Macrotema turismo
Infraestrutura em cidades turísticas	

As principais cidades turísticas do Estado, em critérios a ser detalhados e através de edital, mobilizando recursos públicos e privados, terão acesso a conteúdo e grupo executivo colaborativo para planejamento e ordenamento urbano de forma a aprimorar a qualidade urbana e a infraestrutura dos destinos.

Macrotema Reindustrialização estratégica e zonas de transição econômica

O Rio Grande do Sul sempre se destacou por sua vocação industrial. Nos anos 1970 e 1980, o RS chegou a ter mais de 10% do PIB industrial do Brasil, oscilando entre o segundo e terceiro PIB industrial do Brasil. Hoje responde por cerca de 6% da produção industrial do País, estando em quinto lugar. Na reinserção estratégica de países europeus e em outras regiões que não são centralizadas geograficamente como é o caso do Rio Grande do Sul, a qualidade e produtividade da indústria precisa fazer diferença para que haja uma inserção seletiva no mercado global, uma vez que a sua posição geopolítica dificilmente favorece uma forte economia de serviços, que está concentrada no Sudeste do Brasil. Neste sentido, o RS não pode prescindir de vir a destacar-se pela qualidade de sua indústria se quiser voltar a crescer acima da média brasileira, ou a gerar uma inflexão na curva de lenta descendência econômica relativa. A liderança na modernização da indústria brasileira é uma possibilidade que se apresenta – as condições logísticas e competitivas podem ser compensadas por produtividade e excelência, como algumas das melhores regiões industriais do mundo fazem.

Programa 2.26	Macrotema Reindustrialização estratégica e zonas de transição econômica
Distritos industriais regionais e berçários industriais	

O estado conta com distritos industriais que necessitam de revitalização e oferecem espaço possível para receber investimentos e expansões. A transformação destes em verdadeiros condomínios industriais e espaços compartilhados de produção é fundamental – o arranjo regional, sendo âncora de uma industrialização não municipal, mas regional, idem. Os polos tecnológicos devem integrar-se mais às indústrias, criando os "berçários". É preciso melhor desenvolver a engenharia financeira para tornar possível essa atração e expansão, além da formação profissional especializada, expressa também no caminho 3, da Nova Economia e Sociedade.

3.3 Caminho da Nova Economia e Sociedade

A nova economia e sociedade que é responsável pelos principais vetores de crescimento, hoje e pelo menos em um ciclo que deve ir até 2040, mostrou-se particularmente testada quando da pandemia no período 2020-2021.

O Rio Grande do Sul é um dos principais territórios brasileiros de renda média-alta, de acordo com padrões globais, em que a relativa maturidade da sua economia, o atingimento do bônus demográfico, com a maior disponibilidade de força de trabalho já atingida durante as décadas de 2010 e 2020, exige a inserção desses fluxos econômicos dinâmicos em maior escala. Uma opção estratégica que permita uma reação da taxa de crescimento e do padrão de desenvolvimento do Estado nesta e na próxima década.

O ponto de partida é aproveitar a cultura empreendedora e a capacidade de empreender, criar, inovar e produzir do povo gaúcho, a partir de uma estrutura público-privada que dê sustentação aos "cérebros" e recursos humanos formados no estado para que estes se desenvolvam integralmente.

O foco em acelerar nas condições institucionais para que os setores portadores de futuro se estruturem e um processo de intensificação tecnológica e de produtividade da economia tradicional ganhe escala tem sua razão no necessário impacto qualitativo e quantitativo na economia a partir de meados da década de 2020 e na década de 2030, resultando em novos encadeamentos empresariais nacionais e internacionais. O estado certamente apresenta alguns dos "icebergs" de desenvolvimento de destaque no Brasil, com cidades e polos que apresentam essas condições de modernidade e competitividade, mas têm uma escala e uma dispersão geográfica muito limitada.

Como aumentar a amplitude desta nova economia, influenciando mais o agregado da economia como um todo?

Este caminho prevê novos modelos de educação profissionalizante avançada, sistema de incentivo a jovens talentos, um grande sistema de financiamento público e privado para inovação e tecnologia, com uma lógica distante do dirigismo – criar soluções de mercado para impulsionar a economia tecnológica em suas várias vertentes, inclusive a bioeconomia.

O caminho da nova economia também passa paralelamente pelo caminho da nova sociedade, incentivando novos arranjos e soluções para as questões sociais e soluções para problemas públicos que passam longe do modelo tradicional de apenas "mais gastos e mais gente".

Um grande caminho transversal para o futuro do RS passa a germinar com mais velocidade e integrado à lógica global – a evolução deste caminho em relação a várias iniciativas desenvolvidas, inclusive com sucesso, é o entendimento de que faz-se necessária escala, para gerar lógica exponencial a este processo, com melhores possibilidades para uma nova geração de profissionais e líderes empreendedores que esteja ligada aos segmentos mais dinâmicos da economia mundial.

Macrotema	Efeito Catalisador	Programas
Segmentos dinâmicos e tecnologias estratégicas	Gerar condições para que empresas dedicadas aos setores e atividades que envolvem as tecnologias estratégicas, líderes globais, ganhem mais escala e encadeamento no RS.	3.1. Financiamento para empreendimentos com tecnologias estratégicas 3.2. Uso do poder de compra do setor público para fomentar inovação 3.3. Ecossistemas expandidos e hubs de conhecimento 3.4. Startup em 1 dia
Modernização de setores tradicionais e apoio à reindustrialização	Possibilitar nova fase de industrialização seletiva com modernização e intensificação tecnológica da indústria gaúcha, incorporando a indústria 4.0 e a integração de tecnologias estratégicas, mantendo e ampliando valor agregado e as vocações de cidades e regiões industriais	3.5. Reconversão industrial

Educação STEAM para alta performance e inovação	Desenvolver estratégias de ampliar o acesso à educação no padrão STEAM, conforme os melhores sistemas de produção e inovação do mundo, integrando ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática.	3.6. Bolsas de futuro- rede pública estadual 3.7. Escolas tecnológicas STEAM, públicas e privadas 3.8. Ensino de língua inglesa, raciocínio lógico, reforço em matemática
Bioeconomia, liderança tecnológica e sustentável no agronegócio	Apoiar a transição do agronegócio no Rio Grande do Sul para uma atividade mais sustentável, com amplitude de mercado e alta produtividade	3.9. Incentivo à produção agrícola de baixo carbono 3.10. Currículo e conteúdo inovadores nas escolas técnicas agrícolas 3.11. Pesquisa e marco regulatório para estimular soluções hídricas, eficiência energética e novas fontes de energia em escala
Internacionalização e abertura	-	3.12. Conselho de Investimentos Internacionais e Articulação 3.13. Reforço na promoção internacional e efetivo programa de atração de investimentos, com portfolio de destino

Macrotema Segmentos dinâmicos e tecnologias estratégicas

Os segmentos dinâmicos em termos globais, corroborados por pesquisa realizada em 2018 junto a empresários do próprio estado pela Secretaria de Desenvolvimento, precisam estar representados em escala na economia do RS nas próximas décadas. Estes são segmentos e atividades como:

- Manufatura Avançada
- Inteligência Artificial
- Computação em Nuvem Software e Hardware IoT - Internet das Coisas
- Materiais Avançados Eletrônica e Ótica Avançada
- Biotecnologia e Nanotecnologia
- Sistemas de Geração, Armazenamento e Recuperação de Energia
- Dispositivos Web e Comunicação Móvel
- Virtualização

As prioridades neste macrotema visam consolidar e dar escala a esses segmentos no Rio Grande do Sul, de forma com que possam multiplicar-se e criar todas as condições de ambiente decorrentes.

Programa 3.1	Segmentos dinâmicos e tecnologias estratégicas
Financiamento para empreendimentos com tecnologias estratégicas	

Utilizar a estrutura de bancos de fomento do estado, fontes federais e agências internacionais para formação de fundos de participação e para fomento a empresas e empreendimentos dedicados aos segmentos dinâmicos, com agilidade e utilizando múltiplas origens e novas possibilidades de formação de fundos que a legislação federal permite.

Programa 3.2	Macrotema Segmentos dinâmicos e tecnologias estratégicas
Uso do poder de compra do setor público para fomentar inovação	

Elaborar marco regulatório para compras com inovação no estado, utilizando o poder de compra do setor público para comprar produtos e serviços dos segmentos estratégicos para direta utilização em projetos públicos de impacto nas mais variadas áreas; praticar, de forma transparente, contratações de inovação e desenvolvimento de projetos, com inovação pública juridicamente referendada, como é realizado em países e regiões mais avançadas em processo de transformação econômica acelerada.

Programa 3.3	Macrotema Segmentos dinâmicos e tecnologias estratégicas
Ecossistemas expandidos e hubs de conhecimento	

Consolidação do sistema de parques, polos e incubadoras tecnológicos atual, preparando-se para expansões e maior escala; evolução de alguns destes, ligados a universidades, para hubs de conhecimento, com capacidade de oferta de ensino dual (extensão), inovações e flexibilidade sobre a grade tradicional de educação, com foco no desenvolvimento de recursos humanos com alto grau de especialização.

Programa 3.4	Macrotema Segmentos dinâmicos e tecnologias estratégicas
Startup em 1 dia	

Desburocratização e regime especial para abertura e operação de empresas com características de startup, incubadas, etc., tornando-as mais ágeis e colocando o RS como alternativa para sede de mais empresas do gênero na América Latina.

Macrotema Modernização de setores tradicionais e apoio à reindustrialização

Programa 3.5	Macrotema Modernização de setores tradicionais e apoio à reindustrialização
Reconversão industrial	

Além das atividades centradas em torno de novo uso e evolução dos distritos regionais, uma política ampla de reconversão industrial e afirmação da vocação industrial do Rio Grande do Sul, em variadas atividades – sistema de financiamento, intercâmbio internacional, desenvolvimento de marca, integração com sistema de educação e fornecedores. Política afirmativa de reconversão, a ser construída em parcerias com entidades representativas e sistema financeiro.

Macrotema Educação STEAM para alta performance e inovação

O modelo de educação "STEAM", que reforça ciência, tecnologia, engeharia, artes e matemática, tem sido apontado como impulsionador do capital humano em países e regiões em todo o mundo. É fundamento de recursos humanos com maior nível de produtividade, criatividade, depois desenvolvidos no ensino técnico e superior.

Programa 3.6	Macrotema Educação STEAM para alta performance e inovação
Bolsas de futuro - rede pública estadual	

Viabilização a partir de fundos e parcerias de programa de bolsas-poupança para os melhores alunos da rede estadual de ensino, a partir de desempenho comprovado nas provas de âmbito nacional de proficiência e desempenho. Bolsas-poupança que podem futuramente ser convertidas em recursos para educação, ou em liquidez, premiando a dedicação de alunos e famílias.

Programa 3.7	Macrotema Educação STEAM para alta performance e inovação
Escolas tecnológicas STEAM, públicas e privadas	

Legislação e regulamentação de escolas tecnológicas, principalmente nas cidades e no âmbito dos atuais hubs de inovação, no ensino médio; oferta de ensino público com forte ênfase na preparação tecnológica em localidades altamente vocacionadas e preparação de programa para adoção também por escolas particulares. Funcionamento concatenado com a(s) escola(s) de empreendedorismo.

Programa 3.8	Macrotema Educação STEAM para alta performance e inovação
Ensino de língua inglesa, raciocínio lógico, reforço em matemática	

Reforço no currículo, pedagogia e metodologia em todo o estado, mas especialmente nas localidades que são "hubs" de inovação (em todas as escolas públicas) e nas unidades mais específicas, com oferta de qualidade na língua inglesa, raciocínio lógico e matemática. Formação de professores.

Macrotema Bioeconomia, liderança tecnológica e sustentável no agronegócio

A bioeconomia é a chave do entendimento do agronegócio do futuro. O RS, para poder competir e gerar escala econômica e resultado social amplo, precisa trazer a agroindustrialização, liderar o DNA da nova agricultura brasileira e reter o conhecimento e os processos, já que detém menor área de produção do que outras regiões agrícolas do País. A transição para a agricultura de baixo carbono e a marca de alta produtividade é fundamental para garantir o futuro competitivo da atividade e da prosperidade que gera em várias regiões do estado. Isso se faz com um novo padrão de governança e visão do agronegócio: é estabilizador e gerador de desenvolvimento social; é liderança tecnológica; é indústria, com a necessária solução logística.

Programa 3.9	Macrotema Bioeconomia, liderança tecnológica e sustentável no agronegócio
Incentivo à agricultura de baixo carbono	

Proposição de marco legal e de regulação buscando incentivar a atividade agrícola de baixo carbono e com certificação no Rio Grande do Sul, de forma a garantir maior valor agregado e diferencial competitivo – incorporar elementos de financiamento, de incentivos e promoção/selos, sempre em parceria com o setor privado e o sistema S.

Programa 3.10	Macrotema Bioeconomia, liderança tecnológica e sustentável no agronegócio
Currículo e conteúdo inovadores nas escolas técnicas agrícolas	

As escolas técnicas agrícolas já mencionadas no caminho 2 devem trazer em seu currículo as noções de bioeconomia, agricultura de baixo carbono além de atividades do uso de tecnologia, precisão e digitalização – parceria com setor privado, universidades e sistema S.

Programa 3.11	Macrotema Bioeconomia, liderança tecnológica e sustentável no agronegócio
Pesquisa e marco regulatório para estimular soluções hídricas, eficiência energética e novas fontes de energia em escala	

Legislação estadual e estímulo a linhas de pesquisa para estudo e soluções para a questão hídrica no estado e sua relação com a agricultura; marco legal e regulatório para incentivar novas fontes de energia e eficiência energética em maior escala, sendo referência nacional no assunto.

Macrotema Internacionalização e abertura

Por sua condição geoestratégica, por sua vocação tradicional exportadora, pela necessidade de sediar produção, o Rio Grande do Sul precisa acelerar o seu processo de internacionalização e busca sistemática de fluxos econômicos no âmbito global. Esse esforço de paradiplomacia econômica necessita persistência, método e continuidade, e envolve também promover a circulação de ideias, especialistas e capital humano, atraindo cérebros e colocando os cérebros do Rio Grande para circular. A operação deve ser público-privada, com uma revisão sobre as estruturas atualmente existentes e a sua funcionalidade.

Programa 3.12	Macrotema Internacionalização e abertura
Conselho de Investimentos Internacionais e Articulação	

Oficialização de conselho, contando com lideranças do setor privado com capacidade de articulação internacional em atividade no Estado, no Brasil e no exterior, que colaborem em abrir contatos e espaços para que o RS se apresente internacionalmente; auxílio em formação de rede e formatação de políticas efetivas e competitivas de atrair investimentos e conectar-se em negócios internacionais.

Programa 3.13	Macrotema Internacionalização e abertura
Reforço na promoção internacional e efetivo programa de atração de investimentos, com portfolio de destino	

Reforço na promoção internacional e efetivo programa de atração de investimentos, com portfolio de destino

A atração de investimentos internacionais não passa apenas pelo diálogo e formação de intercâmbio, mas principalmente pela consolidação do portfolio de ofertas nos vários setores- localidades, condições, prontas e preparadas. A promoção do RS e de suas políticas de renovação acelerada da matriz econômica a partir do conhecimento tem, por outro lado, a preparação clara de portfolio e opções efetivas para investimento – áreas, parcerias, recursos, legislação e licenciamento.

3.4 Caminho da integração regional

O quarto caminho apontado é uma intensificação da integração regional, em vários sentidos, no Rio Grande do Sul. Um dos principais itens de reversão estratégicos para o estado é a mudança de uma centralidade em direção às regiões metropolitanas e ao leste, que precisa alterar-se em um fortalecimento dos polos regionais em todo o Estado e uma maior integração em um multiprotagonismo regional.

Este multiprotagonismo não acontece apenas por questões culturais, mas principalmente por precariedades de infraestrutura.

Para isso, é preciso abandonar a tradicional formulação que envolve "lista de obras e necessidades por região", e que tem persistido nas últimas décadas, com alto grau de frustração para se buscar um modelo mais efetivo para soluções de infraestrutura e logística, principalmente.

A análise dos modais, necessidades de investimentos e estudos no estado é plena no Estado; o problema principal é de priorização e viabilização de recursos e execução em tempo razoável.

Nos anexos elaborados pelos Comitês, encontramos identificações claras de obras e intervenções que são prioridades nas diferentes regiões. Mas, mais do que listar prioridades, diagnósticos ou obras possíveis, trazemos um caminho de resolução que dialoga com a noção de Governança Resolutiva- encurtar prazos, buscar executar o melhor do que é possível.

O que este Caminho propõe, principalmente é uma fórmula para viabilizar soluções. E, para isso, colocar a questão da logística e da integração em quatro núcleos:

1	Realizações sistêmicas de atualização tecnológica
2	Realizações sistêmicas, com impacto nos principais corredores logísticos e na produtividade do estado
3	Prioridades das regiões que exigem pactuação e foco em uma obra ou realização âncora para o período 2023-2026, em cada região dos COREDEs
4	A erradicação dos acessos a cidades gaúchas sem asfalto até 2026.

1) As realizações sistêmicas de atualização tecnológica

São as realizações vinculadas à logística e integração que depende de telecomunicações e tráfego de dados. É a viabilização do acesso 5G nas principais regiões do Estado; é a cobertura de rede lógica para as indústrias, e principalmente, para o agronegócio. A partir da identificação de onde a rede lógica é mais necessária, buscar catalisar soluções do setor privado que tragam essas soluções em um mundo cada vez mais dependente das vias lógicas do que físicas.

2) As realizações sistêmicas com impacto nos corredores logísticos

São as articulações em criar condições regulatórias, para concessão e investimentos nos corredores logísticos mais críticos para a produtividade do Estado. Neste núcleo estão obras âncora na Região Sul, na Região da Serra e Metropolitana, principalmente, mas também questões pontuais em todo o estado. A integração agronegócio-porto; a viabilização de um trecho de hidrovia na região central do RS, de forma a facilitar o abastecimento e circulação de grãos. O papel do estado é tornar o ambiente regulatório e legal apropriado para investimentos em soluções concessionadas, onde há viabilidade econômica. A partir de respostas práticas típicas de governança resolutiva para a questão: quais cinco grandes iniciativas para melhoria logística com grande impacto em nossa produção que podemos viabilizar, ou começar a viabilizar no período 2023-2026?

3) As prioridades de região, que já têm projeto executivo e técnico e estão pactuadas

A visão neste núcleo de intervenções é bastante simples: em uma geografia pactuada, seja a dos COREDEs, das regiões macro de planejamento ou outra divisão geográfica universalmente aceita, e de acordo com a disponibilidade de recursos de várias fontes, trabalha-se com UMA execução prioritária por região, e se executa esta no período 2023-2026, do início ao fim. Desta forma, se contarão com dezenas de obras terminadas e executadas com impacto importante na integração, circulação e despolarização do estado.

4) A erradicação dos acessos sem asfalto a cidades gaúchas

Assim como a iluminação, o acesso com asfalto é um elemento civilizatório e de desenvolvimento humano. Neste sentido, a busca por modelo de financiamento internacional, conjunto de emendas e outros meios para a solução das ainda cerca de 50 cidades sem acesso asfáltico no estado é uma prioridade.

A dimensão do planejamento

Oficialmente, o planejamento do estado do Rio Grande do Sul vem incorporando divisões territoriais e realizando avanços nas várias administrações muito válidos no sentido de assegurar esta multiterritorialidade. Um princípio de funcionamento integral de governo na lógica da governança resolutiva prevê e necessita da premissa de que a multiterritorialidade transversal está presente em todos os macrotemas, ou seja, todas as políticas e iniciativas serão analisadas para execução em todas as regiões.

É o princípio do que se construiu nesta plataforma, aprofundado para a ação de governo. A recuperação e reversão de tendência do RS em muitas áreas passa, além de aproveitar totalmente o capital humano de sua gente, no aproveitamento integral do potencial do seu território, com o auxílio de tecnologia e evolução nas próprias formas de governança.

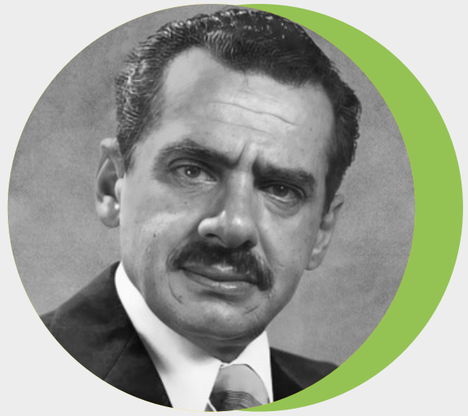
4
O legado dos governos do MDB no Rio Grande do Sul

Essa é a base que nos credencia para estudar profundamente o Estado e trazer, para a realidade de hoje, os mesmos princípios que foram a base dos governos do MDB, que elegeu quatro dentre os nove governadores do Estado desde o início da redemocratização, com a eleição de 1982.

Os governos de Pedro Simon, Antonio Britto, Germano Rigotto e José Ivo Sartori trazem traços importantes em comum, a cultura de governo e liderança pública que o MDB desenvolveu:

Marcas dos governos do MDB no RS	
Responsabilidade	Sem apelos ao populismo e assistencialismo; com austeridade.
Credibilidade	Compromissos e identidade com a sociedade gaúcha e o compromisso público.
Resultados	Enfrentamentos de crise e avanços no social, economia e infraestrutura, na realidade do seu tempo e projeção do futuro.
Diálogo	Respeito às instituições, abertura a participação e contribuições.

A diferença entre os governos são o seu tempo, circunstância e tecnologia, além do estilo pessoal de liderança de cada governador. A seguir, um resumo do legado dos governos do MDB no Rio Grande do Sul, inspiração para o Programa de Governo de 2022.



GOVERNO **(1987-1990)**

PEDRO **SIMON**

O governo Pedro Simon, governador eleito em 1986 com o vice-governador Synval Guazzelli, representou um avanço político e institucional e uma ruptura com o ciclo iniciado com os governadores eleitos de forma indireta ou nomeados desde 1966. O governador Jair Soares foi eleito por voto direto em 1982, mas representava o PDS, partido de sustentação do regime militar.

A eleição de Simon do MDB e o momento que já vivia o País, já entrando no terceiro

ano do governo Sarney quando da posse do governador em março de 1987, de plena democracia, que se completaria com a nova Constituição de 1988. Além do ambiente democrático, todas os desafios econômicos e sociais que haviam se avolumado nas últimas décadas demonstravam a necessidade de um nível de enfrentamento, antecipação e ação inéditos até então para quatro anos de governo.

Dentre os princípios de ação e resultados do governo Simon, se destacam:

Articulação política ao manter coesão em um ambiente desafiador

Foi o primeiro governo estadual que atuou em um regime totalmente democrático, já sendo eleito e empossado durante o mandato do Presidente Sarney. Conciliou a maioria na Assembleia Legislativa, venceu as dificuldades financeiras, administrou a relação patronal com o funcionalismo estadual em várias categorias, as dificuldades do PMDB nacional em meio ao Governo Sarney. Na Assembleia Legislativa, os 22 deputados do MDB se ampliaram para uma base situacionista relativamente bem administrada que chegava aos 38 votos.

A campanha "Leve o Rio Grande no Peito" significou um sentido de união da sociedade gaúcha na superação de dificuldades, projetando para um futuro de mudanças. Os quadros do governador nas repartições foram substituídos pelo quadro da campanha institucional do Estado.

Planejamento, pois foi o primeiro governo estadual a basear-se em um planejamento de ação mais abrangente

O grupo de "Plano de Governo" durante os meses de transição da eleição para o início do mandato (a posse aconteceu em 15/03/1987) foi importante para diagnosticar, planejar, preparar o Governo e seus desafios em uma profundidade maior do que havia sido feito até então. Foram criadas Secretarias temáticas importantes, como Ciência e Tecnologia e Cultura. Foi a principal base organizacional para os governos seguintes do MDB.

Enfrentamento de crises

Ao lidar, durante o mandato, com diversas greves, sendo uma greve do magistério a mais longa até então; ter herdado uma profunda crise financeira e de indisponibilidade de caixa, vindo a recuperar o fluxo a partir do terceiro ano de governo, atingindo uma capacidade de investimento de 21% da receita própria líquida em 1989. As crises já eram conhecidas e aguardadas desde o início do mandato, mas se agravaram em 1986 e 1987 pelas oscilações do Plano Cruzado. Houve questões como a da manutenção do BRDE, a consolidação do Banco Meridional. Na área de segurança pública, destaca-se a rebelião no Presídio Central (1987), a tensão fundiária, e avanços importantes como a construção da Penitenciária de Charqueadas (PASC).

Visão de futuro e desenvolvimento

Viabilizou cinco grandes eixos de atuação, e resultados:

- A criação do FUNDOPEM, que permitia a utilização dos recursos de resultado de expansão das empresas na retroalimentação do projeto, e que foi fundamental para manter e atrair empresas no RS.
- O Relatório Sayad, patrocinado pela FIERGS e concluído em 1989, que tratou com profundidade do tema da reestruturação organizacional e financeira do Estado, já explicitado em documento de planejamento do governo em 1987.
- O esforço para ampliação do Polo Petroquímico e da REFAP foram iniciados no governo Simon, e se concretizaram.
- A visão estratégica do Mercosul como um novo possível eixo econômico para o RS.

Recuperação de infraestrutura

A integração do Mercosul e integração com o Pacífico, a partir da ponte Santo Tomé e a visão de integração entre os portos de Antofagasta e Rio Grande, ainda em andamento, 30 anos depois.

A recuperação de estradas e infraestrutura, com a obra da Estrada do Mar, o início da Rota do Sol, a duplicação entre Canela e Gramado, recuperação entre Estrela e Lajeado e a recuperação de 2.200 km de estradas através de acordo com o Governo Federal (em que, mais tarde, os recursos não foram devolvidos ao RS na proporção acordada).

"O Rio Grande do Sul à época vivia na dependência do Governo Federal. Não tinha autonomia e liberdade, nem um pensamento de fazer o que deveria ser feito. E existia um desejo da sociedade de caminhar adiante, de buscar um sentimento novo."

"O nosso governo foi exageradamente austero. Todas as nomeações foram técnicas e absolutamente necessárias, enxugamos a máquina de maneira dolorosa e difícil para podermos estabelecer uma forma de andar adiante. Foi uma caminhada verdadeiramente dura e árdua. E isso foi significativo para o governo."

"Nós fizemos um mapa do Rio Grande do Sul com a identificação de um coração e a frase Leve o Rio Grande no Peito. Espalhamos essa imagem por todas as repartições, no lugar da foto do governador."

"Só o MDB poderia trazer essa visão de desenvolvimento para o Rio Grande, esse equilíbrio. O MDB estava preparado para governar."

GOVERNO **(1995-1999)**

ANTONIO **BRITTO**

As iniciativas no governo Antonio Britto focaram a reversão de dois itens importantes: a falta de qualidade no serviço público, com o acúmulo de uma estrutura e modelo que exigia uma modernização, o que se refletia na baixa qualidade dos serviços públicos e no empobrecimento acelerado em algumas regiões do Estado, em razão do desequilíbrio no crescimento econômico nas décadas de 1970 e 1980: algumas regiões, como parte da metade sul do estado, apresentavam indicadores sociais bastante abaixo da média nacional.

A discussão mais aprofundada sobre o papel do Estado e a revisão da sua estrutura foi bastante tumultuada devido ao clima ainda resistente a reformas encontrado na época, em que o debate no Rio Grande do Sul antecipou-se até mesmo ao debate nacional. Em 1995, estava na ordem do dia no Rio Grande do Sul, até mesmo porque a necessidade por reforma do estado já se apresentava de forma latente desde o Plano Sayad, em 1988, e havia sido iniciada durante o governo Simon.

Uma característica específica do governo Britto foi a agenda de enfrentamento à inércia econômica e à crise estrutural do Estado de forma simultânea, em um sentimento de urgência, de agilidade, para aproveitar as oportunidades que se abriam ao Brasil naquele momento - a volta dos investimentos internacionais, uma nova onda de industrialização com a indústria automotiva, eletrônica e outros setores.

Neste período, o Rio Grande do Sul voltou a ter protagonismo nacional, sendo ao lado de São Paulo e Paraná o principal destino de investimentos internacionais.

O RS ainda detinha a liderança nacional nos índices sociais, e se buscou atacar, principalmente, a defasagem de infraestrutura do estado.

O governo Britto foi um dos mais reformistas da história do Estado por atuar paralelamente em quatro frentes principais:

A mudança da matriz econômica do Rio Grande do Sul, com uma visão de futuro clara

Em um período em que o Brasil voltou a receber investimentos internacionais, especialmente no mercado automotivo, em razão do Acordo Automotivo, do Mercosul e da mudança de patamar do mercado, o RS lutou pela atração da Renault, conseguiu atrair General Motors e Ford, e tinha toda uma carteira de novos investimentos no Estado.

A reformulação do FUNDOPEM permitiu que o RS pudesse participar de forma competitiva da Guerra Fiscal, contra São Paulo, Paraná, Minas Gerais e outros estados. O FUNDOPEM aprovou pelo menos R$ 8,2 bilhões de investimentos no período com uma renúncia de arrecadação de 5% do ICMS.

Como resultado, foi o período em que vários empreendimentos foram duplicados e ampliados no Estado, como a indústria fumageira, laminadora, empresas de aço, petroquímica, bebidas; foram atraídas empresas na área de reflorestamento, toda a cadeia automotiva, e um impulso nos polos tecnológicos e a atração da Dell Computer, algo inédito na América Latina.

A projeção econômica do RS com o polo automotivo e de tecnologia da informação permitiria a união de polos industriais entre RMPA e Serra em proporções inéditas; as primeiras iniciativas em biotecnologia; estima-se que se houvesse sido completado o ciclo de investimentos haveria um impacto inercial entre 10 e 20% no nível do PIB do Rio Grande do Sul, o que permitiria reequilibrar as finanças e voltar a ser o Estado mais dinâmico da Região Sul.

Houve uma mudança no patamar de interlocução e no profissionalismo na busca de investimentos internacionais, com uma articulação eficiente com o setor produtivo e criação de organizações como a então Agência Polo RS. Vários setores se organizaram mais profissionalmente, o salto de competitividade e produtividade com maior internacionalização também criou um efeito muito positivo sobre as empresas em operação no Estado.

Eficiência e modernização da gestão pública – enfrentamento organizado da crise estrutural do Estado

- “Governar o governo”, uma abordagem inédita de urgência do tema, ao trazer a modernização da gestão com criação de agências regulatórias, reengenharia, toda a agenda de modernização que estava passando pelos governos Clinton e de Tony Blair na Europa, e que se seguia ao momento de estabilidade econômica e uma visão mais organizada de governo, de fortalecimento das instituições, também convergente com o Governo Federal no período.
- Foram “escancarados” números da crise financeira do Estado e se iniciaram as grandes reestruturações: privatização da CEEE e de parte da CRT, concessões de estradas e serviços públicos, os conceitos de qualidade e produtividade.
- Planos organizados, com visão de cadeia produtiva na agricultura; resgate dos programas do MDB na saúde, na educação; manutenção da condição do RS como líder em educação e tecnologia no Brasil.
- Reformulação organizacional da Brigada Militar; BM presente nos presídios; sistema integrado de segurança pública.

Renegociação da dívida estadual

- Foi proposta uma renegociação estrutural da dívida do Estado que se provou responsável, nos anos seguintes, por segurar a crise da dívida; foram limitadas as parcelas, e reduziu-se a dívida a R$ 8 bilhões a serem pagos em 30 anos; o crescimento médio anual da dívida diminuiu de mais de 10% para menos de 1%. Mesmo assim, houve críticas da oposição, por problemas exógenos que fizeram com que ela voltasse a crescer em outros momentos, e pela incompreensão da própria fórmula adotada, que procurava, principalmente, segurar o fluxo de caixa do Estado.

Programa de concessão de rodovias - infraestrutura para ganhar competitividade

Mais de 1.800 km de estradas foram concedidos, em um ritmo inédito até mesmo em nível nacional – a divisão em 15 polos regionais e a adoção de pedágios. As telecomunicações, com o início da internet e da telefonia celular em larga escala, obtiveram um grande impulso, sendo que o RS nos anos seguintes foi um dos estados líderes nesse quesito, partindo de uma grande defasagem.

GOVERNO **(2003-2007)**

GERMANO **RIGOTTO**

O Governo Rigotto trouxe três marcas principais de atuação para o RS:

Pacificação do ambiente político e de diálogo e fortalecimento das instituições para uma visão construtiva e colaborativa

- **Espírito conciliador do líder e personalidade mais flexível em direção a uma política pacificadora e aberta ao diálogo**

Governador procurou se posicionar como favorável a uma terceira via (não alinhada com o PT ou com oposição intransigente ao PT, que estava no momento no Governo Federal).Governo foi marcado por uma gestão harmônica nas relações internas, com os servidores públicos, e nas relações externas, com vários setores da sociedade.

- **Aliança para governabilidade e sustentação política**

A aliança de seis partidos com 37 deputados na base foi centrada na não-polarização política gaúcha tradicional, evitando assim divisões e conflitos e concentrando tempo e energia na aprovação de projetos. Para exemplificar, no primeiro ano da administração, Governo conseguiu um fato inédito à época: 133 projetos aprovados pela Assembleia, oriundos do Executivo, nada menos de 79 deles obtiveram a unanimidade do Plenário. O Governo esteve presente em 360 dos municípios gaúchos durante o mandato, com ênfase na interiorização.

- **Recuperação e modernização da gestão e finanças.**

Foram extintas sete secretarias e gabinetes e cortados 2,3 mil cargos em comissão. As empresas estatais assinaram contratos de gestão com o governo, comprometendo-se com metas e resultados.
A gestão de compras e contratação de serviços via Internet tornou o processo mais transparente, ágil e gerou uma economia de R$ 36 milhões entre outubro de 2003 e dezembro de 2005.
Início do programa de gestão com PGQP.
Combinação de redução de despesas e reequilíbrio das receitas resultou em melhoria do resultado primário do estado e redução do déficit, deixando um legado positivo para a próxima gestão.

Retomada da atração de investimentos para desenvolvimento econômico e de infraestrutura; planejamento e pactuação pelo futuro do Estado - transformação econômica e organizacional

- Houve um retorno do RS ao circuito de investimentos internacionais, atraindo mais de R$ 30 bilhões em investimentos diretos, em um contexto de competição mais acirrada: estados como São Paulo, Santa Catarina e Paraná já estavam melhor estruturados para também atrair investimentos de grande porte.
- Atração de empresas como a Schincariol, em Igrejinha; a John Deere, em Montenegro; os polos de pesquisa, como o da Braskem e da Souza Cruz (gráfica, call center e centro de pesquisa); a duplicação da GM em Gravataí, a Nestlé como âncora para uma bacia leiteira.
- A descentralização dos investimentos também foi um objetivo, trazendo negócios para as regiões oeste e sul, o que se verifica pela relação de empresas que anunciaram investimentos no RS ou que fizeram novos grandes investimentos no Estado entre 2003 e 2006 a partir de programas como o Integrar RS: Aracruz Celulose, Stora-Enso, Votorantim Celulose e Papel, General Motoros (duplicação da planta), Brasil Biodiesel, Elecnor-Enerfin (Parque Eólico de Osório),Lifemed, Continental Tobacos Alliance – CTA, Souza Cruz, Tecon – Terminal de Contêneires, Santa Fé Vagões, AGCO, Gerdau, John Deere, Nestlé, CCGL, Consórcio Quip (construção da plataforma P-53),Centro de Distribuição da Toyota, Embaré, W Torre (Dique Seco), Braskem, SAP, Pirelli, Eaton, Frigoclass, Granol, Oleopolan, Marfrig, Frigorífico Mercosul, Schincariol, Multilab.
- Os investimentos no entorno do Porto de Rio Grande foram destaque, com renovação da infraestrutura e equipamentos, além dos investimentos. O RS foi o primeiro estado brasileiro a criar a Nota Fiscal Eletrônica e o ICMS eletrônico, e iniciou-se o processo de substituição tributária atingindo combustíveis, cigarros e bebidas. No agronegócio, o programa RS Rural valorizou a agricultura familiar e beneficiou 160 mil famílias, com apoio à infraestrutura e moradia.

- **Infraestrutura e energia**

A recuperação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a duplicação da BR-101, a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini (Refap), os investimentos de US$ 230 milhões para a geração de energia eólica em Osório, além do início da duplicação da BR-101 em toda sua extensão, até Santa Catarina. A Rota do Sol foi concluída, ligando assim a serra ao litoral gaúcho. Foram recuperadas estradas estaduais importantes para o escoamento da produção, como os trechos da RST 471 entre Pantano Grande e Monte Castelo, e da RST 377 entre Manoel Viana e Jóia.

Avanço no desenvolvimento do capital humano e implementação de programas sociais, preservando a liderança do RS em indicadores sociais no âmbito nacional

- **Reforma na previdência estadual e criação de programas inovadores com ênfase na saúde e primeira infância**

Primeiro estado a se adaptar às novas regras previdenciárias, o Rio Grande do Sul reestruturou o Instituto de Previdência do Estado em IPE-Saúde e IPE-Previdência. O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), para crianças até 6 anos de idade, e o programa para gestantes tornaram-se referência nacional e internacional, sendo referendados pela ONU. Ao final de 2006, 3,7 milhões de gaúchos (36% da população) eram atendidos por agentes do Programa de Saúde da Família. A taxa de mortalidade infantil tornou-se a mais baixa do País, com 13,1 óbitos a cada mil crianças nascidas vivas (em 1970, eram 48,4 óbitos).

- **Educação pública avaliada como melhor do Brasil pela UNESCO**

O Estado foi classificado como estado de melhor ensino público do Brasil pela UNESCO. Também foi criado o programa Escola Aberta, no qual as escolas funcionavam nos finais de semana com atividades esportivas e culturais para alunos e comunidade, principalmente em regiões com alto índice de violência.

- **Segurança Pública**

Na Segurança Pública, foi possível a renovação de 80% da frota de segurança do Estado, além do aumento da integração de operações.

"A conjuntura era muito desfavorável na época. Mas governamos sem crises, conduzindo com uma gestão pacificadora, espírito público elevado, com coesão e honestidade."

"Trabalhamos pela pacificação política e abertura ao diálogo. Não havia possibilidade de continuar com o conflito, visando aproveitar o potencial do Estado. Radicalização não é positiva."

"Buscamos levar desenvolvimento para áreas menos desenvolvidas. Atacar as desigualdades regionais. Foram 360 municípios visitados no governo, uma vez por mês levamos a capital do Estado para atender municípios. Escutar todos os setores, andar pelos Estado, se expor."

GOVERNO **(2015-2019)**

JOSÉ IVO **SARTORI**

Em razão do momento econômico de crise financeira, com baixo crescimento e alto endividamento do Estado, o governo Sartori procurou fazer uma gestão focada na austeridade e organização e controle das contas públicas, por meio de ações estruturais de ajuste fiscal e de modernização do Estado, garantindo a articulação política e de governo necessária para viabilizá-las.

Foram propostas e formuladas estratégias e medidas para trazer soluções voltadas à melhoria da situação financeira do Estado. Muitas dessas ações foram implementadas, fazendo com que o governo precisasse enfrentar resistências, explicar as reformas e sua necessidade premente, demonstrando as mudanças geradas na administração pública em termos administrativos e fiscais e seus impactos no médio e longo prazo.

Articulação para viabilizar a implementação de ações estruturantes e ajuste fiscal amplo

Desde o início do seu governo, Sartori garantiu uma base de sustentação na Assembleia Legislativa, de forma a implementar o ajuste fiscal em etapas e equilibrar imediatamente as contas públicas para obter solvência e condições operacionais. O ajuste fiscal do governo Sartori foi implementado em etapas, sendo que na fase inicial se buscaram os cortes de despesa e suspensão do pagamento de dívidas da gestão anterior, a suspensão de recursos públicos e nomeações e cortes em horas extras.

Na segunda fase, um pacote com 10 projetos de lei, uma emenda à Constituição Estadual e decretos: a Câmara de Precatórios; a criação da Banrisul Seguradora; a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual; o Programa de Reorganização da administração do Estado, buscando uma reestruturação mais ampla. O Estado passou a divulgar a remuneração de seus servidores.

A terceira fase da Reforma Administrativa contemplou a previdência complementar para futuros servidores, a remoção da necessidade de plebiscito para privatização ou encerramento de empresas como a CESA. Na fase seguinte, o ajuste fiscal com aumento de tributação e reequilíbrio em incentivos e isenções, e, subsequentemente, mudanças nas regras dos saques judiciais, proporcionando um alívio de caixa.

Na última fase, mais sistêmica do ajuste

fiscal, foram 31 projetos encaminhados para votação, incluindo concessões, leis de incentivo, capitalização da CORSAN. O Modelo de Governança e Gestão contribuiu para que a gestão e impacto de ações fossem dinamizados em todas as áreas e autarquias. Renegociação de dívida, orçamento realista, foram avanços de um enfrentamento de crise que se transforma em política pública e padrão de gestão.

Evoluções institucionais na melhoria do ambiente de negócios, licenciamento, agronegócio e avanços na área social

Além da agenda de gestão e recuperação financeira, as evoluções na melhoria do ambiente de negócios e avanços sociais ampliaram as condições de recuperação do Rio Grande do Sul: todo o processo de licenciamento ambiental foi revisado, com uma mudança na média do processo de 900 para 40 dias; os investimentos e ampliações na área de indústria se mantiveram, com cerca de R$ 9 bilhões realizados.

O processo de abertura de empresas reduziu-se também significativamente, de 90 dias para 5 dias. Através de convênio com o Sistema S, houve melhoria na oferta educacional de 10 mil alunos. O Plano Energético e o programa de incentivo às PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas) permitiram a melhoria da segurança energética, com 91 projetos em todo o Estado.

Na agricultura, os programas de extensão rural permitiram o atendimento de 218 mil famílias por ano no Estado apoiando a agricultura familiar, além de R$ 37 milhões aplicados em quase 5 mil projetos de Pequenas Estabelecimentos Rurais – o FEAPER.

A modernização da matriz produtiva foi um tema prioritário, com cerca de R$ 60 milhões de recursos do Estado passado à rede de universidades e parques tecnológicos, somando 12 parques, 12 incubadoras e 27 polos tecnológicos em todo o Estado.

RS como destaque em indicadores na área social

A menor taxa de mortalidade infantil da história, no Brasil, foi atingida no Rio Grande do Sul em 2018, com 9,76/1.000 nascimentos. Houve melhoria em informatização, integração e georreferenciamento em todo o sistema de saúde.

Na educação, começaram a se evidenciar alguns indicativos promissores para o futuro: houve ganho de aprendizagem acima da média no ensino fundamental, e avanços na proficiência no ensino médio acima da média brasileira. Nisso foi importante a qualificação de professores, o processo de inclusão digital e o aumento de escolas em tempo integral, de 46 para 109 no Estado.

Na área de segurança pública, a redução dos índices de criminalidade, a expansão de 4.000 vagas prisionais, reequipamento e integração de informações entre as forças policiais.

"Escolhemos uma equipe diversa, leal e protagonista, capaz de enfrentar a realidade do dia a dia, sem vender ilusões e procurando a verdade da realidade."

"A mudança proposta foi que o Estado fosse menos burocrático e que não gastasse para dentro. Superar as dificuldades, e mesmo assim melhorar infraestrutura, e na área social buscar a participação da sociedade. Com transparência."

"No nosso governo buscamos a harmonia entre posturas diferentes. Quem quiser mudar tudo, não muda nada. Bom senso e equilíbrio. Não mentir. Tocar para frente. E fazer o melhor."

LEGADO DOS GOVERNOS DO MDB NO RS - QUADRO RESUMO

PEDRO **SIMON**

(1987-1990)
Ambiente de democracia, enfrentamento de crises, nova visão de futuro e desenvolvimento

- Coesão e articulação em ambiente extremamente desafiador.
- Planejamento e base organizacional – "Plano de Governo".
- Recuperação financeira.
- Visão de futuro e desenvolvimento – FUNDOPEM, PIMES, Mercosul.
- Recuperação de infraestrutura – 2.200 km de estradas recuperados, Estrada do Mar, início Rota do Sol, Canela e Gramado, Estrela e Lajeado.
- "Leve o Rio Grande no Peito".

ANTONIO **BRITTO**

(1995-1999)
Reformas e mudanças aceleradas, com protagonismo nacional e nova matriz econômica

- Mudança na matriz econômica, com visão de futuro clara e busca de investimentos internacionais – General Motors, Ford, Dell, novo FUNDOPEM, alta tecnologia.
- "Governar o governo", com reforma administrativa profunda, reestruturações, concessões de estradas (1.800 km) e serviços, privatização da CEEE e CRT, qualidade no serviço público.
- Renegociação estrutural da dívida do Estado.

Desenvolvimento regional, combate à pobreza em regiões social e economicamente deprimidas.

GERMANO **RIGOTTO**

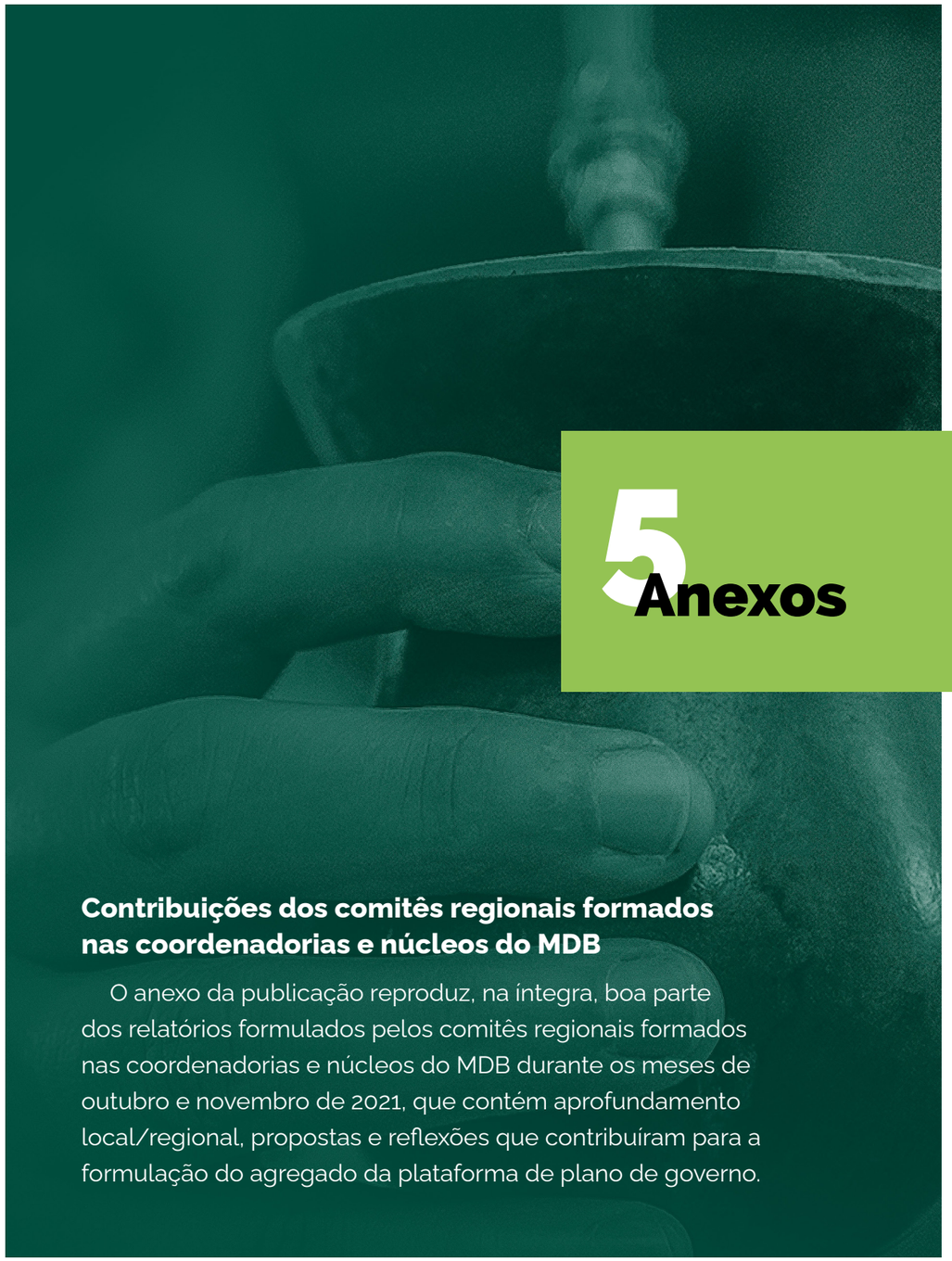
(2003-2007)
Pacificação, diálogo, avanço nas áreas sociais, abertura para investimentos externos e recuperação financeira

- Programas sociais como Primeira Infância Melhor, menor mortalidade infantil do País, maior cobertura de Saúde da Família do Brasil, melhor ensino público do Brasil (UNESCO).
- Aliança para governabilidade: de 133 projetos, 79 aprovados por unanimidade.
- Abertura para nova fase de investimentos externos – incentivos fiscais, parque eólico, Polo Naval, ampliações de indústrias, polos tecnológicos, investimentos captados da ordem de R$ 30 bilhões.
- Cuidado com a questão fiscal (extintas 7 secretarias e 2.300 CCs), diálogo com funcionalismo, avanço na modernização da gestão e equilíbrio de receitas e despesas.

JOSÉ IVO **SARTORI**

(2015-2019)
Reforma estrutural e ajuste fiscal amplo; austeridade e melhoria nos serviços e na eficiência

- Reforma administrativa e ajuste fiscal realizado em seis fases, incluindo o sistema financeiro estadual, precatórios, Lei de Responsabilidade Estadual, programa de reestruturação, previdência complementar, concessões, capitalização da CORSAN; adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (federal).
- Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar; Programa de incentivos a PCHs; reforço à Economia Tecnológica, com estrutura de 12 parques, 12 incubadoras e 27 polos tecnológicos; novo sistema de licenciamento ambiental, abertura de empresas; menor taxa de mortalidade infantil da história, no Brasil.



5 Anexos

Contribuições dos comitês regionais formados nas coordenadorias e núcleos do MDB

O anexo da publicação reproduz, na íntegra, boa parte dos relatórios formulados pelos comitês regionais formados nas coordenadorias e núcleos do MDB durante os meses de outubro e novembro de 2021, que contém aprofundamento local/regional, propostas e reflexões que contribuíram para a formulação do agregado da plataforma de plano de governo.

Seção 01

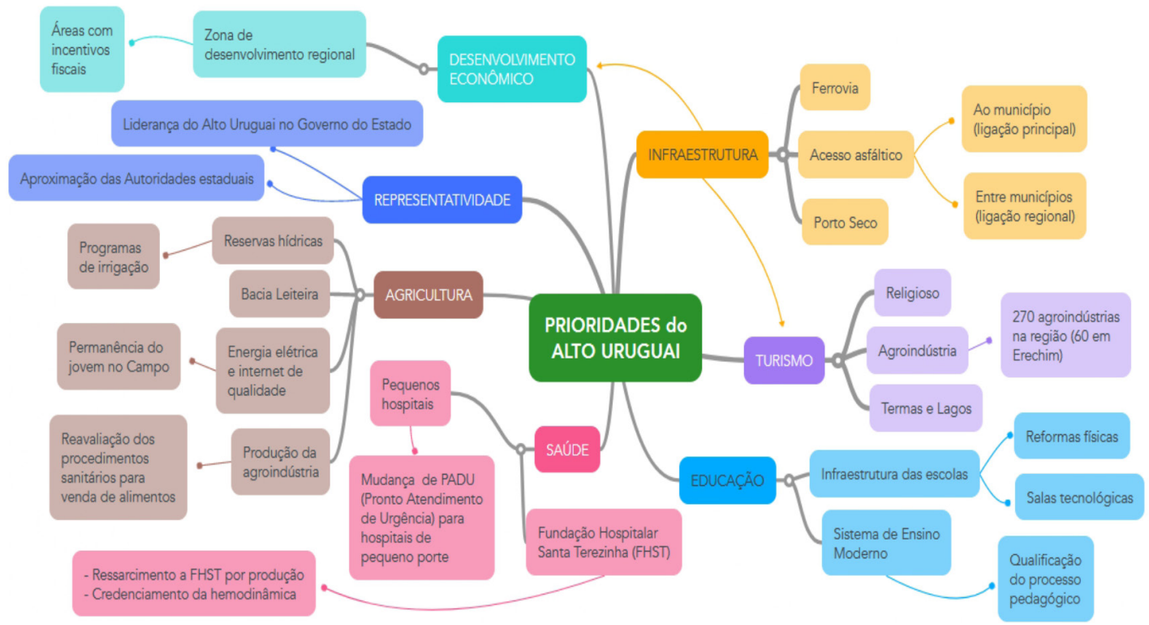
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO /RS

COORDENADORIA DO ALTO URUGUAI

Aos vinte e seis dias do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, nas dependências do restaurante Forno a Lenha, no município de Erechim/RS, estiveram reunidos a Coordenadoria do Alto Uruguai, prefeitos, vice-prefeitos e presidentes das executivas municipais que compõem a referida coordenadoria, além do senhor Ivan Maurina, monitor do programa 'Caminhos do Rio Grande' na macrorregião Erechim, e de alguns filiados para tratar das demandas regionais a serem incorporadas no plano de governo do MDB na eleição estadual de 2022. Inicialmente, o coordenador dessa região do programa 'Caminhos do Rio Grande', senhor Edgar Marmentini, explicou como será realizado o encontro e como é formado o grupo de trabalho do referido programa nesta Coordenadoria. Na sequência, o senhor Ivan colocou que serão promovidas reuniões em cada uma das coordenadorias regionais em todo o Estado e que ao final de cada encontro será produzido um documento com as respectivas prioridades a serem apresentadas num encontro que culminará em Porto Alegre no dia quatro de dezembro do corrente ano. Posteriormente, o relator do programa nessa região, senhor João Francisco Coimbra Parenti, tomou nota das sugestões/prioridades que as lideranças locais externaram quanto os eixos de representatividade, infraestrutura, desenvolvimento econômico, turismo, saúde, agricultura e educação. Por fim, o senhor Edgar comunicou que todos os apontamentos serão compilados e entregues à Coordenadoria Estadual do partido. Neste ato, foram ouvidas as demandas dos municípios presentes e suas regiões, conforme seus representantes:

NOME	MUNICÍPIO	CARGO
Edgar Marmentini	Erechim	Coordenador
André Sperotto	Viadutos	Sub - Coordenador
João Francisco C. Parenti - Fifo	Erechim	Relator
Alcione Massi	Erval Grande	Relator
Luana A. Massaro	Erechim	Sub – relatora
Gleison J. Soletti	Erechim	Sub – relator
Aline Prichua	Erechim	Sub – relatora
Paulo Polis	Erechim	Prefeito
Neri Demarco	Viadutos	Coordenador Regional MDB

Renan Cunha	Estação	Coordenador Juventude Regional
Manuel Gomes	Campinas do Sul	Presidente do MDB Campinas do Sul
Lauri Palavicini	Severiano de Almeida	Presidente do MDB Severiano de Almeida
Milton Vendruscolo	Severiano de Almeida	Prefeito
Carlos Burille	Três Arroios	Prefeito
Elsio Valduga	Ponte Preta	Vice Prefeito
Vantuir Oliveira	Quatro Irmãos	Secretário Administrativo
Sidnei Taufer	Quatro Irmãos	Vice Prefeito
Walmor Tomelero	Erebango	Prefeito
Gilberto Tonello	Ipiranga do Sul	Coordenador Emater
Claudimir Paniz	São Valentim	Prefeito
Orlei Giaretta	Floriano Peixoto	Prefeito
Gabriel Gevinski	Paulo Bento	Prefeito
Luciano Moccelin	Mariano Moro	Presidente MDB Mariano Moro
Eduardo Nichetti	Viadutos	Presidente MDB Viadutos
Leandro Marangoni	Erval Grande	Vice Presidente MDB Erval Grande
Alcione Massi	Erval Grande	Vice Presidente Regional MDB
André Sperotto	Viadutos	Vice Prefeito
Márcio Cominetti	São Valentim	Presidente MDB São Valentim



PROGRAMA DE GOVERNO – Região Alto Uruguai - ERECHIM

1. REPRESENTAÇÃO REGIONAL NO GOVERNO DO ESTADO

Os representantes dos 33 municípios da Região do Alto Uruguai **CLAMAM** por um representante no **GOVERNO DO ESTADO**.

2. INFRAESTRUTURA

Ligações asfálticas Municipais e Regionais

ACESSOS MUNICIPAIS

R$ 116.899.841

Recursos necessários para conclusão de 11 acessos municipais no ano de 2022

Obra	Extensão km	Inicial 2021		Previsto 2021		Previsto 2022	
		R$	km	R$	km	R$	km
Ametista do Sul, na ERS-591	9,00	500.000	-	1.000.000	1,00	12.000.000	8,00
Benjamin Constant do Sul, na ERS-487	5,00	-	-	500.000	-	7.000.000	5,00
Capão Bonito do Sul, na ERS-461	11,00	-	-	3.000.000	2,00	8.675.000	5,50
Centenário, na ERS-477	8,00	-	-	500.000	-	11.500.000	8,00
Cruzaltense, na ERS-483	4,30	950.000	-	-	-	5.550.000	4,30
Mariano Moro, na ERS - 426	3,70	950.000	-	-	-	5.040.000	3,70
Novo Tiradentes, na ERS-325	7,80	2.000.000	-	-	-	10.000.000	7,80
Pinheirinho do Vale, na ERS-528	18,41	5.266.682	2,00	7.800.421	8,41	14.027.738	10,00
Ponte Preta, na RSC-480	4,00	1.500.000	1,00	2.300.000	1,00	3.300.000	2,00
São José das Missões, na BRS-386	3,00	-	-	500.000	-	4.000.000	3,00
São Pedro das Missões, na BRS-386	6,00	1.000.000	-	-	-	8.040.000	6,00
TOTAL	80,21	12.166.682	3,00	27.767.103	12,41	89.132.738	63,3
TOTAL DE RECURSOS							116.899.841

LIGAÇÕES REGIONAIS

R$ 34.752.419

Recursos necessários para conclusão de 3 ligações regionais no ano de 2022

Obra	Extensão km	Inicial 2021		Previsto 2021		Previsto 2022	
		R$	km	R$	km	R$	km
Iraí – Planalto, na ERS-324	9,36	3.958.340	1,00	4.500.000	3,50	7.752.419	5,86
Tapejara a Charrua, na ERS-430	13,65	-	-	4.500.000	3,00	15.000.000	10,65
Redentora a Dois Irmãos, na ERS-330	OAE	-	-	500.000	-	2.500.000	-
TOTAL	23,01	3.958.340	1,00	9.500.000	6,50	25.252.419	16,51
TOTAL DE RECURSOS							34.752.419

CONSERVA / RECUPERAÇÃO

Prioridade de conserva / recuperação nos seguintes trechos:

RF9

Trecho	Extensão km	Valor R$
RSC-153, Barros Cassal a Herveiras	64,6	6.459.790
ERS-434, de David Canabarro a BR-285	18,7	1.100.000
ERS-132, de ERS-324 (Vila Maria – Camargo)	6,77	1.360.000
ERS-126, de Ibiraiaras a São Jorge	13,35	2.670.000
VRS-817, de Espumoso a Campos Borges	40,38	500.000
VRS-817, de Campos Borges a Jacuizinho	26	1.600.000
VRS-854, de BR-386 a Mormaço	14	2.000.000
ERS-129, de Cesca – São Domingos	11,57	1.308.884
ERS-129, de São Domingos – Vanini	8,74	1.277.702
ERS-129, de Vanini – David Canabarro	11,61	1.536.296
ERS-331, de Pinhalzinho a Marcelino Ramos (início travessia municipal)	14,57	2.187.834
RSC-480, da divisa RS/SC a Erval Grande	21,63	8.315.138
ERS-211, de Campinas do Sul (Fim da Travessia Urbana) a Entr. BRS-153 (Erechim)	36,79	2.220.174
ERS-426, de Severiano de Almeida a Entr. BRS/153 (p/ Erechim)	5,28	1.889.804

SEGU

CONSERVA / RECUPERAÇÃO

Prioridade de conserva / recuperação nos seguintes trechos:

RF9

Trecho	Extensão km	Valor R$
ERS-469, de Entr. BRS-153 (p/ Erechim) a Ipiranga do Sul	4,77	740.058
ERS-475, de Entr. VRS-828 (p/ Erebango) a Entr. BRS-153 (p/ Erechim)	11,75	1.110.087
ERS-450, de Entr. ERS-475 (Getúlio Vargas) a Floriano Peixoto	13,03	1.850.145
ERS-477, de Entr. ERS-126 (p/ Maximiliano de Almeida) a Paim Filho	2,73	499.539
ERS-420, de Erechim (Fim da Travessia municipal) a Aratiba	32,93	2.267.765
ERS-591, da BR-386 a Castelinho	13	2.807.343
ERS-472, da BR-386 a Três Passos	28	1.467.299
Acesso à Escola Agrícola, da BR-386 a Escola Agrícola	3	642.722
ERS-150, da RS-386 a Vicente Dutra	28	682.909
ERS-143, de Constantina a Liberato Salzano	23	1.593.523
ERS-500, de BR-386 a Constantina	12	1.225.094
ERS-504, de Alpestre a Planalto	11	1.424.240
ERS-324, de Planalto a Nonoai	25	3.924.848
VRS-818, Salto do Jacuí a Jacuizinho	21	2.700.000
TOTAL	523,2	57.361.194

CAT / PROJETOS

R$ 3.915.000

Recursos necessários para elaboração / readequação dos projetos executivos

Objeto	Extensão km	Projeto R$
Acesso municipal a Barra do Rio Azul	6	150.000
Acesso municipal a Dois Irmãos das Missões	17	425.000
Acesso municipal a Engenho Velho	8,8	220.000
Acesso municipal a Entre Rios do Sul	20	500.000
Acesso municipal a Faxinalzinho	12	300.000
Acesso municipal a Itatiba do Sul	28	700.000
Acesso municipal a Lagoão	28	700.000
Acesso municipal a Quatro Irmãos	17	320.000
Acesso municipal a Santo Expedito do Sul	10	250.000
Acesso municipal a Tupanci do Sul	14	350.000
Total	160,8	3.915.000

CONVÊNIOS

R$ 7.151.288

Necessidade de recursos para liquidação dos convênios em 2 municípios

Municípios com saldo nos convênios

Prefeitura Municipal	Objeto	% da obra	Saldo a empenhar R$
Barra do Rio Azul	Pavimentação asfáltica da Estrada Municipal Barra do Rio Azul à rodovia ERS-420.	100%	1.095.553
Barra do Rio Azul	Continuação da Pavimentação asfáltica da Estrada Municipal Barra do Rio Azul à rodovia ERS-420.	0%	5.000.000
Barros Cassal	Pavimentação asfáltica do Acesso Sul à Zona Urbana de Barros Cassal – RS, pela Via Muller até a Avenida Maurício Cardoso – Centro. Extensão: 1.854,00m	21%	1.055.735
TOTAL			7.151.288

- Escoamento da produção agrícola;
- Recebimento de matérias primas, escoamento de produtos e logística;
- Porto seco – Desenvolvimento (aeroporto)

3. MEIO AMBIENTE

- Descentralização dos serviços FEPAM – Legislação Estadual que atribuía serviços de licenciamento ambiental e afins;
- Investimentos para preservação e criação de reservas hídricas;

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Termo de convênio com a Junta, para atendimento regionalizado e especializado;
- Porto Seco;
- Turismo Rural
- Melhorias no aeroporto e linhas aéreas;
- Investimentos e divulgação da Região Termas e lagos, destinos no norte gaúcho;
- Rotas gastronômicas incluindo as agroindústrias familiares;
- Rotas Turismo das águas;
- Aceleração das Áreas Industriais – Zona de desenvolvimento Regional;

5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Treinamento e fomento para viabilização das PP's nos Municípios;
- Aplicativos para agilidade do serviço público e desburocratização dos mesmos;

6. AGRICULTURA

- Aumentar para 1% a alíquota do orçamento do Estado que destinasse a agricultura; hoje é de 0,80% passaria para 1%;
- Programas complementares para atingir 100% das comunidades rurais com eletricidade e internet, privilegiando energias alternativas tais como energias eólicas, solar, etc;
- Incentivar atividades relacionadas e convergentes com turismo rural e regional, bem como fomentar as agroindústrias familiares;
- Incentivar a produção leiteira, com fortalecimento da Bacia Leiteira do Alto Uruguai;
- Desburocratização dos processos para venda dos produtos das agroindústrias familiares fora dos municípios de sua sede;
- Programas de irrigação para culturas diversas;

7. EDUCAÇÃO

- Investir na Infraestrutura das Escolas Estaduais (reformas), bem como salas tecnológicas para qualificação do processo pedagógico criando possibilidades de ciência e inovação;
- Implantar sistema de Ensino moderno;

8. SAÚDE

- Credenciamento da Hemodinâmica;
- Investimentos no SANTA - Equipamentos (ressonância e mamografia), entre outros;
- Regionalizar o SAMU – atendimento;
- Melhorias Saúde Básica;
- Reativação dos pequenos hospitais municipais com incentivo do Estado para realização de atendimentos de até media complexidade;

Atenciosamente Equipe Relatoria MDB Alto Uruguai.

- **Saúde**

Regionalização do serviço.

Melhorar a estrutura hospitalar regional.

Utilização da telemedicina.

Melhorar o referencialmente de serviço, tentando ao máximo buscar referenciar serviços microrregionais.

Regionalizar atendimento sobre questão de hemodiálise.

Referenciar micro regionalmente serviços de saúde.

Ampliação dos serviços públicos de saúde.

- **Educação**

Escolas técnicas, voltadas ao ensino técnico empreendedor e tecnológico.

Nova orientação pedagógica, formação de empreendedores.

Municipalização do ensino fundamental.

Criação de escolas de ensino integral.

- **Fortalecimento da consulta popular.**

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
REGIÃO CENTRO SERRA

- **Infraestrutura**

Construção 3º pista, RS 400.

Acesso asfáltico entre Ibarama e Agudo.

Acesso asfáltico entre Lagoão e Barra Cassal.

Acesso asfáltico entre Cerro Branco, Lagoa Bonita e Sobradinho.

Conclusão passo 7 Lago Bonito.

Asfaltamento Jacuizinho tunas.

Recuperação estrutural VRS 817 e 818, Salto do Jacuí, Jacuizinho e Campos Borges

Aeroporto Municipal – de pequeno porte

Energia e comunicação.

- **Desenvolvimento Econômico**

Incentivo ao Agronegócio.

Incentivo a pequenas empresas.

Fomentar políticas públicas para empresas se instalarem nas regiões mais afastadas da capital e com déficit na geração de emprego.

Berçários industriais.

- **Agricultura**

Programa do Calcário.

Agroindústria (atrai turismo, incentivar o colono virar empresário).

Política de incentivo para os pequenos produtores.

Flexibilizar as exigências santanárias, está inviabilizando os produtores.

Desburocratização e incentivo para o pequeno produtor produzir e vender seus produtos de forma mais livre e lucrativa.

Política pública de incentivo ao pequeno produtor.

Facilitar a regulamentação para o agro.

Criar políticas de orientações e não punitivas

- **Infraestrutura**

Concluir os acessos asfáltico em Jari e Quevedo.

Duplicação da faixa nova de Camobi e ciclovia.

Revitalização da EVRS 230.

Ampliação do aeroporto de Santa Maria.

Anel viário Base aérea – Frigorifico Silva

ERS 149- Vila Nova.

Conclusão Tupanciretã a Santa Tecla.

Porto Seco para escoar a Produção.

Acesso Júlio de Castilhos e Tupã.

Ampliar a rede de tratamento e saneamento.

- **Agricultura**

Irrigação e abastecimento, criar uma política estadual de auxilio e fomento.

Ampliação do fomento para o FIAPERS.

Incentivo as Agroindústrias.

Desburocratização das exigências para as agroindústrias.

Desenvolvimento dos programas da EMATER.

Estudo para diversificação de cultura, e incentivo aos pequenos produtores.

Aumento do orçamento na Secretaria de Agricultura.

- **Saúde**

Apoio ao Hospital Regional para o desenvolvimento das especialidades.

Aumentar a oferta de serviços.

Desenvolvimento de políticas de prevenção.

Referenciar os hospitais microrregionais, pois Santa Maria está sobrecarregado.

Regionalizar o serviço de atendimento da SAMU.

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
REGIÃO CENTRO

- **Educação**

Melhorar a infraestrutura das escolas.

Municipalização do ensino fundamental.

Implantação de escolas de ensino técnico.

Desenvolvimento de projetos de extensão.

Projeto pedagógico alinhado com a secretaria de educação.

Qualificação dos espaços pedagógicos e tecnologia para professores.

Valorização do quadro de funcionários, formação de professores.

Novo plano de carreira do magistério com aumento remuneração.

- **Desenvolvimento Econômico**

Política de fomento para região subdesenvolvida.

Projetos de microcrédito para o empreendedorismo.

Política permanente de qualificação empreendedora.

Criação do fundo de gestão compartilhada.

Fomento a geração de energia renováveis.

Apoio a diversificação do modal de transporte.

- **Meio ambiente**

Licenciamento ambiental por compromisso.

Política ambiental de proteção aos diferentes biomas.

Licenciamento ambiental por compromisso.

Política ambiental de proteção aos diferentes biomas.

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
REGIÃO CENTRO

- **Desenvolvimento social**

Política de inclusão produtiva.

Programa de ações sociais integradas para o público de baixa renda.

Investimento em projetos de enfrentamento a criminalidade aos jovens.

Priorizar investimentos em novos equipamentos públicos em regiões de maior vulnerabilidade social.

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
QUARTA COLÔNIA

- **Infraestrutura**

ERS348; 149 Nova Palma – Pinhal; Ponte das Tunas (projeto); Trecho Formigueiro Vila Nova (Centro do Estado); Trecho Agudo Ibarama; Trecho Vale Vêneto até Silveira Martins (Geoparque); Estadualização do trecho do trevo de Restinga Sêca, na Várzea do Meio até São João do Polênise com acesso à Dona Francisca; Continuidade do programa de pavimentação, fomento à infraestrutura municipal.

- **Agricultura**

Políticas de correção de solo; Programa de fomento à irrigação; Recurso do Fiaper (calcário, troca-troca, fomento das agroindústrias); Avançar na Agricultura (perfuração de poços, dentre outros); Recursos para infraestrutura rural, como pontes e pontilhões

- **Saúde**

Gestão da distribuição do chamamento para consultas e cirurgias, melhoria no serviço de regulação; Regionalização do serviço; Referência regional é Santa Maria; Construção da rede Sara; Ampliação dos serviços públicos de saúde, como Dermatologia; Região será ampliado serviços de Cardiologia, Neurologia e Traumatologia; Maior credenciamento de serviços; Incentivo à pequenos hospitais

- **Educação**

Municipalização do Ensino Fundamental; modificação do sistema de controle interno das escolas; extinguir a 24ª CRE; as regionalizações devem ser as mesmas da FAMURS, para simplificar os serviços das Coordenadorias Regionais de Educação, reorganização da estrutura; incentivo a políticas pedagógicas para melhora dos índices educacionais; discussão sobre a estrutura curricular de ensino.

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
QUARTA COLÔNIA

- **Desenvolvimento Econômico**

Fundopem; fundo de fomento para regiões subdesenvolvidas; desburocratização para efetuar serviços; incentivo a pequenos empreendedores; desenvolvimento da metade Sul do Estado, uma política de governo, como criações de fundos; incentivo de formação de mão de obra, através de convênios.

- **Meio ambiente**

Desburocratização das licenças ambientais; utilização dos recursos medida compensatória para desenvolvimento do parque da usina da Quarta Colônia; repovoamento de espécies nativas nos rios da região, há espécies predatórias que não são nativas que estão predando as demais, como as palometas e carpas.

- **Desenvolvimento Social**

Há poucas políticas de desenvolvimento social, como habitação, ampliação do fomento; política similares aos centros de juventude, como centros de convivências, através de fundos de fomento; criação e ampliação dos serviços de identificação de famílias carentes, para melhorar a distribuição de recursos, como cestas básicas; cursos de qualificação.

- **OBS: Enfatizar a regionalização conforme a FAMURS; desburocratização de acesso aos editais de Cultura.**
- **Cartilha da marcha de vereadores da Quarta Colônia.**

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
VALE DO JAGUARI

- **Infraestrutura**

RS 640 (Rosário do Sul à São Vicente).

Manutenção constante das estradas.

RS 241 São Vicente São Francisco de Assis (Manutenção)

Ligação asfáltica Jari à Toropi.

Fiscalização dos órgãos reguladores das telefonias.

Melhora no serviço de energia elétrica trifásica.

- **Agricultura**

Criar convenio com os municípios para manutenção as estradas vicinais.

Apoio FEAPER.

Apoio as Agroindústrias (facilitar as regulamentações e políticas de incentivo)

Aumento do orçamento na secretaria de agricultura do RS.

Apoio aos programas de incentivo ao pequeno produtor.

Projetos Científicos que busquem auxiliar o produtor.

Fortalecimento e incentivo a novas culturas.

Estudo de zoneamento sobre utilização de defensivos agrícolas.

- **Saúde**

Organização regional para ofertar serviços de saúde.

Oferta de serviços microrregionais.

Credenciamento das principais demandas de especialidades de forma microrregional e ofertas de novas especialidades.

Melhorarias na saúde básica.

Regionalizar o atendimento do SAMU.

Reforço da parte de vigilância

- **Educação**

Programa de recuperação e modernização dos prédios escolares.

Dotar as escolas de internet de alta velocidade.

Equipar as escolas com equipamentos tecnológicos.

Formação pedagógica continuada, capacitação em metodologia ativas, criativas, empreendedoras e inovadoras.

Novo plano de carreira dos professores e recuperação salarial.

Criação de escolas técnicas alinhadas ao setor produtivo e ao perfil profissional exigido pelo mundo de trabalho. (Mínimo 3 escolas no Vale do Jaguari)

Implementar o processo de municipalização do ensino fundamental.

Aumentar o número de escolas em turno integral.

Criar uma política pedagógica para escolas do campo.

- **Desenvolvimento Regional**

Turismo regional.

Incentivo a pequenos empreendedores.

Políticas de incentivo para instalação de empresas nas regiões mais afastadas da capital.

- **Segurança Pública**

Aumento de efetivo e logística.

Melhora na frota de viaturas.

Continuidade e ampliação SIM

- **Desenvolvimento social**

Política eficaz para o grave problema que o RS enfrenta na habitação as pessoas carentes.

Centros de convivência com trabalho voltado para cursos de qualificação, cultura, esporte e lazer.

Política estadual do idoso.

Centro dia do idoso.

Política de inclusão produtiva

Programa de ações sociais integradas para o público de baixa renda

Priorizar investimentos em novos equipamentos públicos em regiões de maior vulnerabilidade social.

ENVELHECIMENTO DO VALE

O Brasil envelhece de forma acelerada, o estado do Rio Grande do Sul em outubro de 2019 atingiu a marca de ter mais idosos, pessoas acima de 60 anos, do que crianças de 0 a 14 anos. A nossa região não foge destas estatísticas e dos nove municípios que integram o do Vale do Jaguari, Capão do Cipó é a cidade mais jovem com 15% de idosos e a cidade mais envelhecida é Jaguari com 26% da população idosa, os demais municípios ficam entre 15 a 26% de idosos, dados de 2019 do sistema de informação de acompanhamento em saúde do idoso.

A tendência dos próximos anos é aumentar o número de idosos e esse fenômeno do envelhecimento se dá devido a queda da fecundidade, ou seja, as famílias diminuíram o número de filhos, de famílias extensas e numerosas do passado, passamos a ter a família do filho único ou famílias que optam por não ter filhos. Por outro lado, à expectativa de vida ao nascer vem aumentando e hoje a média de vida ao nascer é de 75 anos, o que representa uma conquista social devido à melhoria das condições de vida como saneamento, vacinas, serviços médicos, programas de transferência de renda entre outros.

Porém o grande desafio é incluir na pauta dos debates políticos a discussão para estratégias de promoção de um envelhecimento ativo e saudável, pois sabemos que os cuidados nessa fase da vida são redobrados e a maioria dos idosos necessita de cuidados especiais e prolongados, ou seja uma política de cuidados de longa duração e para tanto precisamos sensibilizar os gestores para conheçam a realidade que vivem os idosos nos seus municípios, formar e capacitar cuidadores de idosos e implantar espaços e serviços que atendam essas novas demandas como: centro de convivência, centro-dias e instituições de longa permanência.

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITÊS REGIONAIS MDB-RS
VALE DO JAGUARI

Causa Animal:

Controle populacional.

Programa estadual em parceria com os municípios para políticas publicas eficaz na causa animal.

Turismo

Políticas de incentivo ao Turismo Rural.

- **Valorização e recuperação da Consulta Popular.**

CAMINHOS PARA O RIO GRANDE

Relatório de contribuições, perspectivas e *insigths* técnicos de

Porto Alegre (e região metropolitana) para o

Plano de Governo do MDB gaúcho em 2022

Coordenador: Alexandre Borck e Clóvis André Silva da Silva

Relator: Gustavo Ferenci e Gilvan Lescano Marques

Monitor: Armenio de O. dos Santos

Porto Alegre

Novembro de 2022

SUMÁRIO

1 – ANÁLISE PRELIMINAR

2 – RODADA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

3 – RODADA 2 - PRIORIDADES REGIONAIS

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 – ANÁISE PRELIMINAR

Ao longo dos anos, o pensar em políticas públicas foi se fragmentando. Os estados passaram a ser concorrentes ao invés de parceiros (vide a disputa fiscal que há tempos acirra os ânimos) e os municípios seguiram o mesmo caminho. Ainda nos anos 90, Edgar Morin pregava a visão sistêmica como uma forma de reunificar as disputas oriundas do modernismo tardio. Na esfera pública este conceito agora começa a ganhar uma vasão maior e poucos partidos conseguem enxergar que para além de uma visão ultrapassada de "bem e mal" existe a necessidade de pensar em soluções integradas para problemas semelhantes e que afligem a todos.

Em alguns locais, como na região metropolitana de Porto Alegre, isso fica mais evidente, haja vista de existe um conglomerado de cerca de 3,7 milhões de habitantes com problemas de segurança, transporte, saúde, meio ambiente, entre outros, que coincidem. Por isso, o relatório que será apresentado aqui mostra propostas claras para Porto Alegre e, necessariamente, para as cidades que compõem esta conturbação (responsável por 33% do PIB gaúcho) que é a quinta maior do país.

O resultado é fruto do trabalho que se desencadeia há dias via redes digitais, mas que fora materializado em encontro do dia 18 de novembro, na sede estadual do MDB gaúcho, com participação de mais de 20 quadros técnicos do partido e de simpatizantes, preocupados com o futuro do Rio Grande. Antes de entrar, contudo, na explicação metodológica proposta pela Fundação Ulysses Guimarães e nas conclusões, o grupo entendeu como necessário uma reflexão mais ampla (especialmente porque foram destacados alguns pontos, mas os desafios são bem mais amplos).

Como é de conhecimento público, Porto Alegre é a segunda maior capital gaúcha governada pelo MDB e, já nos primeiros meses, vêm conseguindo resultados de governança que servem de modelo para diversas outras cidades do estado e do país. A Capital gaúcha, dentro de uma perspectiva de *smart cities*, vem adotando medidas que sirvam tanto para o desenvolvimento econômico e social dos porto-alegrenses, quanto dos habitantes da região metropolitana. Esta é uma premissa do prefeito Sebastião Melo desde quando era deputado estadual, por entender que os problemas dos municípios que compõem este conglomerado urbano muitas vezes coincidem e as soluções devem ser pensadas conjuntamente.

Desafio ambiental e de sustentabilidade. Como crescer de forma responsável? Esta é a pergunta que norteia o mundo, na esteira da COP/2022, recém termina. A região metropolitana de Porto Alegre possui alguns dos rios mais poluídos do Brasil e não adianta uma cidade, isoladamente, tentar resolver o problema se as outras continuam poluindo. Por isso, uma política forte de saneamento básico, de resíduos sólidos e de drenagem urbana são essenciais. Além disso, tratar a água como bem primordial ao futuro precisa deixar de ser discurso.

Desafios do planejamento urbano. Este é outro eixo que da dor de cabeça aos prefeitos. A lógica da expansão, com áreas de moradia distantes (a região tem uma extensão de 7 milhões de Km2 – a terceira maior do país), é algo que já no final do século XX se viu defasado. Hoje as pessoas precisam trabalhar, estudar, ter seu lazer perto da sua casa (conhecido conceito de Cidades de 15 minutos). Neste sentido, o adensamento, antes condenado, passa a ser revalorizado, com uma reformulação geral dos planos-diretores das cidades. Da mesma forma a regularização fundiária deixou de ser uma questão ideológica e passou a ser essenciais para organizar as cidades. E, claro, o desafio da mobilidade é o maior de todos: novos modais, repensar o sistema de transporte coletivo (temas a serem enfrentados: extinção dos cobradores, isenções, bilhete único e integração dos modais), reestruturar a própria lógica de locomoção são, talvez, o que mais saltam aos olhos: e não podem ser resolvidos apenas por uma cidade.

Desafios da Saúde. Mais da metade dos pacientes atendidos nos hospitais da rede pública de saúde de Porto Alegre não são de Porto Alegre. E muitos se deslocam à Capital para tratamentos básicos que deveriam existir, em quantidade suficiente, em qualquer cidade. Infelizmente esta não é a realidade. Por isso já passou a época de criar uma rede metropolitana compartilhada em assistência à Saúde, inclusive com troca de experiência, tecnologia e metodologia.

Ainda que os desafios supracitados sejam fundamentais, o grupo de Trabalho optou por focar em várias questões, as quais, alguns parecem mais evidentes:

- Desafio da Segurança;

- Desafio do Turismo;

- Desafio do Polo de Inovação;

- Desafio da Governança e articulação Metropolitana.

Estes temas serão detalhados nas próximas páginas (em meio a outros que surgiram), pois foram fruto de longo de profícuo debate. As proposições não são conclusivas, mas, pelo

contrário, servem para nortear aquilo que é necessário para o desenvolvimento da Capital gaúcha, dos municípios que a cercam e de todo Rio grande.

Além disso, nas considerações finais, o Grupo de Trabalho optou por elencar uma série de propostas concretas que serviriam para a região, fugindo um pouco do método. Tais contribuições devem ser consideradas pela equipe de síntese e, caso achem relevante, incorporadas na sistematização final.

RODADA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Como enxerga a situação do Estado do Rio Grande do Sul?

O Rio Grande do Sul possui alguns problemas críticos e, boa parte deles estão concentrados na região metropolitana ou, ao menos, também são muito problemáticos em Porto Alegre e arredores.

Educação. Falta de qualidade de ensino e infraestrutura gera problemas do IDEB, mas, mais do que isso, na formação de cidadãos aptos ao mercado de trabalho e a ter uma vida digna. Obviamente que os baixos índices de IDEB, como mensuráveis, saltam aos olhos, mas o analfabetismo digital é gritante e interfere na preparação dos jovens mais vulneráveis para as profissões do século XXI. Educação como eixo central. Educação atrasada. Especialmente nos investimentos na tecnologia e infraestrutura para o desenvolvimento social e econômico.

Regularização Fundiária. O problema é endêmico em todas as regiões urbanas, especialmente nas maiores. Na região metropolitana o problema é ainda maior e atinge a todos os municípios. Em Porto Alegre, falamos em mais de 80 mil famílias em irregularidade fundiária. Registre-se, também, que há problema com a regularização rural.

Equilíbrio fiscal e financeiro. O problema é histórico. Ainda que os dois últimos governos tenham feito melhorias, a tendência é que, nos próximos 10 anos, ainda tenhamos muitas dificuldades. Falta aqui uma revisão do papel do setor público para o desenvolvimento do estado. Diminuir o tamanho da máquina pública e ampliar as relações com as organizações civis parece ser o caminho para evitar um colapso.

Segurança. Pesquisas apontam que este é o primeiro ponto de preocupação da população. É urgente a melhoria da infraestrutura e na modernização.

Índice de Desenvolvimento Humano. O RS estagnou. O tecido social do estado se degradou ao longo dos anos, especialmente na questão social e na educação (saiu do segundo lugar para o décimo quarto no ranking das capitais em poucos anos). Há diversas pistas de como o RS perdeu o rumo nos últimos anos e a carência de políticas públicas estruturantes parece ser um dos principais motivos.

As classes sociais estão cada vez mais distantes. Este não é um problema somente gaúcho, mas também é dos gaúchos. Com a pandemia, isso aumentou exponencialmente. Faltam políticas governamentais de recuperação. Falta criatividade para impulsionar a economia.

Arranjos produtivos locais. Com foco na atração, criação e desenvolvimento de tecnologia e Inovação. O RS está cheio de diagnósticos, mas com poucas práticas. É preciso, além de identificar as vocações produtivas, focar em soluções para que este desenvolvimento saia do papel.

Política preventiva. O governo é reativo. Desenvolvimento de políticas preventivas, proativas, é essencial. A tecnologia pode ajudar muito nisso, especialmente com a busca ativa preventiva para a Saúde, a assistência social e a educação, por exemplo.

Saúde. Certamente um dos maiores gargalos. A grande questão é que os pequenos centros de saúde deixaram de existir nas últimas décadas e o atendimento começou a ser centralizado em alguns polos que, hoje, não conseguem suprir a demanda. Melhor investimento da descentralização da Saúde é essencial num governo emedebista.

Ausência de políticas públicas que não sejam paternalistas. As políticas públicas, mesmo em governos do MDB, não atingiram o foco de gerar independência dos cidadãos. Hoje os municípios, por esta falha, possuem bolsões de pobreza. Elas precisam ser de médio e longo prazo (políticas de estado).

Choque de gestão pública. Visão dual. Uma parte, privada, "voando", como o campo. Na mesma linha, como a inovação, crescendo muito. Por outro lado, o Estado está defasado. O RS precisa de um choque de gestão. Tudo o que depende do governo vai mal e o que vai bem, raramente tem ajuda do governo.

Estado pouco amigável para quem quer investir. Um Estado pesado e burocrático, com uma carga burocrática pesada. O caso da Pirelli (saiu), mercado Livre (não veio). Um emaranhado legal complicado e que dificulta a vida do empreendedor.

Inclusão Digital. Mais de 90% das profissões até 2030 necessitarão de qualidades digitais para serem aplicadas e os gaúchos não está preparado para isso. Não adianta investir em meios de acesso tecnológico se as pessoas não souberem utilizar tais ferramentas.

Qual a sua percepção sobre o cenário atual de Porto Alegre dentro da Região Metropolitana e vice-versa?

Mais do que nunca é necessário buscar o consenso sobre o futuro e acelerar as medidas para transformar Porto Alegre e região metropolitana na região emergente da inovação e da educação no Brasil e na América Latina. Os modelos que orientaram - até o dia de ontem - a realização dos afazeres no setor público devem ser revisados e trazidos ao presente de forma renovada e ajustada às transformações sociais, demográficas, políticas e tecnológicas. Neste sentido, a capital e as cidades que as circundam começam a romper um lógica de distanciamento na resolução dos problemas. A Grampal (associação dos municípios da Região Metropolitana) é um exemplo de consórcio que consegue equalizar algumas questões, mas ainda está longe de ser a solução para os problemas comuns entres as mais de 40 cidades que compõem esta conturbação.

Importante salientar que a pandemia fez com que esta necessidade de enfrentar os problemas de forma conjunta ganhou força. Por exemplo, o tema da economia. O comércio, os serviços, o turismo de negócios, a educação e o emprego foram duramente atingidos e cada um provocará consequências distintas e, muitas vezes, imbricados uns nos outros. Todos tememos que esse quadro produza um incremento das desigualdades (o que já está acontecendo a olhos vistos). E para enfrentar essa conjuntura potencialmente adversa nossa cidade e região terão de lançar mão de dois ativos.

I. O primeiro grande valor que temos é a nossa tradição de diálogo democrático. Nunca, nas últimas três décadas e meia de convivência na democracia, assistimos o desfazimento de relações políticas locais – sempre em detrimento do cidadão e da cidade. Romper com esse ciclo de discórdia é tarefa para os que são capazes de conviver com a diferença e a tolerância.

II. A segunda competência instalada é o poder da inteligência de sua gente. Temos uma das mais ricas teias de conhecimento em engenharia, medicina, administração, direito, arquitetura, ciência social e comunicação do país. Somos celeiros de cérebros e possuidores de uma das mais contemporâneas plataformas de universidades e parques tecnológicos do Brasil e da América Latina.

Essas duas forças que temos nos empurrarão para frente. E nessa jornada haveremos de enfrentar desafios.

Amparar os mais frágeis. A solidariedade nos impõe essa prática social.

Facilitar a vida do empreendedor. Promover um virtuoso ambiente de negócios.

Cuidar do básico. Tornar a cidade aprazível no dia-a-dia das pessoas comuns.

Portanto, os desafios regionais dentro de uma perspectiva inter-setorial não são mero discurso. Envolver os municípios em problemáticas diferentes, com uma ação coordenada pelo estado para atacar os problemas de forma integrada é a única forma de fazer com que a região cresça de forma conjunta.

Para tanto, a criação de uma entidade de gestão metropolitana, com recursos para resolver os problemas comuns a todos tem papel central (e a Metroplan, apesar do seu escopo, no papel, não tem independência para realizar tal tarefa). Questões como transporte metropolitano, limpeza dos rios e saúde precisam ser implementadas com políticas públicas comuns a todos. Isso incluir captar recursos e fomentar na resolução de problemas de forma que uma cidade da região não seja concorrente da outra, mas, sim, colaborativa.

Além disso, outros temas devem ser identificados de forma conjunta: Desburocratização e Eficiência Administrativa, Fomento empreendedorismo inclusivo, Politica estruturada de TD governos e cidades inteligentes, Articulacao Saúde Digital, Adoção Arranjos Inovadores para desenvolvimento econômico, Estimulo Planejamento metropolitano, Formação talentos digitais e criativos e Logística com interação de modais.

Como se enxerga ou enxerga a sua participação nesse contexto?

(não cabe a questão)

"Considerações Finais" (CAPÍTULO 4).

4- Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?

Desafio da diminuição do Estado.

Parceiros- Entidades empresariais , governos e entidades do terceiro setor ;

Ações Prioritárias - Lei de liberdade econômica, desburocratização e redução de carga tributária;

Análise e organização técnica - Melhoria do ambiente de negócios através de marco regulatórios, desburocratização e fomento na redução de carca tributária para induzir aumento de arrecadação em médio prazo;

Articulação e mobilização - Órgãos públicos , entidades , sociedade civil e governos;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral e setor público.

Desafio da melhoria do índice de Desenvolvimento Humano.

Parceiros – Universidades;

Ações Prioritárias – Melhorar radicalmente o IDH , desenvolvimento sustentável , inovação e tecnologia, acessibilidade, arte inclusiva e cultura;

Análise e organização técnica – Gestão baseada em dados/evidencia/predição /predição**;**

Articulação e mobilização – Através dos conselhos e sindicatos **;**

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral **.**

Desafio da Inovação.

Parceiros – PPP s – Parcerias público Privadas **,** Governo Federal e 3º setor;

Ações Prioritárias – Dar visibilidade dos polos tecnológicos e de inovação e polos universitários. Ampliar o cercamento eletrônico em toda a região metropolitana;

Análise e organização técnica – Secretaria de inovação e tecnologia;

Articulação e mobilização – Criação de um departamento de inteligência do Estado;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

5- Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado – dizer a área e, principalmente, no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?

Desafio da Mobilidade.

Parceiros – União (Governo Federal), e organismos internacionais ;

Ações Prioritárias – Mobilidade humana, melhoria do sistema de transporte (integração), integração de forças da segurança pública (guardas municipais etc...), modernização e inteligência das forças de segurança;

Análise e organização técnica – integração, transporte e modernização;

Articulação e mobilização - Órgãos públicos, entidades, sociedade civil, governos, consórcios e cooperação com as universidades;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral e setor público.

Desafio da Arte e da Cultura como forma de Identidade.

Parceiros – Universidades e Pacto Alegre (EXEMPLO)

Ações Prioritárias – Políticas públicas estruturantes e pertencimento através da arte e cultura;

Análise e organização técnica – Inteligência e dados;

Articulação e mobilização – Através dos conselhos e sindicatos**;**

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral**.**

Desafio do Empreendedorismo.

Parceiros – PPP S, governo federal e 3º setor**;**

Ações Prioritárias – Estimular o empreendedorismo;

Análise e organização técnica – Secretaria de Desenvolvimento econômico;

Articulação e mobilização – Universidades, escolas e setores de Educação em geral ;

Público Impactado/ beneficiários – Juventude em primeiro plano.

6- Que áreas terão maior desenvolvimento na região?

Desafio de equilibrar desenvolvimento econômico e social

Parceiros – Governos, entidades empresariais, entidades do 3º setor, e organismos internacionais;

Ações Prioritárias – Desenvolvimento econômico e social;

Análise e organização técnica – Consórcios, municípios, setor econômico e universidades;

Articulação e mobilização - Órgãos públicos, entidades, sociedade civil, governos, consórcios e cooperação com as universidades**;**

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

Desafio da Educação Inovadora e Desruptiva.

Parceiros – Open Inovation como método de trair parceiros;

Ações Prioritárias – Comunicação – educação permanente como eixo estratégico para desenvolvimento humano e econômico;

Análise e organização técnica – Gestão pública intersetorial do território;

Articulação e mobilização – Diálogo com os órgãos de controle;

Público Impactado/ beneficiários - Os mais vulneráveis.

Desafio da melhoria dos Serviços.

Parceiros – PPPs , Governo Federal e 3º setor

Ações Prioritárias – Serviços;

Análise e organização técnica – Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

Articulação e mobilização – Universidades, escolas , educação em geral , 3º setor e iniciativa privada;

Público Impactado/ beneficiários – sociedade em geral , jovens , empresários e empreendedores.

7- Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou região?

Desafio da pós-pandemia.

Parceiros – Governos, associações, classe empresarial e sociedade ;

Ações Prioritárias – Recuperar o que fora perdido com a pandemia;

Análise e organização técnica – Ciência, cuidados preventivos e investimento em tecnologia**;**

Articulação e mobilização – União (governo federal), consórcios , municípios e sociedade;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

Desafio da recuperação da defasagem da Educação.

Parceiros – Co-criação com agentes de politicas públicas;

Ações Prioritárias – Inclusão digital, politica pública de educação integral , investimento em infraestrutura, meritocracia , metas para agentes de educação;

Análise e organização técnica - Gestão pública intersetorial do território;

Articulação e mobilização - Através dos conselhos e sindicatos;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

8-Prioridades devem ser apontadas na região nas áreas:

Desafio da melhoria da máquina pública.

Parceiros – Consultorias, iniciativa privada e poder público;

Ações Prioritárias – Choque de gestão (melhoria de processos) ;

Análise e organização técnica – Capacitação de servidores, implantação de novos fluxos e processos, qualificação e formação de quadros políticos e digitalização da máquina pública;

Articulação e Mobilização – Governos, entidades de classe e sociedade civil;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral e setor público.

Desafio da Inclusão.

Parceiros – PPPs, governo federal e 3º setor

Ações Prioritárias – Educação, Gestão Pública e desenvolvimento social;

Análise e organização técnica – Secretaria da Educação, Secretaria de Parcerias e Secretaria do Trabalho;

Articulação e Mobilização – Universidades, escolas e educação em Geral , 3º setor e iniciativa privada;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral e jovens.

9-Na infraestrutura deve ser indicada a principal realização de impacto na região. Qual seria?

Desafio do Cais do Porto.

Parceiros – Poder público e iniciativa privada;

Ações Prioritárias – Municipalização do Porto de Porto Alegre, modais de transporte rodoviário (integração) e hidroviário**;**

Análise e organização técnica – Consultorias, município de Porto Alegre, governo do Estado e iniciativa privada;

Articulação e Mobilização – Governos e iniciativa privada;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

Desafio do Saneamento.

Parceiros – PPPs

Ações Prioritárias – Saneamento;

Análise e organização técnica – Secretaria de Parcerias e Secretaria de Obras;

Articulação e Mobilização – Iniciativa Privada;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral, empresários/empreendedores.

10 – Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?

Desafio da desburocratização.

Parceiros – Governos, consórcios, sociedade civil e entidades de classe;

Ações Prioritárias – Desenvolvimento econômico e social e desburocratização;

Análise e organização técnica – Setor de inteligência dos governos, consórcios, universidades (políticas com evidência),

Articulação e Mobilização – Governos, consórcios, organismos internacionais e universidades;

Público Impactado/ beneficiários - Sociedade em geral , pessoas em vulnerabilidade.

Desafio da Quadrupla Hélice.

Parceiros – Governo Federal e 3º setor;

Ações Prioritárias – Ações cooperativas entre vários entes;

Análise e organização técnica – Secretaria de Desenvolvimento Econômico ;

Articulação e Mobilização – Universidades, escolas e educação em geral e 3º setor;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

11- Como percebe a economia local (crescimento, estagnação ou retração)? Por quê?

Desafio da Economia Criativa e dos arranjos produtivos locais.

Parceiros – Iniciativa privada, governos, organismos internacionais e sociedade civil ;

Ações Prioritárias – Desburocratização e fomento a economia criativa local;

Análise e organização técnica – Usar dados governamentais, consultorias e cases de sucesso (adaptando as particularidades regionais);

Articulação e Mobilização – Governos, consórcios e iniciativa privada;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

12- Como vê o jovem da região/município? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município?

Desafio da preparação dos jovens para o século XXI.

Parceiros – Governos, associações, 3º setor, sociedade organizada;

Ações Prioritárias – Criação de espaços de lazer nas regiões periféricas, acesso a educação digital, empregabilidade e combate a evasão escolar;

Análise e organização técnica – Usar dados governamentais regionalizados e pesquisas.

Articulação e Mobilização – Governos, consórcios, iniciativa privada, universidades e organismos internacionais;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

Desafio do Primeiro Emprego.

Parceiros – PPPs, Governo Federal e 3º setor;

Ações Prioritárias – Acesso a educação de qualidade e primeiro emprego ;

Análise e organização técnica – Secretaria da Educação, Secretaria de Parcerias e Secretaria do Trabalho;

Articulação e Mobilização – Universidades, escolas e educação em geral, terceiro setor e iniciativa privada;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral e jovens.

13 – identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?

OBS: área particularmente pujante Polos educacionais eficientes

Desafio da Inclusão para a Educação Digital.

Parceiros – Universidades, governos e sociedade civil;

Ações Prioritárias – Universalização de ensino (acesso)e inclusão digital nas periferias;

Análise e organização técnica – Pesquisas de evidências e dados governamentais;

Articulação e Mobilização – Universidades (polos tecnológicos), governos e sociedade civil ;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

Desafio do Desemprego imediato.

Parceiros – PPPs e 3º setor

Ações Prioritárias – Qualificação para atuar na construção civil e qualificação para micro empreender;

Análise e organização técnica – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Educação , Secretaria de Parcerias e Secretaria do Trabalho.

Articulação e Mobilização – Universidades, escolas e educação em Geral, iniciativa privada e 3º setor;

Público Impactado/ beneficiários – Jovens, empresário/empreendedor .

14 – Existem, no município/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?

Desafio Ambiental.

Parceiros – União , organismos internacionais , iniciativa privada, consórcios e municípios;

Ações Prioritárias – Saneamento básico metropolitano, arroio Feijó, arroio Diluvio, investimento de despoluição das bacias hidrográficas e educação ambiental;

Análise e organização técnica – Dados estatísticos de governos e companhias de saneamento básico;

Articulação e Mobilização – Garantir recursos robustos nos orçamentos governamentais e captar financiamentos nacionais e internacionais;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em Geral.

15 – Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?

Desafio de ser mais "amigável" às empresas.

Parceiros – PPPs

Ações Prioritárias – Fomentar e atrair empresas a região metropolitana – escasso e pouca oferta;

Análise e organização técnica – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, secretarias de Parcerias e do Trabalho;

Articulação e Mobilização – 3º setor Sistema S e Iniciativa Privada.

16 – Quais as perspectivas de inserção socioprofissional para as pessoas da região/município?

Desafio de Inclusão do mercado de trabalho.

Parceiros – 3º setor

Ações Prioritárias – perspectivas baixas.....

Análise e organização técnica – Secretarias de Parcerias, Trabalho e Desenvolvimento;

Articulação e Mobilização – 3º setor sistema S;

Público Impactado/ beneficiários – sociedade em geral, jovens e empresários/empreendedor.

17 – Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região ?

Desafio de valorização dos produtos locais.

Ações Prioritárias – Pêssego e Micro cervejarias

Análise e organização técnica – Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Parcerias;

Articulação e Mobilização – 3º setor sistema S

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral e empresários /empreendedor .

18 – Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? (pensando na campanha 2022); quais os melhores meios de comunicação/mídia com alcance regional.

Desafio de qualificar ainda mais os espaços públicos.

Ações Prioritárias – Terminar a orla do Guaíba, realizar um mapeamento das áreas públicas da região metropolitana e um mapa de ocupação (feiras, shows, atividades esportivas, etc.);

Análise e organização técnica – Governo e parceiros privados;

Articulação e Mobilização – Governos, parceiros privados e Pacto Alegre;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral .

19 – O que vê como uma principal contribuição de um Governo de Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o Estado e região .

Desafio de ser Polo Tecnológico e de Inovação.

Parceiros – PPPs, Governo Federal e 3º setor;

Ações Prioritárias – Inclusão tecnológica para toda a população;

Análise e organização técnica – Secretaria de Parcerias e secretaria de inovação.;

Articulação e Mobilização – Iniciativa Privada;

Público Impactado/ beneficiários – Sociedade em geral.

Fonte de Recursos Públicos – Privados Materiais – Finanças

Públicos – Privados e PPPs

Tempo Implementação

2 anos médio prazo

4 anos longo prazo

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo debate presencial, de muitas trocas por meios eletrônicos, diversas conversas pessoais e por telefone e, sobretudo, pela experiência acumulada de 12 anos participando da gestão em Porto Alegre e, mais recentemente, com o governo de Sebastião Melo na Capital e ainda acumulando a presidência da Grampal, entendemos que algumas considerações devem ser postas, ainda que não se enquadrem, exatamente, no método proposto (ou, talvez, não soubemos como encaixar).

4.1 - **Menos intervenção, mais liberdade econômica**

4.1.1 Menos regulação - Transformar Porto Alegre (e região) na cidade (e região) com maior liberdade econômica do país é uma condição vital para o futuro. A meta é nos posicionarmos no grupo de comunidades evoluídas e abertas às mudanças no Brasil e na América Latina. O papel do poder público deve ser o de regulador e fiscalizador, mas nunca o de interventor, salvo em situações de absoluta emergência.

4.1.2 **Menos burocracia** - A visão intervencionista, ainda presente no setor público, é oriunda do pós-guerra e infelizmente está arraigada na cultura do serviço estatal no Brasil. Os fundamentos da visão patrimonialista na gestão pública devem ser superados plenamente. Para bem administrar aquilo que é de todos há que direcionar a energia da burocracia estatal para servir às necessidades do cidadão e das empresas, que são, ao mesmo tempo, os financiadores do Estado e seus principais destinatários.

4.1.3 **Competências privadas -** Saber diferenciar as competências do que é público ou privado faz parte dessa nova mentalidade gerencial. Ao setor privado cabem as tarefas da produção de riqueza com a consequente geração de empregos, oportunidades e quitação de tributos. Já ao setor público cabe conceber políticas públicas destinadas a promover a prosperidade, evitar ilegalidades e honrar cada centavo recolhido junto ao cidadão.

4.1.4 **Startups em setores estratégicos** - Na prática, esta iniciativa visa a fortalecer a posição do Estado como indutor e fomentador de políticas públicas para promover o nascimento

de empresas; estimular ciclos contínuos de startups (especialmente nos segmentos de finanças, educação, saúde e turismo); fortalecer as iniciativas das universidades e seus parques tecnológicos; planejar e implementar políticas de desenvolvimento econômico.

4.1.5 **Ferramentas de desenvolvimento econômico** - No mesmo sentido, a administração pública conta, pelo menos, com três ferramentas estratégicas, que têm distintas características econômicas. Faremos uso desses instrumentos em nossa política para induzir o desenvolvimento econômico em harmonia com o ambiente da cidade:

Plano Diretor - principal instrumento da política urbana brasileira precisa deixar de ser apenas da cidade para ser metropolitano. Além de enfrentar o crescimento desordenado que degrada o meio ambiente, afeta a mobilidade e pressiona o saneamento básico, o Plano Diretor pode induzir o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico.

Parceiras Público Privadas (PPP) - prestadores de serviço de médio e longo prazo (de 5 a 35 anos) executam obra pública e sua remuneração, em geral, ocorre por meio da exploração da infraestrutura.

Operação Urbana Consorciada (UOC) - instrumento urbanístico regulado pelo Estatuto da Cidade. Será utilizado pela administração pública sempre que se impuser a realização de projetos urbanos em parceria com o setor privado (moradores, proprietários, usuários e investidores imobiliários). A meta nesse caso é alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias no ambiente social e valorização ambiental em trechos urbanos predeterminados.

4.2 Mais inovação, mais educação, mais cidade

4.2.1 Cidades para quem tem e não tem tecnologia - A pandemia demonstrou a todos nós as inúmeras possibilidades para mitigar o isolamento social e seus impactos na vida econômica das famílias, profissionais, alunos e empresas. É certo que as atividades de baixa renda ainda passam ao largo das soluções tecnológicas adotadas em larga escala pela sociedade. Há que se reconhecer que muitos trabalhadores, operários, vendedores, motoristas, porteiros, zeladores, manicures, pipoqueiros, e outros, ainda estão fora da chamada zona digital. Porém, também são destinatários legítimos dos serviços públicos. É preciso cuidar de ambas as situações – os integrados digitalmente à nova economia e aqueles ainda "invisíveis" socialmente.

4.2.2 Cidades inteligentes - As cidades, especialmente, têm a sua frente o desafio de adotar e aderir às transformações que batem à porta de todos os municípios – médios e grandes - do planeta. No caso de Porto Alegre e região, há que se avançar celeremente na direção das chamadas *smart cities*, ou cidades inteligentes. De acordo com a União Europeia, estas comunidades representam sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para promover o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas e territórios. Esse modelo pressupõe o uso estratégico e intensivo de serviços, informação e comunicação em que o planejamento urbano associado aos modelos de gestão conduz a responder efetivamente às necessidades do cidadão e a sociedade.

4.2.3 Inteligência instalada em Porto Alegre - O *IESE Business School*, em Barcelona, Espanha, principal escola de educação executiva do mundo há seis anos ininterruptos (ranking do jornal americano *Financial Times*), criou o *Cities in Motion Index*. Nele, dez dimensões indicam o *quantum* de inteligência há numa cidade: governança, administração pública, planejamento urbano, tecnologia, o meio-ambiente, conexões internacionais, coesão social, capital humano e a economia. Vamos trabalhar para que esse conceito inovador de cidade seja espalhado e influencie positivamente a mentalidade dos servidores públicos, trabalhadores e empreendedores de nossa cidade.

Todos esses atributos, em maior ou menor grau, dialogam com a história recente de Porto Alegre e região, mas precisam avançar. A vinda de eventos de Inovação internacional para

a capital e os hubs de inovação das universidades e, mesmo, os privados, mostram que o caminho é este.

4.2.4 Escola municipal *benchmark* (referência) - No caso de nossas escolas públicas, a melhoria dos processos pedagógicos, a gestão de recursos e a infraestrutura física serão desafiados pela inovação tecnológica a responderem com mais eficácia aos temas que preocupam professores e alunos nesses novos tempos: aprendizado de qualidade na era digital. Esta proposta pode ser expandida ao estado. O Índice de Desempenho do Ensino Básico (Ideb) é um fator relevante nesse debate e que expressa a qualidade em si das práticas educacionais de uma comunidade.

4.2.5 A disseminação da Cultura - Em Porto Alegre e região a cultura é produzida e distribuída em diversos equipamentos públicos, tais como centros culturais, museus, bibliotecas e teatros, entre outros. Nesses espaços se disseminam os bens culturais intangíveis por meio de atividades culturais e artísticas e de recreação e lazer produzidos aqui nas cidades ou fora delas (como catalizador de cultura do interior). A preservação do patrimônio histórico, a formação de profissionais e a valorização da diversidade étnica e social são desafios para uma gestão pública que necessita incorporar as melhores práticas para disseminar e promover as artes plásticas, dança, música e artes visuais, dentre tantas outras.

4.2.6 Turismo local e *startups* - Investir em turismo, especialmente em feiras e eventos, é uma forma de dinamizar os ativos econômicos e de recursos humanos das cadeias produtivas da cultura, do entretenimento e do turismo e, com isso, incrementar a arrecadação. Criar um ambiente de inovação para a criação de *startups* é outro passo importante. Em face da pandemia é provável que, nos próximos dois anos, o turismo regional receba maior atenção dos gaúchos. Esse contexto deverá exigir criatividade e iniciativas da capital para aproveitar essa onda que tende a transformar, no curto prazo, a maneira como os gaúchos vão viajar e se divertir. E a capital dos gaúchos é sempre uma atração para as mais de 10 milhões de pessoas que vivem no interior, mas para trazer turistas de fora é preciso ir além e, especialmente, num projeto integrado, metropolitano.

4.3 Menos morosidade, mais confiança no cidadão

4.3.1 Cultura da confiança - Economistas ensinaram às organizações que a economia prospera quanto mais estiver presente o valor da confiança. Este atributo quando verificado nas relações econômicas de uma comunidade torna a vida das empresas e pessoas mais barata porque diminui os custos de transação (se mitigam, por exemplo, despesas com contratos complexos e repletos de cláusulas punitivas, consultoria jurídica e atividades administrativas). Hoje, vemos, em muitos casos, a cultura da desconfiança nas relações entre o público e o privado. É comum, por exemplo, verificar que a prefeitura nega ao cidadão a liberação de uma obra de pequeno porte até que o processo burocrático da análise da solicitação seja concluído e autorizado pela burocracia pública. E isso pode demorar meses. Na prática, o empreendedor não pode começar a obra. Este é o modelo mental atrasado que ainda vigora entre nós – e não é questionado.

4.3.2 Licenciamento reverso - É preciso mudar. E o avanço dessa nova consciência, que tem potencial de aproximar o cidadão com a administração da cidade, dará frutos virtuosos à comunidade. A liberação de alvará, envolvendo número excessivo de secretarias municipais, pesa para o cidadão. Por isso, vamos investir no fortalecimento da cultura da confiança entre a máquina pública, o cidadão e os empreendedores. Essa cultura será implantada começando pelas pequenas obras e reformas. Em síntese, esta iniciativa visa a exercitar a presunção da verdade na palavra do cidadão. E, claro, punibilidade no caso de o indivíduo faltar com a verdade ou enganar a administração pública.

> **O cidadão pode imaginar a seguinte cena:** *o morador requer uma autorização para obra/reforma residencial. O funcionário da Prefeitura diz ao cidadão que a administração vai trabalhar com afinco para lhe entregar em 90 dias a licença requerida. Mas, caso não seja possível entregar a autorização nesse prazo e o motivo for deficiência burocrática, a obra será liberada e o contribuinte será responsabilizado caso não atenda aos limites estabelecidos pela lei. A confiança será real e a fiscalização severa.*

Esta, hoje, absolutamente hipotética relação administrativa entre o cidadão e a prefeitura revela as imensas possibilidades que temos à frente para promover a mudança da cultura de licenciamento e fortalecer a autoestima da população, que aprenderá a cultivar o que é certo. A Prefeitura confia, o cidadão faz. É assim que pensamos.

4.4 Mobilidade

Há um serviço essencial prestado pelas cidades da região metropolitana é mobilidade urbana. A mobilidade não é assunto para "canetaços" dos prefeitos, mas de diálogo. Se há setor em que a inteligência e a racionalidade da administração pública deverão investir tempo e energia é no tema da mobilidade. Não teremos soluções fáceis nem mágicas. Há que se sentar em torno da mesa – empresas, entidades, universidades, Governo – para decidir o caminho e executar. Todas as alternativas serão avaliadas: mudanças nas linhas, horários alternados, privatização, saneamento financeiro, fusão, aquisição. Sem procrastinar, vamos ser transparentes com funcionários, empresários e usuários deixando visível o método, as etapas, os custos, os ganhos e as perdas decorrentes das decisões tomadas pela administração pública.

4.4 Transparência, um capítulo a ser considerado

Em tom de finalização, a questão da transparência parece essencial. Porto Alegre possui um modelo, recomendado internacionalmente, que unifica Controladoria, Corregedoria, Lei da Acesso à Informação, Ouvidoria, Relacionamento com o Cidadão, Compliance, lei geral de Proteção de Dados e Educação Cidadã que, em menos de um ano, tem apresentado resultados surpreendentes (via Secretaria de Transparência de Controladoria).

Após a criação de uma metodologia própria, os serviços foram melhorados em 40%, a economia de recursos que eram mal pagos triplicou e a cultura de valorização do bem público saiu do papel. Resultado: mais recursos para investir nas áreas de ponta, seja na zeladoria, seja na área social.

O exemplo de Porto Alegre deve ser o exemplo do Rio Grande do Sul que, se usar esta mesma metodologia, pode ser o primeiros estado brasileiro a implantar a Transparência Pública como elemento de centro de governo. Uma mudança paradigmática que poucos entendem a importância, mas que, ao final, ainda que quase invisível, apresenta à população resultados práticos graças ao bom uso dos recursos e do tempo que, ao final, pertencem ao cidadão.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES | RIO GRANDE DO SUL

MDB 15 RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DO COMITÊ REGIONAL ENCOSTA SUPERIOR NORDESTE

Vila Flores, 04 de novembro de 2021

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22

Responsáveis

Coordenador do Encosta Superior Nordeste: Jonas Soares
Relator: Guto Scherer

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de criar um Plano de Governo para o Rio Grande do Sul que esteja efetivamente conectado com a sociedade, o MDB gaúcho em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) promoveu no segundo semestre de 2021 a série de encontros macrorregionais CAMINHOS DO RIO GRANDE.
A série conta com palestras de especialistas e debates políticos. Em todas as regiões, também estão sendo realizados debates para nortear a elaboração de um Plano de Governo plural, participativo e coerente com o contexto que estamos vivendo e nossas projeções de futuro. Este relatório apresenta as contribuições encaminhadas pelo Comitê Regional da Encosta Superior Nordeste.

RESUMO DA REUNIÃO NA ENCOSTA SUPERIOR NORDESTE

A reunião, realizada na Pousada dos Capuchinhos na cidade de Vila Flores, no dia 04 de novembro de 2021, contou com a contribuição das seguintes lideranças: Jonas Soares - Coordenador Regional, Aícaro Ferrari - Ex-Prefeito de Nova Araçá, Waldemar de Carli - Prefeito de Veranópolis, Eliezer Dalla Costa - Secretário de Veranópolis, eugênio Zanetti - Vice Presidente FETAG, Valdir Bianchet - Prefeito de Serafina Corrêa, Adalberto Bastian - Vice Prefeito de Guaporé, Fabio Sartori - Presidente do partido de Guaporé, Jocimar Furlan - Vice Prefeito de Protásio Alves, Nelton Conte - Prefeito de Fagundes Varela, Alcione Grazziotin - Prefeito de Nova Prata, Márcio De Conto - Vice Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Bassano, Edson Morello - Ex presidente da CIC Serra, Dorvalino Boschi - Presidente da Câmara de Vereadores de Vista Alegre do Prata, Eder Roman - Vereador de Vista Alegre do Prata Idair Bedin - Ex Prefeito de André da Rocha, Cleonice Martins - Vereadora de André da Rocha.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A AGRICULTURA

Iniciamos o debate com um ponto crucial para o auxílio à agricultura estadual que é a assistência técnica para os nossos produtores, além de promover programas de subsídios para os pequenos agricultores que estão em fase de fortalecimento da agricultura familiar e em momentos de oscilação muito “forte” dos preços. Outra sugestão essencial promovida pelo grupo é fortalecer o FEAPER, olhar especial para a agricultura familiar, internet no interior e avanço no interior, questão de sinal para celulares (otimizar).

Foi tratado sobre a desburocratização dos órgãos públicos em termos “macro” e relatado também dos problemas com energia elétrica e a falta de programas para a preservação da água de chuva (algum sistema) como cisternas, GEOmantas para auxiliar as prefeituras que possuem dificuldades em levar água para seus produtores.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA O TURISMO

Uma grande barreira Rio das Antas com o objetivo de limitar, criar um projeto contemplando todos os municípios na área de duplicação das estradas para um aumento significativo do turismo. Desenvolver programas de fomento ao turismo rural, mas para isso devemos priorizar na solução dos problemas com as vias não pavimentadas. Exemplos: rodovia 437, entre nova prata, falta pedaço pavimentado rodovia 441, pouca ‘’força” do município de Serafina em relação ao turismo comparado com outra parte dos municípios, plano estratégico pensando longo maior de tempo.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A SAÚDE

Solucionar os problemas com cirurgias de alta complexidade pois na região a espera cirurgia cardíaca pode levar 10 meses, agilizar os aspectos de atendimentos em hospitais e postos de saúde, problemas enormes em cirurgia e "trauma", a região ainda possui uma demanda reprimida, e dar uma atenção social a UTI hospital com a referência.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A INFRAESTRUTURA

Como já relatado nas prioridades do turismo mas sendo ressaltado neste tópico novamente a necessidade de melhorias nas estradas, rodovias, vias rurais e não “atrapalhar” quem deseja empreender, dar mais liberdade para os empresários , pavimentação RS 351 Nova Bassano e Serafina Corrêa.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O EMPREENDEDORISMO

Um dos grandes problemas da região é a falta de mão de obra qualificada para a maioria das empresas, dessa forma a sugestão do grupo de desenvolver programas de formação de mão de obra para o segmento das empresas nesta região. Uma grande dificuldade que as empresas encontram são as burocracias das políticas ambientais na hora de precisar de alguma permissão, a sugestão seria desburocratizar o sistema para facilitar todo o processo. Também foi levantado o excesso de impostos que o estado e o governo vem aplicando sobre os produtos que são desenvolvidos na região: “temos a consciência de que não é algo regional mas que devemos desenvolver algo para reprimir esse crescimento contínuo”.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A SEGURANÇA

Mais um grande ponto abordado na reunião foi a falta de policiais, de efetivo para suprir as necessidades de todos os municípios, efetivos maiores militar e civil poderiam auxiliar de forma eficaz na diminuição da criminalidade da região.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Recuperar os colégios estaduais e levar uma estrutura para melhorar a qualidade do ensino, podendo dessa forma levar de forma eficaz o ensino profissionalizante e poder desenvolver o contra turno para as crianças que estão ingressando no ensino fundamental.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES | RIO GRANDE DO SUL

MDB 15 RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DO COMITÊ REGIONAL DO VALE DO PARANHANA

Porto Alegre, 05 de novembro de 2021.

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22

Responsáveis

Coordenador do Vale do Paranhana: Edson Ubiratan Trindade

Relator: Luis Felipe Loro

Comitê regional: David Alves, Edson Ubiratan Trindade, Eloi de Paula, Guto Scherer, João Alberi Guedes, Luis Loro, Luis Paulo Grings, Valdenir Martins.

RESUMO

Com o objetivo de criar um Plano de Governo para o Rio Grande do Sul que esteja efetivamente conectado com a sociedade, o MDB gaúcho em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) promoveu no segundo semestre de 2021 a série de encontros macrorregionais **CAMINHOS DO RIO GRANDE**. A série conta com palestras de especialistas e debates políticos. Em todas as regiões, também estão sendo realizados debates para nortear a elaboração de um Plano de Governo plural, participativo e coerente com o contexto que estamos vivendo e nossas projeções de futuro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a situação atual do RS e do Vale do Paranhana, desafios e potencialidades, incluindo o recorte microrregional;
- Apontar sugestões de diretrizes e ações programáticas de políticas públicas voltadas às principais áreas da gestão pública;
- Promover debate regional acerca de temas de interesse social.

IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Ao longo das últimas décadas, as finanças públicas do Rio Grande do Sul enfrentaram um contínuo processo de degradação, marcado pelo aumento de despesas vinculadas e um crescente déficit previdenciário. No período de 50 anos compreendido entre as décadas de 1970 e de 2020, somente em sete anos os valores arrecadados pela Fazenda gaúcha estiveram acima da despesa.

Esse é, sem dúvidas, o ponto mais preocupante com relação ao desenvolvimento do nosso estado, já que há inúmeros problemas estruturais cuja solução pode ser vislumbrada apenas no longo prazo.

Contudo, com o protagonismo do MDB, passos importantes estão sendo dados para buscar o equilíbrio fiscal, melhorando a qualidade do gasto e impulsionando a arrecadação de receitas. O Rio Grande do Sul precisa seguir aberto a parcerias e estar voltado a um modelo moderno e dinâmico de gestão, com uma máquina pública mais enxuta e capaz de atender às demandas da sociedade de modo satisfatório.

O próximo governador do Rio Grande do Sul terá a missão de aumentar a capacidade de investimento, além de melhorar a prestação dos serviços aos contribuintes, com aprimoramento da gestão e realização de parcerias público privadas. Além disso, a retomada do crescimento e o desenvolvimento sustentável estão diretamente ligadas a investimentos na área da Educação, que deve ser atualizada para acompanhar o novo contexto e as novas exigências sociais.

Por fim, o alinhamento estratégico entre todas as Secretarias, setores e departamentos do governo deve ser buscado com afinco, tendo em vista que muitas vezes as soluções estatais para os problemas da sociedade esbarram em problemas de natureza burocrática. Para entregar os resultados necessários, é primordial uma sintonia fina e um contato aproximado e direto com todos os segmentos da sociedade.

IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DO VALE DO PARANHANA

A região do Vale do Paranhana concentra cerca de 200 mil habitantes, compondo uma das partes mais industrializadas do Rio Grande do Sul e com índices de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* que se destacam de forma positiva. Entre as principais modalidades industriais presentes, destaca-se o setor calçadista, além de seus derivados.

Nas últimas décadas, o crescimento demográfico acentuado impôs um importante desafio aos gestores municipais dessas regiões, com uma demanda cada vez maior de serviços públicos básicos.

Cabe ressaltar também que muitos fatores que geram desafios para o desenvolvimento da região do Vale do Paranhana foram acentuados pela pandemia

de Covid-19, que acelerou transformações sociais em todo o mundo. A principal delas é a **necessidade de qualificação da mão de obra.** A perda de competitividade e o índice alto da taxa de desemprego demonstram uma necessidade da implementação de tecnologias para automação, troca de dados e melhoria da eficiência e produtividade dos processos industriais.

Para isso, é fundamental que a força de trabalho das regiões do Vale do Paranhana tenha aptidão para as novas demandas do mercado de trabalho, que são bem mais exigentes do que as tarefas manuais e repetitivas das últimas décadas, que necessitavam de pouca ou nenhuma tomada de decisão.

A integração entre a Educação e o mercado de trabalho são fundamentais para garantir a retomada da geração de emprego e renda, e consequentemente do desenvolvimento de todos os setores das regiões aqui analisadas.

ENCONTRO REALIZADO NO VALE DO PARANHANA

Para a construção deste documento, foram ouvidas entidades e representantes de setores estratégicos das regiões envolvidas. Além disso, um encontro presencial embasou a elaboração deste relatório. A reunião foi realizada no dia 26 de outubro de 2021, no município de Parobé, com os seguintes participantes: Adriano Azeredo, Edson Ubiratan Trindade, Irineu Feier, Irton Feller, Guilherme Wilborn, Guto Scherer, Luciano Figueiró, Luis Carlos Heidrich, Luis Loro, Matheus Wallauer, Sidnei Foss da Cruz, Valdenir Martins

RESUMO DA REUNIÃO

Inicialmente, foram retomadas experiências administrativas do MDB nas Prefeituras da região. O ex-prefeito de Parobé, Irton Feller, e o ex-prefeito de Nova Hartz, Ubiratan Trindade, falaram sobre seus principais desafios quando estiveram à frente do Poder Executivo. O vice-prefeito de Três Coroas, Irton Feller, e o vice-prefeito de Riozinho, Guilherme Wilborn, falaram sobre como estão as gestões em seus municípios e trouxeram a importância da integração e da articulação regional na busca de pautas em comum.

Para Irton Feller, “é essencial a regionalização da Saúde para que cada cidade seja referência em uma especialidade”, garantindo assim melhor

atendimento para a população. Guto Scherer pontuou que, como uma prioridade, “há a necessidade de implantar serviço de referência regional em traumatologia”.

Edson Ubiratan Trindade destacou a necessidade de investimentos que possam mudar a dinâmica da mão de obra: “o Poder Público e as universidades precisam criar e aplicar uma estratégia conjunta de desenvolvimento”. Luis Carlos Hedrich e Luciano Figueiró enfatizaram que, embora a diversificação econômica seja importante, o setor coureiro-calçadista é parte fundamental de qualquer processo de desenvolvimento regional.

Guilherme Wilborn e Sidnei da Cruz comentaram que há boas perspectivas de crescimento na área do Turismo, e que o principal desafio é referente aos acessos, que podem ser importantes também para melhorar o escoamento da produção agrícola.

Adriano Azeredo e Luis Loro falaram sobre a importância da ampliação do ensino técnico na região, seja com melhorias nas instituições existentes (CIMOL e IFRS), como também na ampliação da oferta de cursos e de vagas.

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A GESTÃO PÚBLICA

- Desburocratizar os serviços públicos e utilizar ferramentas mais modernas de gestão;
- Utilizar indicadores para embasamento de tomada de decisões;
- Aproximar a gestão dos cidadãos, melhorando o atendimento;
- Garantir formação adequada aos funcionários públicos e qualificação contínua, conforme as funções exercidas;
- Aprimorar a integração entre os setores do governo estadual;
- Alavancar as parcerias público privadas e a captação de recursos para gerar desenvolvimento ao Rio Grande do Sul;
- Seguir com as reformas necessárias para garantir um futuro sustentável das finanças gaúchas, com diálogo e responsabilidade;

PRIORIDADES REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O EMPREENDEDORISMO

- Fortalecer o setor coureiro-calçadista e o setor automobilístico, carros-chefe da economia na região;

- Implantar ações que possibilitem a diversificação econômica de modo sustentável, gerando emprego, renda e desenvolvimento;
- Formular Programa de Desenvolvimento Regional voltado à geração de empregos e à retenção de talentos, em parceria envolvendo o Poder Público, Universidades e a Iniciativa privada;
- Fomentar o empreendedorismo, a inovação e o apoio a startups, incubadoras e soluções tecnológicas;
- Ampliar e tornar mais eficaz a atuação dos bancos de fomento e de desenvolvimento;
- Incentivar a Economia Criativa , como forma de fortalecimento da economia e da geração de emprego;
- Criar o Programa Estadual Jovem Empreendedor;

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A AGRICULTURA

- Viabilizar acessos asfálticos e melhorias em estradas do interior, fortalecendo o ecoturismo e auxiliando no escoamento das produções agrícolas;
- Fortalecer as agroindústrias e os pequenos produtores;
- Criar incentivos para a permanência do jovem no campo;

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A SAÚDE

- Fortalecer as instituições de Saúde existentes;
- Buscar a criação de um consórcio voltado à políticas públicas de integração do atendimento, por meio da oferta de especialidades descentralizadas;
- Implantar serviço de referência regional em traumatologia;
- Concluir as obras da UTI Neonatal em Parobé;

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A EDUCAÇÃO

- Fortalecer as escolas técnicas da região, buscando aumento gradual da oferta de cursos e atualização curricular voltada às novas exigências do mercado de trabalho;
- Ampliar a oferta de turno integral nas escolas;
- Voltar ações urgentes e prioritárias ao Ensino Médio, para reduzir a evasão escolar e preparar melhor os jovens para o futuro do mercado de trabalho;

- Implantar plano de realização de obras prioritárias em escolas da rede estadual, reduzindo a burocracia e agilizando prazos;
- Facilitar o apoio psicológico a alunos e professores;

PRIORIDADES REGIONAIS PARA A INFRAESTRUTURA

- Duplicar a ERS-115;
- Realizar alargamento de pista na ERS-020;
- Melhorar conectividade e sinal de telefonia nas localidades do interior;
- Aumentar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto de forma gradual em toda a região.

REFERÊNCIAS

- BASSAN, Dilani Silveira. **Alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, BA, 2014.

- BRAATZ, Jacó. **O que explica a deterioração recente das finanças públicas do RS quais são as perspectivas?** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 109-122, 2017.

ANEXO

Encontro realizado em Parobé no dia 26/10/2021

CAMINHOS DO RIO GRANDE

RELATÓRIO DO COMITÊ REGIONAL DA REGIÃO DO VALE DO SINOS

Porto Alegre, 05 de novembro de 2021.

Responsáveis

Ari Borges dos Santos
Coordenador do MDB do Vale do Sinos

Gutierres Vieira
Relator

Integrantes do Comitê: Ari Borges dos Santos, Daniel Daudt, Diego Martins, Andrea Braun, Guilherme Magro, Argentino Lucas, Arthur Bitencourt

RESUMO

Com o objetivo de criar um Plano de Governo para o Rio Grande do Sul que esteja efetivamente conectado com a sociedade, o MDB gaúcho em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) promoveu no segundo semestre de 2021 a série de encontros macrorregionais CAMINHOS DO RIO GRANDE. A série conta com palestras de especialistas e debates políticos.

Em todas as regiões, também estão sendo realizados debates para nortear a elaboração de um Plano de Governo plural, participativo e coerente com o contexto que estamos vivendo e nossas projeções de futuro. Este relatório apresenta as contribuições encaminhadas pelo Comitê Regional do Vale do Sinos.

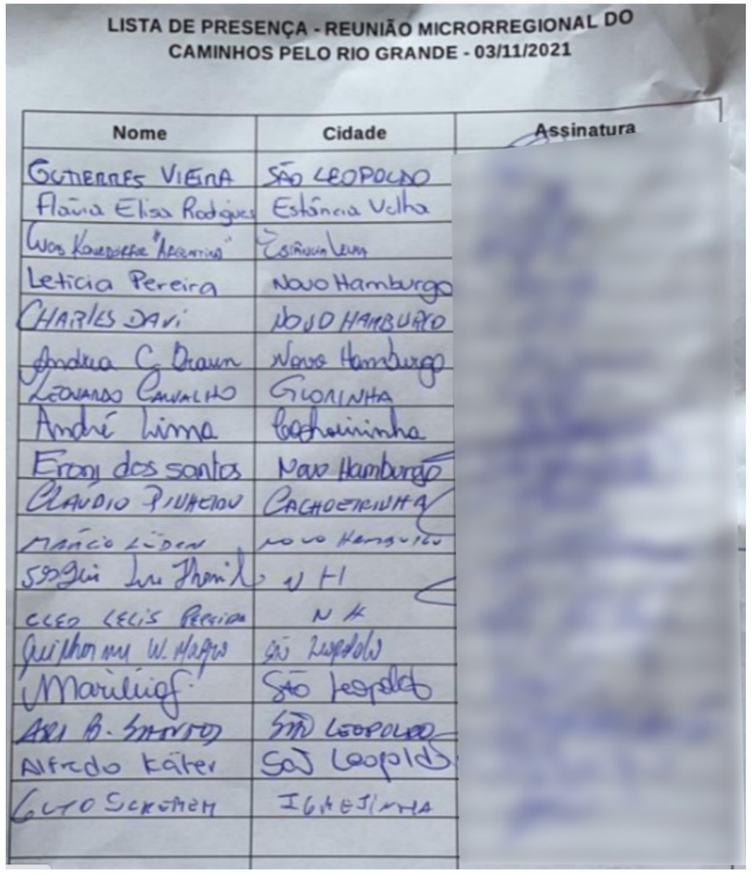
ENCONTROS REALIZADOS

Para a construção deste documento, foram ouvidas entidades e representantes de setores estratégicos do Vale do Sinos.

Além disso, dois encontros presenciais embasaram a elaboração deste relatório, tendo sido realizados nos dias 18 de outubro para definição de estratégias de trabalho (imagem ao lado) e em 03 de novembro de 2021, para deliberação de demandas que seriam enviadas.

RESUMO DA REUNIÃO DO VALE DO SINOS

A reunião, realizada no diretório do MDB de Novo Hamburgo, no dia 03 de novembro de 2021, conforme lista de presença inserida abaixo, contou com a contribuição das seguintes lideranças:



LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO MICRORREGIONAL DO CAMINHOS PELO RIO GRANDE - 03/11/2021

Nome	Cidade	Assinatura
Gutierres Vieira	São Leopoldo	
Flávia Elisa Rodrigues	Estância Velha	
[illegible]	Estância Velha	
Leticia Pereira	Novo Hamburgo	
Charles Davi	Novo Hamburgo	
Andrea C. Braun	Novo Hamburgo	
Leonardo Carvalho	Glorinha	
André Lima	Cachoeirinha	
Eroni dos santos	Novo Hamburgo	
Claudio Pinheiro	Cachoeirinha	
Marcio Lüden	Novo Hamburgo	
[illegible]	N H	
Cleo Lelis Pereira	N H	
Guilherme W. Magro	São Leopoldo	
Marilia	São Leopoldo	
Ari B. Santos	São Leopoldo	
Alfredo Käter	São Leopoldo	
Guto Schemen	Igrejinha	

O Coordenador do Vale dos Sinos, Ari Borges dos Santos (Portela), ressaltou que é consenso a dificuldade de tráfego no modal rodoviário da região, em especial da BR-116, (1) carecendo de alternativas, inclusive da (2) necessidade da extensão da BR-448 até Portão. O Governo do Estado, portanto,

deveria articular e convergir esforços com Dnit e órgãos federais para apresentar alternativas.

O presidente em exercício do MDB de Novo Hamburgo, Vereador Sérgio Hannich, ressaltou (3) a necessidade da Trincheira da Rua Tapes, a fim de interligar os Bairros Primavera e Boa Saúde; bem como de (4) uma alça de retorno na altura da Av. Cel. Frederico Linck. Também elencou a necessidade de uma passarela na RS-239, junto ao Bairro São José; (5) ou retorno do redutor de velocidade que dali foi retirado, a fim de reduzir os frequentes acidentes. (6) Enfatizou, ainda, a necessidade de viabilizar o "retorno", na Roselândia, à altura do Posto Sapatão.

Ari (Portela) informou que recebeu retornos de entidade de Novo Hamburgo acerca de sugestões para a região.

A **Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha - ACI** - enviou manifestação de apoio a projetos que visem: (7) defesa inequívoca das empresas formais, dos empregos gerados por estas, da concorrência leal e do contribuinte; (8) plano de gestão da máquina pública claro e transparente de parte do candidato; (9) redução de gastos publicitários que não os pertinentes às necessidades mais prementes para a sociedade; (10) enfrentamento do déficit fiscal público gigantesco que já assola a ordem fiscal do Estado e dos municípios através de medidas em prol de redução do custo da máquina pública dos municípios; (11) ética, diálogo e resultados concretos entregues para toda a população contribuinte, que é a grande mantenedora da estrutura pública.

O **Sindicato do Comércio Varejista de - Sindilojas - de Novo Hamburgo** enviou as seguintes sugestões: em âmbito estadual, (12) a substituição tributária, pois o ICMS é recolhido aos cofres antes mesmo do produto chegar às prateleiras; e, (13) fim do salário mínimo regional. No âmbito federal, (14) uma reforma administrativa que reduza o peso das contas públicas e uma reforma tributária que realmente traga impacto. "Hoje trabalhamos quase cinco meses do ano só para pagar impostos. Também está na hora de unificar o ICMS entre os estados".

O "**Grupo Pensando Novo Hamburgo**" enviou sugestões em 5 eixos, quais sejam: Mobilidade Urbana - (15) maior atenção à acessibilidade; (16) modais tipo VLT; Saúde - (17) Planejamento Familiar (regulamentação da lei já existente); Patrimônio Histórico-cultural - (18) mais atenção e agilidade das questões

envolvendo o patrimônio histórico-cultural, pois fomentam o turismo e a economia, consequentemente; Atenção ao Idoso - (19) Projeto “Amigo do Idoso”, visando garantir os direitos, inclusive com implantação de alas geriátricas nos hospitais; Praças e Parques - (20) revitalização dos espaços públicos, (21) estabelecer ou aumentar programas de adoção desses espaços pelo cidadão e/ou iniciativa privada.

Os **representantes do Município de Portão** enviaram as seguintes propostas: Empreendedorismo - (22) promover cursos de capacitação nas diferentes áreas com vistas à criação, produção, vendas, gerenciamento e novas tecnologias de mercado; (23) promover ações de incentivo e acesso à educação do ensino médio, técnico e universitário (fortalecer a UERGS implementando cursos e ampliando o raio de ação da universidade); (24) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; Educação / Inovação / Esporte - (25) promover políticas de valorização dos professores (salário); (26) melhorar e modernizar as instalações físicas das escolas estaduais; (27) promover enfrentamento ao analfabetismo; (28) promover aproximação entre as Secretarias de Cultura e Educação, a fim de implementar a Educação para o Patrimônio nos currículos escolares como uma política de Estado, integrando as instituições de preservação e memória e secretarias de cultura dos municípios; (29) promover Plano de Formação contínua para os professores; (30) estabelecer metas para a melhoria dos índices de educação; (31) fortalecer e ampliar a UERGS; (32) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; Inclusão Social / Diversidade - (33) promover ações de formação continuada para os profissionais e educadores; (34) definir plano de ação para promover a inclusão por meio da educação, formação e disponibilizando atendimento qualificado nas diversas esferas do estado; (35) promover campanhas de conscientização; (36) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; Infraestrutura / Logística / Saneamento / Habitação - (37) definir plano de ação e metas para o enfrentamento à falta de saneamento nas comunidades; (38) promover, em parceria com os municípios, a busca contínua por recursos e parcerias com a iniciativa privada para a construção de programas habitacionais no Estado; (39) estreitar parcerias com as entidades regionais a fim de planejarem em conjunto políticas e programas de infraestrutura e logística a fim de definirem ações e metas viáveis e estruturantes para cada região; (40) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; (41) articulação com o Governo Federal para a extensão da rodovia 448 até Portão; Meio Ambiente / Sustentabilidade - (42) modernizar/atualizar o sistema de licenciamento ambiental; (43) implantar ações que visem a agilização na análise dos processos licenciatórios; (44) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; (45) promover formação e atualização do quadro de profissionais, bem como a contratação de técnicos; (46) estruturar um plano de ação para as práticas sustentáveis, incentivando as boas práticas nos diversos segmentos da economia; (47) promover programa de incentivo para os municípios implementarem áreas e parques de preservação; (48) desenvolver programas de Educação Ambiental incentivando o desenvolvimento de projetos e a visibilidade de boas práticas; (49) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; Saúde - (50) implementar programas de prevenção à saúde para as diferentes faixas etárias, com campanhas e formação dos profissionais da saúde e nas escolas; (51) implementar programa de prevenção a drogadição; Turismo / Cultura / Economia criativa - (52) desenvolver programas de proteção ao patrimônio cultural; (53) reestruturar as instituições públicas do estado; (54) desenvolver programa de incentivo aos municípios para a implementação de Bibliotecas Públicas; (55) fortalecer o programa Pró-Cultura/RS; (56) desenvolver programas de incentivo de acesso e apropriação da cultura; (57) promover ações educativas e formativas visando desenvolver a economia criativa e o empreendedorismo na área cultural;

PLATAFORMA PARA PLANO DE GOVERNO RS/22

(58) promover programas de patrocínio, formação e divulgação das atividades culturais; (59) realizar contratação de equipes capacitadas para a gestão das instituições do estado; (60) promover políticas que incentivem o diálogo nas ações voltadas à cultura, ao turismo a economia criativa; (61) promover programas voltados aos municípios incentivando o desenvolvimento de projetos turísticos, que conciliem ações de proteção ao patrimônio (natural e cultural) com o desenvolvimento econômico sustentável; (62) promover formação para os gestores municipais visando a gestão moderna e a captação de recursos; Gestão pós-pandemia - (63) desenvolver programas de formação, empreendedorismo e gestão tanto para os trabalhadores dos setores públicos quanto para a sociedade civil; (64) enfrentar as questões de sustentabilidade de saneamento

O Presidente do diretório do MDB de São Leopoldo, Arthur Schmidt, relata que em contato com **o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário - Sinduscon Vales**, que representa mais de 20 municípios da região, com sede em São Leopoldo, seus representantes sugerem (65) atenção especial para a desburocratização e maior agilidade e eficiência nos processos de licenciamento.

Os representantes do Município de Estância Velha ratificam a necessidade de construção de um hospital regional; (70) a construção de alça de acesso na altura do Rincão Gaúcho; (71) duplicação da saída da ERS-240; (72) inclusão / ampliação do Ensino Técnico na base curricular.

Houve consenso entre os presentes sobre a (73) necessidade da construção ou implantação de um grande Hospital Regional, capaz de atender demandas de médias e altas complexidades.

Da mesma forma, à unanimidade, tem-se como necessário e urgente (74) a descentralização e maior eficiência para a região dos serviços do Instituto Geral de Perícia - IGP.

Arthur Schmidt ressalta (75) a necessidade da ampliação do Ensino Técnico, seja com disciplinas na grade curricular básica, seja com implantação de mais escolas específicas, com maior aporte às já existentes, bem como, com isso, (76) o desenvolvimento de programas de primeiro emprego.

Márcio Lüders defende a (77) diminuição da estrutura do Estado, inclusive com a municipalização de algumas estruturas, pois a relação com a administração central do governo, principalmente nas regiões do interior, é difícil e ineficiente.

Ari (Portela), destaca (78) a necessidade de avançar nas obras da ERS-010, que seria uma alternativa ao grande fluxo e gargalo da BR-116.

O **Sindicato das Indústrias da Construção Civil, de Olarias, Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento, Serrarias e Marcenarias de Novo Hamburgo - Sinduscon-NH** - enviou as seguintes sugestões: (79) diminuição da burocracia nos processos e acabar com o “preconceito” que servidores públicos têm em relação ao empresariado; (80) ênfase na aplicação da Lei de Liberdade Econômica, conferindo agilidade e objetividade nos posicionamentos do "poder" público, que são essenciais para destravar a economia; (81) que o RS continue com o trabalho que o executivo atual tem feito, de colocar as contas em dia e privatizar tudo que não é necessário manter público; (82) extinguir a EGR; (83) na questão da regionalização do saneamento que está em pauta, cabe ao estado definir políticas com base nas demandas e realidades dos municípios sem comprometer a autonomia dos municípios de lidarem com suas realidades; (84) o estado deveria trabalhar no sentido de estabelecer estratégias e planos estaduais para gestão dos resíduos sólidos que extrapolam as fronteiras dos municípios.

O **Instituto São Leopoldo 2024**, por sua vez, enviou as seguintes sugestões:

PROPOSTAS

EIXO TEMATICO AMBIENTAL		
		Objetivos – Justificativas.
Objetivos Gerais		
➢ Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente;		
➢ Redução do consumo de energia não renovável e aumentar o uso de energias renováveis;		
➢ Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis;		
		PROPOSTAS
Objetivo	*Proposta*	*Justificativa*
Despoluir o Rio dos Sinos	Participar do Plano de Metas da Bacia do Rio dos Sinos pela sua total Balneabilidade.	O Rio dos Sinos é o 4º rio mais poluído do BRASIL e 2 milhões de pessoas dependem de suas águas
Universalizar o abastecimento de água	Aumentar o abastecimento público de água potável na área urbana	Água é componente VITAL para existência humana
Diminuir a perda de água tratada	Realizar estudo de viabilidade para renovação e ampliação da rede.	Mais de 50% da rede hidráulica tem 50 anos ou mais de instalação
Universalizar o tratamento de esgoto cloacal	Aumentar o tratamento de esgoto na área urbana	Esgoto não tratado é foco de endemias e custos x4 em saúde preventiva.
Universalizar a coleta de resíduos sólidos	Ampliar a coleta de resíduos sólidos e reciclagem via Cooperativas	Promovendo a prevenção de Saúde. Qualificando a reciclagem.
Definir a ocupação do solo.e aumentar	Atender ao Plano Diretor Municipal	Evitar ocupações e usos indevidos do solo,
a área Verde		
Aumentar a área Verde	Elaborar Plano Municipal de Arborização	Promover melhoria nos índices de praças e locais públicos.

EIXO TEMATICO CULTURAL		
		Objetivos – Justificativas.
Objetivos Gerais		
➢ Assegurar acesso à educação, à formação profissional;		
➢ Assegurar acesso à informação e à inclusão digital com acesso à internet;		
➢ Assegurar acesso às atividades culturais e esportivas;		
		PROPOSTAS
Objetivo	*Proposta*	*Justificativa*
Desenvolver o Esporte	Promover a implantação de Quadras Poliesportivas por unidade educacional	"Mens sana in corpore sano" auxiliando na prevenção ao uso de drogas
Desenvolver o Esporte	Realizar calendário anual de atividades esportivas	Promovendo campeonatos entre Escolas/Associações
Melhorar a Educação	Atender a demanda na rede Pré-escolar	1º etapa no desenvolvimento do processo de educação cidadã e inclusiva
Melhorar a Educação	Buscar a referência estadual / nacional no Ensino Básico	A atual situação do Ensino Básico exige um planejamento/investimento seletivo e prioritário
Melhorar a Educação	Buscar a referência estadual / nacional no Ensino	A atual situação do Ensino Fundamental exige um

	Fundamental	planejamento/investimento seletivo e prioritário
Melhorar a Educação	Buscar a referência estadual / nacional no Ensino Profissional e Superior	As transformações na Empregabilidade devem ser transformadas em Planos de Ensino
Melhorar a Educação	Promover o conhecimento de Matemática e Idiomas	A atual situação do Brasil no contexto mundial exige um planejamento / investimento seletivo e prioritário.
Melhorar a Educação	Atender a demanda de acesso a internet por unidade educacional	A inclusão digital é fundamental no atual processo educacional
Promover a Cultura	Realizar inventário do Patrimônio Cultural/Histórico do Município	São Leopoldo – cidade Berço da Imigração Alemã no Brasil
Promover a Cultura	Concluir o processo de Tombamento da Praça do Imigrante	São Leopoldo – cidade Berço da Imigração Alemã no Brasil
Promover a Cultura	Elaborar legislação específica de preservação do patrimônio Cultural/Histórico do Município	São Leopoldo – cidade Berço da Imigração Alemã no Brasil
Promover a Cultura	Iniciar processo de parcerias internacionais com cidades pólos de Cultura e Conhecimento	São Leopoldo – cidade Berço da Imigração Alemã no Brasil
Promover a Cultura	Realizar calendário anual de atividades culturais	Promovendo 1 evento mensal relacionado com alternativas entre: literatura; dança; teatro;pintura; música popular;musica erudita;tradição gaúcha;tradição alemã; genealogia; gastronomia .
Promover a Cultura	Recuperar o complexo Biblioteca / Sala de Eventos	Necessário um projeto urgente de • Recuperação das instalações
		• PPCI
Promover a Cultura	Unificar a administração dos Museus de São Leopoldo	Museu Histórico Casa do Imigrante Museu do Trem
Promover a Cultura	Criar Área Especial de interesse Urbanístico na "ilhota" e diques circunscritos com passarelas com visão para o rio	Implantando o Monumento a PAZ dos POVOS (na extensão visual da Rua Independência)

[

EIXO TEMATICO ECONÔMICO

Objetivos – Justificativas.

Objetivos Gerais

- Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.
- Promover o mercado de produções criativas locais;
- Implementar o turismo local sustentável.

PROPOSTAS

Objetivo	Proposta	Justificativa
Desenvolver a Inovação	Investir na Qualificação Profissional	Adaptação constante aos parâmetros educacionais Matriz de Empregabilidade
Desenvolver a Inovação	Realizar estudo de PPP para Centro de Convenções	Criar referência mundial de conhecimentos (com Universidade)
Desenvolver a Inovação	Realizar acordos técnico-econômicos	Atualizar o Conhecimento e Inovação
Melhorar a Infraestrutura	Realizar estudo de PPP para VLT e Aeromóvel	Reformular a Matriz dos Meios de Transporte
Melhorar a Infraestrutura	Estimular a Eficiência Energética	Desenvolver fontes alternativas de Energia
Promover o	Incentivar o	Considerar o menor custo do

Emprego	Arranjo Produtivo Local.	investimento por Posto de Trabalho.
Qualificar o Investimento	Elaborar Plano de Municipal de Mobilidade	Reformular Matriz dos Meios de Transporte
Qualificar o Investimento	Elaborar Plano de Municipal de Turismo	Qualificar os meios de hospedagem e serviços turísticos
Qualificar o Investimento	Promover o Micro Crédito Produtivo	Apoiar a formação e consolidação da Rede Produtiva Local
Qualificar o Investimento	Atrair empresas de elevada tecnologia	Desenvolver a Inovação e a adaptação à Matriz de Empregabilidade

EIXO TEMATICO GERENCIAL
Objetivos – Justificativas.
Objetivos Gerais
➢ *Desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para cidades e região;*
➢ *Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios vizinhos, outras cidades, regiões metropolitanas e outros níveis de administração;*
➢ *Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários;*
PROPOSTAS

Objetivo	Proposta	Justificativa
Qualificar a Gestão	Implantar Plano de Metas 2017-2020	Desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para cidades e região.
Qualificar a Gestão	Atender a Lei de Acesso a informação	Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal
Qualificar a Gestão	Realizar acordos/convênios de qualificação funcional	Convergir capacidades, atitudes e conhecimentos profissionais.
Promover a Participação da Sociedade	Implantar Conselhos Municipais correspondentes às Secretarias Municipais	Integrar as informações e conciliar agendas e atividades entre os próprios Conselhos.
Qualificar o processo operacional	Participar do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade - PGQP	Desenvolver índices comparativos de eficiência e eficácia.
Qualificar o processo operacional	Informatizar a gestão de processos	Permitir a unificação, otimização e padronização dos processos.
Qualificar a Gestão	Estruturar o Desenvolvimento de Projetos	Permitir a padronização e acompanhamento de Projetos

EIXO TEMATICO SOCIAL
Objetivos – Justificativas.
Objetivos Gerais
➢ *Aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz;*
➢ *Garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade e segurança;*
➢ *Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos;*
PROPOSTAS

Objetivo	Proposta	Justificativa
Reduzir a Violência e a Criminalidade	Apoiar o Sistema Policial na sua eficácia operacional	Acompanhamento sistemático dos resultados alcançados através do GGI.
Reduzir a Violência e a Criminalidade	Atender as Causas geradoras dos Delitos	Necessidade de registros, causas e conseqüências dos Delitos na Sociedade.
Reduzir a Violência e a Criminalidade	Promover ação da Guarda Municipal junto às Instituições de Ensino e Praças	Prestação de Serviços de Guarda e Supervisão com caráter presencial e preventivo.
Reduzir a Violência e a Criminalidade	Realizar projeto de viabilidade para implantação de Presídio Regional	Impossibilidade atual de manutenção de Sistema Semi-Aberto
Promover a Cidadania	Qualificar os participantes da Bolsa Família	Inserção progressiva no Mercado de Trabalho.
Promover a Cidadania	Valorizar a participação dos Conselhos Municipais	Integrar ações e orçamentos
Melhorar a Saúde	Ampliar as Equipes de Saúde da Família	Ampliar o atendimento preventivo da Saúde
Melhorar a Saúde	Concluir o projeto de viabilidade do Hospital Centenário	Em consonância com a implantação de Cursos de Medicina na Região
Melhorar a Saúde	Qualificar o 1º atendimento dos Centros de Saúde	Informatizar e integrar o sistema de atendimento
Atender a demanda por Habitação	Conter as Ocupações	Evitar a existência de assentamentos irregulares
Atender a demanda por Habitação	Implantar o Plano Local de Habitação de Interesse Social	Equacionar , em 20 anos, as demandas habitacionais atuais
Atender a demanda por Habitação	Manter controle sobre determinações do Plano Diretor	Plano Diretor Municipal regulamenta o uso e função do solo e espaços

Coordenadoria	Coordenador:	Local:	Data:
Carbonífera	Joel Maraschin	Parador da Família Píres	09/11/2021

	Nome	Município	Cargo
Identificação	Liliane - Nane	Triunfo	Presidente do MDB Mulher Municipal
	Roberta Gonçalves	General Câmara	Presidente do MDB Mulher Municipal
	Luiz Fernando Franken	General Câmara	Vice Prefeito
	Cristian Charão	Eldorado do Sul	Tesoureiro Coordenadoria Carbonífera
	Márcia Vieira	Eldorado do Sul	Assessora do Deputado Estadual Carlos Burigo
	Elerias Coutinho	Arroio dos Ratos	Presidente MDB
	Adamo Fontoura	São Jerônimo	Maçonaria
	Professor Rudinei	São Jerônimo	Maçonaria - Secretário Municipal de São Jerônimo
	Eduardo	São Jerônimo	Mobilidade Urbana
	Ana Lopes	São Jerônimo	Presidente da APAE
	Rafael Braga	Cruz Alta	Assessor do Deputado Estadual Gabriel Souza
	João Alberto Machado	Torres	Assessor do Deputado Estadual Gabriel Souza
	João Marins	São Jerônimo	Empresário
	Marcelo Farias	São Jerônimo	Secretário do MDB
	Diogo Lima	São Jerônimo	Vereador
	Renan Vieira	São Jerônimo	Empresário
	Márcio	São Jerônimo	Militante MDB
	Ana Cristina	São Jerônimo	Vice - pres. Mdb
	Diego Melo	São Jerônimo	Militante MDB
	Maurivan	São Jerônimo	Militante MDB
	Giovane Weiss	São Jerônimo	Pres. MDB
	Joel Maraschin	Butiá	Coordenador Regional - Secretário Adjunto Estadual de Des
	Álvaro Werlang	São Jerônimo	Presidente do Corede Centro-Sul

	Ações principais - Prioridades	Parceiros	Análise e organização técnica
	Ligação asfáltica entre as cidades de Arroio dos Ratos a São Jerônimo (Intermunicipal)	Municípios - Estado	Existe projeto - necessita convênio com os Municípios - Já foi encaminhado ao Governo do Estado, mas não avançou.
	Ligação Butiá - São Jerônimo (BR 470) - 13 KM	Governo Federal	Criação do Projeto
	Utilização da malha hidroviária pelo Rio Jacuí (Passageiros e transporte de materiais)	Metroplan	Já existe um projeto em andamento na Metroplan - Rota do Catamarã
	Reforma da Barragem Santo Amaro	União - Estado	Essa reforma possibilita a ampliação da capacidade de navegação do Rio Jacuí
	Assoalhamento da Ponte do Barreto - Ligando Triunfo x General Câmara	Estado	A manutençao nesta ponte interliga as duas margens do Rio Jacuí, favorecendo a logística dos negócios e desenvolvimento em geral dos Municípios da Região
	Ponte São Jerônimo x Triunfo	Governo Federal	Apenas se sair a BR 470

Prioridades Regionais - propostas	Conctrução da Ciclo Faixa - São Jerônimo x Charqueadas	Estado - Municípios	Estudos já em andamento pelos dois Municípios
	Ampliação da rede de gás natural na região - ela já existe até Charqueadas	Estado - Iniciativa Privada	Uma das infraestruturas necessárias para atração de novos empreendimentos para região é a disponibilidade de energia e gás para instalação das mesmas.
	Manutenção periódica das RS"s - Roçadas, recuperação e limpeza	Estado	As atuais rodovias tem manutenção precária, existe a necessidade de ações contínuas e qualificadas de conservação.
	Descentralização de serviços da área da saúde nos municípios da região, para facilitar o acesso da sociedade	Municípios - Estado	Utilização de estruturas de saúde que estão obsoletos
	Criação de um Polo de qualificação profissional - especialmente na área da saúde (Enfermagem - Téc. De Enfermagem)	IFSUL - Universidades	Qualificação da mão de obra da área de saúde, devido a ampliação do Hospital Regional de São Jerônimo. Desenvolver a mão de obra das mais variadas áreas.
	Centralização da gestão do SAMU	Estado - Consórcio Intermunicipal	Definir a gestão do atendimento do SAMU na região, organizando e distribuindo as ambulâncias de forma apropriada
	Segurança Pública - Mudança de lotação de General Câmara no 28° Batalhão da Brigada Militar em Charqueadas	Estado	Esta é uma demanda antiga, já reinvindicada, considerando que General Câmara está próximo do 28º Batalhão e atualmente está lotado em .....

	Reavaliação do custo de transporte da região até a capital	Metroplan	As cidades da região estão nas proximidades da capital, muitas pessoas residem nestas, mas trabalham na grande Porto Alegre. A demanda por transporte público é altíssima, neste caso, sugerem que seja reavaliado o custo e os modais de transporte.
	Retomada dos estudos da Mina Guaíba	Estado - Iniciativa Privada	Gaseificação - Exploração de matéria prima
	Criação de um Centro de Inovação na região	Municípios - Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	São formados em torno de 100 profissionais por ano na área de tecnologia pelo IFSul em Charqueadas, um centro de Inovação Tecnológica possibilitaria uma nova matriz econômica na região.

	Ações principais - Prioridades	Parceiros	Análise e organização técnica
	Fortalecimento da Patram - Brigada Militar - Bombeiros	Estado	Controle de crimes no interior das cidades - Abigeato
	Agricultura familiar - projetos para sucessão familiar. Cursos do Senar - voltados a Agricultura.	Estado	Desenvolvimento de uma política de estímulo a sucessão familiar na pequena propriedade rural, abrangindo a Educação, Empreendedorismo, Inovação na produção, Gestão de negócios agrícolas, infraestrutura nas áreas rurais, linhas de crédito....
	Fortalecimento da Emater	Municípios -Estado - Emater	Fortalecimento e ampliação dos investimentos na Emater

Prioridades do Governo do Estado	Linhas de crédito para agricultura familiar	Bancos públicos e privados	Ampliação das linhas de crédito para agricultura familiar - Ampliar a divulgação e facilitar o acesso.
	Reformas e modernização das Escolas Estaduais - Informatização	Estado - Iniciativa Privada	Transformar os espaços e a forma de educar, com a modernização dos mesmos.
	Programa de contra turno escolar (Integral) - focado em capacitação técnica	Estado - Sistema S - Escolas Técnicas - Escolas Agrícolas	Oferecer qualificação técnica para estudantes da rede estadual no contra turno escolar
	Parceriais com as APAE's para fortalecimento do atendimento às crianças especiais	Municípios - Estado	Parcerias com as APAE's para ampliar o atendimento as pessoas especiais
	Delegacia de atendimento ao Idoso	Estado	Ampliar as delegacias especiais de atndimento aos Idosos.
	Fortalecer as estruturas de atendimento social - especialmente em políticas públicas de cuidado dos idosos e pessoas com necessidades especiais	Municípios - Estado	Neste quesito, fortalecer as políticas públicas da área e ampliar a integração do Estado com os Municípios, através das Secretárias de Assistência Social e Conselho Tutelar
	Manutenção do Efetivo da Brigada Militar	Estado	Demanda constante na área da segurança pública
	Desenvolver campanhas de registros de ocorrências de crimes junto aos órgãos de segurança - Abigeatos - Roubos - Maria da Penha	Estado - Meios de Comunicação	Criar campanhas publicitárias concientizando a população a registrar ocorrências nos mais variados crimes, a fim de auxiliar os órgãos da segurança pública no combate ao crime

	Fomento da política social - Clínicas de reabilitação de drogadição, álcool - cuidados com idosos - população de baixa renda.	Municípios - Estado	Ampliar as ações nessas demandas
	Fortalecimento dos programas - Redes de Cooperação - Extensão Produtiva e Arranjos Produtivos Locais	Estado - Universidades	Ampliação dos investimentos financeiros nestes programas
	Integração entre órgãos de segurança pública do estado e guardas municipais	Municípios - Estado	A ação capacitaria as guardas municipais para que estas auxiliem nas questões de segurança pública.

Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários	Fonte de recursos: Públicos e Privados - Materiais e Finanças	Tempo de Implentação
	População da região Carbomífera e entornos, logística é um problema para o desenvolvimento econômico da região	Estado - Municípios	
	População da região Carbonífera	União - Concessões	
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Carbonífera	União - Estado - Concessões	
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Carbonífera	Estado - União	
	População da região Carbonífera	Estado	
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Carbonífera	União	

Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários	Fonte de recursos: Públicos e Privados - Materiais e Finanças	Tempo de Implentação
	População da região Carbomífera e entornos, logística é um problema para o desenvolvimento econômico da região	Estado - Municípios	
	População da região Carbonífera	União - Concessões	
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Carbonífera	União - Estado - Concessões	
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Carbonífera	Estado - União	
	População da região Carbonífera	Estado	
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Carbonífera	União	

	População dos Municípios lindeiros da rodovia	Recursos do Programa - PIAI	
	População da região Carbonífera	Iniciativa Privada	
	Toda os usuários das vias	Estado	
	População da região Carbonífera	Municípios - Estado - União	
Universidades - Sistema "S" - IFSUL	População da região Carbonífera	Municípios - Estado - União - Rede privada	
	População da região Carbonífera	Municípios - Estado	
	População da região Carbonífera	Sem necessidade de investimentos	

	População da região Carbonífera	Estado	
	População da região Carbonífera	Estado - Iniciativa Privada	
	População da região Carbonífera	Municípios - Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	

Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários	Fonte de recursos: Públicos e Privados - Materiais e Finanças	Tempo de Implentação
	Toda população do Estado	Estado	
	População rural do Estado	Municípios - Estado - União - Universidades - Sistema S - Sistema Bancário	
	População rural do Estado	Estado	

	População rural do Estado	Bancos públicos e privados	
	Toda população do Estado	Estado - Parcerias Público Privadas	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União - Universidades - Sistema S - Escolas |Técnicas - Escolas Agrícolas	
	População com necessidades especiais do Estado	Municípios - Estado	
	População Idosa do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado	

	Toda população do Estado	Municipios - Estado	
	Toda população do Estado	Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado	

Coordenadoria	Coordenador:	Local:	Data:
Grande Soledade	Edson Ferreira Portela	Câmara de Vereadores de Soledade	12/11/2021

	Nome	Município	Cargo
Identificação	Ricardo Cabral	Soledade	
	Marcelo Calegari	Soledade	Vereador
	Enio Correa	Soledade	
	Francine Luz	Soledade	
	João Lermen	Soledade	
	Adroir Livinari	Soledade	Empresário
	Luciano Welter	Soledade	
	Edivaldo Santos	Soledade	Vereador
	Paulo Ricardo Cattaneo	Soledade	Ex-Prefeito
	Paulo Henrique da Silva Pinheiro	Soledade	Assessor da Prefeitura de Soledade / Monitor do tempo da
	Brenda Silveira	Soledade	
	Juarez Moraes	Soledade	Vereador / Secretário de Obras
	Pedro Marafon	Soledade	Vereador
	Sérgio Knopf	Mormaço	Vice-Prefeito
	Lair de Farias	Mormaço	Vereador
	Evandro Vasconcelos	Soledade	
	Nei Vermeio	Soledade	
	Marilda Borges Corbelini	Soledade	Prefeita
	Edson Ferreira Portela	Soledade	Coordenador Regional do MDB - Grande Soledade

	Ações principais - Prioridades	Parceiros	Análise e organização técnica

Prioridades Regionais - propostas	Recuperação e construção de acostamento da RS 332 - Trecho entre Soledade e Arvorezinha	Estado	Manutenção periódica e construção do acostamento da rodovia.
	Estadualização da Estrada de chão entre Soledade e Lagoão	Municípios - Estado	Os municípios desejam realizar convênio com o Estado para pavimentação da via.
	Videomonitoramento nas sedes das localidades do interior dos Municípios	Municípios - Estado	Muitos casos de abigeato, em função do baixo policiamento e falta de monitoramento
	Ligação asfáltica entre Mormaço e Espumoso - 13 km	Municípios - Estado	Obra estratégica para o desenvolvimento da região
	Conservação e manutenção da RS 153	Estado	Utilizada para desvio do pedágio
	Rota dos cristais - Interligando as regiões produtores de pedras preciosas	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	Ação que fomentará o Turismo nas regiões - Segmento que é uma das priorioridades no momento na Grande Soledade

	Ações principais - Prioridades	Parceiros	Análise e organização técnica
	Desburocratização da máquina do Estado - Especialmente ambietal	Estado	Avanços em todas as áreas com ferramentas de tecnologia para otimizar, agilizar e dar transparência aos processos. Além de economizar recursos financeiros. Unificação de todos os serviços públicos em um local na região, facilitando o acesso da população.
	Descentralização do Governo	Estado	Aproximar o Governo da população do Estado, com agendas de interiorização durante o mandato
	Qualificação dos profissionais da educação (Professores e funcionários) - Aumento da remuneração para as categorias	Estado	Respeitar os professores, oferecendo salários e estruturas dignas
	Ampliar o repasse para manutenção das escolas	Estado	Demanda contínua na área educacional
	Programas sociais por tempo determinado, com exigências a ser atingidas na qualificação e recolocação profissional	Estado - União	Fomentar a inclusão das pessoas que recebem beneficios sociais, preparando-os para serem recolocados no mercado. Existe uma demanda por mão de obra na construção civil que pode absorver esse público
	Programa social para construção de banheiros nas residências de baixa renda	Municípios - Estado	Obras de baixo custo, realizadas em parceria com os Municípios para dar dignidade a população mais carente, além de previnir problemas de saúde com a falta de estrutura básica
	Ampliar as parcerias com os Municípios através dos convênios	Municípios - Estado	Estas parcerias diminuem os custos e agilizam as execuções
	Avaliar a criação de um programa habitacional estadual para população de baixa renda em parceria com os Municípios.	Municípios - Estado	Programa em parceria com os Municípios, que podem auxiliar com áreas e serviços de máquinas para construção, em contrapartida com o Estado no financimento para a população de baixa renda
	Distribuir para todas as regiões do Estado, os projetos de investimentos privados (Instalação de novos negócios e empresas) que são atraídos pelo governo.	Estado	A região tem logística, energia, mão de obra disponível para empreendimentos
	Programa de oportunidades nas escolas de ensino estadual, com formação técnica em todas as áreas profissionais - Contra-turno	Estado - União - Sistema "S" - Escolas Técnicas - Universidades	Diante da dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, está demanda é crescente na Economia, existem postos de trabalho disponíveis, mas os mesmos não são preenchidos por falta de qualificação

Prioridades do Governo do Estado	Ampliar e agilizar as cirurgias eletivas dos pacientes na fila do SUS	Estado	A crescente demanda por cirurgias eletivas, ampliada pela pandemia de COVID 19, necessita priorização na área da saúde.
	Programa de prevenção na área da saúde - Saneamento Básico - Controle da população animal	Municípios - Estado	Política preventiva nestas áreas, visando diminuir e evitar problemas de saúde pública
	Estruturar as UBS e ESF com geradores e equipamentos para conservação de vacinas	Municípios - Estado	Várias estruturas de saúde não possuem estes equipamentos, o que eventualmente causa perdas de vacinas em períodos de falta de energia elétrica
	Distribuir as especialidades médicas nas regiões, diminuindo a necessidade de deslocamentos	Estado	Estruturar os atendimentos primários de saúde em estruturas hospitalares existentes nos pequenos municípios, além de agilizar, otimizaria custos e deslocamentos para outras cidades para os atendimentos
	Aumento de efetivo, equipamentos e veículos para patrulha rural da Brigada Militar	Estado	Considerando a grande estensão rural da região, as atuais equipes não conseguem atender a demanda, o que amplia ainda mais os crimes nestas regiões, principalmente os abigeatos
	Investimentos em Turismo Rural	Municípios - Estado - União	Projetos voltados para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais, valorização da produção da pequena propriedade e agricultura familiar
	Mapeamento do zoneamento/mapeamento agrícola	Estado	Sugestão da Emater e Inmet realizar esse levantamento para prever adversodades climáticas e proteger a produção
	Investimentos em energias renováveis	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	Programas de incentivo e investimento em fontes de energias renováveis
	Ampliação da perfuração de poços artesianos - açudes - cisternas	Municípios - Estado - União	Realização de convênios com os Municípios para perfuração de poços artesianos, construção de cisternas e açudes para tendimento das áreas rurais
	Criar patrulhas agrícolas para atender as regiões através dos consórcios intermunicipais (Retroescavadeiras - Escavadeiras Hidraúlicas - Motoniveladoras - Tratores - Caminhões)	Municípios - Estado - União	Repassar para gestão dos consórcios regionais a administração das patrulhas agrícolas, os quais organizam, mantém e estruturam o funcionamento justo dos equipamentos
	Investimentos em projetos de biogás e biomassa	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	Aproveitar a matéria prima orgânica nas produções de suínos, aves - Linhas de crédito, profissionais para elaborar os projetos, outros benefícios
	Projetos de incentivo na produção de milhos e cereais	Municípios - Estado	Linhas de créditos
	Investimentos na irrigação de lavouras, reservatórios nas propriedades	Municípios - Estado	Programa com recursos para ampliar a reservação de água, diminuindo os prejuízos e gastos em períodos de estiagem, especialmente nas zonas rurais do Estado
	As concessões de água e saneamento básico deve abrangir todo Município, não apenas a zona urbana.	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	Programa de tratamento de resíduos domiciliares / Saneamento Básico - Água - Esgoto - Lixo
	Adquirir máquinas para distribuir aos muncípios com critérios adequados conforme o porte de cada	Estado - União	Recursos da bancada gaúcha
	Fortalecimento da Defesa Civil	Municípios - Estado - União	Regionalizar a Defesa Civil - Atuar nas situações de Investir em equipamentos e veículos. Instalação de radares meteorológicos na região, especialmente pela mesma estar descoberta pelos radares atuais

	População da Grande Soledade	Estado	
	População da Grande Soledade	Municípios - Estado	
	População em áreas rurais do Estado	Municípios - Estado	
	População da Grande Soledade	Municípios - Estado	
	População da Grande Soledade	Estado	
	População da Grande Soledade	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	

Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários	Fonte de recursos: Públicos e Privados - Materiais e Finanças	Tempo de Implentação
	Toda população do Estado	Estado	

	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado	Prefeita de Soledade se dispõe a auxiliar na construção do Plano de governo da educação
	Toda população do Estado	Estado	
	População assistida pelos programas sociais dos governos	Estado - União	
	População em vulnerabilidade no Estado	Municípios - Estado	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado	
	População em vulnerabilidade no Estado	Municípios - Estado	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado - União - Sistema "S" - Escolas Técnicas - Universidades	

	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado	
	Toda população do Estado	Estado	
	População em áreas rurais do Estado	Estado	
	População em áreas rurais do Estado	Municípios - Estado - União	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	
	População em áreas rurais do Estado	Municípios - Estado - União	

	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União	
	População em áreas rurais do Estado	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado	
	População em áreas rurais do Estado	Municípios - Estado	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União - Iniciativa privada	
	Toda população do Estado	Estado - União	
	Toda população do Estado	Estado - União	

Coordenadoria	Coordenador:	Local:
Vale do Rio Pardo	Gustavo Schu	Sede do MDB de Rio Pardo

	Nome	Município
Identificação e situação atual do RS - Região - Município	Fernando Winck	Rio Pardo
	Kellen Natana	Pantano Grande
	Mariluci Reis	Rio Pardo
	Tiago Mello	Rio Pardo
	Lúcia Souza	Rio Pardo
	Márcia Brum	Rio Pardo
	Eloir Sackser	Sinimbú
	Kelli Fagundes Sackser	Sinimbú
	Juliana Zambardo	Rio Pardo
	Fernanda Cardoso	Rio Pardo
	Luiz Elcides da Silva	Rio Pardo
	Tiago Lopes Kersting	Rio Pardo
	Dalvo Winck	Vera Cruz
	Edvilson Brum	Rio Pardo
	Tiago Brum	Rio Pardo
	Ivan Trevisan	Pantano Grande
	Luiz Ricardo Pinho de Moura	Rio Pardo
	Alissa Machado	Rio Pardo

	Ações principais - Prioridades	Parceiros
Prioridades Regionais - Propostas	Ampliação de investimentos e custeio nos hospitais de Santa Cruz do Sul - Rio Pardo - Venâncio Aires - Especialmente a manutenção do Hospital Regional do Vale do Rio Pardo no atual modelo orçamentado (Fora do Programa Assistir)	Estado - União
	Hospital de Candelária - Ampliação da estrutura física para atender Oftalmologia com referência regional	Estado - União
	Implantação de 10 leitos UTI no Hospital de Rio Pardo	Estado - União
	Aquisição de equipamentos para UTI pediátrica - Hospital São Sebastião Mártir de Venâncio Aires	Estado - União
	Hospital de Santa Cruz - Buscar a referência regional em gestantes de alto risco - com UTI Neonatal	Estado - União
	Investimentos e atenção aos hospitais do pequenos municípios da região	Estado - União
	Extensão de gasoduto até o Vale do Rio Pardo	Estado - União - Iniciativa Privada

	Duplicação da rodovia Santa Cruz do Sul - Encruzilhada do Sul ERS 471	Estado - Iniciativa Privada

	Ações principais - Prioridades	Parceiros
	Privatização das Hidrovias do Estado	Estado - Iniciativa Privada
	Política de Incentivo ao Turismo Rural e Belezas Naturais da região	Estado - União - Iniciativa Privada
	Montar uma central de Cases de Sucessos em todas as áreas para inspirar gestores	Estado
	Efetivar de fato as políticas públicas de Assistência Social - Melhorar a comunicação interdisciplinar entre as Secretarias socias do estado	Estado
	Desburocratização das estruturas - Especialmente nas áreas fazendária e ambiental	Munícipios - Estado - União
	Fomentar as cadeias produtivas e beneficiamento da produção primária	Estado - União
	Secretaria de Agricutura do Estado forte no atendimento da pequena agricultura familiar	Municípios - Estado e Integradoras
	Política de infraestrutura e desenvolvivemtno regional através de investimentos do Fundopem	Municípios - Estado - Iniciativa privada
	Programa Estadual de Microcrédito ou Garantia de crédito	Estado - Instituições de crédito
	Programa de qualificação profissional nas mais variadas áreas profissionais - Cursos técnicos	Municípios - Estado - Iniciativa privada - Universidades - Sistema S - Escolas Técnicas
	Qualificação das Salas de Empreendedores nos Municípios - Buscando os novos negócios que a atualidade proporciona	Sebrae
	Incluir na matriz curricular das escolas públicas, componente curricular específico focado no setor primário nos municípios com matriz agrícola	Estado

	Incentivo financeiro e pedagógico na criação de escolas técnicas profissionalizantes de acordo com a vocação economica da região	Estado
	Incluir o componente curricular empreendedorismo no Ensino Médio e informática no Ensino Fund. F2 e Ensino Médio, na matriz curricular das escolas públicas	Estado
	Programa de Incentivo para Formação Continuada de professores e funcionários de escolas	Estado/Universidades/Sistema "S"
	Inserção no quadro de RH das escolas públicas estaduais, do profissional de Psicologia	Estado
	Construir infraestrutura nas regiões agrícolas para manter a sucessão familiar (Internet - Estradas - Energia)	Municípios - Estado - União - Iniciativa Privada
	Melhorar as estruturas educacionais do Estado para dar condições de trabalho aos educadores	Estado - União - Iniciativa Privada
	Fortalecimento da Emater	Municípios -Estado - Emater

	Ampliação das parcerias público - privadas nas mais vairadas áreas	Estado - União - Iniciativa Privada

Data:	Monitor:
10/11/2021	Fabrício Eduardo Renner

Cargo
Advogado
Assistente Social / Coordenadora do CRAS / Presidente da JMDB de Pantano Grande /
Coordenadora da 13º Coordenadoria Regional de Saúde do RS
Secretário de Turismo de Rio Pardo - Vice-Presidente da JMDB do Vale do Rio Pardo /
Gerente Regional da Emater
Professora / 1ª Dama
Presidente do MDB e do Hospital Beneficiente de Sinimbú - HBS
Vereadora
Assessora Parlamentar
Assessora do Secretário Edson Brum
Assessor da Secretaria de Planejamento
Agente Penitenciário
Assessor Parlamentar
Prefeito
Empresário
Coordenador Regional de Agricultura do Vale do Rio Pardo
Coordenador da 6ª CRE
Assessora Técnica - Gabinete do Prefeito de Rio Pardo

Análise e organização técnica	Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários
Implantar uma estrutura que possibilite o atendimento da mais variadas áreas - diminuindo os deslocamentos para atendimento em outros centros de saúde.	A atual estrutura comporta essas ampliações, para isso necessitam investimentos nessas obras e no aprelhamento dos mesmos.	400 mil habitantes da região do Vale do Rio Pardo
		400 mil habitantes da região do Vale do Rio Pardo
Existe um projeto arquitetônico, já aprovado no Estado, mas necessita ser revalidado.		200 mil habitantes
Tem projeto arquitetônico para 10 leitos de Uti Pediátrica		400 mil habitantes da região do Vale do Rio Pardo
Existe projeto aprovado na vigilância sanitária do Estado		400 mil habitantes da região do Vale do Rio Pardo
		400 mil habitantes da região do Vale do Rio Pardo
Uma das infraestruturas necessárias para atração de novos empreendimentos para região é a disponibilidade de energia e gás para instalação das mesmas.		População do Vale do Rio Pardo

Obra muito importante para o escoamento da produção da região e do Estado		População da Região do Vale do Rio Pardo e metade norte do Estado

Análise e organização técnica	Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários
Ação que diminuiria inúmeras vezes o custo de transporte de bens e pessoas, possibilitando a aceleração do desenvolvimento regional, alívio da malha viária e estímulo ao turismo.		Toda população do Estado
Integrar roteiros nas pequenas cidades, investir em identificação turística, promover estes destinos, ampliar o leque de opções turísticas para sociedade, proporcionando renda para pequenas propriedades e negócios.		Toda população do Estado
Essa central disponibilizará cases para solucionar problemas que já foram sanados em outro lugar, além de oferecer ideias, modelos e ações que podem ser replicadas pelo Estado		Toda população do Estado
Ampliar a transversalidade entre as áreas sociais, tanto dentro da estrutura do Governo do Estado, quanto nas parcerias com os Municípios.		Toda população do Estado
Identificar os gargalos burocráticos nos quais o empreendedorismo trava		Toda população do Estado

Criar programa de incentivo ao beneficiamento da produção primária. Aproximar o oferta de oportunidades nesta área dos produtores.		Toda população do Estado
Investimentos nas áreas de: Olericultura e Fruticultura (Irrigação, Estufa, Caixas de Transporte e Mudas) - Piscicultura (Construção e reforma de açudes) - Construção de silos para armazenagem de grãos - Agroindústria familiar de origem animal e vegetal - Pecuária Familiar e Avicultura de postura.		Toda população do Estado
Melhorias em logística, energia, comunicação e acesso ao crédito.		Toda população do Estado
Oferta de microcrédito e garantia de crédito aos pequenos e micro empreendedores.		Toda população do Estado
A alta demanda de mão de obra qualificada deixa milhares de posto de trabalho em branco, nesse sentido a sugestão de implantar a formação técnica para população, inclusive no contra turno escolar para os estudantes de escolas públicas.		Toda população do Estado
Fortalecer, ampliar e qualificar as salas de empreendedores nas Prefeituras do Estado		Toda população do Estado
Sugestão para área da Educação		Toda população do Estado

Sugestão para área da Educação		População Jovem/Toda a população do Estado
Sugestão para área da Educação		Toda população do Estado
Sugestão para área da Educação		Professres e Funcionários do Estado
Sugestão para área da Educação		Comunidade Escolar
Essas estruturas são básicas para manter a sucessão familiar		Toda população do Estado
Demanda constante da sociedade		Toda população do Estado
Fortalecimento e ampliação dos investimentos na Emater		População rural do Estado

Há o entendimento que o Estado precisa ampliar as parcerias público x privadas em todas as áreas possíveis, ampliando o alcance e os resultados, mesmo sob formato de concessões públicas		Toda população do Estado

Coordenadoria	Coordenador:	Local:	Data:
Vale do Taquari	Celso Cervi	Câmara de Vereadores de Lajeado	11/11/2021

	Nome	Município	Cargo
Identificação	Jatir Radaelli	Relvado	Secretaria de Assuntos Municipais do Governo do Estado
	Lourival Seixas	Muçum	Assessor do Secretário de Desenvolvimento Econômico do
	Vitório Concatto	Serafina Correa	Assessor do Secretário de Desenvolvimento Econômico do
	Sidnei Eckert	Arroio do Meio	Assessor do Deputado Federal Alceu Moreira
	Rosinei Zago	Progresso	Vereador - Presidente do MDB
	Inácio Herrmann	Santa Clara do Sul	Presidente do MDB
	Carlos de Castro	Marques de Souza	Presidente do MDB
	Edmilson Dorr	Marques de Souza	Ex-Prefeito de Marques de Souza
	Régis Casagrande	Encantado	MDB de Encantado
	Gilberto Keller	Colinas	Advogado - Ex-Prefeito de Colinas
	Márcia Scherer	Lajeado	Delegada
	Matheus Trojan	Muçum	Prefeito de Muçum
	Paulo Heck	Arroio do Meio	Vereador
	Rafael Simonis	Santa Clara do Sul	Coordenador de Comunicação de Santa Clara do Sul
	Greice Weschenfelder	Arroio do Meio	Professora
	Nilton Rolante	Doutor Ricardo	Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde
	Euclides Rodrigues	Lajeado	Trabalha na área de transito e turismo
	Paulo Cezar Kohlrausch	Santa Clara do Sul	Prefeito
	Celso Cervi	Lajeado	Coordenador Regional do MDB - VT
	André Marcon	Muçum	Diretor do Hospital de Muçum
	Luis Henrique Weschenfelder	Cruzeiro do Sul	Vice-Presidente do MDB
	Ari Strapazzon	Arroio do Meio	Empresário e Doutor na área ambiental
	Henrique Luciano Ongarato	Coqueiro Baixo	MDB de Coqueiro Baixo
	Dirceu Ongarato	Coqueiro Baixo	Presidente do MDB
	Claudir Augustinho Damásio	Coqueiro Baixo	Vereador
	Jones Barbosa da Silva - Vavá	Lajeado	Vereador

Ações principais - Prioridades	Parceiros	Análise e organização técnica
Duplicação da RS 129 / 130 / 453- Venâncio Aires - Encantado	Estado - Iniciativa Privada	O assunto já está em discussão há anos, mas ainda não tem uma sinal de - Concessão
Rota Caminhos do Pão e Vinho	Estado - União - Iniciativa Privada	Existe uma garantia de recursos de R$ 10 milhões de reais para iniciar a obra. Esta obra interliga a região dos Vinhedos com o Vale do Taquari. Considerando os investimentos que estão ocorrendo no VT quanto ao Turismo regional, está ligação é indispensável para conectar ambas regiões e oportunizar a exploração turística.
Protocolo de ação para atuação nas enchentes	Municípios - Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	Criar um protocolo mais eficaz para atuar nos períodos de enchente, com previsões mais eficientes.
Construção de mais uma ponte sobre o Rio Taquari	Municípios - Estado - União - Iniciativa Privada	Identificar o melhor local na região para construir esta nova ponte, tendo em vista que as atuais (Duas pistas), na BR 386, são as únicas com capacidade de atender o intenso fluxo e as cargas pesadas que por ela circulam. A obra, além de garantir a travessia em caso de algum incidente com as atuais, auxiliaria consideravelmente o escoamento dos veículos da região, consequentemente o seu desenvolvimento econômico.

Prioridades Regionais - propostas	Criação de um Pólo tecnológico - especialmente em pesquisa na área de alimentos	Munícipios - Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	A matriz do Vale do Taquari é a produção de alimentos, a criação deste Pólo beneficiaria a agregação de valor
	Fortalecimento das estruturas de saúde para tornar a região um Pólo de saúde	Estado - União - Iniciativa Privada	Com a faculdade de medicina na Univates, formamos anualmente muitos profissionais e que poderiam ser utilizados no Vale do Taquari
	Investimentos em turismo nos Municípios da região.	Estado - União - Iniciativa Privada	Destinar recursos para organização coletiva dos Municípios que estão se organizando no setor turístico. Não investir apenas em locais já consolidados
	Construção do Centro de Traumatologia na região	Municípios - Estado - União - Iniciativa Privada	Considerando a estrutura hospitalar e a faculdade de medicina da Univates, um centro de traumatologia tem capacidade de atender outras regiões do Estado
	Participação mais efetiva da região nas decisões de interesse local	Estado	Demanda frequente, as decisões são concentradas no comando do Governo e pouco debatidas com as lideranças políticas e econômicas da região
	Ligação asfáltica de Coqueiro Baixo com a BR 386	Município - Estado	Ligação asafaltica que interliga a região alta do Vale do Taquari diretamente a BR 386
	Criar o Selo do Vale dos Alimentos para o Vale do Taquari	Municípios - Estado	Considerando a grande produção de alimentos da região, especialmente pelas cooperativas e empresas do segmento de alimentos de origem animal e vegetal
	Aeroporto Regional de Estrela	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	Desenvolver estrutura para receber voos de pequeno e médio porte, especialmente pelo desenvolvimento econômico e turismo
	Canalização de gás natural	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	Em conjunto com a regiõ Carbonífera e Vale do Rio Pardo, a demanda por energia é básica no crescimento econômico das regiões, especialmente na atração de grande investimentos e ampliação de plantas industriais existentes

Ações principais - Prioridades	Parceiros	Análise e organização técnica
Melhorar a central de leitos do Estado, para dar mais agilidade	Estado - Hospitais	Há o entendimento que a central de leitos do Estado possa ser mais ágil e otimizada, a partir da regionalização maior dos atendimentos
Seguir o processo de venda de patrimônio sem utilização pelo estado	Estado	Processo já em andamento, dar sequência
Desburocratização da máquina do Estado - Especialmente ambietal	Estado	Avanços em todas as áreas com ferramentas de tecnologia para otimizar, agilizar e dar transparência aos processos. Além de economizar recursos financeiros. Unificação de todos os serviços públicos em um local na região, facilitando o acesso da população.
Investimentos em comunicação e energia	Estado - União - Iniciativa Privada	Internet no interior - Qualidade da energia elétrica, sem falhas e com capacidade de atender a demanda no setor primária
Investimentos nos distritos industriais dos Municípios	Municípios - Estado	Parcerias para criação, ampliação e infraestrutura em Distritos Indústriais em parceria com os Municípios

s do Governo do Estado	Recuperação contínua das rodovias	Estado - Iniciativa Privada	Manutenção contínua das rodovias da região, especialmente os acessos aos Municípios
	Programas de incentivo para pequena propriedade rural	Municípios - Estado	Investimentos - irrigação - capacitação - recursos financeiros - infraestrutura rural
	Manter os programas que estão em andamento no Governo do Estado	Municípios - Estado	Projetos de parcerias com a iniciaiva privada para pavimentação asfáltica - PIAA
	Descentralização do Governo	Estado	Aproximar o Governo da população do Estado, com agendas de interiorização durante o mandato
	Concessão das Hidrovias	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	Reativação do Porto de Estrela, aproveitando a estrutura e fomentando a economia e turismo
	Programas de desenvolvimento da agroindústria familiar	Municípios - Estado - União	Desenvolvimento de novos produtos - Resgate de cultivos tradicionais - Beneficiamento destes produtos
	Criar um planejamento estratégico do Estado para as próximas décadas	Estado	Com planos de mobilidade (Anel rodoviário) acessibilidade, infraestrutura, conctividade, comunicação e energia
	Plano Estadual de Agricultura, com participação efetiva e financeira do Estado.	Estado	Preservando as características locais de cada região, com variedades que se adaptam a cada realidade e que agreguem renda às propriedades. Criação de departamento de fomento na Secretaria da Agricultura
Prioridade	Incentivo à produção agroecológica.	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	A evolução da cadeia de produção de alimentos no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul está ligada com o consumo mais consciente e saudável, especialmente com utilização de produtos sem agrotóxicos e insumos químicos, neste sentido, o grande potencial da produção agroecológica necessita de fomento e investimentos do setor público
	Programa de Educação Técnico Profissional, Sócio-Emocional, Desenvolvimento Humano e Escolarização	Município - Estado - União - Iniciativa Privada - Escolas Técnicas - Universidades - Sistema "S"	Além da tradiconal escola pública, o poder público deve ampliar sua atuação nas áreas de conhecimento, sejam técnias, comportamentais e de autoconhecimento, neste sentido a proposta de uma política pública para tratar destes temas de forma transversal e pensando o ser humano como um todo.
	Criar patrulhas agricolas para atender as regiões através dos consórcios intermunicipais (Retroescavadeiras - Escavadeiras Hidraúlicas - Motoniveladoras - Tratores - Caminhões)	Municípios - Estado - União	Repassar para gestão dos consórcios regionais a administração das patrulhas agrícolas, os quais organizam, mantém e estruturam o funcionamento justo dos equipamentos
	Alterar a legislação que permita que os convênios de pavimentação regional possam ser realizados por consórcios públicos	Estado	Através do Consórcio as ações e obras de interesse regional podem ser centralizadas e agilizadas, considerando que no atual formato os convênios são celebrados com cada município que compõe o projeto macro, sendo necessárias várias equipes e processos distintos até o objetivo em comum, o que o Consórcio supriria com muita facilidade
	Mutirões de consultas e exames (Imagens - Ressonâncias) via consórcios	Municípios - Estado - União	A estrutura de consórcios possibilita a compra de serviços mais baratos e ágeis para a população assistida, neste sentido, distribuir as demandas de consultas e exames nestes órgãos vem facilitar e qualificar o atendimento na área da saúde
	Programa de qualificação técnica para agricultura	Estado - União - Sistema "S" - Escolas Técnicas - Universidades	Considerando que a base econômica de vários municípios do Estado é a agricultura, existe a necessidade de qualificação específica nesse segmento, especialmente para profissionalização da gestão da propriedade e manutenção da sucessão da mesma.
	Programa de oportunidades nas escolas de ensino estadual, com formação técnica em todas as áreas profissionais - Contra-turno	Estado - União - Sistema "S" - Escolas Técnicas - Universidades	Diante da dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, está demanda é crescente na Economia, existem postos de trabalho disponíveis, mas os mesmos não são preenchidos por falta de qualificação
	Manter os quadros da segurança pública e qualificar as estruturas	Estado	Ampliar as ferramentas tecnológicas para auxiliar as forças de segurança na solução de crimes
	Conceito de gestão com manutenção das reformas do Estado, enxugamento da estrutura, modernização das equipes e ferramentas de gestão	Estado	Manter a reestruturação e modernização da máquina pública
	Investimentos nas estruturas escolares da rede estadual	Estado - Iniciativa Privada	Investimentos permanentes nas melhorias das estuturas escolares, na aquisição de equipamentos, modernização e digitalização das mesmas
	Investimentos nos pequenos hospitais dos municípios	Municípios - Estado - União	Aproveitar as etruturas hospitalares existentes em pequenos municípios, com foco no atendimento primário
	Liberação de recursos por meio de editais	Municípios - Estado	O método de convênios por edital define os critérios e distribuição justa dos recursos

	População do Vale do Taquari	Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	
	População do Vale do Taquari	Estado - União - Iniciativa Privada	
	População do Vale do Taquari	Estado - União - Iniciativa Privada	
	Toda população do Estado	Estado - União - Iniciativa Privada	
	População do Vale do Taquari	Estado	
	População do Vale do Taquari	Município - Estado	
	População do Vale do Taquari	Municípios - Estado	

Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários	Fonte de recursos: Públicos e Privados - Materiais e Finanças	Tempo de Implentação
	População das regiões do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari	Estado - Iniciativa Privada	
	População da Região dos Vinhedos e Vale do Taquari, bem como, os turistas que circulam nas mesmas	Estado - União - Iniciativa Privada	
	Moradores em áreas de risco às margens do Rio Taquari e afluentes	Estado - União - Iniciativa Privada - Universidades	
	População da Região do Vale do Taquari e usuários da BR 386	Estado - União - Iniciativa Privada	

	População do Vale do Taquari	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	
	População das regiões: Carbonífera - Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	

Articulação e Mobilização	Público impactado / Beneficiários	Fonte de recursos: Públicos e Privados - Materiais e Finanças	Tempo de Implentação
	Toda população do Estado	Estado - Hospitais	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado - União - Iniciativa Privada	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado	

	Toda população do Estado	Município - Estado - União - Iniciativa Privada	
	Toda população do Estado	Município - Estado - União - Iniciativa Privada - Escolas Técnicas - Universidades - Sistema "S"	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União	
	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União	
	Toda população do Estado	Estado - União - Sistema "S" - Escolas Técnicas - Universidades	
	Toda população do Estado	Estado - União - Sistema "S" - Escolas Técnicas - Universidades	

	Toda população do Estado	Estado	
	Toda população do Estado	Estado - Iniciativa Privada	
	Toda população do Estado	Municípios - Estado - União	
	Toda população do Estado	Estado	

CAMINHOS DO RIO GRANDE

RELATÓRIO

Região: Zona da Produção
Local da Reunião: Câmara de Vereadores de Constantina
Data: 29 de Outubro de 2021
Horário: 19h às 21h

No presente relatório destacamos as principais demandas da região que foram debatidas e apresentadas pelas lideranças de diferentes municípios que compõem a coordenadoria.

INFRAESTRUTURA:

Os seguintes municípios necessitam de Acesso Asfáltico:

- Engenho Velho;
- São Pedro das Missões

As seguintes localidades necessitam de ligações asfálticas:

- Ponte sobre o Rio da Várzea, trecho o qual liga Novo Xingú com São José;
- Ligação entre Constantina e Ronda Alta (Passando por Engenho Velho);
- Ligação entre Carazinho e Chapada;
- Ligação entre Três Palmeiras e Campinas do Sul (ERS-473);
-

Fora solicitada ainda uma ligação interregional na localidade entre os municípios de Ronda Alta e Campinas do Sul (18km de extensão - ERS-211).

- Federalizar a ERS-324;

SAÚDE:

- Ampliação dos serviços especializados;
- Melhorias nas instalações dos hospitais de Carazinho, Sarandi e Ronda Alta.
- Descentralizar as especilidades do hospital de Carazinho, as criando também em municípios como Constantina, melhorando assim a logística de deslocamento de pacientes.
- Equipamentos mais modernos;
- UTI Móvel (fortalecer o SAMU);

EDUCAÇÃO E ESPORTE:

- Melhorias na infraestrutura das escolas da região;
- Maior oferta de cursos profissionalizantes nas escolas técnicas - modernização da grade curricular;

- Programa que combata a evasão escolar;
- Programa de capacitação permanente de professores da rede estadual de ensino;
- Criação das Olimpíadas Estaduais;
- Criar um centro de formação de atletas;

AGRICULTURA:

- Incentivar os pequenos agricultores;
- Fortalecimento da EMATER;
- Desburocratizar processos junto a Secretaria Estadual;
- Programa de incentivo e preparação para sucessão familiar no campo;
- Internet de boa qualidade no campo;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE:

- Desburocratizar a FEPAM (licenças ambientais);
- Fomento do empreendedorismo rural através de mentorias, assessorias e capacitações;
- Criação de linhas de crédito para o setor;

SEGURANÇA:

- Ampliação do efetivo;
- Melhoria nos equipamentos (armas, viaturas, etc..);
- Criação de núcleos estratégicos e de inteligência policial contando com carros à paisana;

Ao final, a região elencou as três áreas que segundo os presentes, o Estado deve voltar suas ações principais: educação, infraestrutura e segurança pública.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

RELATÓRIO

Região: Nordeste
Local da Reunião: Câmara de Vereadores de Sananduva
Data: 27 de Outubro de 2021
Horário: 19h às 21h

No presente relatório destacamos as principais demandas da região que foram debatidas e apresentadas pelas lideranças de diferentes municípios que compõem a coordenadoria.

INFRAESTRUTURA:

Acessos Asfálticos:
- Santo Expedito;
- Tupanci;
- Capão Bonito do Sul;

Ligações Asfálticas:
- Entre Machadinho e São José D'ouro;
- Entre Machadinho e Barracão;
- Entre Maximiliano de Almeida e Pinhalzinho;
- Entre Machadinho e Marcelino Ramos;
- Entre Sananduva e Charrua;
- Entre São José D'ouro e Tupanci;
- Contorno asfáltico em Ibiraiaras (utilização regional);

SAÚDE:

- Melhorias na infraestrutura de 5 hospitais da região, sendo eles em: Maximiliano de Almeida, São José D'ouro, Sananduva, Lagoa Vermelha e Paim Filho.
- Oferta de hemodiálise no hospital de Sananduva;

EDUCAÇÃO:

- Escolas em tempo integral;
- Valorização dos professores (salário);
- Criação de uma nova e moderna plataforma educacional;
- Ampliar a oferta da escola técnica estadual da região que fica em Lagoa Vermelha;
- Melhorar a estrutura física das escolas;

AGRICULTURA:

- Internet no campo;
- Luz trifásica no campo;
- Qualificação da mão de obra (agricultura de precisão);
- Desburocratizar processos para as agroindústrias (liberação, licenças, etc..)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE:

- Desburocratizar as licenças ambientais junto a FEPAM;
- Fortalecimento e resgate das regionais da SEMA;

TURISMO:

- Fortalecimento do turismo regional, através da Rota das Araucárias;

Ao final, a região elencou as três áreas que segundo os presentes, o Estado deve voltar suas ações principais: infraestrutura, concessões e segurança pública.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

RELATÓRIO

Região: Médio e Alto Uruguai
Local da Reunião: Cantelle Hotel
Data: 28 de Outubro de 2021
Horário: 19h às 21h

No presente relatório destacamos as principais demandas da região que foram debatidas e apresentadas pelas lideranças de diferentes municípios que compõem a coordenadoria.

INFRAESTRUTURA:

Acessos Asfálticos:

- Pinheirinho do Vale;
- Ametista;
- Dois Irmãos das Missões;
- Novo Tiradentes;

Ligações Asfálticas:

- Ametista do Sul para Frederico Westphalen;
- Ametista do Sul para Rodeio Bonito;
- Planalto para Iraí;
- Novo Tiradentes para Pinhal;
- Novo Tiradentes para Cerro Grande;
- Vicente Dutra para Mondaí;
- Herval Seco para Redentora;
- Trecho que passa entre: Rodeio Bonito para Liberato Salzano e Trindade;

Interregionais:

- Viaduto na ERS-150;
- Duplicação da ponte entre Amestista e Planalto;
- Aeroporto Regional;
- Adutora de água Regional;
- Ampliação e instalação de gás (SulGás);

SAÚDE:

- Oncologia no hospital de Frederico Westhpalen;
- UTI Neonatal no HDP;
- Ampliação dos repasses a saúde da região;
- Ampliação da capacidade de atendimento de hemodiálise da região;

EDUCAÇÃO:

- Fortalecimento da escola técnica de Frederico Westphalen;
- Educação financeira e empreendedora;
- Adaptação tecnológica/nova política educacional;
- Qualificação dos professores;
- Disciplina de empreendedorismo nas escolas;
- Restruturação da rede escolar;
- Discutir com municípios sobre a aplicação dos recursos de forma prévia;
- Fortalecimento das APAES;
- Política estadual para Autistas;

AGRICULTURA:

- Criação do crédito estadual para agricultores;
- Desburocratizar a Emater;
- Incentivos fiscais para as agroindústrias;
- Facilitar a abertura das agroindústrias;
- Programa de incentivo a suínocultura e demais criações de animais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE:

- Desburocratizar as licenças ambientais;
- Política de incentivo aos dejetos provenientes de animais de criação para abate;
- Fortalecimento do Turismo Regional;
- Parceria junto ao SEBRAE e UNISINOS para estudos de fomento ao turismo regional;
- Fomento a qualificação profissional;
- Ecoturismo como pauta regional;

ESPORTE E CULTURA:

- Maior facilidade no acesso ao Pró-Esporte;
- Maior recurso para esportistas de alto rendimento;
- Fortalecimento dos Centros de Tradição Gaúcha;

Ao final, a região elencou as três áreas que segundo os presentes, o Estado deve voltar suas ações principais: infraestrutura, saúde e geração de empregos.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

RELATÓRIO

Região: Grande Passo Fundo
Local da Reunião: Clube Recreativo Juvenil
Data: 30 de Outubro de 2021
Horário: 09h às 12h

No presente relatório destacamos as principais demandas da região que foram debatidas e apresentadas pelas lideranças de diferentes municípios que compõem a coordenadoria.

INFRAESTRUTURA:

Ligação asfálticas:

- Ibirapuitã a Marau (BR-386 a BR-285);
- Marau a Nicolau Vergueiro;
- Rodovia Norte Serra, ligação entre Getúlio Vargas a Casca;
- Água Santa a Tapejara - ERS-428
- Trevo de ligação com a BR-285 (Água Santa p/ Gentil)
- Manutenção especial nos acessos aos municípios e polos industriais;
- Passarelas e lombadas eletrônicas nos acessos;
- Iluminação nas rodovias da região;
- Tapejara a Charrua;
- Santa Cecília do Sul - ERS 430

Melhorias:

Duplicação asfáltica da ERS-324 (sem pedágios);
Melhorias permanentes em fornecimento de energia elétrica, internet e telefonia;
Melhoras na ERS-132;
Duplicação da ponte do Rio São Domingos na ERS-129
Término do trecho da ERS-129 do trevo das ERS-324 e 129 - local próxima a Cooperativa Santa Clara;
Duplicação da Ponte do "Castelinho" na ERS-428;
Duplicação entre Coxilha e Tapejara;

SAÚDE:

- Cumrpimento das obrigações do Estado com o atendimento de pacientes da Média Complexidade;
- Mutirões para realização de cirurgias eletivas represadas no período da pandemia;
- Investimentos na saúde preventiva;
- Contratação de um número maior de médicos especialistas;

- Fortalecer o hospital regional de Marau;
- Repactuação dos acordos de repasses entre Estado e Hospitais - pagando aquilo que os hospitais realmente prestam de serviços em saúde;
- Discutir previamente os investimentos com as coordenadorias regionais de saúde que conhecem a realidade dos municípios;
- Fomento de práticas integrativas na saúde;
- Tornar o Hospital Santo Antônio de Tapejara em um Hospital com estrutura para abrigar toda a região;

EDUCAÇÃO:

- Manutenção e qualificação da infraestrutura das escolas;
- Reforçar metodologias de ensino para compensar as dificuldades de aprendizado durante a pandemia;
- Municipalizar toda a rede de ensino;
- Ofertar cursos profissionalizantes para facilitar o ingresso no mercado de trabalho;
- Maior uso da tecnologia nas escolas como recurso educacional;
- Incentivo à pesquisa acadêmica;
- Ensino médio profissionalizante;
- Escolas técnicas regionais;
-

AGRICULTURA:

- Programas voltados às especificidades das culturas do RS, como irrigação, permanência do jovem no campo, etc;
- Políticas públicas de enfrentamento a crise hídrica;
- Georreferenciamento;
- Criação de Centros de Pesquisa;
- Investimentos em logística para o transporte de grãos;
- Manutenção da sucessão familiar no campo;
- Programa de apoio ao pequeno e médio agricultor;
- Programas de incentivo a cultura de inverno;
- Fortalecimento da EMATER;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

- Criação de cursos profissionalizantes para a inserção do jovem no mercado de trabalho;
- Desenvolvimento de programas de inovação e tecnologia;
- Incentivos na geração de emprego;
- Desburocratizar os processos para licenças ambientais;
- Agilizar a estrutura do Aeroporto
- Melhoria nas rodoviárias

SEGURANÇA PÚBLICA:

- Maior efetivo;

- Investimento em tecnologia e inteligência policial;
- Programas sociais de prevenção e recuperação de quem comete crimes;
- Ampliação do monitoramento por câmeras - cercamento eletrônico;
- Ampliar número de funcionários nos mais diversos departamentos: IML, agentes penitenciários, policiais, etc;
- Melhorias das sedes da brigada militar e delegacias;

CAMINHOS DO RIO GRANDE

RELATÓRIO DE TRABALHO DA MACROREGIÃO ZONA SUL, COSTA DOCE E SUDESTE

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo relatar os temas abordados nas rodas de conversas criadas pela coordenação do comitê regional do Caminhos do Rio Grande da macrorregião que assistiu as seguintes regiões: Zona Sul, Costa Doce, Sudeste.

Com o intuito de desenvolver as discussões, aprofundando o diálogo e elaborando (junto das principais lideranças locais) propostas de ações regionais prioritárias para a formulação da plataforma do partido em 2022 no estado do Rio Grande do Sul, ficou definido que teríamos o Sr. Janir Branco como coordenador deste comitê e o Eng. Miguel Medina Jr. como relator do mesmo.

2. ENCONTROS

Foi realizado um encontro presencial que contou com a presença dos seguintes membros do MDB Gaúcho:

i. Miguel Medina Jr.
ii. Lucas Boa Nova;
iii. Janete Magalhães (assessoria da vereadora Diacuiara);
iv. Lucia Marques (assessoria da vereadora Diacuiara);
v. Rôde Laco Gonçalves Hartwig;
vi. Daniela Colares Conceição;
vii. Danilo Rodrigues;
viii. Jair Seidel;
ix. Janir Branco;
x. Sandro Oliveira (Boka);
xi. José Bonifácio Poetsch;
xii. José Conceição;
xiii. Marcio Porto;
xiv. Filipe Branco;
xv. Jimmy Carter;
xvi. Duarte Pinheiro;
xvii. Jaira Fagundes;
xviii. Fabricio Moraes;
xix. Luiz Carlos Folador;

Além deste encontro alguns membros do nosso partido entraram em contato com o relator deste comitê, a fim de expor algumas ideias e propostas importantes para a elaboração deste documento, entre estas pessoas:

i. Jacques Adolph Gastão Reydams;
ii. Rôde Laco Gonçalves Hartwig;
iii. Jair Seidel;
iv. Adriane Fonseca.

3. PROPOSTAS

3.1.Saude

- Hospital Regional com toda qualidade que necessita ter. Contemplar as áreas básicas, atendendo e suprindo todo Pronto atendimento, assumindo o Pronto Socorro até então existente, que atende os 22 municípios;
- Traumatologia completa, com seus profissionais afins como Neurologia e fisioterapia;
- Adequar a oferta de Urologia que contemple também a Saúde do Homem;
- Cirurgia de alta Complexidade Oftalmológica;
- Centro de Reabilitação auditiva, físicas/motora, visual, etc.;
- Garantir que a Rede Cegonha mantenha a equipe atendendo as gestantes de sua referência;
- Clínica de fisioterapia SUS;
- Laboratório SUS;
- Garantir carreira SUS com número suficiente de Profissionais nas Unidades de saúde da Regional;
- Ampliar e manter nas Unidades Básica Profissionais para assistência/atendimento tais como: Psicólogos, Assistentes Sociais, Fisioterapeutas, Ginecologistas;
- Garantir um tempo máximo para os encaminhamentos de exames SUS, independente da especialidade, impedindo que os pacientes deixem de se tratarem pela demora dos mesmos. Exemplo: tomografia, Ultrassonografia, Endoscopia, Colonoscopia, Ressonância, etc.;
- Reduzir tempo máximo para início do tratamento Oncológico, 30 dias, adequando os Serviços a necessidade da região. Ampliar número de leitos SUS, Masculinos, Femininos e Pediátricos.

- Ampliar Leitos de UTI NEO NATAL;
- Orientar que cada município tenha o seu Centro de Especialidades com profissionais que atendam a demanda referenciada. Exemplo: Centro Materno Infantil, com Ginecologistas e Pediatras;
- Ampliação do horário de atendimento das Unidades Básicas e dos CAPS;
- Criação de consultório Farmacêutico nas Farmácias Distritais, orientando o uso adequado dos medicamentos quanto a alimentação e interações dos efeitos adversos e também conservação dos mesmos;
- Oferecer Terapêuticas de práticas Alternativas e Complementares SUS, com profissionais habilitados;
- Implantar nos municípios espaços de atendimento as pessoas do coletivo Trans, visto que a expectativa de vida deste grupo é de 35 anos. Vivemos em um absurdo social e torna-se fundamental que o estado atenda este coletivo com profissionais da saúde tais como: psicólogos, médicos endocrinologistas, etc;
- Incrementar o número de equipes de saúde itinerantes nos bairros e vilas.

3.2.Educação

- INOVAÇÃO:

Neste tema tivemos uma gama bastante expressiva de manifestações, ficou bastante claro a importância de tratarmos o tema da educação sempre olhando para os desafios futuros e as novas soluções que precisamos desenvolver para melhorar de forma notável a educação gaúcha nas escolas públicas.

Internet nas escolas: É vital que as escolas, principalmente aquelas localizadas nos locais mais vulneráveis das nossas cidades, tenham internet de boa qualidade e acessível a todos os estudantes. Apesar de percebermos que a utilização da internet está cada vez mais presente na nossa sociedade, esta ferramenta precisa ser utilizada com cuidado e principalmente, acreditamos que os alunos precisam perceber que a internet pode ser utilizada para alcançar informação e para aprender. Neste contexto dar acesso a esta ferramenta aos estudantes de escola pública, ensinando os mesmos a conviver com tais tecnologias tirando da mesma um proveito acadêmico é vital para a evolução da qualidade educacional da nossa sociedade.

Formação continuada dos professores: Outro tema bastante abordado no nosso encontro tratou da importância de capacitar os profissionais da educação para os "novos" desafios. Além disso, as transformações digitais acontecem cada vez mais rápido e é

fundamental que tais profissionais possuam treinamento adequado para ensinar os jovens a utilizarem as novas tecnologias a favor do desenvolvimento humano.

Plano Pedagógico: Discutir com os professores e demais profissionais da educação um novo projeto pedagógico mais oxigenado e que contemple as novas tecnologias.

- ESCOLAS EM TURNO INTEGRAL

Reforçar a importância das escolas em turno integral, onde os jovens possam escolher as atividades a serem realizadas em turno inverso, dentro de uma gama oferecida pelas escolas como oficinas de teatro, xadrez, esportes, etc.

- EMPREENDEDORISMO

Buscar desenvolver o espírito empreendedor nos jovens.

- TRANSPORTE ESCOLAR

Repensar a relação de responsabilidades e gestão entre estado e municípios nas atividades referentes ao transporte escolar.

- EDUCAÇÃO NO CAMPO

Neste tema tivemos diversas contribuições e reflexões. O êxodo rural é cada vez mais intenso e notável na sociedade gaúcha, entre outros aspectos este fenômeno ocorre pela discrepância de oportunidades que existe nas zonas urbanas quando comparada as zonas rurais de nosso estado. Há também nos jovens uma percepção de que a qualidade de vida nas cidades é maior que no campo.

Neste contexto podemos pensar em políticas públicas voltadas ao objetivo de auxiliar que as pessoas permaneçam no campo e tenham vidas cada vez melhores sem a necessidade de migrar para os centros urbanas, entre estas políticas:

- Internet de qualidade nas escolas rurais;

- Capacitação dos jovens para o trabalho do campo;

- Programa de governo em parceria com instituições para desenvolver os trabalhos do campo e capacitar os jovens;

- Programa de crédito para jovens no âmbito rural a fim de dar mais liberdade a estes jovens. Estes programas de crédito devem ter juros subsidiados e garantias facilitadas.

3.3.Temas Variados

- REORGANIZAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO

Para que o nosso estado possa crescer (principalmente no ponto de vista econômico) é fundamental que tenhamos fontes eficientes de geração de energia.

Também foi apresentado como proposta um projeto para que todas as escolas do estado sejam autossustentáveis em energia, utilizando a matriz solar.

Nesse contexto também foi mencionada a importância da desburocratização e fomento à implantação de sistemas de captação de energias renováveis.

- MÃO DE OBRA PRISIONAL

Criação de um programa abrangente de uso de mão de obra prisional para ações no setor público e terceiro setor.

- INFRAESTRUTURA

Uma pauta fundamental da região está na utilização da hidrovia existente na lagoa dos patos. Ampliação, sinalização e fomento à sua utilização é uma pauta antiga e notavelmente colocada como prioridade da região.

Outra pauta importante a ser abordada é a pavimentação em todos os acessos municipais, bem como a implantação da pavimentação de estradas rurais de maior fluxo de veículos e construção de pontes de concreto.

- COREDES E CONSULTA POPULAR

Ampliar os recursos da consulta popular oportunizando a participação da população no destino de recursos para investimentos com características regionais. Atualmente temos projetos muito particulares que recebem pouco devido ao grande número de projetos cadastrados no programa. Nossa proposta é que o dinheiro passe a ser colocado em projetos de impacto regionais que atendam uma quantidade maior da população.

Além disso precisamos repensar qual a proposta/função dos COREDES para o estado. Acreditamos que os COREDES são fundamentais para interligar as regiões e levantar as pautas locais, contudo para que isso aconteça na prática os COREDES precisam ter mais autonomia e estrutura e funcionarem como embaixadores do governo em um meio regional.

- SEGURANÇA RURAL

Criação, através da brigada militar, de patrulhas rurais para garantir a segurança da população.

- RESERVA DE ÁGUA

Estabelecer em todo estado um programa de preservação de água para a zona rural destinado a dessedentação dos animais e irrigação de culturas.

- DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Incentivar a implantação de agroindústrias no meio rural como forma de gerar renda e postos de trabalho.

Fomentar o turismo rural buscando o incremento de renda e emprego com esta atividade não agrícola no meio rural.

Integrar os municípios em projetos de desenvolvimento que atenda toda a região, como um roteiro farroupilha para o turismo.

- GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Montar um sistema de avaliação de servidores. Este sistema pode ser híbrido (online e presencial) e contar com inúmeros indicadores distintos que auxiliem o governo a gratificar servidores ou departamentos que tenham realizado seu trabalho de forma qualificada e repensar os departamentos que estiverem prestando um serviço não satisfatório para a população.

4. CONCLUSÃO

Este documento é o resultado de conversas entre os integrantes do MDB Gaúcho e a sociedade das regiões da Zona Sul, Costa Doce e Sudeste. Aqui estão colocadas as propostas e opiniões de diversos agentes políticos e lideranças sociais que se reuniram com o intuito de auxiliar na elaboração de um programa de governo mais eficiente, moderno e qualificado. Esperamos ser úteis e auxiliar na construção de um estado cada vez melhor.

Coordenador da Macrorregião

Janir Branco

Relator da Macrorregião

Miguel Medina Jr.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

Relatório de contribuições de lideranças do Litoral Norte ao Plano de Governo do MDB gaúcho para 2022

Coordenador Regional: Luciano Silveira

Relator: Valmor Rosa de Araújo

Monitor: Armenio de O. dos Santos

OSÓRIO

2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3

2. RODADA 1 – IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL 4

2.1 SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL 4

2.2 SITUAÇÃO REGIONAL 4

3. RODADA 2 – PRIORIDADES REGIONAIS 5

4. RODADA 3 – PRIORIDADES DO GOVERNO DO ESTADO POR EIXOS 9

5. CONCLUSÃO 15

6. ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA 17

7. ANEXO II – PLANILHA CANVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS 18

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte da construção do projeto Caminhos do Rio Grande realizado pelo MDB gaúcho em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães que têm por objetivo realizar encontros macrorregionais com lideranças partidárias, empresariais e da sociedade civil com o foco na construção de um Plano de Governo que norteará o candidato do partido à disputa ao Palácio Piratini no ano de 2022.

Como parte deste projeto foi realizada reunião de trabalho com lideranças (Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias, entre outros) da região do Litoral Norte do RS no Munícipio de Osório, no dia 28/10/2021, às 19:00h no Parque de Rodeios Jorge Dariva.

O encontro contou com a participação de cerca de 32 pessoas dos Municípios de Palmares do Sul, Tavares, Mostardas, Torres, Maquiné, Osório, Tramandaí, Balneário Pinhal, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Itatí, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Arroio do Sal, Três Forquilhas e Santo Antônio da Patrulha.

A metodologia de trabalho estava divida em três rodadas de reflexão: na primeira rodada discutiu-se no grande grupo um diagnóstico da situação atual do Rio Grande do Sul e da Região; na segunda e terceira rodadas os participantes foram divididos aleatoriamente em grupos menores para discutirem as prioridades para a Região e prioridades para o governo do Estado.

Além das contribuições discutidas na reunião, alguns relatórios com recomendações previamente preenchidas foram entregues pelos participantes do encontro.

Este documento é um compilado das principais contribuições elencadas no evento e presentes nos relatórios individuais e coletivos. Pode ser entendido como as contribuições e reivindicações do Litoral Norte gaúcho a serem levadas em conta para elaboração de um Plano de Governo, construído por muitas mãos e capaz de atender às necessidades de todos os gaúchos.

2. RODADA 1 – IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL

QUESTÕES NORTEADORAS: Como enxerga a situação atual do Rio Grande do Sul? Qual sua percepção do atual cenário da região e dos municípios da região? Como enxerga sua participação nesse contexto, se aplicável?

2.1 SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL

A primeira rodada a discussão foi feita no grande grupo mediado pelo Monitor Armenio dos Santos.

Os participantes mencionaram que o atual governo deu seguimento e aproveitou as medidas de responsabilidade fiscal, equilibro das contas públicas, modernização do Estado, redução e eficientização da máquina estatal iniciadas na gestão do governador José Ivo Sartori.

Quando se abordou a economia o relato foi de estagnação, porém com forte expectativa na reestruturação e retomada econômica a partir de 2022. Uma das grandes preocupações levantadas nos relatórios foi em relação ao controle da inflação.

Apesar de reconhecerem os avanços, alguns participantes alertaram para necessidade de, cada vez mais, descentralizar as ações do Estado e torna-lo mais dinâmico e integrado com as regiões e munícipios.

2.2 SITUAÇÃO REGIONAL

A segunda etapa do diagnóstico foi a discussão da situação atual da Região. Os seguintes tópicos foram levantados:

1. Sazonalidade regional: o Estado precisa dar atenção ao Litoral Norte durante o ano inteiro e não somente nos três meses de veraneio. Precisa pensar políticas públicas continuadas que atendam à região, independente da estação.

2. Diferença regional: por compreender 23 munícipios a região do Litoral Norte, por mais que tenha características semelhantes, possuí suas particularidades. É fundamental que o Estado reconheça a diferença do Litoral Serra e do Litoral Mar e que atenda a cada microrregião nas suas necessidades.

3. Reforma Tributária: é necessário equiparar o ICMS do RS com o de SC para nos tornarmos mais competitivos e atrairmos empresas que possibilitem o desenvolvimento da região.

4. Turismo: é fundamental uma campanha publicitária que fomente o turismo do litoral além das praias, evidenciando todas nossas características, nosso potencial, nossa contribuição histórica, nossas belezas naturais, nosso potencial agrícola, nossas festas e eventos regionais, dentre outros.

Esta campanha institucional pode ser realizada em parceria com os Municípios e deve ser realizada em outros estados do Brasil e no Exterior.

5. Legislação e Infraestrutura: dificuldades legislativas de avanços de infraestrutura com equilíbrio e responsabilidade ambiental. Trabalhar em uma legislação estadual/federal no sentido de possibilitar ao município efetuar melhorias na infraestrutura dos loteamentos e cobrar por tal feito. O Estado precisa providenciar melhorias na infraestrutura do litoral, principalmente no que tange a malha rodoviária e o saneamento básico.

6. Segurança Pública: o Litoral Norte precisa de aumento de efetivo policial e atenção à segurança pública.

7. Crescimento Populacional: a população do Litoral Norte cresceu muito com a migração por conta da pandemia impulsionando o mercado imobiliário e por conta disto a região necessita de recursos compatíveis para fazer frente a este crescimento com ações de saúde pública, segurança, infraestrutura e outras.

8. Saúde: demanda represada de atendimentos de alta e média complexidade. Janete Ferri Teixeira - Coordenadora da 18ª Coordenadoria Regional de Saúde – alerta em seu relatório para o problema da fila de espera para atendimento de reabilitação auditiva, e atendimentos pós covid.

9. Educação: falta de mão de obra capacitada. Necessidade de investimento em escolas de formação técnica.

3. RODADA 2 – PRIORIDADES REGIONAIS

Esta rodada foi realizada em grupos divididos aleatoriamente e as discussões resultaram em um Canvas de políticas públicas realizado pelos participantes no evento. O conteúdo destes canvas foi incluído em uma planilha Excel que segue anexa a este relatório.

Link para acesso da planilha em Excel, disponível no Google Drive: https://drive.google.com/file/d/1gLlRnXAaXTXYnBOlsKoPNUQ8nQhoGTSw/view?usp=sharing

Alguns grupos responderam algumas das perguntas em um documento separado, e o compilado destas respostas e das respostas dos questionários individuais, está descrito a seguir.

QUESTÕES NORTEADORAS:

1. Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?

2. Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado – dizer a área, e principalmente, no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?

3. Que áreas terão maior desenvolvimento na região?

4. Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou a região?

5. Prioridades devem ser apontadas na região na área social (saúde, educação, desenvolvimento social), econômica, melhoria na gestão pública.

6. Na infraestrutura, indicar a principal realização de impacto na região. Qual seria?

RESPOSTAS:

1. Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?

O principal destaque da região é o turismo, nas suas mais diversas subdivisões. Dom Pedro de Alcântara, Santo Antônio da Patrulha e Caraá, por exemplo, tem destaque o turismo religioso; Mostardas e Tavares o turismo de aventura (off-road) e ambiental por conta do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Alguns outros municípios o turismo de praias na alta temporada, e alguns o turismo rural.

A região se destaca também pela qualidade dos produtos produzidos na costa gaúcha. Agricultura familiar e hortifrutigranjeira bem desenvolvida, assim como as produções maiores de arroz e soja. A pecuária da região também tem recebeu destaque por conta da qualidade da carne tanto bovina como ovina, no caso mais especificamente de Mostardas.

Osório tem se destacado nos últimos anos pela capacidade de atração de indústrias e grandes empresas. Considerado por alguns como o "centro" do Litoral Norte o município tem uma localização privilegiada e é ligação de grandes rodovias.

Na saúde o Litoral Norte conseguiu avançar na oferta de maior variedade de especialidades médicas, mesmo as atenções no último ano tendo sidas destinadas a pandemia. Muito por conta do fator pandêmico, a região teve grande migração de pessoas e provou poder oferecer qualidade de vida o ano inteiro.

Para fomentar o desenvolvimento da região urge a necessidade de investir em infraestrutura, principalmente em recuperação das vias de acesso e das rodovias que comunicam os munícipios. Ferúlio José Tedesco – Coordenador do Escritório do Litoral Norte da Metroplan – menciona como algo fundamental para a região construção do porto em Arroio do Sal ou Torres e a necessidade um porto na Lagoa dos Patos.

2. Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado – dizer a área, e principalmente, no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?

- Criação de escolas técnicas e cursos profissionalizantes no litoral para capacitação de jovens e população interessada;
- Incentivo ao empreendedorismo;
- Melhorias na infraestrutura de pontes, rodovias;
- Reforma Tributária;
- Fortalecimento dos polos educacionais existentes;
- Investimento em obras de saneamento básico;
- Construção de um centro de referência em saúde;
- Atualização do Zoneamento Econômico Ecológico;
- Regularização fundiária;
- Aumento do efetivo policial e melhoria da segurança pública.

3. Que áreas terão maior desenvolvimento na região?

- Turismo (de praias, religioso, rural, ambiental, de aventura, off-road);

- Transporte portuário – com a construção do Porto de Arroio do Sal;
- Agronegócio
- Construção civil;
- Hotelaria;
- Gastronomia.

4. Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou a região?

O principal fator externo que impacta a região é a migração em decorrência da sazonalidade fazendo com que a demanda e procura pelo serviço público no verão aumente bastante.

Outro fator externo que impacta a região é diferença da carga tributária em relação ao litoral catarinense, o que acaba afastando alguns empreendimentos.

Quando se trata de legislação duas em específico dificultam o desenvolvimento da região: a legislação ambiental com alguns mecanismos que dificultam e atrasam os licenciamentos ambientais, e a legislação habitacional de regularização fundiária.

5. Prioridades devem ser apontadas na região na área social (saúde, educação, desenvolvimento social), econômica, melhoria na gestão pública.

Gestão Pública: desburocratização, Reforma Tributária, modernização da máquina pública, plano de gestão anual do Litoral Norte;

Saúde: aceleração de exames e consultas, aumento da oferta de especialistas na região, centro de atendimento oncológico, centro de referência em saúde com um hemocentro;

Desenvolvimento social: maior oferta de programas sociais no litoral, criação de uma casa de acolhimento/abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, valorização e construção de espaços de convivência;

Educação: maior oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no litoral, fortalecimento dos polos educacionais, atrair mais polos universitários para a região, melhorar a qualidade do ensino investindo em formação dos professores e inovação

nas salas de aula, criação de um polo de inovação e tecnologia, programas de incentivo ao esporte;

Economia: atração de indústrias e polos industriais, incentivo a criação de agroindústrias e cooperativas de beneficiamento de produtos oriundos da agricultura, pesca e extrativismo, melhorar o auxilio técnico aos agricultores por meio da Emater;

Segurança Pública: aumento do efetivo, incentivo s permanência dos policiais no litoral durante o inverno.

6. Na infraestrutura, indicar a principal realização de impacto na região. Qual seria?

- Construção de portos;
- Retomada do projeto Avenida do Litoral;
- Travessia a seco/ponte entre Rio Grande e São José do Norte;
- Melhoria das pontes da região, com destaque para a ponte Tramandaí x Imbé;
- Manutenção, sinalização e duplicação de rodovias (RS 030, ERS 453, ERS 494, BR 101, Estrada do Mar), com destaque para sinalização da Rota dos Cânions e pavimentação do trecho da ERS 453 entre Mampituba e Torres;

4. RODADA 3 – PRIORIDADES DO GOVERNO DO ESTADO POR EIXOS

Esta rodada também foi realizada nos grupos e as discussões incluídas no Canvas de políticas públicas realizado pelos participantes no evento e segue em anexo.

Alguns grupos responderam algumas das perguntas em um documento separado, e o compilado destas respostas e das respostas dos questionários individuais, está descrito a seguir:

QUESTÕES NORTEADORAS:

1. Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?

2. Como percebe a economia local (crescimento, estagnação ou retração)? Por quê?

3. Como vê o jovem da região/munícipio? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município?

4. Identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?

5. Existem, no munícipio/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?

6. Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?

7. Quais as perspectivas de inserção socioprofissional para as pessoas da região/munícipio?

8. Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região?

9. Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? Quais os melhores meios de comunicação/mídia de alcance regional?

10. O que vê como uma principal contribuição de um Governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o Estado e região?

RESPOSTAS:

1. Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?

É unanimidade a consciência da necessidade de políticas públicas baseadas em evidência que atendam o litoral o ano inteiro e não apenas no verão.

Dentre algumas políticas públicas citadas destacam-se as de incentivo ao turismo, regularização fundiária, incentivo e apoio aos agricultores, políticas educacionais de profissionalização dos jovens e população interessada.

Existe grande expectativa para o desenvolvimento da região no pós-pandemia e para catalisar esse potencial se fazem necessária políticas públicas

multidisciplinares e constantes que garantam o bem-estar social, os direitos dos cidadãos e resguardem o interesse público.

Motivo de queixa em um relato é o afastamento dos políticos e agentes públicos do âmbito estadual (governadores, secretários de Estado) da região, causando em consonância dificuldade na idealização de políticas públicas mais efetivas que conheçam a realidade da região e enfrentem seus principais gargalos.

2. Como percebe a economia local (crescimento, estagnação ou retração)? Por quê?

Estagnada com grande potencial de crescimento no pós-pandemia impulsionada pelo aumento populacional, construção civil, retomada das atividades turísticas e agronegócio.

A capacitação de mão de obra por meio de cursos técnicos e profissionalizantes, redução da carga tributária e inventivo ao empreendedorismo são fundamentais para catalisar todo potencial de crescimento da região, fomentar o comercio e estimular a abertura de novas empresas para geração de emprego.

3. Como vê o jovem da região/munícipio? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município?

É unanime dentre os que responderam os questionários que o jovem encontra-se sem perspectiva de futuro na região, muito por conta da completa ausência do poder público e da elaboração de políticas públicas voltadas a essa população.

Faltam vagas de emprego formais na região, mas o principal, faltam cursos técnicos e profissionalizantes para capacitação dos jovens para adentrarem ao mercado de trabalho. Isso faz com que o jovem da região migre para a capital para buscar melhores oportunidades.

É urgente a modernização da educação pública e a implementação de polos de ensino técnicos nos munícipios da região focando na profissionalização dos nossos jovens nas áreas que movimentam a economia do litoral, como: turismo, hotelaria, beneficiamento de resina, comércio, construção civil, agronegócio, dentre

outros. Cursos na área de TI, desenvolvimento de sistemas, formação de startups e que preparem para a digitalização e modernização do mercado de trabalho também são fundamentais.

O poder público precisa voltar seus olhares e sua atenção aos jovens e criar politicas públicas efetivas de incentivo ao esporte, combate e prevenção ao uso de drogas, incentivo a educação continuada, a permanência no campo e as atividades de lazer.

O empresariado precisa abrir suas portas aos jovens que buscam o primeiro emprego, e que, portanto, ainda não possuem experiência. Sendo trabalho do pode público fomentar a contratação de jovens aprendizes e estagiários.

4. Identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?

O Litoral Norte possui uma enorme carência de cursos de capacitação profissional. Com exceção dos municípios maiores e que possuem mais polos universitários, o restante dos munícios enfrentam grandes dificuldade, principalmente no que diz respeito à formação técnica e aos cursos da área de tecnologia, digitalização e TI.

5. Existem, no munícipio/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?

Novamente nota-se quase uma unanimidade entre os municípios do Litoral Norte quanto à necessidade de investimento em saneamento básico, principalmente no que diz respeito à coleta e tratamento dos efluentes urbanos (esgoto cloacal).

Outro ponto levantado é a questão do descarte e destino do lixo de alguns municípios. Torna-se fundamental a elaboração de políticas públicas de fomento a coleta seletiva, incentivo ao descarte correto do lixo urbano e de estímulo a formação de cooperativas de recicladores.

Lideranças do município de Mampituba evidenciam a necessidade de regularização das saibreiras, fundamentais para manutenção das estradas do município e para estratégias ambientais que previnam as inundações.

Na região mais ao sul do Litoral Norte, nos municípios de Mostardas e Tavares, há uma necessidade de definições de parâmetros claros de utilização

sustentável do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, bem como, um manejo racional da expansão das áreas de *pinus elliottii* utilizados para extração de resina.

6. Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?

Na maioria dos municípios do Litoral Norte há ausência ou baixíssima presença de empresas de grande porte e/ou indústrias, sendo as pequenas empresas, o agronegócio e o setor público os maiores empregadores.

A oferta de vagas de empregos formais esbarra na falta mão de obra qualificada, causada pela falta de oferta de cursos técnicos e profissionalizantes na região. Esse fator, atrelado a recessão econômica do inicio da pandemia, levou a um aumento significativo da informalidade.

7. Quais as perspectivas de inserção socioprofissional para as pessoas da região/munícipio?

A inserção sócio-profissional está intimamente ligada com a qualificação dos indivíduos para ingressarem no mercado de trabalho, prestarem algum tipo de serviço ou abrir um empreendimento. Para que isso aconteça é urgente a disseminação de cursos técnicos e profissionalizantes nos municípios da região.

Duas obras que facilitarão esse processo de inserção, segundo relatos, são o Porto de Arroio do Sal e o Geoparque. Isso ocorrera por meio da atração de novas empresas para região.

O turismo se bem planejado e a construção civil tendem a serem as grandes aberturas para inserção socioprofissional do litoral no pós-pandemia.

Quando se fala de oportunidade para todos, é notável a necessidade de incentivo à contratação de jovens para o primeiro emprego e da inclusão produtiva de pessoas com deficiência que desejem se integrar ao mercado de trabalho.

8. Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região?

A região possui inúmeros produtos típicos muitos deles derivados da agricultura e pecuária. A variação de acordo com os municípios é algo a se desatar. São exemplos:

Santo Antônio da Patrulha – cachaça, rapadura, sonho;

Mostardas, Tavares, Palmares do Sul, e outros – Cebola, arroz, soja, resina, pecuária (destaque para ovina em Mostardas), pesca (destaque para o camarão em Tavares);

Mampituba – banana, arroz, cana-de-açúcar, pitaya;

Terra de Areia, Arroio do Sal e outros – Abacaxi, banana, frutos do mar;

Osório – carne e derivados suínos; hortigranjeiros, maracujá, arroz e soja;

Caraá – batata doce, amendoim, arroz, feijão;

Dom Pedro de Alcântara – queijos, compotas, hortifrutigranjeiros;

O artesanato e produtos gastronômicos também são muito presentes nos municípios do Litoral Norte. Em Mostardas, por exemplo, destaca-se o cobertor mostardeiro feito com lã de ovelha em teares manuais.

O potencial de desenvolvimento da região gira em torno da organização do turismo (hotelaria, gastronomia), da produção agropecuária, da pesca, do extrativismo e da construção civil.

9. Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? Quais os melhores meios de comunicação/mídia de alcance regional?

Os principais locais de uso comum e coletivos são: praças, orla marítima/beira mar, CTGs, festas comunitárias e festas temáticas, feiras, parques e ginásios, sociedades esportivas, Rodeios, a Tafona da Canção Nativa em Osório e a Moenda em Santo Antônio da Patrulha.

Os melhores meio de comunicação de alcance regional são: redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp e Twitter), televisão, rádios e jornais locais, reuniões presenciais e comunicação por meio de lideranças locais. Como sugestão de “furar a bolha” e para comunicar-se com o público mais jovem, o Podcast pode ter um resultado promissor.

10. O que vê como uma principal contribuição de um Governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o Estado e região?

A opção mais citada foi a construção do Porto de Arroio do Sal. Ainda em obras inclui-se: ampliação do aeroporto de Torres (para receber voos internacionais), reformas das pontes (principalmente entre Tramandaí e Imbé), construção de um centro de referência em saúde (hemocentro, oncologia).

Na gestão e governança a solicitação é de um governo moderno, menos burocrático, com redução da carga tributária, com olhar atento as pessoas, com valorização dos servidores, com olhar constante ao Litoral Norte e com aproximação e dialogo aberto com os pequenos municípios.

Na educação, além de valorização dos seus profissionais, a principal contribuição que o governo pode deixar é o aumento de oferta e a democratização do acesso ao ensino técnico e profissionalizante.

5. CONCLUSÃO

Após analise detalhada e leitura reflexiva de todos os questionários produzidos pelas lideranças do Litoral Norte, e participação no evento de discussão regional é possível determinar de forma clara alguns problemas que precisam ser resolvidos na região e todas as potencialidades e particularidades dos 23 municípios que formam a região.

Somos uma região grande com enorme potencial turístico, com um aumento populacional considerável, com um agronegócio bem desenvolvido, com crescimento da construção civil e uma capacidade de desenvolvimento notável. Porém, com ausência considerável de politicas públicas sociais, de inclusão produtiva, dentre outras. Somos uma região com vários desafios, e carentes de um olhar mais atencioso dos gestores estaduais durante todo ano.

Dentre os principais desafios do Litoral Norte, os maiores dizem respeito a três áreas em particular: infraestrutura, saneamento básico (meio ambiente) e qualificação dos jovens e população interessada (educação).

A seguir, aponto algumas sugestões particulares, por áreas, baseado nos questionários que li e relatos que ouvi:

1. Infraestrutura: Porto de Arroio do Sal;

2. Saúde: Centro de Referencia em Saúde com hemocentro e área oncológica, mutirão de consultas e exames represados pela pandemia;

3. Educação: oferta de cursos técnicos e profissionalizantes;

4. Turismo: plano de divulgação de todas as potencialidades turísticas do litoral, além das praias;

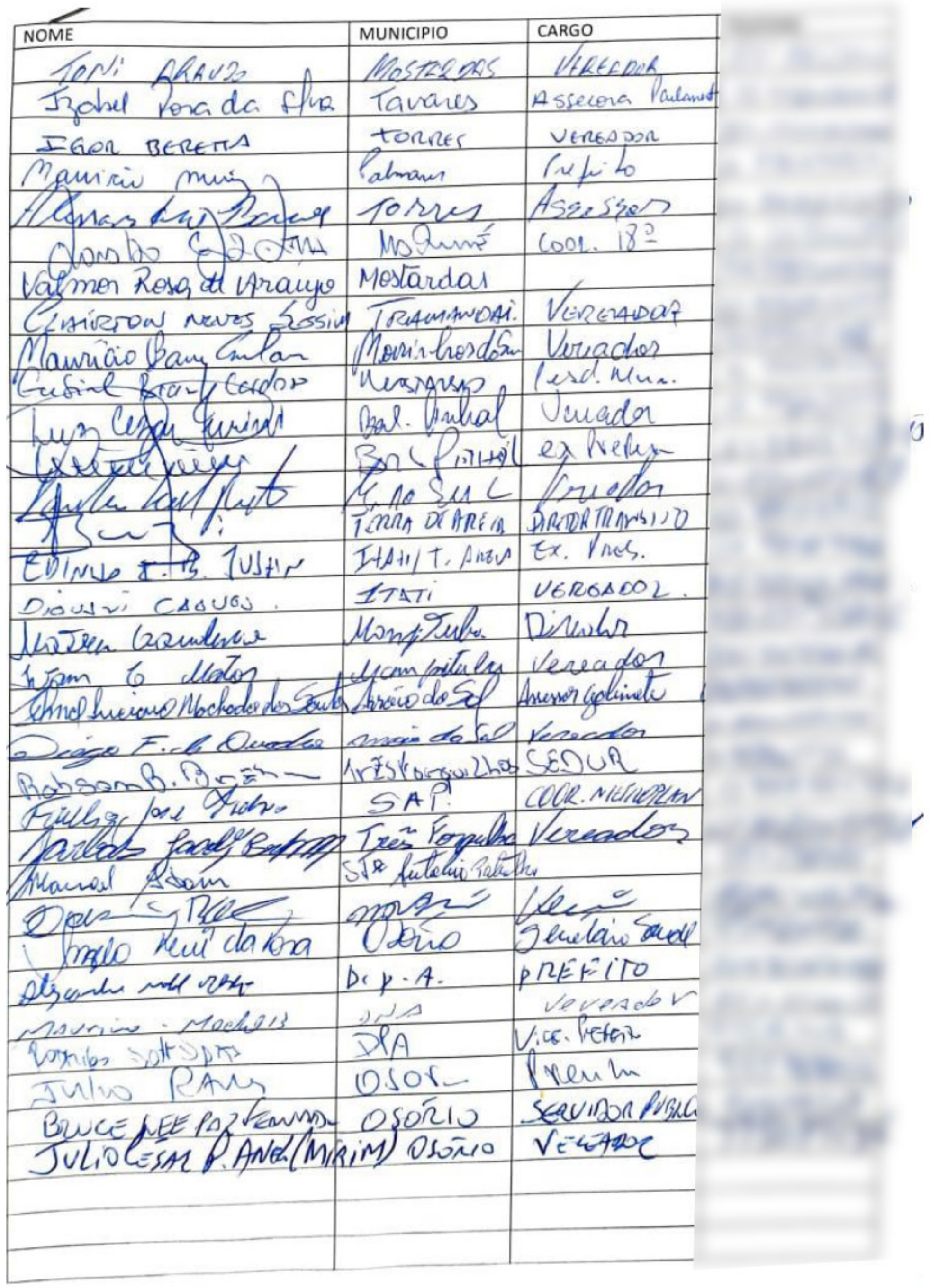
5. Desenvolvimento Social: atenção espacial aos jovens e Construção de uma casa abrigo/acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica;

6. Governança: Reforma Tributária e plano de gestão e políticas públicas anuais para o Litoral Norte;

Valmor Rosa de Araújo

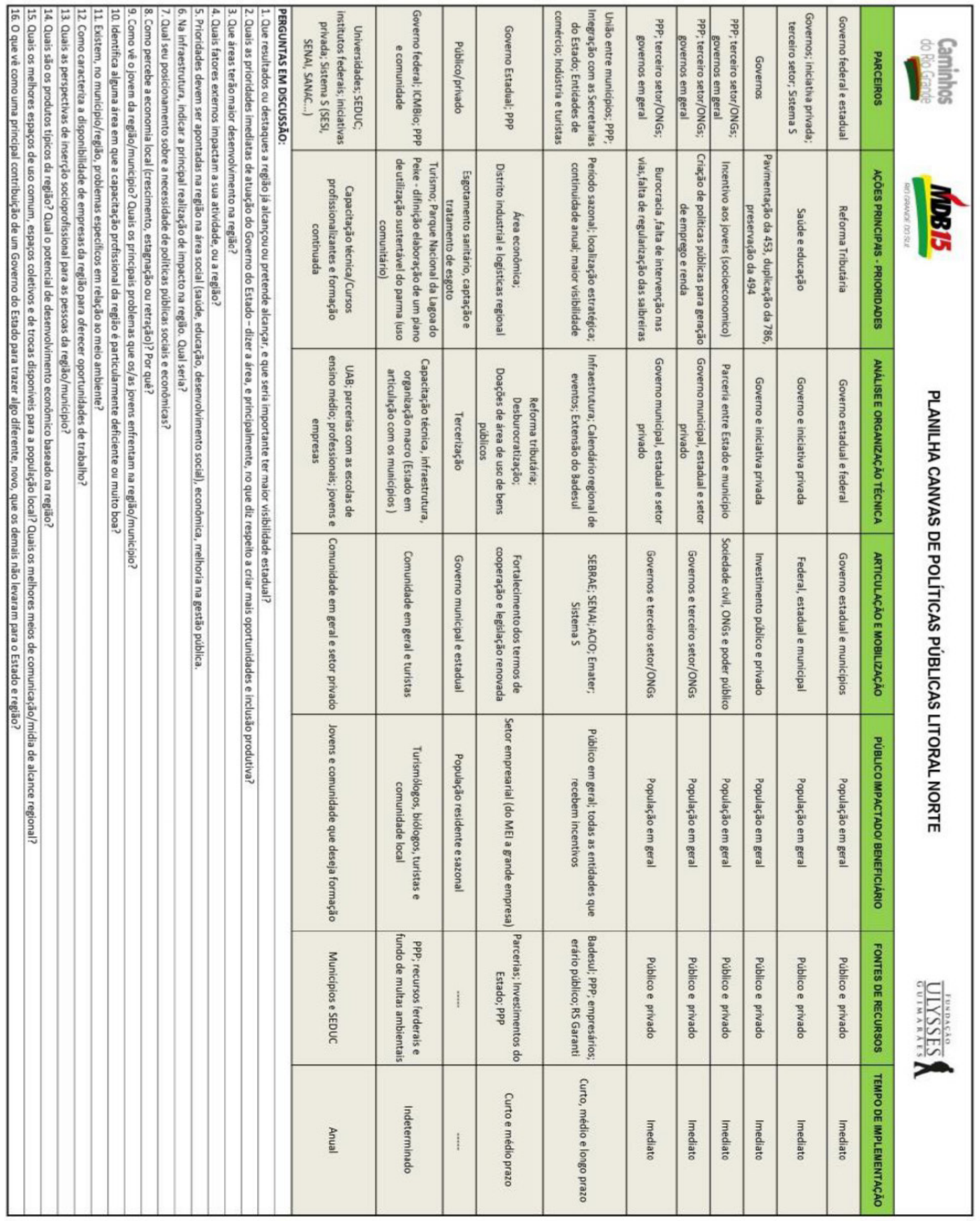
Relator

6. ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA



NOME	MUNICIPIO	CARGO
Toni Araujo	Mostardas	Vereador
Izabel Rosa da Silva	Tavares	Assessora Parlament.
Igor Beretta	Torres	Vereador
Maurício [illegible]	Palmares	Prefeito
[illegible]	Torres	Assessor
[illegible]	Mostardas	Coor. 18ª
Valmor Rosa de Araujo	Mostardas	
[illegible] Neves [illegible]	Tramandaí	Vereador
Maurício [illegible]	Maquiné	Vereador
[illegible]	[illegible]	Pres. Mun.
Luiz Cezar [illegible]	Bal. Pinhal	Vereador
[illegible]	Bal. Pinhal	ex Prefeito
[illegible]	[illegible] do Sul	Vereador
[illegible]	Terra de Areia	[illegible]
Edinho [illegible]	Itati / T. Areia	Ex. Pres.
[illegible]	Itati	Vereador
[illegible]	[illegible]	Diretor
[illegible]	[illegible]	Vereador
[illegible] Machado dos Santos	Arroio do Sal	Assessor Gabinete
Diogo F. [illegible]	Arroio do Sal	Vereador
Robson B. [illegible]	Três Forquilhas	SEDUR
[illegible]	SAP	Coor. Municipal
[illegible]	Três Forquilhas	Vereador
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	Vereador
[illegible] da Rosa	Osório	Secretário [illegible]
[illegible]	Dep. A.	Prefeito
[illegible] Machado	[illegible]	Vereador
[illegible]	DPA	Vice-Prefeito
Julio [illegible]	Osório	Prefeito
Bruce [illegible] Fernando	Osório	Servidor Público
Julio Cesar P. Ang. (Mirim)	Osório	Vereador

7. ANEXO II – PLANILHA CANVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS



PLANILHA CANVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS LITORAL NORTE

PARCEIROS	AÇÕES PRINCIPAIS - PRIORIDADES	ANÁLISE E ORGANIZAÇÃO TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PÚBLICO IMPACTADO/ BENEFICIÁRIO	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Governo federal e estadual	Reforma Tributária	Governo estadual e federal	Governo estadual e municípios	População em geral	Público e privado	Imediato
Governos; iniciativa privada; terceiro setor; Sistema S	Saúde e educação	Governo e iniciativa privada	Federal, estadual e municipal	População em geral	Público e privado	Imediato
Governos	Pavimentação da 453, duplicação da 786, preservação da 494	Governo e iniciativa privada	Investimento público e privado	População em geral	Público e privado	Imediato
PPP; terceiro setor/ONGs; governos em geral	Incentivo aos jovens (socioeconomico)	Parceria entre Estado e município	Sociedade civil, ONGs e poder público	População em geral	Público e privado	Imediato
PPP; terceiro setor/ONGs; governos em geral	Criação de políticas públicas para geração de emprego e renda	Governo municipal, estadual e setor privado	Governos e terceiro setor/ONGs	População em geral	Público e privado	Imediato
PPP; terceiro setor/ONGs; governos em geral	Burocracia ,falta de intervenção nas vias,falta de regularização das saibreiras	Governo municipal, estadual e setor privado	Governos e terceiro setor/ONGs	População em geral	Público e privado	Imediato
União entre municípios; PPP; Integração com as Secretarias do Estado; Entidades de comércio; Indústria e turistas	Período sazonal; localização estratégica; continuidade anual; maior visibilidade	Infraestrutura; Calendário regional de eventos; Extensão do Badesul	SEBRAE; SENAI; ACIO; Emater; Sistema S	Público em geral; todas as entidades que recebem incentivos	Badesul; PPP; empresários; erário público; RS Garanti	Curto, médio e longo prazo
Governo Estadual; PPP	Área econômica; Distrito industrial e logísticas regional	Reforma tributária; Desburocratização; Doações de área de uso de bens públicos	Fortalecimento dos termos de cooperação e legislação renovada	Setor empresarial (do MEI a grande empresa)	Parcerias; Investimentos do Estado; PPP	Curto e médio prazo
Público/privado	Esgotamento sanitário, captação e tratamento de esgoto	Terceirização	Governo municipal e estadual	População residente e sazonal	-----	-----
Governo federal; ICMBio; PPP e comunidade	Turismo; Parque Nacional da Lagoa do Peixe - difinição elaboração de um plano de utilização sustertável do parma (uso comunitário)	Capacitação técnica, infraestrutura, organização macro (Estado em articulação com os municípios)	Comunidade em geral e turistas	Turismólogos, biólogos, turistas e comunidade local	PPP; recursos ferderais e fundo de multas ambientais	Indeterminado
Universidades; SEDUC; institutos federais; iniciativas privada; Sistema S (SESI, SENAI, SANAC...)	Capacitação técnica/Cursos profissionalizantes e formação continuada	UAB; parcerias com as escolas de ensino médio; professionais; jovens e empresas	Comunidade em geral e setor privado	Jovens e comunidade que deseja formação	Municípios e SEDUC	Anual

PERGUNTAS EM DISCUSSÃO:

1. Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?
2. Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado – dizer a área, e principalmente, no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?
3. Que áreas terão maior desenvolvimento na região?
4. Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou a região?
5. Prioridades devem ser apontadas na região na área social (saúde, educação, desenvolvimento social), econômica, melhoria na gestão pública.
6. Na infraestrutura, indicar a principal realização de impacto na região. Qual seria?
7. Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?
8. Como percebe a economia local (crescimento, estagnação ou retração)? Por quê?
9. Como vê o jovem da região/município? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município?
10. Identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?
11. Existem, no município/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?
12. Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?
13. Quais as perspectivas de inserção socioprofissional para as pessoas da região/município?
14. Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região?
15. Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? Quais os melhores meios de comunicação/mídia de alcance regional?
16. O que vê como uma principal contribuição de um Governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o Estado e região?

CAMINHOS DO RIO GRANDE – COMITÊS REGIONAIS MDB – RS

COORDENADORIA DOS VINHEDOS

Encontro de ampla escuta dos companheiros e companheiras do MDB, lideranças locais e atores sociais da região.

Relatório final do encontro da coordenadoria.

RODADA 2 - TEMA: PRIORIDADES REGIONAIS

1) Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual ?

- Conservação e ampliação da Rota do Sol.
- Trem de passageiros de rápido deslocamento (Porto Alegre, Gramado, Caxias do Sul, Bento Gonçalves...).
- Aeroporto regional da Serra Gaúcha.
- Implementação de fato da região metropolitana da Serra Gaúcha.
- Terceira perimetral de Caxias do Sul.

2) Quais as prioridades imediatas de atuação do governo do Estado ? (dizer a área e principalmente , no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?

Infraestrutura: -
Duplicação de rodovias para solucionar os gargalos: entre Farroupilha e são Vendelino, Faroupilha á Bento Gonçalves.
Investimentos na conservação e melhoria da malha viária.

Turismo:
- Políticas publicas para facilitar os investimentos da iniciativa privada no Turismo.
- Investimentos em infra estrutura, acessos, estradas.
- Criação de plano de turismo Regional (Serra Gaúcha).

Agricultura
- Programa de Irrigação (parceria Estado e Municípios)
- Fortalecimento da EMATER.

- Pequeno produtor rural, Linhas de crédito (subsidiado) para investimentos na área de tecnologia, maquinários, irrigação e novas culturas. (parceria entre Estado e Municípios).
- Cursos de qualificação para beneficiamento e industrialização de matéria prima (em parceria Emater e Municípios).
- Criação, selo de qualidade (Produtos Regionais) in natura e processados.(arranjos produtivos locais visando fortalecer o Turismo Regional).
- Fomentar o comércio/consumo local (fortalecimento da cadeia produtiva/turismo/consumidor).
- Perfuração de poços artesianos.

Reforma Administrativa do Estado.
- Diminuir o tamanho da máquina pública.
- Desburocratizar o sistema.
- Inovar os processos (facilitar, simplificar, agilizar...)
- Reforma tributária.
- Criação de grupo de fomento para captação de recursos para investimentos.
- Criar matrizes econômicas nas várias regiões do Estado.
- Fomentar a implantação de PPPs.
- Políticas publicas para atrair investimentos.
- Ações de valorização da cultura regional.
- Escolas profissionalizantes regionais (ex; escolas agrícolas, escolas metal mecânica .....)

3)Que áreas terão maior desenvolvimento na região ?

- Turismo.
- Agricultura.
- Setor de Vinhos.
- Polo metal mecânico.
- Indústria moveleira, de plásticos, de matrizes.

4) Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou a região ?
- Falta de infra estrutura e logística.
- Carga tributária elevada.
- Qualificação de mão de obra.
- Demora nas liberações de licenças .

5) Quais prioridades devem ser apontadas na região, nas áreas, social, saúde, educação, economia, melhoria na gestão publica?

Social
- políticas públicas de inclusão, Habitação, capacitação, e regularização fundiária.
- Investimento em Internet (acessível a todos e em todos os locais)

Saúde
- Descentralizar os serviços de referencia regional, serviços específicos.
- Distribuição dos recursos proporcional aos serviços prestados.
- Aumentar as campanhas de doação de órgãos, sangue e outros....

Educação
- Melhorar na infraestrutura das escolas, investimento em inovação e tecnologia, para os profissionais e alunos.
- Capacitação permanente dos profissionais da educação (inteligência emocional).
- Avaliação e qualificação da formação.
- Simplificação do sistema e dos processos pedagógicos em sala de aula.
- Criação de legislação para benefícios e isenções á iniciativa privada que invista em melhorias/reformas/investimentos em tecnologia em colégios públicos (PIAE- programa de incentivo de aparelhamento da educação).
- Valorização do profissional da educação.
- Políticas de Estado para recuperar o desnível do aprendizado do aluno.
- Contraturno e turno integral.

Economia
- Investimento em inovação,
- Políticas de incentivos regionais

Saúde animal
- Campanhas de castração (parceria Estado e Município)

Segurança Pública
- Cercamento eletrônico integrado.
- Aumento do efetivo da brigada.

6) Na infraestrutura, qual deve ser indicada a principal realização de impacto na região?

Infraestrutura: -
Duplicação de rodovias para solucionar os gargalos: entre Farroupilha á são Vendelino, Faroupilha á Bento Gonçalves, ERS 122.
-Terceira perimetral em Caxias do Sul.
-Investimentos permanente na conservação e melhoria da malha viária.
-Ampliação da Rota do Sol.(com o Porto de Arroio do Sal esta será a rodovia mais utilizada por toda a região, para transportar insumos e produtos; lembrando que a Rota do Sol já esta estrangulada em período de veraneio).
-Trem de passageiros de rápido deslocamento (Porto Alegre, Gramado, Caxias do Sul, bento Gonçalves...)
-Aeroporto regional da Serra Gaúcha.
-Terceira perimetral de Caxias do Sul.

CAMIMHOS DO RIO GRANDE - COMITÊS REGIONAIS MDB – RS
COORDENADORIA DOS VINHEDOS

RODADA 3 - TEMA: PRIORIDADES DO GOVERNO DO ESTADO POR EIXO
Eixos prioritários: Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Empreendedorismo, Saúde, Educação.

1) Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?

Social
- Política de inclusão e segurança.
- Políticas Publicas de habitação (parceria entre Estado e Municípios).
- Criação de programa Estadual – SEGUE (SEGURO EMPREGO GAÚCHO).
- Políticas de valorização da cultura, esporte.

- Atrair investimentos, diversificar a matriz econômica
- Legislação para impulsionar a geração de emprego e renda.
- Escolas profissionalizantes (parceria Estado, Município e sistema S).

2) Como percebe a economia local (crescimento, estagnação, ou retração)? Porque?

- Atualmente se verifica retomada de alguns setores.
- Estagnada em vários setores. Ex; (pequenos produtores rurais, alta dos insumos; pequenos estabelecimentos comerciais e industriais, restaurantes...)
- Demora nas liberações de licenciamentos para investimentos.
- Sistema muito burocrático.
- Desigualdade social muito grande.

3) Como vê o jovem da região / município? Quais os principais problemas que os jovens enfrentam?

- Falta cursos profissionalizantes.
- Falta de políticas sociais de prevenção á drogadição.
- Falta de Políticas Publicas para incentivo á inclusão no mercado de trabalho.
- Políticas publicas inclusivas

4) Identifique alguma área em que a capacitação profissional da região é deficiente ou muito boa?

Muito bom
- Empreendedorismo.
- Polo Metal Mecânico.
- Algumas empresas que qualificam seus colaboradores permanentemente.

Deficiente
- Capacitação nas áreas técnicas.
- Qualificação de mão de obra setor de Turismo.
- Fortalecer a EMATER.

- Dificuldade de inserção no mercado de trabalho pela falta de qualificação.

5) Existem, no município/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?

- Demorar nas licenças ambientais.
- Falta de conscientização em separar o lixo.
- Saneamento Básico.
- Destinação de resíduos.
- Políticas publicas saúde animal.

6) Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de emprego?

- É região atrativa para a empregabilidade, boas oportunidades.
- Os fatores são diversos, Economia em alta teremos fartura em vagas de emprego, principalmente na indústria e comércio
- Estabelecer parcerias entre Estado e Municípios para,criar legislações de incentivo, isenção de impostos..... para os novos investimentos, com percentual proporcional ao investimento realizado, a quantidade de empregos gerados.
- pouca qualificação profissional.

7) Quais as perspectivas de inserção socioprofissional para as pessoas da região/município?

- Muito positivas, sendo necessário Políticas Publicas para atrair os jovens.
- Necessário encontrar o equilíbrio entre as necessidades e as potencialidades.

8) Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região?

- Máquinas/peças
- Móveis
- Vinhos

Transportes

- Frutas/uvas
- Integrados
- Agronegócio

9) Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? (pensando em campanha 2022)
Quais os melhores meios de comunicação/mídia com alcance regional?

-Mídias digitais... watssap, instagram.....
- RBS TV.
- Jornais locais.
- Rádios locais.
- Cards e vídeos dinâmicos, objetivos e curtos.
- Outedoors na entrada das cidades.

10) O que você vê como principal contribuição de um governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para a região e Estado?

- Programa de atração de empreendimentos.
- Investimento em tecnologia
- Política publica de divulgação das potencialidades do Estado.
- investimentos em infraestrutura (logística estradas)
- Trem rápido de passageiros.
- Duplicação da Rota do Sol.
- Investimento em empreendedorismo.
- Parcerias com os Municípios.

CAMINHOS DO RIO GRANDE

Relatório de contribuições de lideranças da Coordenadoria da Grande Canoas ao Plano de Governo do MDB Gaúcho para 2022

COORDENADORIA DA GRANDE CANOAS

Guilherme Motta (Coordenador Regional da Grande Canoas) – Nova Santa Rita
Marcio Antonio da Silva (Secretário da Coordenadoria) – Canoas

Relatores

Carlos Eduardo (Maninho) – Sapucaia do Sul
Marcos Rosa – Canoas

Monitor: Armenio de O. dos Santos

Canoas, 04 de novembro de 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....03

2. RODADA 1 – IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL 04

2.1 SITUAÇÃO ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL 04

2.2 SITUAÇÃO REGIONAL 04

3. RODADA 2 – PRIORIDADES REGIONAIS.....05

4. RODADA 3 – PRIORIDADES DO GOVERNO DO ESTADO POR EIXOS.....07

5. CONCLUSÃO.....11

6. ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA 12

8.ANEXO III – FOTOS DO EVENTO 14

9 ANEXO IV - TRANSCRIÇÃO PLANILIA CANVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Introdução:**

O presente Relatório é parte da construção do projeto Caminhos do Rio Grande realizado pelo MDB gaúcho em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães que têm por objetivo realizar encontros macrorregionais com lideranças partidárias, empresariais e da sociedade civil com o foco na construção de um Plano de Governo que norteará o candidato do partido à disputa ao Palácio Piratini no ano de 2022.

Como parte deste projeto foi realizada reunião de trabalho com lideranças partidárias, empresariais e da sociedade civil com o foco na construção de um Plano de Governo que norteará o candidato do partido à disputa ao Palácio Piratini no ano de 2022.

Como parte deste projeto foi realizada reunião de trabalho com lideranças (Vereadores, líderes partidários, lideranças comunitárias, entre outros) da região da grande Canoas, sendo realizada dia 04/11/21 às 19:00h no Rancho Crioulo, localizado na Av: Inconfidência 1035, Canoas.

O encontro contou com a participação de cerca de 43 pessoas dos Municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e Nova Santa Rita.

A metodologia de trabalho estava dividida em três rodadas de reflexão: na primeira rodada discutiu-se no grande grupo um diagnóstico da situação atual do Rio Grande do Sul e da Região; na segunda e terceira rodadas os participantes foram divididos aleatoriamente em grupos menores para discutirem as prioridades para a Região e prioridades para o governo do Estado.

Este documento é um compilado das principais contribuições elencadas no evento e presentes nos relatórios individuais e coletivos. Pode ser entendido como as contribuições e reivindicações da grande Canoas a serem levadas em conta para elaboração de um Plano de Governo, construído por muitas mãos e capaz de atender às necessidades de todos os gaúchos.

- **RODADA 1 – Identificação e situação atual do rio grande do sul**

Questões norteadoras*: Como enxerga a situação atual do Rio Grande do Sul? Qual sua percepção do atual cenário da região e dos municípios da região? Como enxerga sua participação nesse contexto, se aplicável?*

- S***ituação atual do Rio Grande do Sul***

A primeira rodada a discussão foi feita no grande grupo mediado pelo Monitor Armenio dos Santos.

Os participantes destacaram um estado menos competitivo devido as altas cargas tributárias, destacando o ICMS, bem como a necessidade de investimentos em novos polos tecnológicos, oportunidades de qualificação e incentivos ao empreendedorismo, com foco nas novas realidades de geração de emprego e renda, seguido da modernização da gestão Pública, com investimentos para a desburocratização. Salientaram também a importância de investimentos em políticas sanitárias.

- ***Situação regional***

A segunda etapa do diagnóstico foi a discussão da situação atual da Região. Os seguintes tópicos foram levantados:

Educação: Mais políticas de inclusão social, um olhar atento para a educação e também rever a infraestrutura da educação infantil.

Saúde: equidade na distribuição de recursos da saúde, respeitando as demandas e realidades regionais, organizar a atual carência de suporte a atenção primária, bem como as especialidades na saúde.

Cultura: Melhorar aproveitamento regional dos parques públicos, (ex: Parque Assis Brasil de Esteio).

Transporte público: Investimento no transporte intermunicipal.

Em relação a articulação e mobilização.

Dar atenção ao possível impacto negativo da privatização da Petrobrás, ampliando a participação popular com canais qualificados de debates que propiciem entre outras ações o resgate da credibilidade da política.

- **RODADA 2 – Prioridades regionais:**

Esta rodada foi realizada em grupos divididos aleatoriamente e as discussões se deram motivadas pelas perguntas norteadoras, conforme segue:

QUESTÕES NORTEADORAS:

1. Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?
2. Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado – dizer a área, e principalmente, no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?
3. Que áreas terão maior desenvolvimento na região?
4. Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou a região?
5. Prioridades devem ser apontadas na região na área social (saúde, educação, desenvolvimento social), econômica, melhoria na gestão pública.
6. Na infraestrutura, indicar a principal realização de impacto na região. Qual seria?

RESPOSTAS:

- ***Que resultados ou destaques a região já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?***

O governo alcançou destaque na segurança pública, deve continuar investindo para obter melhores resultados, como realizar investimentos em escolas cívico militares.

Geração de emprego e renda: Pode avançar investindo na inclusão produtiva geração de emprego e qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico e recuperação do polo industrial, bem como oportunizar ampliação da indústria petroquímica.

Saúde: criação de um polo de saúde, aprimorando assim as consultas com especialidades.

Transporte público: Qualificar transporte intermunicipal. (pauta importante, devido à crise no transporte público).

- ***Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado – dizer a área, e principalmente, no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão produtiva?***

Incentivo a inclusão produtiva, qualificação profissional e oportunidades ao empreendedorismo, através do FGTAS, secretarias do trabalho e do desenvolvimento econômico.
Reforma Tributária e desburocratização para geração de empregos e atração de novos investimentos.
Regularização fundiária;

- ***Que áreas terão maior desenvolvimento na região?***

Ensino metal mecânico.
Inovação e tecnologia.
Agro negócio industrial: prestação de serviços tecnológicos.
Logística favorável ao crescimento na região.
Construção civil;
Gastronomia.

- ***Quais fatores externos impactam a sua atividade, ou a região?***

Um fator externo que impacta a região é diferença da carga tributária, comparada a outros estados, afastando alguns empreendimentos, somado as burocratizações da máquina pública estadual.
Falta de continuidade das políticas públicas, e falta de priorização de projetos importantes, frente a ideologias políticas.

- ***Prioridades devem ser apontadas na região na área social (saúde, educação, desenvolvimento social), econômica, melhoria na gestão pública.***

Qualificação tecnológica da área da saúde.
Regularização fundiária.

Cursos profissionalizantes, educação empreendedora e tecnológica, quando possível uma educação em turno integral, evitando aumento do uso de drogas e a falta de mão de obra qualificada.

- ***Na infraestrutura, indicar a principal realização de impacto na região. Qual seria?***

Transporte fluvial e ferroviário de cargas e de pessoal.

Proporcionar a ampliação da RS448 até novo Hamburgo.

Continuidade do projeto e início da construção da RS 010.

Rodo anel.

- **RODADA 3 – Prioridades do governo do estado por eixos :**

QUESTÕES NORTEADORAS:

1. Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?
2. Como percebe a economia local (crescimento, estagnação ou retração)? Por quê?
3. Como vê o jovem da região/munícipio? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município?
4. Identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?
5. Existem, no munícipio/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?
6. Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?
7. Quais as perspectivas de inserção socioprofissional para as pessoas da região/munícipio?
8. Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região?

9. Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? Quais os melhores meios de comunicação/mídia de alcance regional?
10. O que vê como uma principal contribuição de um Governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o Estado e região?

RESPOSTAS:

- ***Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?***

Predominou as discussões e oportunidades das políticas públicas sociais e econômicas pós pandemia trazendo a necessidade de capacitação e desenvolvimento humano de acordo com as novas realidades e oportunidades de trabalhos, principalmente relacionados as novas tecnologias.
Proporcionar novas oportunidades para os deficientes físicos, buscando uma maior inclusão.
Políticas habitacionais e de regularização fundiária.

- ***Como percebe a economia local (crescimento, estagnação ou retração)? Por quê?***

Crescimento em determinados setores como comércio e imobiliário, impulsão do ramo alimentício.
Diminuição das industrias e aumento da oferta de prestação de serviços.
Precisa uma maior parcerias com as câmaras de indústrias e comércios locais.

- ***Como vê o jovem da região/munícipio? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município?***

Na visão geral o jovem encontra-se sem perspectiva de futuro, vivendo na ociosidade, ocasionando o aumento do uso de drogas, engolidos pelo uso desregrado da internet.
Baixas oportunidades de emprego.

- ***Identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?***

Em Canoas está sendo implantado o centro integrado de segurança pública.
Boa capacitação tecnológica do Senai e Senac.
Bom - Ensino Superior Privado.
Ruim – Ensino Infantil.
Pouca capacitação profissional na área da saúde.

- ***Existem, no munícipio/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?***

Saneamento basco precário.
Destruição de áreas verdes que deveriam ser preservadas.
Descarte irregular de lixo.
Muita poluição dos rios.

- ***Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?***

As empresas sofrem, com altas taxas de implantação, burocratização da máquina pública, dificultando a geração de emprego.
Existe oportunidade na área logística e de serviço, principalmente no município de Nova Santa Rita.
No setor de serviços e construção civil, deve ser criado um incentivo como a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento para fomentar as novas contratações.

- ***Quais as perspectivas de inserção sócio profissional para as pessoas da região/munícipio?***

A discussão dos grupos se deu em torno da falta de capacitação profissional, e as ofertas com baixa remuneração.
Necessitando a qualificação profissional das pessoas frente aos novos desafios impostos pós pandemia.

- ***Quais são os produtos típicos da região? Qual o potencial de desenvolvimento econômico baseado na região?***

Metal Mecânica.
Combustível/refinarias.
Logística.
Educação/ universidades.
Polo tecnológico.

- ***Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para a população local? Quais os melhores meios de comunicação/mídia de alcance regional?***

Parque Getúlio Vargas (Canoas).
Parque Assis Brasil (Esteio).
Zoológico-Sapucaia do Sul.
Capão do Corvo (Canoas).
Parque Eduardo Gomes Canoas.
Mídia Eletrônica, Jornais locais.

- ***O que vê como uma principal contribuição de um Governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o Estado e região?***

Desburocratização do serviço público.
Reforma tributária e administrativa.
Inovação tecnológica e administrativa.
Escola em turno integral.
As escola devem ensinar o empreendedorismo como mudança de mentalidade na juventude.
Ações na causa animal, também como medida sanitária.

- **CONCLUSÃO:**

As discussões e temas propostos proporcionaram um ambiente saudável de debates importantes, conforme sintetizados acima, onde o grande grupo concluiu que o estado tem um papel importantíssimo e a responsabilidade de resgatar a confiança e autoestima do povo gaúcho, proporcionando um ambiente favorável ao desenvolvimento do estado. Para tanto, precisa de coragem para que os investimentos tomem os rumos certos de acordo com as reais necessidades, pautadas na singularidade de cada região do nosso estado, de uma política baseada em evidências, que respeita o que é público.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES · MDB15 RIO GRANDE DO SUL · Caminhos do Rio Grande

6. ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DE CANOAS
Lista de Presença - Formatação do Plano de Governo Estadual, em ***04 Novembro de 2021 , às 19hs*** tendo por local o Piquete Rancho Crioulo, Avenida Inconfidência 1035 – Marechal Rondon , Canoas

NOME	CIDADE	
Laura Renata Viegas	Canoas	[illegible]
Cassio Silveira	Canoas	[illegible]
Adriana Piva	Canoas	[illegible]
José Carlos Walter	Canoas	[illegible]
Marcio Adamo da Sil.	Canoas	[illegible]
Samuel Moura Viegas	Esteio	[illegible]
Salma [illegible]	Canoas	[illegible]
Marcelo Vaz Bittencourt	Canoas	[illegible]
Ezequiel Vargas Rodrigues	Canoas	[illegible]
[illegible]	Canoas	[illegible]
[illegible]	Canoas	[illegible]
[illegible]	Canoas	[illegible]
Melissa [illegible] Campos	Sapucaia do Sul	[illegible]
[illegible]	Sapucaia do Sul	[illegible]
Carlos Eduardo	Sapucaia do Sul	[illegible]
Milton F. Silva	Sapucaia do Sul	[illegible]
Eduardo Franklin K. Krug	Sapucaia do Sul	[illegible]
Patrick Machado Oby	Sapucaia do Sul	[illegible]
Edimilson T Resoldi	Canoas	[illegible]
Adam [illegible]	Canoas	[illegible]
Luciano Brandão	N. Sta. Rita	[illegible]
Amanda Reis	Canoas	[illegible]
Daniele Santos	Canoas	[illegible]
Maiselle [illegible]	Canoas	[illegible]
Brayan W. de Freitas	N Sta Rita	[illegible]
[illegible]	Canoas	[illegible]
Guilherme [illegible]	Esteio	[illegible]
Flávia Bortella	Esteio	[illegible]
David Vinicius	Sapucaia	[illegible]
Cristiane Silva	Sapucaia	[illegible]
Luciano Battistello	Esteio	[illegible]
Carlos Barcelos	Canoas	[illegible]
Vanise de Moura [illegible]	Santa Rita	[illegible]

Vladimir L. da Silva	[illegible]	Canoas
José Francisco Xavier	[illegible]	Canoas
Luiz Carlos [illegible]	[illegible]	Canoas
[illegible] Rodrigues	[illegible]	Sapucaia
[illegible] C. C. Chagas	[illegible]	Sapucaia
[illegible] Sampaio R. Chagas	[illegible]	Sapucaia
[illegible]	[illegible]	Canoas
Vereador Linck	[illegible]	MDB Canoas
Cezar Paulo Mossini	[illegible]	MDB Canoas
Paulo Rosa	[illegible]	MDB Canoas.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES · MDB15 RIO GRANDE DO SUL · Caminhos do Rio Grande

8.ANEXO III – FOTOS DO EVENTO

ANEXO IV-TRANSCRIÇÃO PLANILHA CANVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS REGIÃO DA GRANDE CANOAS

Rodada 01 – Análise Ampla

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
	-Critico por falta de política sanitária -Geração de emprego e custo de vida tem que melhorar -Estado precisa reestruturar a gestão -Melhorara educação -Mais investimento em infraestrutura em educação infantil -Melhores Creches -Mais políticas de Inclusão Social -ICMS não é competitivo -Mais infraestrutura, inovação e polos tecnológicos -Incentivo e qualificação do empreendedorismo -melhorar a logística do RS -Investimento na modernização da gestão -investimento em desburoratização	-Transporte intermunicipal -Carência a atenção primária e especialidades na saúde -Redistribuição de recursos para a região -Equidade na demanda e distribuição de recursos na saúde -Aproveitamento dos Parques Públicos Ex; Parque Assis Brasil-Esteio -Impacto negativo da privatização da Petrobras.	-Debate políticos públicos e conscientização devem melhorar -Participação social buscando a credibilidade da política -Ampliar, melhorara, qualificar os canais de comunicação -Governança através de mecanismos que estimulem a participação -Protagonismo dando voz as comunidades -Crianças e adolescentes necessitam de mais atenção			

Rodada 02 – Tema Prioridades Regionais

04-Que resultados ou destaques a região alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Governo Federal Força nacional	Alcançou destaque na segurança pública e continue assim	Constituição e apoio a escola civico militares	Governo Estadual e Federal	Crianças e Adolescentes	Recurso do Governo Estadual com a Iniciativa Privada	De 2 a 8 anos
Voluntariado, Secretaria do trabalho e da justiça PPS Sistema S FAMURS	Inclusão Produtiva Geração de Emprego Qualificação Profissional	FGTS Secretaria do Trabalho Secretaria de desenvolvimento	Unidade Sine	Jovens e adultos sem Experiência Profissionais	Tesouro Nacional Emendas Legislativas PPPS Incentivo doação de patrimônio Voluntariado Orçamento Participativo Tesouro EStadual	A longo prazo 4 anos
Saúde, municípios, universidades	-Polo, saúde, melhoria e aprimorar especialidades -Transporte intermunicipal -Educação -Desenvolvimento Tecnológico -Melhorias e atração de serviço	-Saúde convênio com clinicas especializadas -Parcerias com Universidades -Saúde Universalização dos prontuários na Saúde -Transporte Criar Fundo de Investimento para sustentar o sistema de transporte público -Transporte, ampliação do TRENSURB novas linhas -Criar um Programa de formalização de motoristas de APP - MEI	-Estado, município e união -Setor privado -PPPS	Saúde População usuária do SUS		-Saúde e médicos a longo prazo
	-Recuperação do Polo Industrial					
Estado, federação, iniciativa privada	Indústria mecânica, Petroquímica	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnologia	Empresariado	Sociedade em Geral	Economia com cortes de gastos desnecessários, planejamento municipal	indeterminado

05-Quais as prioridades imediatas de atuação do Governo do Estado? Área e principalmente no que diz respeito a criar mais oportunidades e inclusão?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Setor Privado, Prefeituras, BNDS e outros Bancos	Inclusão Produtiva Geração de Emprego Qualificação Profissional	FGTS Secretaria do Trabalho Secretaria de desenvolvimento		Jovens e adultos sem experiência Profissionais		A longo prazo 4 anos
Setor Privado, Prefeituras, BNDS e outros Bancos	Emprego e Renda	Capacitação e formação com incentivos -Redução da Carga Tributária e desburocratização -Investimento no Agronegócio, descentralização da produção		Jovens desempregados		médicos a longo prazo
SUS; Ministério da Saúde, secretarias municipais e estaduais de saúde	Saúde Pública	Secretarias de saúde dos municípios e do Estado	Prefeituras e entidades de classe ligadas a saúde	Usuários do SUS	SUS, Ministério da Saúde	Imediato

06-Que áreas terão mais desenvolvimento na região?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Governo Federal, Municipal e iniciativa privada	Ensino Metal Mecânica Inovação Tecnológica e Social	Melhoras non desenvolvimento de crianças	Municipio e Estado	Crianças	Governo Federal	5 a 10 anos
Ministérios dos transportes, infraestrutura e a iniciativa privada	-Agro Negócio Industrial -Prestação de serviço de tecnologia e educação Logística	Secretaria de Infraestrutura, logística e transporte	Agronegócio , serviços e tecnologia	População em Geral,	PPS, BR 06 Parcerias Publico Privadas Recursos da União e Estado	médicos a longo prazo

07-Quais fatores externos a sua atividade, ou região?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Setor Privado	Redução do ICMS	Seminários com troca de informações com Estados que reduziram ICMS, concorrência externas, produtos do mercado externo, concorrência desleal na tributação	Governo Federal			
	-Falta de Continuidade das Políticas Públicas -Falta de Priorização de Projetos frente a ideologias políticas	Tributação Mobilidade Qualificação Profissional Secretaria de Desenvolvimento Social e planejamento	Secretaria Extraordinária de Parcerias	Empreendedores, comércio regional e local	Independe de recursos, depende de iniciativa do governante.	imediata

08-Prioridades devem ser apontadas na região na área social(saúde, Educação, Desenvolvimento Social), Econômica, melhoria na gestão pública

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Universidades	Saúde	Tecnologia hospitalar	Estado	Comunidade	PPS	4 anos
SEC - RS	Regularização Fundiária	Educação Turno Integral tira das ruas e do tráfico	Estado, Iniciativa Privada			
Ministério da Educação	Cursos Profissionalizantes, educação técnica, cursos de empreendedorismo e tecnologicos	Ministério da Educação, Secretaria estaduais de Educação	Secretaria de Inovação, Ciência e tecnologia	Jovens que estão ingressando no mercado de trabalho	Ministério da Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia	3 anos

09-Na infraestrutura, deve ser indicada a principal realização de impacto na Região- Qual Seria?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
DENIT	Rodovias, melhorar o fluxo de carga, Terminar a 448 até Novo Hamburgo	Secretaria Estadual de Logística e Transporte	Municipios da Região Metropolitana	Comunidade da Região	Estado	
Secretaria Estadual de Logística e Transporte	-Mobilidade Urbana e Transporte Público -Uso de transporte Fluvial e Ferroviário para Carga e de Pessoas	Secretaria Estadual de Logística e Transporte	Municipios da Região Metropolitana	Comunidade da Região		A longo prazo 4 anos
Ministério do Transporte Infraestrutura e Logística, Iniciativa Privada	RS 10 , Rodo Anel	Secretaria Estadual de Logística e Transporte	Municipios da Região Metropolitana	Comunidade da Região	BRDE, Ministério dos transportes	3 anos

Rodada 03 – Tema Prioridades do Governo do Estado por Eixo

10-Qual seu posicionamento sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Mistério da Habitação, Caixa Econômica Federal	-Desenvolvimento social pós pandemia -Inclusão de deficientes	Necessita urgentemente de investimento	Estado, municipios e entidades	Comunidade da Região	Banco Mundial, Formento Nacional,	1 a 4 anos
Ministério e Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento	Capacitação, Desenvolvimento humano para capacitação profissional em novas tecnologias	Faders, Secretaria da Justiça Secretaria da saúde Sistema S	CRA, CRES APAE	Pessoas com deficiência Vulneráveis Vitimas da Pós Pandemia	Fundos de Garantia, BNDS	1 a 4 anos
Secretaria de Habitação do Estado	Políticas habitacionais, regularização fundiária	Secretaria Estadual da Habitação, Secretarias Municipais de Habitação	Secretaria municipais de habitação	População de baixa renda	Fundos de Garantia, BNDS	1 a 4 anos

11-Como percebe a economia local?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Ministério da Economia, bancos públicos e privados	Diminuição da indústria e aumento na prestação de serviços	Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Camara de Indústria e Comércio - CICS	Industria e Comércio Local	Fundo Nacional de Desenvolvimento	4 anos
Ministério da Economia, bancos públicos e privados	Crescimento em determinados setores como comércio e imobiliário, impulsão do ramo alimentício	Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Sistema S	Empresários e trabalhadores das áreas		4 anos

12-Como vê o jovem da região/município? Quais os principais problemas que os/as jovens enfrentam na região/município

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Ministério do trabalho, empresas privadas e sistema s	Jovens na ociosidade, drogadição Sem Oportunidades de Emprego Jovens Perdidos , desmotivados e vulneráveis	Sistema S, Secretaria de inovação	Prefeituras Municipais	Jovens Maiores de 16 anos	Setor Privado, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação	Imediato

13-identifica alguma área em que a capacitação profissional da região é particularmente deficiente ou muito boa?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Governo Municipal e demais forças de segurança	Em Canoas estamos na implantação do centro integrado de segurança pública	Governo Municipal, iniciativa privada	Governo Municipal e demais forças de segurança	Comunicdade	Recursos do Estado, União e Municipios	Imediato
Universidades e governos municipais	**-Bom** - Ensino Superior Pivado **-Ruim –** Ensino Infantil	Secretaria de Inovação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Educação	Escolas de Educação Infantil Privada - Bolsas	Família e alunos População em geral	Recursos do Estado, União e Municipios	Imediato
SISTEMA S	Capacitação tecnológica, Senai e Senac	Secretaria de Inovação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Educação	SINE	Jovens e demais trabalhadores	Cofres Públicos/BNDS	2 anos
Universidades Federais e Estaduais	Pouca capacitação na área profissional da saúde	Secretaria Estadual de Educação	Estado e Federação, MEC	Jovens e funcionários dos setores da saúde	MEC – Ministério da Saúde	1 ano

14-Existem, no município/região, problemas específicos em relação ao meio ambiente?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Parcerias Publicos Privada, ONGs, Cooperativas, Entidades Internacionais, Financiamento Externo	Destinação de resíduos, Saneamento Básico, Tratamento de água	Secretaria Estadual do Meio Ambiente, FEPAM, Secretaria de Obras do Estado	Secretaria Municipais de Meio Ambiente	População da Região	Bancos Públicos e Privados, Ministério do Meio Ambiente	1 ano

15-Como caracteriza a disponibilidade de empresas da região para oferecer oportunidades de trabalho?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Empresas em Geral	Setor de Serviços e Construção Civil, incentivo como a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento como incentivo a novas contratações	Empreendedores Privados, CEF e demais agentes financeiros	Secretaria de Inovação , Ciência e Tecnologia	Trabalhadores da saúde, construção Civil,. Entre outros	Ministério do Trabalho CEF Ministério de EConomia	1ano

16-Quais as perspectivas de inserção sócio profissional para pessoas da região/município?

PARCEIROS	AÇÕES PRINICIPAIS	ANÁLISE ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	PUBLICO IMPACTADO E BENEFICIÁR IOS	FONTES DE RECURSOS	TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO
Sistema S Universidades, MEC, Empresas Privadas	Melhoria na qualificação dos trabalhadores	Sistema S	Municipios, Secretarias de educação e trabalho	População da Região	MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia	Imediato

CAMINHOS DO RIO GRANDE

Coordenador do Vale do Gravataí: Maurício Medeiros
Relator: Leonardo Carvalho

RELATÓRIO DO COMITÊ REGIONAL DA REGIÃO DO VALE DO GRAVATAÍ

Porto Alegre, 05 de novembro de 2021.

1. O que é o projeto Caminhos do Rio Grande?

Com o objetivo de criar um Plano de Governo para o Rio Grande do Sul que esteja efetivamente conectado com a sociedade, o MDB gaúcho em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) promoveu no segundo semestre de 2021 a série de encontros macrorregionais CAMINHOS DO RIO GRANDE.

A série conta com palestras de especialistas e debates políticos. Em todas as regiões, também estão sendo realizados debates para nortear a elaboração de um Plano de Governo plural, participativo e coerente com o contexto que estamos vivendo e nossas projeções de futuro.

2. Quais são os nossos objetivos?

→Identificar a situação atual do RS e das regiões envolvidas, desafios e potencialidades, incluindo o recorte das microrregiões;

→Apontar sugestões de diretrizes e ações programáticas de políticas públicas voltadas às principais áreas da gestão pública;

→ Promover debate regional acerca de temas de interesse social.

3. Contextualização da situação atual do Rio Grande do Sul e do Vale do Gravataí

A sociedade do Rio Grande do Sul clama por um estado com estrutura menor e mais eficiente, além da diminuição da alta carga tributária que nos tira competitividade. Nesse sentido, aprimorar os serviços públicos é um desafio que exige dinamismo, soluções modernas e inovadoras.

A forma descentralizada com que o MDB promove a construção deste Documento é um exemplo de como deve ser a gestão do nosso estado a partir de 2023: colaborativa e qualificada, alinhada a uma diretriz orientadora clara e que sabe aonde quer chegar.

Para fins deste relatório, a região do Vale do Gravataí contempla os municípios de Cachoeirinha, Canoas, Glorinha, Gravataí e Viamão. É uma das regiões com maior concentração demográfica do RS. Entre as principais modalidades industriais presentes, destaca-se o setor automobilístico, além de seus derivados.

Contudo, é importante destacar a diversificação econômica, que exige soluções contextualizadas a cada segmento.

4. Apontamentos e pedidos de melhorias do Vale do Gravataí

Para a construção deste documento, foram ouvidas entidades e representantes de setores estratégicos das regiões envolvidas. Além disso, um encontro presencial embasou a elaboração deste relatório, cujos apontamentos levantados foram as seguintes demandas:

→Priorizar a contratação de pessoas técnicas na gestão pública estadual e de seus órgãos;

→Aprimorar canais de comunicação, principalmente tecnológicos, aproximando o governo do estado do cidadão;

→Estabelecer metas e indicadores para cada órgão e setor do governo estadual;

→Modernizar os espaços escolares, principalmente voltados ao ensino médio, e capacitar professores para a Educação gaúcha esteja alinhada às novas dinâmicas sociais;

→Incentivar a economia criativa no Rio Grande do Sul;

→ Ampliar ações voltadas ao primeiro emprego e ao ingresso do jovem no mercado de trabalho;

→Modernizar de forma constante a legislação de incentivo à instalação e ampliação de empresas;

→Realizar diagnóstico e planejamento estratégico de todas as regiões gaúchas, já a partir de 2023;

→Ampliar a oferta de leitos SUS e aprimorar os serviços na área da Saúde;

→Implantar um sistema de avaliação dos profissionais de saúde, buscando a valorização dos melhor avaliados e melhoria contínua dos atendimentos;

→Estimular o desenvolvimento social, por meio do incentivo ao empreendedorismo e qualificação profissional;

→Construir ou implementar um Hospital de Traumatologia em Cachoeirinha;

→Construir ou implantar um grande Hospital Regional, capaz de atender demandas de médias e altas complexidades;

→Descentralizar e dar maior eficiência para a região dos serviços do Instituto Geral de Perícias;

→Implantar o componente curricular de Educação Financeira como disciplina fixa no currículo/grade escolar das escolas estaduais (contribuição da Associação Comercial de Cachoeirinha);

→Transformar o Hospital Padre Jeremias em Hospital Geral ou no mínimo, garantir a implementação de traumatologia(contribuição da Associação Comercial de Cachoeirinha);

→ Implementar uma escola técnica na área de indústria e logística de Cachoeirinha, dadas as características das empresas do Distrito Industrial(contribuição da Associação Comercial de Cachoeirinha).

Anexo 1 - Contribuições da CDL de Cachoeirinha

Associação Comercial de Cachoeirinha | CDL Cachoeirinha

MDB
Movimento Democrático Brasileiro

1 - Apoio ao Movimento RS 118 Sem Pedágio;

2 - Construção de elevada na Av Fernando Ferrari sobre a Av Flores da Cunha, e túnel ou elevada na Av Flores da Cunha entre Shopping e Supermercado Big;

3 - Construção da ERS 010;

4 - Desocupação da invasão área estadual destinada a RS10;

5 - Projeto de desenvolvimento empreendedor no espaço que pertence a CIENTEC fundação estadual extinta na divisa com canoas;

6 - Mobilidade (metro do centro Porto Alegre passando pela zona norte cruzando Cachoeirinha até Gravataí, trilhos suspensos semelhantes a Novo Hamburgo);

7 - Redução de carga tributária, para estimular o desenvolvimento local e atrair novos investimentos;

8 - Investimento e desburocratização da junta comercial e secretaria de meio ambiente, para agilizar abertura e alteração de empresas;

Atenciosamente,
Diretoria Executiva
acc@acccachoeirinha.com.br

(51) 3041-0400
www.acccachoeirinha.com.br
Avenida Flores da Cunha, nº 1320, sala 306

Anexo 2 - Reunião regional, realizada em parceria com a Coordenadoria do Vale do Sinos

CAMINHOS DO RIO GRANDE

ENCONTRO VALE DO CAÍ

LOCAL: UCS Vale do Caí – São Sebastião do Caí

Horário: 20 horas

Monitor: Joel Maraschin

RODADA 1: Identificação e Situação Atual do RS – Como você percebe a situação atual do RS?

Estado em recuperação graças as iniciativas iniciadas pelo governo Sartori. Poderia atrair outras empresas, defasados em infraestrutura. Sem poder de investimento. Relação estado municípios muito ruim.

RODADA 2: PRIORIDADES REGIONAIS

- Interligação de Montenegro com São Sebastião do Caí pelas RS 124 até RS 122 (3 pontes).
- Duplicação da RS 452.
- Contemplar a RS 124 e RS 411 nas obras do pedágio do novo Edital.
- Plano de manutenção de vias secundárias da região do Vale do Caí.
- Ampliar debate sobre regionalização do Saneamento Básico.
- Maior debate sobre o modelo de concessão dos pedágios.
- Criação do fundo de isenção para os municípios.
- Expansão da rede trifásica no interior.
- Maior atenção na segurança pública (monitoramento eletrônico).
- Isenção de ICMS para setores de menor contribuição no bolo tributário.
- Fomentar as feiras regionais.
- Maior incentivo para o turismo de forma regionalizada.
- Maior agilidade de licenciamentos, desburocratização.
- Aumentar o prazo da certificação digital do SIMPLES ESTADUAL.

- Programa de renegociação dos municípios com o Estado.

PRIORIDADE IMEDIATA: ampliar o debate sobre concessões estaduais e localização dos pedágios.

AGRICULTURA:

- Não tributação da cesta básica e hortifrútis.
- Não a bi-tributação de ICMS.
- Políticas de incentivo ao jovem no campo.
- Valorização da cadeia produtiva do Vale do Caí.
- Linhas de crédito mais acessíveis através dos bancos de fomento.

SAÚDE:

- Hospital Montenegro pode ser referência em mais especialidades.
- Construção de um novo Hospital Regional.
- Descentralização e polos regionais de Saúde.
- Melhorar as estruturas de pequenos hospitais regionais.

EDUCAÇÃO:

- Modernização do ensino.
- Qualificação de professores.
- Infraestrutura nas escolas.
- Força tarefa para reforma nas escolas.
- Formação do ensino médio voltado para as potencialidades regionais.

QUESTÕES MUNICIPAIS

- Montenegro: Discussão do modelo dos pedágios.
- Feliz: Infraestrutura, Nova Ponte.
- São Sebastião do Caí: Novo traçado de conexão da RS 124 com a RS 122.
- Capela de Santana: Fazer a nova Escola Estadual.
- Salvador do Sul: Pavimentação de vias no interior.
- São Pedro da Serra: Pavimentação de vias no interior.
- Barão: Pavimentação de vias no interior.

CAMINHOS DO RIO GRANDE
COMITES REGIONAIS

ENCONTRO REGIONAL DO MDB – FRONTEIRA OESTE

Relatório

Data: 10/11/2021
Cidade: Alegrete
Local: Sede do MDB
Hora: 19:00

Resumo:

Palestra Técnica: Projeto de Desenvolvimento Regional
Origem: UNIPAMPA
Palestrante: Professor Emerson Rizzati

Foi apresentado como alternativa para promover a geração de novos negócios, emprego e renda, o programa *Startup Pampa*, que é um circuito de empreendedorismo inovador conectando Universidades, Empreendedores e Investidores para incentivar o ecossistema da inovação e apoiar o desenvolvimento de StartUps no Pampa.
Organizado e apoiado por diversos atores do Ecossistema de Inovação, o Circuito Startup Pampa é a demonstração prática do que propõe a teoria da Tríplice Hélice, apontando na perspectiva da Universidade como indutora das relações com as Empresas (setor produtivo de bens e serviços) e o Governo (setor regulador e fomentador da atividade econômica), visando à produção de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico.
A articulação dos atores do Ecossistema de Inovação da Região do Pampa Gaúcho iniciou pela proposição do Governo do RS, através da Secretaria Estadual de Inovação, Ciência e Tecnologia, do Programa INOVA RS e vem impactando as ações institucionais das entidades envolvidas e provocando sinergia entre elas.
O Programa ocorre desde 2013 e já ajudou a criação de 15 novas empresas sediadas no Pampa, com seus negócios baseados na inovação tecnológica, mantendo uma média de 50 empregos por ano e já somando mais de R$ 3 milhões em impostos pagos.
Em 2021 o programa Startup Pampa recebeu investimento de R$ 250 mil por 5 empresas patrocinadoras e pelo Sebrae RS, recurso que está sendo aplicado em mais de 100 horas de capacitação em empreendedorismo e inovação, que já impactaram mais de 5.000 pessoas.
Durante os meses de novembro/21 a janeiro/22 estão ocorrendo 8 workshops conduzidos por profissionais capacitados para ajudar 20 equipes (+/- 60 pessoas) a estruturar e validar o seu modelo de negócio. Sendo que, no dia 24/01/22 ocorrerá uma banca de avaliação desses projetos que premiará os 3 destaques que receberão premiação em dinheiro e em créditos de serviços para

apoiar a transformação desses projetos em novas empresas situadas no Pampa.
Assim, o programa dá continuidade a um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda, pois uma das empresas patrocinadoras do circuito nos últimos anos foi a vencedora da primeira edição do Programa em 2013, e hoje emprega mais de 50 pessoas, na maioria engenheiros formados na região.

Debate politico

Após a palestra técnica a Coordenadoria apresentou um resumo da situação do MDB na fronteira e as ações realizadas para fortalecer o partido na região. Logo após os representantes das cidades presentes falaram sob suas demandas partidárias, suas perspectivas. Companheiros colocaram seus nomes a disposição para concorrer nas próximas eleições.

Adão Roberto - Relator

Seção 02

CAMINHOS DO RIO GRANDE

Relatório das Coordenadorias Regionais

MDB DIVERSIDADE RS

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades!”
Paulo Freire

Novembro de 2021

Todos somos pertencentes a algum diverso, seja ele étnico, social ou cultural. Os grupos étnicos raciais e sociais como os povos de matriz-africana, de terreiros, quilombolas, pescadores ribeirinhos, indígenas, pessoas com deficiência, idosos e comunidade lésbica, gay, bissexual, transexuais, queer, intersexo e assexual (LGBTQIA+) fazem parte do “guarda-chuva” de atenção do MDB Diversidade RS.

Este documento de propostas para o plano de governo, elaborado pelo núcleo do MDB Diversidade RS em parceria com as coordenadorias regionais do núcleo, não é um documento acabado ou definitivo: é um texto oferecido para o exame e a reflexão de todos, aberto a críticas, acréscimos e emendas. Para cumprir essa tarefa precisaremos estar atentos às diferentes vozes e demandas dos gaúchos e de nossas regiões.

Nossas primeiras palavras dirigem-se, portanto, às lideranças, aos militantes e aos simpatizantes, por todos os quadrantes do Estado, ouvem os reclamos mais sentidos de nossa sociedade. O profundo enraizamento social de nossa agremiação, suas histórias de lutas pelos interesses de nossa coletividade, assim como a grande experiência administrativa do PMDB, representam o alicerce político, a sólida base social sem os quais toda ação de governo é instável e precária. Sem experiência administrativa, sem estabilidade política, sem sustentação social nenhum governo é capaz de desenvolver e implementar políticas públicas consequentes.

Da contribuição de todos resultará uma linha de ação que queremos sintonizada com as necessidades e as oportunidades abertas aos rio-grandenses, pois não pretendemos expressar tão só interesses de grupos ou de parcelas da sociedade, por legítimos que sejam, mas almejamos expressar os sentimentos e as aspirações mais profundos de todos os gaúchos.

O diálogo, a reflexão e o esforço comum que servirão de base para a campanha e para o governo se baseiam nessas diretrizes gerais. Adiante, no curso da disputa eleitoral, e, depois, quando da preparação e organização do Governo,

outros documentos detalharão os problemas e e as linhas de política pública aqui programaticamente apresentados.

O texto a seguir compõe-se de sete partes. Indicamos os objetivos mais gerais da caminhada que estamos iniciando. Na segunda, apresentamos os problemas e desafios que a economia gaúcha tem pela frente, assim como a avaliação que fazemos daspotencialidades de nosso Estado e das oportunidades que nos são oferecidasnesta segunda década do século XXI. Na terceira, expomos as idéias que norteiamnossa concepção de desenvolvimento regional, cuja marca é o compromisso de fazer um governo que trabalhe *com e para* as regiões do Estado. Na quarta parte, discutimos as condições em que se encontram o Governo e o Setor Público,notadamente com relação aos grandes serviços da área social, e indicamos as tarefas prioritárias para a melhoria e, em alguns casos, para recomposição de sua capacidade de ação. Na quinta parte, tratamos dos problemas e necessidades da infraestrutura estadual. Na sexta parte, apresentamos nossa visão da situação das contas públicas estaduais e das iniciativas que precisam ser tomadas para conter oagravamento de seu desequilíbrio e paulatina recuperação da capacidade de investimento do setor público. Na sétima, finalmente, apresentamos as diretrizes gerais para uma nova política cultural para o RS.

1- UMA ALIANÇA PELA MUDANÇA: PELA INTEGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO NOVO CICLO HISTÓRICO CUJO INÍCIO SE AVIZINHA.

Neste momento, tanto o Brasil como o Rio Grande do Sul enfrentam uma situação complexa e desafiadora. Tudo indica que estamos diante do esgotamento de um ciclo político e que o desenvolvimento do país e do Estado requerem profundas mudanças.

O Brasil experimentou importantes avanços nos últimos 30 anos: o processo de redemocratização liderado, não será demais lembrar, pelo MDB; o controle da inflação; a adoção de novos e mais produtivos padrões de distribuição de encargos entre os setores público e privado na prestação dos grandes serviços públicos; e, mais recentemente, a incorporação de um grande contingente de brasileiros a condições de vida mais dignas, a que se tem denominado de criação de uma nova

classe média. A despeito disso, a verdade é que o desvirtuamento do sistema de representação política ocorrido nos últimos anos impõe inadiavelmente uma mudança de lideranças e de direção.

Quando o objetivo estratégico principal dos governantes torna-se a perpetuação das forças que estão no poder, quando os recursos para consecução desse objetivo são a transformação de importantíssimas áreas da administração pública em moeda de troca para a garantia de apoios políticos, quando, para consecução desse mesmo objetivo, admite-se até mesmo as ecandalosas iniciativas de venalização das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo que ficaram conhecidas como o "Mensalão" torna-se gritante e imperiosa a necessidade de mudança. Além disso, o retorno de pressões inflacionárias e um a cada dia mais insuportável bloqueio do desenvolvimento do país pela insuficiênciae precariedade de nossos grandes serviços de infra-estrutura são também fatores que poderosa e justificadamente alimentam o desejo e as forças mudancistas.

É verdade que esses fatos geraram na sociedade brasileira, além da insatisfação e mesmo da revolta, um grande descrédito na política e nos políticos. Contudo, essa maneira de posicionar-se diante das dificuldades atuais, a crítica que amalgama a censura das lideranças à desmoralização das instituições evidentemente não é solução para nada e, por isso, tem como utilidade apenas a de fazer com que o país se dê conta dos graves problemas que o afligem e da imperiosa necessidade de mudança. Par andarmos à frente é indispensável, porém, compreender que não há solução para os problemas de uma sociedade que possa se fazer ao largo da política e alheia ao modo como o poder político é exercido. Desesperar da política é entregar-se à anarquia ou fomentar a nostalgia pelos regimes autoritários. O necessário é não esquecer que há boa e má política eque a responsabilidade dos cidadãos é saber escolher entre esses dois caminhos, embora sabendo que não há obra humana sem falhas.

Não há dúvida de que o Brasil e o Rio Grande do Sul têm a sua frente oportunidades históricas inéditas, um amplo leque de condições promissoras e circunstâncias favoráveis que podem nos levar não só a novos patamares de desenvolvimento econômico, mas à criação de uma sociedade mais próspera,

equilibrada e justa.

No entanto, sem a alteração do modo de fazer política hoje predominante, sem um compromisso rigoroso e sem concessões de partidos e governantes com o interesse público, sem a adoção de práticas de governo estritamente respeitadoras não apenas da legalidade mas também da moralidade dos atos de governo não reencontraremos o ambiente de tranquilidade e confiança que é indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável, para a promoção social e, assim, para a prosperidade de nosso país e de nosso Estado.

Estes são elementos que não por tratarem de mudanças de condutas e de providências institucionais deixam de ser condições objetivas que subjazem ao descontentanto dos brasileiros em geral e dos gaúchos em particular nos dias que vivemos. Os riograndenses estão prontos a apoiar a quem se disponha a enfrentar o desafio das mudanças de atitude e de comportamento sem otimismo fácil, sem espírito de seita, sem promessas irresponsáveis ou personalismos midiáticos. Por esta razão nos empenhamos em ter uma visão clara dos problemas econômicos e sociais a enfrentar, dos caminhos políticos e institucionais a seguir. Não o fazemos levianamente, mas confiantes na base política em que assentamos nossa proposta: a da seriedade comprovada na experiência administrativa e na capacidade de governar com iniciativa e com o compromisso com os interesses do Rio Grande de que o PMDB gaúcho tem dado repetidas provas ao longo de sua história. É essa base que nos permite não apenas anunciar mudanças, mas dizer em que direção mudar, o que mudar e o modo de fazê-lo.

É, pois, no empenho para darmos esse passo novo e, ao fazê-lo, mais uma vez esposarmos os sentimentos e expectativas mais de fundo dos gaúchos, que estruturamos o projeto político de nossa coligação, assim como do Governo que pretendemos conquistar e administrar.

Para esclarecer o sentido da mudança que é indispensável fazer, é conveniente começar pela explicitação dos pressupostos e implicações políticas que a caracterizam. E é com este ponto que daremos início à apresentação de nossa proposta.

A alternância regular do exercício do poder político, associada à limitação do tempo de seu exercício por meio dos mandatos, é talvez a maior das virtudes da forma democrática de governo. Isso não quer dizer que a continuidade político-administrativa seja em todos os casos maléfica. No entanto, quando o exercício do poder político se divorcia das expectativas dos cidadãos e contrapõe-se ao sentimento majoritário da opinião pública, não há dúvida que é chegada a hora de mudar.

Isto é o que vemos hoje em nosso Estado e no Brasil. Não se trata de negar os avanços sociais e econômicos dos últimos anos, mas de entender que tais progressos, além de resultarem de um esforço que não têm dono, porque é de toda a sociedade brasileira, está batendo em seus limites. A verdade é que tais avanços têm sido acompanhados por um custo institucional que ameaça o próprio reconhecimento da democracia como a única forma de governo aceitável empaíses politicamente maduros e esclarecidos. O profundo desgaste da imagem dos poderes Legislativo e Executivo alimenta não só os repetidos e radicalizados protestos que por várias vezes têm tomado conta do país, mas também a perniciosa fantasia de que é possível ter uma sociedade sem Estado e sem Governo.

Por essa razão resgatar a política como única forma de conduzir democraticamente o desenvolvimento torna-se uma prioridade. Para tanto é preciso reconhecer que há boa e má política e que a escolha de quem possa representar a boa política deve ser a mais urgente e importante de nossas prioridades.

No entanto, a mudança que precisamos não se reduz à simples troca dos dirigentes mas exige, no plano institucional, um compromisso sério com a reforma política. No plano das políticas de desenvolvimento, é preciso reconhecer que enfrentar as carências de infraestrutura é uma necessidade inadiável. Esta prioridade não é só compatível, mas indispensável para a continuidade do desenvolvimento social, uma vez é evidente e que o processo de desenvolvimento do país está em grande parte travado pelos problemas de competitividade decorrentes de nossa precária logística de transportes, dos gargalos de mobilidade urbana a cada dia mais graves, assim como do retardo dos investimentos

necessários à expansão da infra-estrutura energética do país.

Essa prioridade a ser atribuída à modernização da infraestrutura nacional e estadual, convém repetir, não conflita com o desenvolvimento social, uma vez que se a economia não avança se presa nos gargalos da infraestrutura insuficiente, não é menos verdade que os ganhos de produtividade dependem criticamente de avanços não só da educação, mas das condições de saúde da população, assim como da garantia de boas condições de vida para o maior contingente possível de cidadãos. E tampouco haverá verdadeiro desenvolvimento se não se restabelecer uma situação de tranquilidade e confiança na comunidade brasileira, clima profundamente prejudicado pela terrível situação de insegurança pessoal e patrimonial em que hoje se encontram os brasileiros, nosso Estado, infelizmente, não fazendo exceção neste quadro lamentável.

Estes pontos todos fazem parte da caracterização do momento histórico por que passa atualmente o Brasil. Entendemos indispensável retratá-lo, ainda que em grandes linhas, porque este é o quadro em que, queiramos ou não, encontra-se inserido o nosso Estado. É por essa razão que a oferta aos riograndenses de uma candidatura ao governo do Estado, como a representada por José Ivo Sartori e seu programa de Governo não podem deixar de sustentar que a alternância nas forças políticas que conduzem o país é uma prioridade nacional. Uma prioridade que envolve o apoio incondicional à urgente reforma política e, no plano estadual, o compromisso inegociável com uma administração séria e transparente. São estas mesmas razões que, a nível nacional, nos levam a ver com simpatia a opção representada pela candidatura de Eduardo Campos.

A opção que ele representam é a de uma mudança que, se atenta à preservação dos avanços sociais alcançados nos úlitimos anos, entende como prioritário uma mudança profunda no modo de fazer política, uma mudança que envolva mais seriedade no trato das ameaças inflacionárias, mais seriedade e profissionalismo na gestão dos ministérios e das empresas estatais, melhor compreensão de que uma resposta pronta para a inadiável expansão da infraestrutura do país só pode ser feita mediante uma colaboração mais estreita e rápida com o setor privado, assim como a consciência não menos enfática de que

só teremos um verdadeiro desenvolvimento se ele for sustentável.

No plano estadual, além dessas razões mais gerais que justificam, neste momento, a luta pela alternância no poder, embasam a proposta de governo e de renovação a ser conduzida em um conjunto de razões mais específicas ligadas à situação em que se encontra a economia de nosso Estado, ao modo como estão sendo prestados os grandes serviços públicos – seja os da área social, seja os de infraestrutura –, assim como aos problemas recorrentes e críticos das finanças estaduais. Na sequência deste documento trataremos de retratar concisamente o modo como vemos a situação em cada uma dessas frentes e as diretrizes gerais que, em cada uma delas, orientarão nossa campanha e, posteriormente, com os ajustes e aprofundamentos devidos, a ação de nosso governo.

2- OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO GAÚCHO E A INOVAÇÃO.

a] A modernização e a diversificação da base produtiva do estado.

Muito embora em vários momentos do passado recente tenham sido feitos diagnósticos de que a economia estadual encontrava-se em seu limite, tendendo a perder progressivamente sua posição destacada no contexto da economia nacional, a verdade é que os avanços do Paraná e, na frente agrícola, das novas regiões de grande produção de grãos no Centro-Oeste não foram capazes de deslocar nossa economia da quarta posição na comparação interestadual nacional, nem nos afastaram da disputa pela terceira posição no ranking dos estados exportadores. A verdade é que a economia gaúcha é forte e diversificada. Temos um agronegócio pujante, uma agricultura familiar produtiva, uma indústriaimportante, com grande destaque para o setor metalmecânico, serviços modernos, uma rede de boas universidades que estão a criar as bases para parques tecnológicos.

No entanto, seria um ufanismo irresponsável desconhecer que a despeito dessa força e da resiliência de nossa base econômica não temos problemas nem novos desafios a vencer. O grande impacto negativo sofrido pela indústria calçadista do Vale dos Sinos por força da produção de calçados na China e em outros países da Ásia é uma evidência inquestionável dos riscos a que está exposta a base

industrial do Estado. A forte concorrência internacional é um limitador também evidente para o pleno florescimento da vitivinicultura do Estado, agravado, como se sabe, pela forte apreciação do real. A interrupção e o atraso dos grandes investimentos para a produção de celulose é outra evidência nomesmo sentido, assim como também o é o fato de que a despeito de ter havido nosúltimos 5 anos um novo ciclo de investimentos na indústria automobilística do país em nenhum caso o Rio Grande do Sul foi considerado como uma opção verdadeiramente séria. Também no caso da produção agropecuária, malgrado se vejam auspiciosas iniciativas de expandir as práticas de irrigação na produção graneleira, a verdade é que o caminho a ser trilhado nesta direção é longo e que continuamos gravemente dependentes das e vulneráveis às variações das condições climáticas. Além disso, nossa capacidade de absorver e criar tecnologias de ponta para os processos produtivos típicos da economia contemporânea é ainda incipiente. Em função de todas estas limitações não surpreende que a participação da economia gaúcha na economia brasileira tenha decrescido entre de 6,94% em 2000 para 6,36% em 2011, queda que dá continuidade a uma tendência, sóocasionalmente infletida, de redução do peso da economia riograndense na economia nacional. Essa tendência negativa, embora não tenha grande aceleração, é obviamente um motivo de preocupação para quem quer que acompanhe responsavelmente os vetores de crescimento da econômica estadual em comparação com a nacional.

Nessas circunstâncias, sem cair em considerações simplistas e simplórias sobre o antagonismo entre as cadeias produtivas tradicionais do Estado e a busca de diversificação de nossa base econômica, parece evidente que o Governo Estadual, com determinação e energia, precisa fazer tudo que estiver a ser alcance – o uso do FUNDOPEM, das demais opções de política tributária, das políticas de crédito do BANRISUL e do BADESUL, para citar somente os instrumentos mais conhecidos – para dar sustentação e fortalecer o agro-negócio e a agricultura familiar do Estado, assim como para apoiar nossa indústria tradicional.

Há, no entanto, vários outros desafios e oportunidades que estamos a desperdiçar, pois não se vê traço de esforço para integrar a indústria metal mecânica do Estado na cadeia de suprimento do polo naval. Também não há sinergia alguma entre inciativas do poder público estadual com os esforços de geração de parque tecnológicos desenvolvidos pelas Universidade gaúchas. O aproveitamento das

grandes jazidas de carvão do Estado encontra-se ainda bloqueado não obstante a óbvia conveniência de diversificação da matriz energética do país decorrente da instabilidade climática e dos recorrentes períodos de grandes secas.

Estes são todos exemplos claros de importantes áreas em que é necessário avançar e com relação às quais avulta a omissão ou o escasso alcance das iniciativas do atual governo. Uma outra frente de iniciativas diz respeito a inovações na pecuária, especialmente bovina, cuja larga fronteira de aumentos de produtividade continua inexplorada, a despeito do forte incremento da demanda mundial de proteína animal e da clareza dos bons resultados que se encontram entre alguns poucos produtores inovadores.

b] Os desafios da Inovação em uma Economia de Transição.

A economia rio-grandense, convém repetir, deve diversificar sua matriz produtiva, incorporando novas áreas de atividade com produtos de maior valor agregado, intensivas em vantagens competitivas não naturais, atentas ao uso de conhecimento e tecnologias de ponta.

A matriz tradicional da economia gaúcha está diante do desafio de aumentar sua eficiência e produtividade, seja aprimorando seus processos de produção e gestão, seja criando novos produtos que incorporem tecnologias avançadas, seja ainda buscando novos mercados. As vantagens competitivas naturais, que no passado sustentaram o dinamismo da economia tradicional do estado, são hoje de todo insuficientes.

Todos esses movimentos voltados para os diferentes setores da economia estadual supõem a *incorporação ativa de uma cultura de inovação* pelas lideranças públicas e empresariais, bem como por amplos setores da população.

O papel do Governo do Estado nesse processo de reestruturação, reconversão, fortalecimento e diversificação de nosso parque produtivo será decisivo nas seguintes frentes:

i) atuar de maneira consequente na melhoria de nossa infraestrutura;
ii) promover a formação intensiva de mão de obra com os diferentes níveis de qualificação;
iii) estimular a produção e a difusão de pesquisas científicas e novas tecnologias e
iv) apoiar de maneira continuada a atração de novas empresas que contribuam para a diversificação de nossa matriz econômica.

Nesses procedimentos, *a atenção equânime às necessidades e potenciais de nossas diferentes regiões* é indispensável para o sucesso das ações de governo. Mas não menos importante, seja pelos resultados, seja pelo exemplo, é a adoção sistemática, generalizada e visível – mesmo que gradativa – de *novas práticas de planejamento e gestão pela administração pública estadual* – em outras palavras, *a incorporação efetiva de uma cultura de inovação na gestão dos assuntos públicos.* Na etapa de transição em que se encontra a economia gaúcha, o desafio do setor privado e do setor público do estado, *é adotar e disseminar uma cultura de inovação.*

Assim, uma política de inovação que pretenda ter impacto sobre as diferentes regiões e áreas da economia estadual deve, necessariamente, *identificar* com precisão *os ritmos de inovação* (ritmos de implantação) requeridos para cada setor e região, *as etapas* que primeiro devem ser implementadas (qualificação de pessoal, processos de gestão e produção, produtos, etc.) e, finalmente, *os programas de espectro e efeito mais geral* (apoio a pesquisadores e instituições de pesquisa, formação de mão de obra com qualificação tecnológica, estímulos à integração universidade-empresa, criação de incubadoras e parques tecnológicos, linhas de financiamento, etc.), dedicados ao fortalecimento de uma infraestrutura institucional, de recursos humanos e de conhecimentos.

O ponto de partida da nova Política Estadual de Inovação são as práticas, projetos e resultados relevantes já existentes no Rio Grande do Sul e no país. Exemplares, nesse sentido, são iniciativas como o TECNOPUC (e que já abriga empresas de tecnologia da informação, energia, meio ambiente, ciências da vida e

indústria criativa), o TECNOSINOS, o VALETEC (Universidade Feevale), o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade- PGQP, a Universidade Sebrae, os Polos Tecnológicos da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, os cursos tecnológicos da UERGS, entre muitas outras. Todas elas devem ser levadas conta, apoiadas e desenvolvidas.

Neste contexto, merece especial atenção o TECNOPUC, que tem se dedicado a atrair empresas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para trabalhar em parceria com a Universidade; promover a criação e o desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica; atrair projetos de pesquisa edesenvolvimento tecnológico em geral; estimular a inovação e a interação empresas-Universidade; gerar uma sinergia positiva entre o meio acadêmico e o empresarial e atuar de forma coordenada com as esferas governamentais municipal, estadual e nacional. Esta experiência pode ser uma referência importante na reestruturação das unidades de pesquisa e transferência de tecnologia existentes no âmbito da administração estadual, como é o caso do CIENTEC.

Outro pressuposto decisivo diz respeito à formação permanente de mão de obra qualificada, nos diversos níveis demandados (lideranças empresariais, gestores públicos, pesquisadores, engenheiros, administradores, gerentes, trabalhadores de variada qualificação técnica, etc.) como parte *fundamental da nova política estadual de inovação* na escala da empresa individual, do setorprodutivo, tanto local como regionalmente. A aplicação desta diretriz exige a formação de parcerias com instituições privadas, incumbidas da representação empresarial, tais como FIERGS, FARSUL, FEDERASUL, OCERGS, Universidades,entre outras.

Por último, mas não menos importante, o Rio Grande do Sul precisa dispor de uma *estrutura de difusão de bons resultados e melhores práticas*, capaz de disseminar informações capazes de promover a adoção de atitudes e modelos de inovação bem sucedidos.

Todos esses aspectos devem ser considerados na necessária valorização e fortalecimento da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e dos órgãos de pesquisa e fomento a ela vinculados (*Cientec, Fapergs e Uergs)*.

Além disso, é preciso reconhecer o importante papel que a nova Lei Estadual de Inovação poderá desempenhar em uma política estadual de inovação, colocando-a e efetivamente em prática, em uma escala significativa.

3- O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL EQUILIBRADO.

As considerações que acabam de ser feitas sobre a situação da economia estadual precisam ser complementadas, porém, com uma visão mais determinada com relação as questões relativas à geografia econômica do Estado e dos mecanismos institucionais necessários para ter uma política responsável com relação às questões de organização da base territorial do desenvolvimento estadual.

Com relação a esta problemática, a primeira observação a fazer é que o Rio Grande do Sul já possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como instituições voltadas para a promoçãodessas iniciativas, de que os COREDES são a maior expressão. Estão dadas, portanto, pelo menos parte das pré-condições institucionais necessárias para a incrementar a regionalização de atividades do Governo do Estado.

Na verdade, o desenvolvimento regional deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite tanto identificar com maior precisão as oportunidades e potenciais regionais para impulsionamento do desenvolvimento do conjunto do Estado quanto desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades das várias regiões. A regionalização favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e cidadãos concernidos.

Não a concebe apenas como um instrumento de consulta e diálogo com as

comunidades regionais. O que precisamos ter é uma política que baseada em uma avaliação criteriosa dos problemas e potencialidades de cada uma de nossas regiões, articuladamente com as lideranças regionais, trate de identificar gargalos e oportunidades, canalizando para os respectivos desbloqueios e aproveitamentos não só os recursos do Tesouro estadual mas também a maior capacidade articulação e alavancagem que o Governo Estadual tem com relação ao direcionamento tanto dos recursos fiscais e de crédito da União quando das políticas públicas federais. Os diagnósticos e propostas do Projeto Rumos 2015, elaborado durante o Governo Germano Rigotto, são um acervo de grande riqueza cujos recursos e subsídios continuam subaproveitados por força dos maus efeitos da descontinuidade administrativa. Tomá-lo como base para o detalhamento de nossa política de desenvolvimento regional será o passo natural que, em desdobramento destas diretrizes agora apresentadas, não deixaremos de dar na caminhada em direção ao Governo do Estado a que agora damos início.

Tomando ainda em consideração às questões relativas à distribuição espacial da população, das atividades econômicas, dos serviços de infra-estrutura no território gaúcho não podemos deixar de registrar que, tal como acontece por todo mundo pelo menos desde o século XIX, é constante e acelerado o aumentoda participação das cidades nesses agregados, pois a diferença à maior da população urbana em comparação com a população rural não cessa de crescer, assim como também crescem as diferenças entre o peso da economia urbana em comparação com o peso da produção de base agrícola, tendência de distanciamento que se verifica ainda em maior proporção quando consideramos os grandes serviços de infraestrutura pois é evidente a concentração urbana da oferta de energia, dos serviços de telefonia, de saneamento básico e mesmo de transporte.

Em vista disso, muito embora o país não tenha uma política nacional de desenvolvimento urbano e de apoio aos aglomerados metropolitanos, é óbvia a necessidade de que o poder público, nas três esferas de poder e governo que constituem a federação brasileira, oriente e regule a dinâmica de crescimento de nossas cidades e dos aglomerados metropolitanos. Neste sentido, nossa coligação tem como uma primeira resposta aos problemas que se colocam nesta área criação da Rede Gaúcha de Cidades Sustentáveis, instrumento institucional mediante o qual

sejam acordadas metas integradas – políticas, econômicas, sociais e ambientais - para o desenvolvimento urbano de nosso Estado. Quando dodetalhamento dessa proposta examinaremos o modo de estruturar um instrumento financeiro para este fim, quem sabe mediante a revitalização do antigo FUNDURBANO articuladamente com a sempre adiada implantação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre. Igualmente indispensável é avançar no estímulo ao consorciamento entre os municípios desta última, tanto no planejamento como na tomada de decisões. A Metroplan, a despeito de que atualmente enfraquecida e com sua vocação original mais lembrada do que exercida, é o instrumento natural para a promover a criação da Rede e, fortalecida, dar-lhe o indispensável suporte técnico-administrativo.

4- O DESAFIO DA EXPANSÃO E DA MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS.

Não se promove um verdadeiro desenvolvimento só com crescimento econômico, nem apenas com a construção de infraestruturas. Se tais realizações não estiverem voltadas à promoção e ao atendimento dos anseios dos menos favorecidos ter-se-á, na melhor das hipóteses, crescimento, não um verdadeiro desenvolvimento. Está é a razão pela qual a questão social é foco central do programa de governo de nossa coligação.

O objetivo maior nesta frente é a busca da maximização da inclusão social, para cuja consecução é preciso não medir esforços. Nada tem sentido na gestão pública senão vier ao encontro dos menos favorecidos, das crianças, dos velhos e dos necessitados em geral. Um governo que não tenha políticas para o enfrentamento de tais problemas não tem sentido como governo. Também importa entender que os esforços a serem realizados nesta direção não se limitam a aumentar os recursos alocados a oferta dos serviços da área social mas envolvem também melhorias de gestão e incrementos de produtividade.

Outro requisito importante de um serviço moderno e adequado às condições atuais é prover a gestão pública de ferramentas modernas e atualizadas de gestão. Isso implica tanto a aquisição dos instrumentos e ferramentas digitais e o

desenvolvimento de uma nova cultura integrada ao uso das redes sociais. Esses novos recursos propiciam mais eficiência na prestação dos serviços, maior acesso e conforto para os usuários. *O Rio Grande precisa de um serviço público do século XXI.*

Olhado o panorama da área social segundo os três maiores setores – educação, saúde e segurança – a situação que encontramos e as diretrizes que devem orientar a ação de nosso governo podem ser suscintamente apresentadas nos termos seguintes.

a) Os desafios da educação estadual: melhorar a qualidade, a gestão e infraestrutura escolar.

O sistema estadual de ensino é a maior das instituições do setor público gaúcho. Não existe no Estado nenhum outro serviço público de maior importância e impacto social, dado o enorme potencial da educação em melhorar todos os demais indicadores sociais, particularmente o nível de renda dos indivíduos e das famílias. A educação e a variável mais potentes para garantir a igualdade de oportunidades, a base de uma sociedade democrática e aberta ao esforço e ao êxito individual e coletivo. A rede estadual pública de ensino é responsável pelo atendimento de aproximadamente 1 milhão de crianças e jovens, contando com 2.570 estabelecimentos de ensino sob administração estadual e 95 mil servidores nas funções de docência, técnica e administrativas em atividade (Censo Escolar/2013-SEC/RS). O atendimento do sistema representa aproximadamente 50% de todas as matriculas escolares.

Apesar dessa reconhecida importância, é de amplo conhecimento que a educação pública do Rio Grande Sul enfrenta dois graves problemas. O primeiro é de natureza política, o desentendimento recorrente entre as lideranças sindicais do magistério e o Governo do Estado. O segundo diz respeito ao desempenho insatisfatório da aprendizagem, expresso nas diversas avaliações que vem sendo feitas no Brasil e no RS, conforme veremos adiante. No ensino médio, a situação é mais crítica uma vez que i) a taxa líquida de matrículas na faixa etária de 15-18 anos é em torno de 50%; ii) o percentual da taxa de conclusão do ensino médio é também

em torno de 50%. Isso significa que de cada 100 alunos que ingressam noensino médio, apenas 50 concluem o terceiro ano. Além disso há uma comprovadaqueda nos indicadores de qualidade da educação oferecida pelo sistema.

Esses dois fatores – conflito permanente e desempenho qualitativamente insatisfatório - são, em larga medida, responsáveis pelas dificuldades que enfrentamos nesta área e que representam um grande desafio para o Governo estadual e para a comunidade rio-grandense em geral.

As carências estruturais devem ser enfrentadas com a identificação clara das necessidades, da constituição de um sistema de planejamento detalhado e da elaboração de uma política permanente e estável de gestão dos recursos financeiros, operacionais humanos e pedagógicos.

O conflito precisa ser superado pela criação de um novo ambiente na educação gaúcha: os debates e posições, naturais e legítimos, precisam se expressar num clima de cooperação, construção e respeito aos direitos e competências de todos – gestores públicos, professores, servidores de escola, alunos, pais e demais agentes sociais que vêem na educação um fator de desenvolvimento e democracia.

Igualmente importante é o esforço a ser feito na melhoria da remuneração dos professores. Embora limitado pelas restrições orçamentárias, esse objetivo estratégico precisa ser assumido e realizado progressivamente em prazos compatíveis com a melhora das finanças publicas estaduais. Sem isso, persistirão os problemas de recrutamento de quadros qualificados, evasão e baixa auto-estima dos professores, no final, a má qualidade da educação.

É igualmente importante reverter a trajetória de baixa performance da educação gaúcha, retratada nas avaliações recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB.[1] Os indicadores referentes ao período de 2005 a 2011 revelam um quadro extremamente preocupante e que exige providências consistentes da Administração Estadual.

Com efeito, não se pode aceitar que, neste período, as notas obtidas pelo RS na avaliação da 4ª série do ensino fundamental tenham nos conduzido da 6ª posição (nota 4,2) entre todos os estados do país em 2005 para a 7ª posição em 2011 (nota 5,1).

[1] O IDEB avalia o i) Rendimento: considera a taxa de aprovação de um ano para outro, abandono e retenção; ii) Desempenho: é medido pelas notas dos alunos nas avaliações da Prova Brasil (4ª a 8ª séries) e SAEB (3º ano do ensino médio por amostragem).

Não se pode aceitar, igualmente, a estagnação das notas de avaliação da 8ª série do ensino fundamental no período 2005-2011, o que fez com que passássemos da 4ª posição (nota 3,5) para a 11ª posição ((nota 3,8) no ranking nacional, certamente a pior da história.

E, por fim, também não se pode aceitar que as notas referentes ao aprendizado na terceira série do ensino médio tenham se mantido no mesmo baixo patamar entre 2005 e 2011 (nota 3,4), situação que deslocou a posição do RS do 2º para o 9º lugar no ranking nacional.

Não podemos nos conformar com melhorias insignificantes nas notas, ou mesmo a sua estagnação, quando outros estados avançam, deslocando a nossa tradicional posição de referência nacional em educação pública para o passado.

É verdade que os indicadores dos demais estados da Federação ainda estão distantes do que pode ser admitido como um padrão de qualidade educacional compatível com a existente nos países desenvolvidos, cujas médias das notas compatíveis em avaliações similares ao IDEB é de 6,0 pontos. *No caso do RS, o problema é que não apenas estamos distantes do padrão internacional, mas também estamos ficando atrás dos demais estados brasileiros, o que nunca havia ocorrido até os últimos anos.* A educação gaúcha precisa reagir.

Além dos problemas já apontados, verificam-se ainda importantes carências e necessidades. Elas se expressam, principalmente, na insuficiente infra-estrutura

física e operacional, no inadequado planejamento e gestão global dos recursos, na restrita autonomia e responsabilidade das unidades escolares, na carência de programas de apoio aos estudantes e ao funcionamento da rede escolar, assim como nas deficiências no planejamento das atividades curriculares e extracurriculares.

Diante do diagnóstico sumariado acima, a conquista de um novo patamar de qualidade educacional constitui um enorme desafio e envolve esforços planejados e persistentes em várias frentes.

Em primeiro lugar, investir na qualificação dos professores, promovendo e incentivando ampla e permanente atualização.

Em segundo lugar, intensificar iniciativas voltadas para o aprimoramento dos gestores e da gestão das escolas.

Em terceiro lugar, aperfeiçoar o processo de recrutamento dos professores, valorizando os conhecimentos específicos nas respectivas áreas de atuação.

Em quarto lugar, adotar estratégias pedagógicas compatíveis com as deficiências diagnosticadas e com as melhores experiências nacionais e internacionais.

Em quinto lugar, redobrar esforços para dotar, progressivamente, nossas escolas de equipamentos e meios que potencializem a aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas e salas digitais.

Finalmente, em sexto lugar, mas não menos importante, dar continuidade aos esforços de avaliação permanente do desempenho dos alunos, não apenas para medir os resultados, mas também para permitir o justo e emulador reconhecimento de professores e alunos.

Já com relação ao ensino médio, responsabilidade precípua da esfera estadual, o desafio é ainda maior, pois trata-se de acrescentar às políticas acima referidas, iniciativas destinadas a:

a) implantar políticas que conduzam à universalização do acesso, assegurando a matricula aos jovens 15 a 18 anos, uma vez que aproximadamente 40% dessa faixa etária encontra-se fora da escola;

b) promover uma ampla reforma do ensino médio contemplando a diversificação curricular, tornando-o mais atrativo e adequado às necessidades dos jovens.

c) melhorar o desempenho geral das escolas, com especial atenção aquelas que apresentam pior desempenho; e

c) e realizar ações visando elevar o número de egressos formados.

Alta prioridade deve também ser atribuída ação da Superintendência de Ensino Profissionalizante da Secretaria Estadual da Educação. Embora existam, no sistema, escolas de reconhecida excelência, como a Escola Parobé e a Escola Liberato Salzano, no contexto da estratégia mais geral do desenvolvimento regional defendida neste programa de governo, é importante que a exemplo dessas, sejam criadas pelo menos uma Escola de Educação Profissional de referência em cada uma das regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Uma avaliação menos global e mais focada na articulação do sistema estadual de ensino com a formação dos recursos humanos necessários à condução do Estado a uma posição mais destacada no contexto nacional torna-se quease inevitável constatar que nossos sistemas educacionais que parecem ter renunciado a uma de suas funções mais essenciais: a formar jovens capacitados e vocacionados a ingressarem no ensino universitário com condições para, ao termo do terceiro ciclo de estudos, virem a desempenhar funções vanguarda e de liderança nas áreas críticas da pesquisa científica, da inovação tecnológica e do desempenho profissional de alta qualficação, pois é consensual o diagnóstico de

que um mau ensino médio é, com as exceções que sempre ocorrem, o prenúncio de estudos universitários pouco aproveitados e de medíocre qualificação.

A necessidade de criar estímulos para a reversão desse quadro tem que ser uma prioridade da ação de governo na área educacional e seus princípios devem ser orientados pelas seguintes premissas: a) os avanços da política nacional da educação obtidos nas duas ultimas administrações federais, particularmente no que diz respeito às práticas de avaliação e promoção do melhor desempenho de professores e alunos; b) as demandas e prioridades e potencialidades existentes no âmbito das várias regiões gaúchas, que deverão merecer especial atenção da Governança Regionalizada.

Além disso, em termos gerais é possível, já neste momento inicila de concepção de nosso plano de governo apontar ser princípio que devem nortear a ação de nosso governo na área educacional e que são os da *integralidade*, *valorização do conhecimento*, *gestão*, *inclusão* e *valorização profissional*. Exemplos do conteúdo a ser dado à aplicação de tais princípios são os seguintes:

- ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: implantação de pelo menos duas Escolas por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), segundo as concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro;
- EXPANSÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO ALUNO: ampliação do tempo de permanência dos alunos do Ensino Fundamental em toda a Rede Estadual;
- ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: aprimorar o ensino de línguas estrangeiras na rede, notadamente do espanhol e do inglês;
- ENSINO MÉDIO: universalização do Ensino Médio de 15 a 18 anos, em consonância com a meta do Todos pela Educação;

- ESCOLA ACESSÍVEL: inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, implantando programa de apoio, qualificação de RH, contratação de profissionais com formação adequada e investimento em acessibilidade, a partir de 2015;
- INCLUSÃO DIGITAL: universalização do uso de Tecnologias da Informação como ferramentas pedagógicas inovadoras;
- JOGOS ESCOLARES: fortalecimento dos Jogos Escolares do RS, revitalização do Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE e criação de centros poliesportivos nas 30 CREs.
- FORMAÇÃO DOCENTE: programa de formação permanente para qualificar professores e funcionários da Rede Pública Estadual, instituindo um número mínimo de cinco formações obrigatórias por ano, com duração de no mínimo quatro horas, com implantação imediata; é preciso potencializar todas as fontes de recursos para esta tarefa, em especial as do FUNDEB.

b) O desafio do sistema público de saúde: atenção básica, regionalização da medicina especializada e presteza no atendimento ao cidadão.

A prestação de serviços básicos de saúde constitui uma das atribuições mais nobres, importantes e irrenunciáveis do Estado. No Brasil o principal instrumento de intervenção na saúde pública é o Sistema Único de Saúde – SUS, responsável pela articulação e coordenação das ações da União, Estados e Municípios, instituição cuja criação nas condições econômico-financeiras de um país ainda em desenvolvimento é um feito notável, que a todos nos deve orgulhar. Não ignoramos, por certo, suas muitas deficiências que motivam grandes e intensas reclamações e críticas vindas de muitas frentes, muitas, sem dúvida, justificadas e feitas de boa fé e com intenções construtivas. Mas é impossível começar a tratar dos problemas e dos avanços que é preciso fazer no enfrentamento dos desafios colocados à melhora da saúde pública sem fazer estereconhecimento do patrimônio que já temos nesta área.

Desde sua criação, o SUS procura desenvolver e aprimorar a

descentralização das ações de saúde, através da regionalização e da municipalização do planejamento, gestão e execução dos serviços. É natural que um sistema que envolve todas as instâncias administrativas do poder públiconacional e engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de prevenção, atendimento ambulatorial, e serviços hospitalares em múltiplasespecialidades, se depare com o desafio de, permanentemente, aprimorar normas, procedimentos, protocolos e mecanismos de financiamento.

Embora haja grande concordância quanto à melhoria dos indicadores básicos de saúde no Brasil, que se refletem principalmente na queda da mortalidade infantil e na elevação da expectativa de vida dos brasileiros, as políticas de prevenção e as redes de atendimento ainda apresentam grandes e importantes insuficiências.

A precariedade do atendimento hospitalar de emergências e tratamentos especializados se expressa na falta de vagas para internações, na demora, às vezes de meses, para a realização de consultas, cirurgias e revisões, na ausência de estruturas adequadas de UTIs, apenas para citar as carências mais evidentes.

De outra parte, as políticas preventivas ainda apresentam um alcance extremamente limitado: apenas a metade da população brasileira é atendida na Estratégia de Saúde da Família (54%% de cobertura). Na falta de cuidados básicos preventivos e de diagnósticos precoces, as pessoas são acometidas por doenças que poderiam ser evitadas, onerando ainda mais o sistema. Além disso, a saúde pública enfrenta novos desafios no plano nacional, e também regional, com o crescimento da drogadição – especialmente do consumo de crack – e da elevada prevalência de alcoolismo entre adolescentes e jovens, bem como a alta incidência de AIDS no RS.

Finalmente, como agravante, a saúde pública dos brasileiros é, ainda, afetada por outros fatores estruturais, entre os quais, a condição de pobreza e desnutrição em que ainda se encontram milhões de pessoas e a precaríssima estrutura de saneamento básico, responsável pela geração e transmissão de dezenas de doenças que afetam principalmente as famílias e as crianças que vivem nas

periferias das médias e grandes cidades.

O Rio Grande do Sul não constitui exceção nesse cenário de desafios e problemas, muito embora nossa situação não se encontre entre as de pior situação no contexto nacional. Apesar do RS já contar com uma ampla rede de prestação de serviços hospitalares no âmbito do SUS, com 350 hospitais de diversas naturezas jurídicas (filantrópicos, públicos municipais, privados, federais e estaduais), ainda nos deparamos com uma distribuição geográfica bastante desigual e concentrada desses serviços.

Por isso, nos últimos governos, acertadamente, envidaram-se importantes esforços para promover a regionalização do atendimento e dos serviços de média e alta complexidade, para evitar o deslocamento, sempre oneroso, de doentes para a Capital ou para as cidades médias do RS. No entanto, apenas 60% das necessidades de atendimento e procedimentos especializados são atendidos pela rede pública ou conveniada. Neurocirurgias, procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia e politraumatismos ainda dependem de deslocamento para a capital do Estado. A expansão desses serviços se dará por meio da regionalização do atendimento a partir das cidades-polo das macrorregiões de saúde: Santa Maria, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas, Cachoeira do Sul, Santa Cruz doSul e Lajeado.

De outra parte, embora o RS tenha sido um dos primeiros estados brasileiros a adotar políticas de atenção básica à saúde, através do programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde e, no Governo Rigotto, também de forma pioneira, criado o programa inovador PRIMEIRA INFÂNCIAMELHOR, direcionado ao desenvolvimento pleno da saúde e capacidade cognitiva dos bebês e crianças, ainda temos um largo caminho a percorrer em direção à universalização dessas importantes ações de prevenção e promoção da saúde.

Um exemplo disso é a necessidade de expandir a população atendida pelas ações da chamada Estratégia de Saúde da Família. Nosso desafio é atingir 100% da meta de cobertura da população do RS com Estratégia de Saúde da Família,até o final do Governo, o que significa um incremento anual de 15% por ano. Nãose

faz isso simplesmente com recursos mas também com gestão e gerenciamento do sistema.

O mesmo ocorre com o programa PRIMEIRA INFANCIA MELHOR criado pioneiramente no governo de Germano Rigotto. Apesar de ter evoluído em ritmo bom, as ações do programa podem e devem ter metas mais ambiciosas de cobertura, pelo menos, duplicar o universo de crianças atendidas.

É certo que o ritmo de expansão de ações e programas de prevenção e atenção básica, como os acima citados, é fortemente dependente da cooperação entre as esferas de governo – União, Estados e Municípios. Essa característica do SUS, de repartição de responsabilidade entre as esferas públicas, reafirma a necessidade de persistir e intensificar esforços para ampliar as relações de cooperação interinstitucional, sem partidarismos ou preferências ideológicas, para que os serviços cheguem de forma mais rápida, ampla e efetiva aos cidadãos. Para isso, é necessário não apenas vontade e determinação, mas a criação de mecanismos de financiamento e incentivos que promovam a adesão das partes.

As diretrizes gerais que as corporificam devem apontar para a ambiciosa meta para tornar o Rio Grande do Sul referência nacional em todos os indicadores de saúde pública. Programaticamente, na área da saúde pública, podemos dede logo enunciar como metas gerais do Governo que pretendemos fazer as seguintes.

AMPLIAR A ATENÇÃO BÁSICA: elevar substancialmente a cobertura das ações de atenção básica, ampliando as parcerias com os municípios, tendo como meta levar as ações da Estratégia de Saúde da Família a 100% dos lares gaúchos até 2018.

AJUSTAR O PERFIL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE AO MOMENTO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁFICO-EPIDEMIOLÓGICA EM QUE SE ENCONTRA O RS: neste caso trata-se de tirar as consequências de que o Rio Grande do Sul está passando a ter um perfil demográfico típico dos países mais desenvolvidos, com o aumento da população da chamada terceira idade e uma redução relativa da população infantil na pirâmide etária. Este fenômeno evidentemente exige um reposicionamento dos serviços de saúde que precisam preparar-se para atender, em muito maior proporção, os problemas cardiovasculares, as neoplasias e as doenças mais frequentes nas pessoas idosas.

GARANTIR AS CONSULTAS: ampliar o acesso e agilizar as consultas de baixa complexidade. Em parceria com os municípios, ampliar o horário de

atendimentos dos Postos de Saúde, especialmente nas regiões de maior concentração populacional e de reconhecida grande demanda dos serviços.

REGIONALIZAR O ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE: intensificar os esforços de regionalização do atendimento de média e alta complexidade, para que as necessidades sejam atendidas na região em que as famílias vivem.

MAIOR ATENÇÃO À INFÂNCIA E ÀS MÃES: fortalecer as políticas preventivas e de promoção da atenção básica direcionadas à infância e atenção materna, fortalecendo a presença do Primeira Infância Melhor e da atenção pré-natal nas comunidades gaúchas.

GESTÃO EFICIENTE: aprimorar, permanentemente, a gestão do sistema de saúde com ênfase na qualificação dos gestores, sistemas tecnológicos desuporte e diagnósticos epidemiológicos; da mesma forma, urge aperfeiçoar ossistemas de avaliação do impacto, efetividade e resolutividade das ações e programas na saúde dos gaúchos.

Registre-se ainda que a promoção da saúde precisa ser complementada pela ampliação dos investimentos em áreas diretamente correlacionadas, tais como saneamento básico, combate às drogas e ao alcoolismo e redução da acidentalidade no trânsito.

Requisito *financeiro* indispensável para o cumprimento destes objetivos e metas é cumprir escrupulosamente as previsões legais de destianação de recursos orçamentários para o setor. Requisito *institucional e operacional estratégico* é a regionalização do atendimento de média e alta complexidade, para cuja consecução não mediremos esforços.

c) o desafio da segurança pública:

Os gaúchos estão inseguros. Muito e gravemente inseguros, e com razão. Esta é a premissa de qualquer consideração sensata dos problemas de segurança público no Rio Grande do Sul no presente momento. O registro deste fato já não precisa apelar para as sondagens de opinião pública, pois este é um tema quotidianamente presente em nossas vidas, tanto pela alta frequência com que somos vítimas, quanto porque o tema se faz permanente presente em nossas conversas e nos esforços a cada dia maiores para nos acautelarmos e protegermos com os meios que tivermos a nosso alcance.

Tão importante quanto o estresse psicológico derivado da percepção geral da deterioração das condições de segurança pública, são os custos decorrentes do aumento da criminalidade na subtração de vidas, destruição de famílias,deterioração da vida comunitária e em perda materiais significativas e definitivas impostas aos gaúchos.

Esse sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial agrava-se em consequência da percepção igualmente generalizada da enorme insuficiência da resposta do Estado a essa situação crítica. Nem os serviços de prevenção e investigação policial, nem a gestão do sistema prisional, nem em programas de prevenção criminal têm escala e eficiência compatível com o agravamento da situação. O esforço das diversas administrações estaduais recentes em manter o nível do gasto público na segurança em reposição parcial do efetivo policial, manutenção e equipamentos, em um contexto de severas restrições financeiras, embora meritório, se mostrou insuficiente frente às necessidades associadas ao crescimento da criminalidade.

A criminalidade e a insegurança crescentes produzem um novo tipo de segregação social na sociedade gaúcha: entre aqueles que podem se proteger recorrendo a meios privados – guardas, grades, alarmes, câmeras de vigilância – e aqueles que, privados desses meios, dependem apenas do sistema público de segurança. Essa nova forma de segregação, evidentemente, não se coaduna com o modelo de sociedade com a qual todos sonhamos. Urge, portanto, enfrentar com firmeza e decisão o desafio de tornar nossa sociedade mais segura. Essa não é uma tarefa fácil, nem passível de ser resolvida de um dia para outro. Mas se não lhe atribuirmos a prioridade devida não haverá esperança de virmos a em prazo médio superá-la. É com o compromisso de atribuir atenção prioritária à segurança pública que queremos nos comprometer.

Ressalte-se que na dinâmica recente da criminalidade, certamente um dos fatores mais decisivos na elevação dos patamares de ocorrência é a disseminação das drogas, mais particularmente do *crack*. O aumento do consumo dessa substância, devido ao elevado poder e velocidade na geração da dependência, tem sido apontado como uma das causas do aumento do volume de roubos, assaltos e

homicídios nas médias e grandes cidades. Além desse fenômeno relativamente recente, permanecem como temas importantes a merecer atenção a violência doméstica, a segurança no ambiente escolar e o acentuado nível de acidentalidade e mortes no trânsito.

Também da maior relevância para entendimento da situação em que nos encontramos é que uma das consequências mais graves da crise estrutural das finanças públicas estaduais das últimas quatro décadas foi também um quadro crônico de subinvestimento na área da segurança pública. Com efeito, entre 2000 e 2013, a média anual da rubrica Investimentos em relação à Receita CorrenteLíquida foi de apenas 0,33%, o que corresponde a um vigésimo do total dos investimentos realizados pela Administração Estadual.

Tal condição estrutural tem como reflexo:

- A sempre insuficiente dimensão do efetivo policial, tanto na Polícia Civil quanto na Brigada Militar;
- A permanente dificuldade na manutenção e reposição dos equipamentos essenciais à operação policial, principalmente veículos e estruturas de apoio;
- A precariedade e desatualizada estrutura de apoio técnico (perícias e exames) à investigação criminal;
- A ausência de sistemas de tecnologia de informação modernos e atualizados, cada vez mais importantes no desenho de metodologias de policiamento preventivo e repressivo mais efetivas,
- A ausência de um sistema eficiente de acompanhamento e controle do regime semiaberto, o que acaba por se refletir num alto índice de reincidência criminal.
- A inexistência de um processo de organização e avaliação permanente da evolução dos indicadores criminais, procedimento fundamental para o planejamento dos gastos e ações operacionais do sistema de segurança pública gaúcho.

De outra parte, o reduzido nível de investimentos, muito aquém das

necessidades mínimas no sistema prisional, gerou um enorme déficit de vagas– de aproximadamente 8 mil vagas -, sem falar na deterioração da quase totalidade das unidades existentes em termos físicos, humanos e segurança.

Além do crescimento vertiginoso dos crimes de furtos e roubos nas pequenas e médias cidades do Estado nos últimos anos, é muito preocupante também a elevação dos índices de homicídios, de 18,3 casos por cada 100 mil habitantes em 2002 para 22 casos em 2012, bem como a defasagem de 32% no provimento do efetivo da Brigada Militar (diferença entre o efetivo autorizado e o efetivo provido) e de 39% na Polícia Civil. O quadro é dramático: de um lado o crime aumenta e se interioriza e, de outro, o Estado continua a enfrentar enormes dificuldades para realizar os investimentos em recursos humanos e equipamentos para ampliar, modernizar e aperfeiçoar os serviços de prevenção, investigação e punição criminal.

Com efeito, os investimentos realizados pelo Estado na criação de novas vagas prisionais estão sempre aquém do necessário, fazendo com que a efetiva punição criminal seja prejudicada pela incapacidade do Estado em prover as condições para a efetiva execução penal.

É claro que o gasto público em segurança não constitui o único fator a explicar a dinâmica criminal recente, que tem condicionamentos de ordem econômico-social e culturais, mas é sim o principal responsável pela perda de efetividade do Estado no cumprimento de seu papel constitucional de prover segurança pessoal e patrimonial.

A recomposição dos serviços públicos de segurança deve ser orientada por três diretrizes básicas:

INVESTIMENTOS: elaborar e executar um programa permanente de investimentos em recursos humanos e materiais, de modo a criar uma estrutura adequada às necessidades e demandas dos gaúchos por mais segurança.

TRANSPARÊNCIA: estimular e incentivar práticas de maior transparência nas políticas de segurança pública, com o objetivo de melhorar os canais de

comunicação e informação entre os agentes públicos e a sociedade.

PARTICIPAÇÃO: otimizar a parceria com as prefeituras e comunidades locais nas ações preventivas policiais e de natureza social e focalizar e dar maior efetividade às ações policiais em consonância com as peculiaridades das diversas regiões do RS.

Além destas diretrizes gerais, a política estadual de segurança deverá fortalecer e renovar o papel das comunidades locais e promover uma articulação mais efetiva das instituições às quais está afeta a produção da segurança e da justiça no RS. Isso implicará, entre outras, as seguintes providências.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PUBLICA: os conselhos devem ter seu papel valorizado e ampliado, auxiliando a Polícia civil e Militar na definição das ações preventivas, aproximando e integrando as instituições policiais das comunidades e promovendo e coordenando ações preventivas multidisciplinares.

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTEGRADO E COOPERATIVO: propor a formação de um comitê permanente integrado por todas as instâncias do sistema de justiça criminal: o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Governo do Estado (Polícia e Sistema Prisional), com o objetivo de planejar, articular e coordenar esforços no sentido de melhorar as condições de segurança pública e dapromoção da justiça, evidentemente, respeitando as atribuições e competências constitucionais e legais das partes. Uma das formas possíveis para promover esta integração é conferir tais atribuições ao CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇAPÚBLICA.

AUMENTO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR. Dar continuidade à recomposição do efetivo da Brigada Militar, de forma a recompor, pelo menos, a meta histórica de 3,0 policiais para cada 1.000 gaúchos.

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE POLICIAMENTO PREVENTIVO. Investimentos em sistemas de comunicação e georreferenciamento para aprimorar o sistema de planejamento e execução de

ações preventivas pela Brigada Militar.

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INVESTIGATIVA DA POLÍCIA CIVIL. Ampliação do quadro de delegados e investigadores, investimentos em tecnologia de informação e logística, especialmente nas regiões com maior incidência de criminalidade violenta. Avaliar e propor a criação de novas delegacias especializadas, principalmente, de homicídios, nas cidades médias.

AÇÕES INTEGRADAS PERMANENTES. Fortalecer o papel coordenador e integrador do CIOSP. Reavaliar e reorganizar as bases geográficas e operacionais da Polícia Civil e Brigada Militar visando desenvolver ações integradas de forma estruturada e permanente.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO. Melhorar a presteza e a qualidade do atendimento aos cidadãos nas delegacias de polícia, tanto no registro das ocorrências como na prestação das informações. Criar um mecanismo ágil e fácil, via internet ou 0800, que permita ao cidadão acompanhar o andamento dos inquéritos, respeitadas as disposições legais.

CRIAR BASES DE PATRULHAMENTO COMUNITÁRIO. Desenvolver programas permanentes de patrulhamento nos bairros mais violentos das médias e grandes cidades, em parceria e cooperação com as prefeituras municipais e entidades comunitárias. Incentivar e fortalecer programas de Policiamento Comunitário e Policiamento Orientado para a Solução de Problemas.[2]

ZERAR O DÉFICIT DE VAGAS PRISIONAIS. Dar continuidade aos investimentos na ampliação do sistema prisionais, com a meta de criar 8 mil novas vagas prisionais. Serão priorizadas a construção ou ampliação de unidades de médio porte adequadas ao perfil de periculosidade dos presos.

[2] Modelo de policiamento desenvolvido pelo criminologista Herman Goldstein e já utilizado em muitos países. Nesse modelo, o escopo da ação policial é ampliado para a além do crime como um incidente isolado, de forma a captar e buscar soluções para o conjunto de circunstâncias sociais, físicas e culturais que o incentivam. É, essencialmente, um modelo de parceria e transversalidade, que tende a envolver, na prevenção criminal, todos os agentes públicos e sociais que operam numa determinada área geográfica com alta concentração de crimes.

REINSERÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA. Criar e desenvolver programas e ações de reinserção de ex-apenados no mercado de trabalho mediante um sistema de incentivos à empregabilidade e à capacitação profissional e formação educacional dos apenados.

PROGRAMAS INTEGRADOS DE PREVENÇÃO. Fortalecer a presença do Estado no desenvolvimento de programas permanentes de educação e prevenção do uso de drogas e álcool, em conjunto com as prefeituras municipais, entidades sociais e escolas públicas, com foco prioritário em adolescentes e jovens.

TRÂNSITO SEGURO. Intensificar os programas de combate ao uso do álcool no trânsito, integrando a Polícia Rodoviária estadual, Brigada Militar, Detran, Prefeituras e organizações sociais.

FORTALECIMENTO DA REDE DE SAUDE NO TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO. Abertura de mais vagas nas redes pública e filantrópica de saúde e ampliação da rede de comunidades terapêuticas.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS INFRATORES. Em parceria com o setor privado, alterar o *modus faciendi* de recuperação de menores infratores através (i) a descentralização radical da instituição mantenedora de jovens infratores; (ii) ampliação dos programas de ressocialização dos jovens infratores com bolsa em dinheiro específica para famílias de menores infratores; (iii)incentivar a participação e a parceria com as organizações sociais vocacionadas nagestão das casas mantenedoras e de apoio psicossocial a jovens em situação de risco e infratores.

5- OS DESAFIOS DA INFRAESTRUTURA: TRANSPORTES, ENERGIA E SANEAMENTO

Nas sociedades modernas, uma função crítica do setor público é prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades e à preservação da competividade sistêmica de suas economias. No caso do Rio Grande do sul, assim como no Brasil, o cumprimento desses encargos foi prejudicado, nos últimos anos, em razão dos desequilíbrios financeirosdo setor público.

Para ter êxito nesta frente decisiva para o nosso futuro, além de criar soluções inovadoras nos processos de produção propriamente ditos – em termos de recursos tecnológicos e humanos -, a economia gaúcha deverá contar com uma oferta de infraestrutura, que nos coloque num patamar de competividade em posição vantajosa, ou pelo menos de igualdade, em relação aos demais estados brasileiros. Para isso, é preciso dar a atenção e a prioridade que o tema exige no âmbito do planejamento da intervenção estatal, das prioridades dos investimentos públicos e no contexto mais geral do desenvolvimento regional.

Em consonância com estas considerações mais gerais, entendemos como diretrizes para a recuperação, ampliação e modernização da infraestrutura estadual as prioridades elencadas a seguir.

a) Transportes

Tendo em vista a importância estratégica desta área para a economia gaúcha é indispensável modernizar, qualificar e dar um tratamento rigorosamente profissional aos problemas do setor.

Isso implica em reestruturar e modernizar o DAER, fazendo com que a entidade recupere a sua capacidade técnica para enfrentar em termos adequados as necessidades atuais, notadamente no que se refere ao desenvolvimento egestão de projetos de engenharia rodoviária. Com relação à EGR, o desafio é fazer

com que a natureza empresarial da nova entidade seja empregada para a captação de financiamentos que permitam a expansão e duplicação das estradas sob sua jurisdição. Por exemplo, é o caso da duplicação de trechos como a ligação Passo Fundo-Marau, Venâncio Aires-Santa Cruz e Santa Maria-Camobi e a duplicação da RS 118, beneficiando diretamente os municípios de Viamão, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio e Sapucaia do Sul. Igualmente importante é a implementação do Plano Estadual de Logística e Transportes- PEL, a qual permitirá embasar as decisões de investimento em critérios técnicos seguros e adequados às reaisnecessidades da economia e da comunidade.

Também é importante dar continuidade aos investimentos em curso, evitando os malefícios que costumam acompanhar as trocas de governo em todos os setores quem compõem o amplo domínio dos serviços de infraestrutura.

Outra providência imperiosa é buscar novos financiamentos internacionais, notadamente com relação às necessidades de logística, à malha rodoviária e às oportunidades, sempre negligenciadas, referentes ao melhor aproveitamento de nossos cursos de água para alternativas hidroviárias.

Reconhecer que a poupança fiscal passível de ser gerada mesmo com uma boa administração das contas públicas é insuficiente para prover as carências de infraestrutura que nos retiram competitividade, é importante prospectar a constituição de parcerias público-privadas, sem preconceitos ideológicos epolíticos, dentro dos parâmetros, condições e diferentes modalidades contratuais que melhor ajustem o interesse entre as partes, a empresa privada e o poder público. Nesse sentido, é indispensável fazer um trabalho minucioso de levantamento de necessidades e oportunidades para a provisão dos serviços de infraestrutura estadual.

É igualmente importante avançar ações junto à União para aumentar a participação da ferrovia no transporte de cargas, meta maior de mudança na Matriz de Transportes. Apoiar a criação da Ferrosul, um investimento de grande impacto na matriz de transportes e na economia gaúcha.

Finalmente, se faz necessário modernizar os serviços de Estações Rodoviárias tanto pelo estímulo à adoção de sistemas informatizados de gestão e vendas de passagens, quanto pela exigência de que os concessionários garantam aos usuários um atendimento confortável e limpo.

b) Energia

No final dos anos 1990, o Brasil e o Rio Grande do Sul passaram por um processo de redistribuição de encargos entre o setor público e o setor privado em relação à oferta dos serviços de infraestrutura. O Rio Grande do Sul apresenta, atualmente, o seguinte desenho institucional: três empresas de distribuição, aCEEE-D, a RGE e a AES, sendo as duas últimas privadas; a CEEE-GT, que atua na geração e na transmissão e a CGTEE, empresa de geração térmica, vinculada à Eletrosul. Além disso, mais recentemente, foi criada a SULGAS, uma empresa do Governo do Estado e da Petrobrás, que opera a distribuição de gás para os mercados veicular, industrial, comercial e residencial. Portanto, no que diz respeito à oferta de energia, a responsabilidade do Governo do Estado ainda se faz presente, com grande importância, na geração e distribuição de energia elétrica e de gás natural.

O Grupo CEEE responde por 75% da transmissão de energia elétrica no Rio Grande do Sul, que é distribuída por 47 mil km de rede nas áreas urbana e rural. A companhia possui 15 plantas de geração hídrica, agrupadas no sistema Jacuí-Salto.

Além da hídrica, que representa 63% da capacidade de geração, a companhia tem ainda usinas termelétricas que respondem por 11% de sua produção, 16,9% provenientes do gás natural e, por fim, 6,2% oriundas de fontes renováveis.

Além da geração de energia, a CEEE é responsável direta pela distribuição de energia, através da CEEE-D, para 4 milhões de gaúchos, em 72 municípios do Estado. Do ponto de vista da demanda de energia elétrica, a capacidade instalada atual foi suficiente para atender o consumo final de 25.427.246 de MWh. No entanto, projetando-se uma taxa de crescimento econômico de 5% ao ano, teremos em 2015 uma demanda de 35.778.68 MWh. Nesse cenário, a margem de segurança do sistema é muito pequena.

Com relação à capacidade de geração, é crítica a necessidade de que a ANEEEL volte a fazer leilões de compra de energia, que são no atual sistema de gerenciamento do setor elétrico brasileiro, a base para qualquer decisão de investimento. Só assim serão executadas as obras em Garabi, a Termelétrica do Seival e a expansão dos parques eólicos.

Já quanto à distribuição, a ação principal é elevar a capacidade de transmissão, com a construção do anel de 525 kV interligando os principais pontos das regiões Sul e Norte do Estado. Certamente, o crescimento do RS nos próximos anos, com a instalação de novas usinas termoelétricas em Candiota, com o crescimento expressivo da fabricação de celulose, com o polo naval de Rio Grande e outros investimentos na chamada metade Sul, irá impor ao Sistema Integrado Nacional (SIN) a necessidade de interligações no nível de tensão de 525 kV no Estado. O RS deve exercer papel político de pressão juntos aos órgãos da União visando pautar este importante tema, especialmente em razão das futuras usinas de carvão na região de Candiota e do complexo hidrelétrico de Garabi no rio

Uruguai, bem como o rebatimento de tais investimentos na interligação regional com Uruguai e Argentina.

Esses dados já são conhecidos e estão apropriados nos modelos de investimento do setor elétrico, porém, a CEEE tem tido grandes dificuldades de acompanhar os cronogramas de investimento.

Outra dificuldade de grande monta a que está confrontada a Companhia reside nas consequências da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de2011, que afetou fortemente sua receita. O agravamento do quadro financeiro tornaforçoso a reabertura de negociações com o governo federal.

Nesse contexto, é também indispensável que a CEEE melhore significativamente a sua gestão operacional e financeira. Isto requer, antes de mais nada, que o Governo do Estado, dê uma atenção prioritária às questões relativas ao desempenho da Companhia.

Essa avaliação do setor energético deve levar em conta ainda as potencialidades de diversificação da matriz energética. A Sulgás e o Parque Eólico de Osório são empreendimentos importantes já em pleno funcionamento e, no caso específico, em expansão.

A expansão da Sulgás em direção ao Vale dos Sinos e Porto Alegre, depois de ter já atendido parcialmente a região da Serra, é um fato promissor e quedeve ser apoiado. O incremento da disponibilidade dessa fonte energética é uma contribuição relevante para o desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado.

c]Saneamento básico.

No plano estadual, os serviços de saneamento básico – que compreende o fornecimento de água tratada e coleta e tratamento mento do esgoto - são de responsabilidade da CORSAN, empresa tradicional e que já prestou relevantes serviços ao Estado.

A Companhia Estadual de Saneamento - CORSAN atende a 349 localidades numa área de extensão que compreende 318 municípios, abrangendo mais de 70% da população urbana, com abastecimento de água tratada. Nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Bagé, Santana do Livramento, Vera Cruz, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Uruguaiana estes serviços são operados diretamente pelas prefeituras municipais ou empresas concessionárias. A CORSAN é a única companhia estadual, no país, que não possui concessão dos serviços na capital do respectivo estado, bem como em nove outros municípios de médio e grande porte.

É importante sublinhar, ainda, que existem no RS aproximadamente 1,5 milhão de gaúchos, moradores de pequenos aglomerados urbanos e zona rural, sem acesso ao sistema formal de abastecimento de água tratada.

Com relação ao esgotamento sanitário, embora inexistam dados precisos, mas pode-se estimar que, no RS, os serviços de coleta e tratamento de esgotos atingem apenas 14% dos domicílios. As obras do Programa Integrado de Saneamento Ambiental - PISA, recentemente inauguradas em Porto Alegre, deverão elevar esse índice para algo a 30%. Porém, ainda assim, a oferta desses serviços continuará num patamar inaceitavelmente baixo, portanto, a exigir novos emaiores investimentos.

A principal dificuldade para a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário reside no seu elevado custo de implantação, estimado em cinco vezes o volume de recursos necessário à implantação de sistemas de abastecimento de

água. Some-se a isso, a dificuldade adicional de que a tarifa cobrada para a coleta e tratamento de esgoto é de 70 % do valor cobrado para o consumo de água e de 50% no caso de somente ocorrer o afastamento do esgoto, traduzindo-se em média 47% de faturamento da água.

Nos últimos na os, a CORSAN ampliou os investimentos em sistemas de esgotamento sanitário com recursos próprios e também logrou êxito em incluir novos aportes de recursos no âmbito do PAC, do OGU e da Caixa Econômica Federal. No entanto, a execução e os desembolsos desses financiamentos continuam em grande parte pendentes.

O desafio do próximo governo será o de viabilizar o efetivo desembolso desses recursos e a concretização das obras correspondentes. No entanto, tais investimentos estão longe de atender o déficit estadual de serviços de coleta e tratamento do esgoto, que continuará no patamar de 70%.

Ao lado da execução e ampliação dos investimentos, continua crítica agestão operacional da companhia, notadamente com relação às perdas físicas e financeiras no sistema de abastecimento de água (aproximadamente 40% da água produzida).

6- AS FINANÇAS PÚBLICAS

Como é de amplo conhecimento não apenas dos especialistas, mas da opinião pública em geral, as finanças públicas de nosso Estado encontram-se em situação de graves dificuldades há muitos anos. Os déficits orçamentários são recorrentes, a dívida cresce, o comportamento da despesa é cada vez mais rígido e o crescimento das receitas próprias não dá conta da expansão do gasto. Em vista da magnitude desses desequilíbrios a administração das contas converteu-se na tarefa prioritária dos governos estaduais que, apelando para recursos e expedientes diversos – endividamento, aumento de impostos, privatizações, uso docaixa único, redução drástica e necessariamente provisória e insustentável do gasto, algum socorro emergencial da União – tratam de a cada exercício fechar contabilmente as contas e manter o funcionamento ordinário dos serviços públicos.

Em vista da gravidade desse quadro e da rigidez da despesa – em sua quase totalidade compulsória, como é o caso da folha de pessoal, do pagamentoda dívida pública, das vinculações constitucionais e legais da despesa com educação e saúde, da total independência da despesa executada pelos demais poderes, assim como das limitações estruturais do crescimento da receita, deve-se reconhecer que nossos governos têm sido habilmente capazes de evitar o colapso fiscal e manter o funcionamento dos serviços públicos. O preço pago por essa situação tem sido a redução dos investimentos e a prestação de serviços públicos em escala e qualidade decrescentes.

Os constrangimentos que tornam esse quadro muito rígido – obrigações contraídas por força de legislação constitucional, como é o caso da despesa dos outros poderes, ou de legislação federal, como é o caso das vinculações de gasto, ou de funções indelegáveis do setor público, como é o caso da prestação dos serviços de educação, saúde e segurança, ou, em outra frente, de oferta deserviços básicos de infraestrutura, como é o caso dos encargos com a malha viária – tornam os ajustes pelo lado da despesa limitados e de execução necessariamente longa.

Não obstante isso, um trabalho contínuo em busca do aumento da produtividade dos serviços, de busca de consenso com relação à necessidade de contribuição de todos os Poderes do Estado e de todas as categorias de servidores para a indispensável melhoria da qualidade do gasto público é uma das linhas de ação que é preciso paciente e denodadamente trilhar.

Nesse sentido, é decisivo estabelecer uma condição de diálogo que permita consensualizar entre todas as forças e agentes políticos e a opinião pública uma regra que vincule o crescimento da despesa pública ao crescimento da economia e da produtividade. A experiência brasileira já contém dispositivos deste tipo, como é caso da regra de reajuste do salário-mínimo, indicando que este é um caminho factível para a boa gestão dos recursos disponíveis.

Também é importante levar a termo a renegociação da dívida estadual, que

precisa avançar em relação à proposta do Governo Federal, em tramitação no Congresso Nacional. A proposta de manter o serviço da dívida em 13% da RLR não impacta o fluxo imediato dos dispêndios, não beneficiando as finanças estaduais no curto e médio prazo, embora reduza o saldo devedor da dívida em 2028. A reforma que interessa ao Rio Grande é aquela que reduz o percentual da RLR com o serviço da dívida e alongue o prazo de pagamento das prestações.

Este conjunto de esforços só terá resultados sustentáveis, se, porém, pelo lado da receita houver avanços significativos. Nesta frente, sem elevação da carga tributária, os avanços só podem provir do aumento da eficiência da gestão da arrecadação tributária e, com muito maior importância e sobretudo, do crescimento econômico, da diversificação da base produtiva do Estado, especialmente emrelação a bens e utilidades destinados ao consumo interno.

Muito embora os mecanismos de ressarcimento das perdas tributárias decorrentes do peso das exportações na economia estadual tenham sido extintos, as perdas continuam tão expressivas quanto antes e impactando as finanças estaduais. *A luta pelo ressarcimento de tais perdas é uma agenda econômica e política que o Rio Grande e seu governo não podem abandonar*.

Igualmente irrenunciável é a bandeira da Reforma Tributária. As diversas modificações no sistema tributário nacional nos últimos 50 anos resultaram na redução da participação dos estados na repartição das receitas. Com efeito, no início da década de 1960, os estados tinham participação de 34% da receita tributária disponível no país, índice que foi reduzido para apenas 24,6% em 2012. Tais perdas não foram compensadas pela arrecadação direta dos estados, a despeito do aumento da abrangência do ICMS, a partir de 1988, principalmente nos setores de combustíveis, minerais, transportes e comunicações. O fato indiscutível é que a melhor repartição das receitas tributárias é um passo indispensável para a recuperação mais consistente das finanças dos estados e o estabelecimento de relações federativas mais equilibradas. Na verdade, é todo o pacto federativo que precisa ser redefinido, pois também do lado dos encargos e responsabilidades os estados e especialmente os municípios estão sendo cada vez mais sobrecarregados.

Diante desse contexto, pode-se dizer que o maior desafio da gestão fiscal no Rio Grande do Sul continua sendo o de manter o equilíbrio das contas de forma consistente e duradoura, de modo a:

- recuperar sustentavelmente a capacidade de investimento do Estado e, assim, direcionar maior quantidade de recursos para as demandas mais reprimidas do setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a competitividade da economia gaúcha;
- recompor a capacidade de prestação de serviços de nosso setor público, principalmente nas áreas de educação, de saúde e de segurança, mas também em outras áreas, como a da promoção da inovação, da assistência social e do fomento ao desenvolvimento regional, o que exige recursos, inclusive destinados a melhora das remunerações.

A recuperação das finanças estaduais não se fará de forma isolada e separada da condução da economia gaúcha a um novo patamar de crescimento econômico. Essa nova condição depende não apenas dos esforços que devem ser feitos no âmbito local – melhoria da infraestrutura e da logística, incentivo à inovação tecnológica e diversificação e desconcentração das atividades econômicas – como também das condições macroeconômicas.

7- OS DESAFIOS DA POLÍTICA CULTURAL

No mundo contemporâneo, todas as sociedades democráticas com expressivo desenvolvimento econômico e social apresentam intensa vitalidade cultural. A dimensão cultural é parte fundamental dos processos sociais que estão na base do dinamismo dessas sociedades. Em primeiro lugar, porque as atividades e as realizações culturais preservam os elementos mais importantes das experiências e valores passados – a memória das comunidades humanas. Em segundo lugar, porque a cultura, quando é viva, explora novas formas de experiência humana e antecipa novas possibilidades de afirmação individual e coletiva. Por

essas duas razões, o acesso continuado às produções culturais é indispensável para a formação de identidades pessoais e coletivas.

Que papel cabe ao Governo do Estado na promoção e desenvolvimento dos diferentes aspectos e funções da cultura no Rio Grande do Sul? Destaque-se, desde logo, que ao poder público não compete substituir e tutelar a sociedade, procurando dirigir, definir e moldar os esforços e os objetivos culturais que os agentes e instituições culturais devem alcançar. Ao Estado cabe o estímulo refletido à preservação e ao desenvolvimento das tradições, valores e acervos culturais da sociedade, mas também ao fomento e ao fortalecimento das atividades que a eles dão origem, garantindo o pluralismo de perspectivas e a liberdade de expressão e de experimentação em todos os setores da atividade cultural. Não é oEstado que faz a cultura – essa é tarefa de toda a sociedade.

a] Uma Nova Política Cultural

Uma política cultural adequada deve partir de um diagnóstico preciso tanto dos resultados positivos já alcançados pelos diferentes setores culturais das várias regiões do Estado ao longo das últimas décadas, como dos pontos de estagnação e paralisia que marcaram o mesmo período e se projetam no presente. Igualmente importante é a identificação de novos atores e novos projetos culturais, em gestação ou ainda em seus passos iniciais.

Nossa experiência acumulada mostra que o procedimento mais adequado para dar consequência a essa tarefa – um diálogo e troca de informações coma comunidade cultural – é a realização do II Congresso Estadual de Cultural, nos moldes de evento similar pela primeira administração de Carlos Jorge Appel durante o Governo Pedro Simon.

Da mesma forma, a interação permanente e o intercâmbio ativo de órgãos como o Conselho Estadual de Cultura, o CODIC, (Conselho dos dirigentes municipais de cultura da Famurs), das secretarias e das instituições municipais de cultura com a Secretaria Estadual de Cultura é indispensável para manter o fluxo de informações necessário para a constante avaliação e correção de rumos das

políticas que vierem a ser adotadas para a área. No Governo José Ivo Sartori, merecerá especial atenção o levantamento criterioso da situação em que se encontram, em todo estado, os diferentes setores da cultura, tanto no tocante ao grau de profissionalização das atividades realizadas, como às formas de gestão e financiamento disponíveis (ou ausentes) e à abrangência e continuidade dos projetos executados.

A modernização da política cultural do Estado deve compreender a mudança sobrevinda nos espaços e na produção cultural em razão das novas formas e ferramentas de comunicação que permitem a integração da produção cultural aos vários e diversos ambientes de mídia, inclusive a web, televisão, cinema. Uma consequência dessas inovações pode ser a constituição de um Portal da Cultura Gaúcha, que funcione como um canal de divulgação e promoção das muitas iniciativas individuais desenvolvidas no Estado.

Com base nesse trabalho, é importante desde já elencar as diretrizes mais importantes:

- conceber as diversas manifestações e expressões culturais produzidas no RS, nas mais diversas áreas, como um patrimônio e que, como tal, deve ser mais amplamente utilizado para a divulgação e o conhecimento do nosso Estado;

- desenvolver uma gestão de governo que acolha, valorize e impulsione a produção cultural independente, de forma não atrelada ao Estado, que afirme o setor como cadeia produtiva, geradora de emprego e renda, e que respeite e ressalte a diversidade das manifestações culturais do RS;

- realizar, apoiar, articular e promover projetos culturais de grande efeito multiplicador – festivais, bienais, feiras, mostras, espetáculos, etc - nas várias expressões da cultura regional, entre as quais a música, o folclore, as artes plásticas, o cinema e a literatura.

- Utilizar os recursos viabilizados pela Lei de Incentivo à cultura de forma equilibrada, por meio de editais de concorrência pública e com atenção à diversidade da produção cultural, em estrita obediência às exigências legais em

relação ao uso dos recursos;

- Revitalizar o projeto de um polo regional de cinema, como forma de bem aproveitar a enorme geração de talentos que existe no RS nesta área daprodução cultural.

- Apoiar e promover projetos culturais que tenham uma função educativa no sentido de qualificar a produção cultural, permitindo que alcancem níveis mais elevados e sejam reconhecidos nacional e internacionalmente.

- formular políticas culturais para macro-regiões do Estado centradas em alguns centros urbanos importantes, que possam exercer um papel catalizador para as atividades culturais de localidades menores em seu entorno;

- promover cursos de formação técnica especializada que estimulem a profissionalização das atividades de indivíduos, grupos e associações, tanto públicas como privadas. Essa profissionalização, traduzida em atividades mais qualificadas, é indispensável para a geração continuada de empregos no setor;

- estimular projetos culturais em diferentes regiões do estado que possam gradativamente adquirir estabilidade financeira, tornando-os o mais possível independentes do patrocínio público continuado;

- promover cursos de treinamento em novas tecnologias com crescente aplicação em projetos das diferentes áreas da cultura;

- apoiar projetos culturais integrados com os programas e políticas nas áreas da educação e do turismo;

- organizar calendários semestrais das atividades para cada setor da cultura, articulando iniciativas públicas e projetos privados, evitando a competição pelos mesmos públicos e pelos mesmos recursos;

- Implantar uma Rede Estadual de Cultura, que divulgue e faça circular informações sobre as atividades das instituições e grupos culturais de todo Estado, públicos e privados. E, ao mesmo tempo, estimule intercâmbios eprojetos em parceria entre grupos e instituições de todo Estado;

- Redefinição e ajustamento da estrutura e das finalidades dos diferentes órgãos da Secretaria da Cultura, com base no diagnóstico da situação da atividade cultural no Estado e nos objetivos e prioridades definidos no Plano Estadual de Cultura;

E importante estabelecer atividades de conscientização que estimulem a criação de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento e acolham estes grupos, sensibilizando a sociedade sobre a importância da diversidade humana, inclusão racial, intelectual, cultural, religiosa, social, étnica, de gênero entre outros.

A diversidade representa a união das pluralidades, o respeito a diversidade e também uma forma de promover inclusão das pessoas em determinado grupo social, uma vez que o respeito e fundamental como forma de permitir e aceitar o outro. Conviver em harmonia com as diferenças e, sobretudo, o caminho para uma sociedade mais justa. Dessa forma, o conceito de diversidade pode andar lado a lado com qualquer tipo de instituição e setores da gestão pública.

E importante estabelecer nos municípios, politicas públicas que auxiliem o desenvolvimento e acolham grupos diversos, nos serviços básicos de saúde, assistência social, educação, cultura e segurança.

Compromisso com a ***IGUALDADE RACIAL***

O MDB é o único partido brasileiro com três adjetivos fundamentais para enfrentar o processo de mudanças que o Brasil hoje exige. Somos um partido grande, democrático e reformista desde a sua origem, comprometido com as grandes reformas políticas constitucionais necessárias para a consolidação da democracia, e que refletem diretamente na vida de todos os cidadãos.

Plenamente conscientes de nosso compromisso em ouvir a sociedade para transformar os anseios e reivindicações em propostas políticas coerentes a fim de integrá-las no desenvolvimento da comunidade nacional.

Para nós, o enfrentamento ao "Racismo" constitui um requisito básico para a construção da governabilidade, do desenvolvimento e de uma democracia que reflita seu caráter multirracial e pluriétnico.

É diante desta realidade que estamos cientes que apesar, dos esforços realizados pelos governos e autoridades, o flagelo do racismo e intolerâncias correlatas persiste e continua sendo a causa de violações aos direitos humanos, sofrimentos, desvantagens e violência.

A falha no controle social e na denúncia do racismo, especialmente pelas autoridades públicas e pelos políticos em todos os níveis, é um fator de incentivo a sua perpetuação deste mal cruel que assola todos os cidadãos comprometidos com uma sociedade, justa fraterna e igualitária.

As políticas de ação afirmativa mais do que recomendáveis, são necessárias para que o país consiga reverter à desigualdade racial, e, portanto, devem complementar as políticas universalistas.

O propósito não se restringe a ampliar a dotação e aprimorar as ações dos órgãos incumbidos de coordenar a política. O mais importante é garantir que todas as demais políticas sejam sensíveis ao objetivo de reduzir as desigualdades raciais e que procurem incluir, em suas ações setoriais, este desígnio.

Considerando um governo novo, com ideias novas, desejamos contribuir com as mudanças na estrutura administrativa.

Ao MDB Afro, que tem capitaneado o esforço de aglutinar demais lideranças partidárias negras, cabe o papel de protagonista na discussão das propostas e dos espaços do governo estadual responsáveis pela implementação das políticas para o povo negro.

Nossos desafios podem ser novos. Os instrumentos com os que enfrentamos também, mas os valores de nossos êxitos dependem de coragem e lealdade, essas coisas são muito antigas e verdadeiras. (Barack Obama).

ZUMBI VIVE, ONTEM, HOJE E SEMPRE.

Respeitosamente,

CLOVIS ANDRÉ

Vice Presidente Nacional MDB AFRO

Presidente Estadual do MDB AFRO

Nós vamos falar sobre o desenvolvimento social, assunto importante para toda a sociedade esse tema sempre trouxe formas de pensar no coletivo pensar no todo é um conceito muito simples, social surge como uma forma aumentar a nosso olhar para os que mais precisam, de uma concepção estrita relacionada ao crescimento econômico para incorporar outros pilares do bem-estar social.

Por mais que as políticas sociais tenham avançado sempre temos que buscar mais maneiras nesse setor e precisamos observar com muito cuidado a forma que os governos atuam nossa Porto Alegre é uma metrópole nós temos um grande prefeito Sebastião Melo que tem tratado com um cuidado especial a essa pauta mas precisamos difundir essa ideia de forma prática também na grande Porto Alegre precisamos de uma política um pouco mais agressiva nesse sentido como foram alguns projetos que deram certo nos governos do MDB que serviram de contribuição pra sociedade gaúcha e porto-alegrense.

A integração do Município com o Estado e nesses projetos foram de total relevância para o nosso município.

Salientamos também que o objetivo maior nas comunidades é tratarmos as questões de desenvolvimento social e econômico, prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições.

Além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos indivíduos, são as ações que requerem acompanhamento familiar e individual.

A execução de políticas e proteção integral enfrentando a pobreza real em todos os âmbitos, trazendo a inclusão social como uma prioridade,pois, o governo precisa dar acesso ao trabalho, os empregos e a renda são direitos humanos.

Precisamos realizar ações de proteção e fomento ao desenvolvimento social, sustentabilidade com autonomia.

Essa é a obrigação de um grande governo.

Buscar parcerias público e privado seria de grande relevância para alcançarmos todos objetivos para melhoria das comunidades e bairros menos favorecidos.

Um governo não governa sozinho as parcerias em todas as esferas tanto no Governo Municipal, Estadual e Federal juntamente com a iniciativa privada todas as formas de parcerias inclusive o voluntariado com a união de todos em torno desse objetivo chegaremos a um resultado positivo.

Agora vamos abordar os projetos do Movimento comunitário Estadual como uma forma de contribuir ao plano de governo para 2022:

São dois projetos que iremos abordar, um deles teve grande relevância no governo do MDB no Rio Grande do Sul potencializando esses espaços teremos grandes conquistas.

Conseguimos atingir maior número de comunidades dentro e fora da grande Porto Alegre em busca de uma solução um pouco mais em conjunto com a prefeitura de Porto Alegre estamos sugerindo o centro humanístico Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social que faria parte desse projeto, esse local tem sede na Avenida Baltazar Oliveira Garcia 2112 Sarandi, Zona Norte de Porto Alegre é um espaço de cidadania com ações de saúde, trabalho, lazer, educação, esporte e Cultura.

Um espaço de cento e vinte mil metros quadrados, esse local faz parte da região Eixo Baltazar que foi inaugurado em mil novecentos e noventa e atinge uma
população aproximadamente de quase quatrocentas mil pessoas no seu entorno.

Uma região carente de muitas políticas públicas, observamos que esse espaço encontra-se pouco utilizado sem muitas atividades.

O objetivo seria integrar o espaço entre município de Porto Alegre e setores privados com as parcerias voltaria a ser uma referência como um local para trabalhar num desenvolvimento social da região.

Sempre visando trabalhar para os que mais precisam, um trabalho de inclusão social ali fazíamos muitas atividades e poderíamos incluir um um restaurante popular para mais de duas mil pessoas com atividades culturais, atividades esportivas agregaria muito mais condições em tirar crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social para um mundo de novas oportunidades.

Consideramos o centro vida como um pulmão da zona Norte ele é vital para maior inclusão social e que infelizmente nessa gestão atual não está tendo a mesma importância como outrora nos governos do MDB foram muito mais explorados.

Nosso segundo plano de governo para 2022:

Não poderíamos deixar de mencionar a CEASA que hoje e sempre teve e terá grande importância para nós capital e todo estado.

A CEASA teve importantes programas sociais em governos do MDB é considerada um setor logístico de alimentos muito importantes dentro do Rio Grande do Sul pois, ela recebe produtores de todo o Rio Grande do Sul e lá possui um excedente de alimentos.

Esse excedente de alimentos pode contribuir muito, para alimentar muitas famílias, crianças,adultos e idosos em situações de vulnerabilidade. Muitas associações de bairro, creches comunitárias.

Em todos os governos do MDB a CEASA foi usada como uma forma de segurança alimentar e com essa pandemia covid 19 esse projeto poderia atingir tantas pessoas que não tem nem uma refeição.

O desemprego está muito grande, então esse convênio da CEASA com as instituições iria ajudar muito Porto Alegre e grande Porto Alegre, para dar continuidade à um trabalho tão sério e de referência no governo do MDB no Rio Grande do Sul que é um exemplo para o Brasil e já foi destacado pela ONU o programa prato para todos que recebeu o prêmio Partner of the Year Award, que levaria alimentos de hortifrutigranjeiros excedentes dos atacadistas e produtores da CEASA essa iniciativa teria o maior objetivo de combater a fome, ajudar na alimentação de crianças que estão correndo risco, essa pauta é fundamental para levar uma refeição digna aos lares dessas crianças e adultos.

As pessoas que contribuíram para esse debate muito saudável onde discutimos sobre projetos e sugestões para o plano de governo na qualidade de presidente desse movimento comunitário Estadual quero agradecer primeiramente a primeiramente Milena Lopes que será a redatora dessas reuniões que fizemos de forma híbrida devido ao fato de que somos todos trabalhadores de diversos setores e diversas regiões.

Segue lista dos participantes:

Otalicio Nunes, Milena Lopes e os outros demais:

Stephany Lopes, Urubatã dos Santos, Rui Henrique, Juliano Silva, Leandro Nunes, Elenita Marise, Adão Laraid, Romeu da Delazeri Valdemir Cardoso, Paulo Sérgio, Gilmar Oliveira, Larrisa Amando e Igor Silva

São pessoas de diversos lugares de outros municípios também.

CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA
MDB-RS

1
NÚCLEO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO MDB RS

PARA UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA AS ARTES, A CULTURA E A CADEIA PRODUTIVA DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS
NO RIO GRANDE DO SUL

GESTÃO 2023-2026
PROPOSTA

2
SUGESTÃO PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA NO RS – 2023-2026
METODOLOGIA
1) Avaliar a atual situação:
1.1 – Diagnóstico da cultura e das indústrias criativas no RS.
1.1.1 – O setor privado
1.1.2 – O setor público
1.1.3 – Os dispositivos legais e estatais que afetam o setor.
1. 2- Avaliar a visão, a ação e a estrutura que o governo que se despede deixa para o setor.
Esta avaliação precisa ser feita com cuidado e isenção, para que não se interrompa programas que estejam funcionando e beneficiando a cultura e a produção cultural no Estado.
A política da"estaca 0" pode trazer prejuízos
2) Estabelecer os princípios norteadores da política de Estado para a Cultura
As linhas gerais que orientam todas as ações e os programas de governo para o setor. O objetivo maior.
3) Definir Diretrizes de Ação – Objetivos por área.
3.1 – Gerais
3.2 – Por área
3.3 – De integração entre áreas
4) Estabelecer Metas e Programas Gerais de Ação por setor.
4.1 – Objetivos
4.2 – Metas
4.3 – Executores
4.4 – Fonte de Recursos
4.5 – Indicadores de avaliação

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9º Andar
CEP 90020-008

CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA
MDB-RS

Estado poderá alavancar este movimento agregando estes empreendedores em sua divulgação e em suasmissões comerciais.
4
3) PROGRAMAS DE AÇÃO
3.1- INTERNET BANDA LARGA EM TODO O RS PARA TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO E DINAMIZAR A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS.
AÇÂO: Plano Regional de Banda larga 5 G", trabalho em parceria com a secretaria de Educação, a secretaria de Desenvolvimento e Indústria e todo o parceiro público ou privado que tiver interesse e vontade de levar banda larga para todos os municípios do estado, uma vez que a iniciativa privada do setor de Telecomunicações não tem interesse nestes investimentos, mesmo sendo sua obrigação.
A internet tem uma importância enorme, estratégica para a Educação para a Cultura e para a economia. É preciso levar a banda larga para o interior para que exista circulação de cultura e arte através da internet no interior. E para que as empresas do interior possam realizar negócios utilizando a rede.
A internet é absolutamente vital para o desenvolvimento da indústria criativa.
Ela permite:
- O acesso individualizado a quase toda a informação e o conhecimento gerado pela humanidade, que já está digitalizado e disponível.
- A alavancagem da Educação, através de novas metodologias que utilizam a multimídia para dinamizar a apresentação dos conteúdos.
- A divulgação e distribuição de produtos das indústrias criativas.
- A criação de novos serviços e negócios prestados e realizados através da rede. Tanto no setor do comércio, como na educação e no setor de serviços.
5
3.2 - CAPILARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E DO FAZER CULTURAL EM TODOS OS CANTOS DO ESTADO
- Parceria com a secretaria de educação, prefeituras e entidades ligadas à formação e ao desenvolvimento humano e cultural.
As atividades artísticas precisam urgentemente ocupar um espaço importante no processo escolar, em todos os níveis. Desde a pré-escola até a universidade.
A educação está num momento de mudança profunda em seu modelo metodológico. A escola pública precisa mudar seus conteúdos.
Uma parceria estratégica entre as secretaria de Cultura e de Educação

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9º Andar
CEP 90020-008

com o SEBRAE e de instituições de ensino que já oferecem cursos da área na capital. Desta forma estes cursos e oficinas devem serem levados ao interior.
Oferecer cursos técnicos e de nível superior na área de gestão de pequenas empresas, direito autoral, etc.
Desta forma o Estado atua para fortalecer e dinamizar a cadeia produtiva da cultura através da qualificação gerencial de seu agentes.
É conhecido o despreparo dos artistas e produtores culturais para lidar com os diversos os aspectos administrativos e comerciais que envolvem o dia-a-dia profissional. Isso muitas vezes provoca prejuízos financeiros ou mesmo inviabiliza o exercício da atividade em nível profissional.
Da mesma forma, eventos mal produzidos deixam o público insatisfeito e o afastam da produção local. A preparação de administradores e produtores e até dos artistas é fundamental para fortalecer o mercado e criar condições de subsistência para todos os profissionais da cadeia produtiva das artes e da cultura.

3.4) MUDAR O PERFIL DA ECONOMIA DO RS INCENTIVANDO O SETOR DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS.

Atrair de volta ao RS os profissionais que se radicaram em outros estados e fixar os novos talentos através da criação de pólos culturais e de produção de serviços na área das indústrias criativas.
O Estado tem uma rede de cidades médias aonde existem universidades, Centro Universitários e Faculdades. Estas cidades possuem potencial para desenvolvimento das artes e das indústrias criativas, pois possuem mão de obra para as indústrias criativas e público consumidor local para as artes e a cultura. Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Passo Fundo, Carazinho, Ijuí,Erechim, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Santa Maria,Pelotas, Rio Grande, Bagé, Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana
e Torres são alguns destes polos regionais de irradiação. Precisam serem ativados em parceria com as Prefeituras e lideranças locais.
Lembramos: é fundamental infraestrutura de telecomunicações – Internet e de transporte. O Desenvolvimento da malha de aviação regional é fundamental para isto também!
Oferecer condições para abertura e funcionamento de empresas em condições competitivas. Incubadoras empresariais junto à universidades em pólos regionais ou cidades de boa qualidade de vida com desenvolvimento da estrutura de acesso à internet, bom acesso. Política de incentivos fiscais.
7

Participação em missões empresariais, projetos de divulgação conjunta, participação em feiras comerciais, etc.
Outro fator fundamental é que a Secretaria de Cultura tem que desenvolver ações horizontais junto às secretaria de Comércio e Indústria. As indústrias Criativas e o setor de tem que entrar na pauta das lideranças econômicas.
Existe um desconhecimento e consequente desvalorização da cultura e das atividades se serviços criativos. Prestadores de serviço devem participar de missões econômicas do RS, no Brasil e no Exterior.
Neste sentido a participação da Sec Cult na SXSW foi muito oportuna,alugando um estande e abrindo aos artistas gaúchos que até lá foram com seus recursos.

SUGESTÕES PARA A AREA DO AUDIOVISUAL
- POLITICA ESTADUAL DE INCENTIVO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
Benchmarks: Paulínia (estúdios para cinema)
AUSTIN, TX, USA
Incentivar os produtores através de facilidades (convencimento dePrefeituras):
. Estúdios a custo acessível (complexo da PUCRS em Viamão?)
. Mão de obra disponível (cadastro de profissionais)
. Auxílio financeiro e logístico para viagens missões comerciais
. Trazer especialistas para cursos de formação nas escolas.
. Facilidades de desembaraço burocrático para filmagens em externas. Licenças, polícia, segurança, etc.
. Órgão para promoção das locações do estado (Buenos Aires Film comission).
. Veiculação da Produção através da TVE RS e da FM Cultura.
8
SUGESTÕES PARA DIRETRIZES E AÇÕES NA ÁREA DA MÚSICA
OBJETIVOS:
1) levar a música às pessoas como meio de formação do ser humano e melhoria da qualidade de vida.
2) Formar plateias e ampliar o mercado para o músico profissional.
3) Qualificar e alavancar o mercado profissional e a cadeia produtiva da música para gerar e distribuir renda.
ESTRATÉGIAS DE AÇÃO:
. Parcerias com prefeituras, organizações da sociedade e empresas. Com os parceiros que se apresentarem.
. A Secretaria da Cultura age como indutor, facilitador, intermediador,

incentivador, condutor e qualificador do processo de desenvolvimento da cultura.
AÇÕES
1) DISSEMINAR AULAS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO.
Capilarizar a capacitação de novos talentos e a formação de plateias por todo o Estado.
- Ação em parceria com a secretaria de Educação.
- Lei Federal determina ensino de música nas escolas.
- É preciso formar professores – Lic. Música EAD UFRGS / UnB, etc
- É preciso instalações e equipamentos nas escolas.
- As escolas precisam adotar turno integral e reformular conteúdos (mudança em curso).
- A formação artística contribue fortemente para o crescimento das crianças e a formação de cidadãos saudáveis. Melhora a qualidade de vida.
- A ação formará plateia para os artistas locais e regionais.
Operacionalização:
. A secretaria formula a política, analisa e monta um plano de ação:
. Agir através de parceiros que tenham vontade e recursos (prefeituras, entidades, empresas, ONG, etc.)
. Oferece "know-how", o projeto básico de um setor de música e artes nas escolas e um auditório, que servirá para aulas durante o dia e para espetáculos e eventos abertos à comunidade à noite.
9
SUGESTÃO: Trocar dívidas de ICMS pela construção de espaços para música e auditórios para música / Teatro / dança nas escolas.
. Montar um grupo de assessoria, para auxiliar os parceiros na formulação e implantação dos projetos pelo interior.
. Multiplicação: A assessoria treina outros grupos regionais e dissemina as informações através da internet, cursos presenciais e por EAD, etc.
. Alinhamento com a secretaria do turismo para incentivar a participação de músicos locais em eventos.
. Quando já existirem os auditórios no interior auxiliar na formação de um "circuito de circulação artística – música, teatro, dança, etc – pelo interior. circuito deve ser produzido por produtores privados.
O Estado induz e apoia o processo. Intermedia, avaliza com apoiadores, divulga, movimenta parceiros estratégicos. A produção do evento é privada.

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9º Andar
CEP 90020-008

3
1) PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO DO PDMB 2023-2026

2.1 - A Cultura na formação do ser humano e no cidadão. Cumprir o papel da arte e da cultura na formação humana.
Estudos de cognição humana, sobre o aprendizado humano e sobre as inteligências múltiplas já demonstram que as artes tem uma função muito importante na formação do ser humano.

A música é processada em um lugar especifico no cérebro humano, e tem relação com a inteligência matemática.
A dança auxilia o desenvolvimento motor.
O teatro e o contar de estórias socializa e auxilia no aprendizado.
Desenvolver a criatividade através da arte auxilia na formação do perfil empreendedor e criativo das pessoas.

2.2 – Mudar o perfil econômico do RS incentivando o crescimento do setor de serviços das industrias criativas.
Qualificação e estruturação da cadeia produtiva das indústrias criativas para fortalecer este mercado e oferecer uma nova frente de geração de emprego e distribuição de renda na economia gaúcha. Ativar um setor aonde temos enorme potencial.
O RS é um tradicional exportador de mão de obra na área de serviços,uma vez que dispõe de uma boa rede de ensino superior, na capital e no interior. Esta rede cresceu e está se expandindo mais fortemente no interior,o que acarreta uma transformação nas microrregiões e na demanda crescente por estes serviços na área das comunicação, artes, cultura turismo e lazer.
Anualmente assistimos à partida do Estado de algumas dezenas de profissionais nascidos, criados e formados no RS em áreas como Jornalismo, Publicidade, Arquitetura, Design, Artes, Música, teatro, Cinema, Mídias Digitais e Turismo, entre outras. Vão para SP ou para outros estados do Brasil e para o exterior. Ali encontram condições para exercer a atividade para a qual se prepararam aqui. Geram renda, impostos fazem a grandezade inúmeras empresas e aquecem a economia de outras cidades e regiões do país.
Este potencial todo deverá ser transformado em riqueza aqui no Estado quando estas pessoas tiverem condições de montar e operar seus negócios em nosso território. E captar clientes em outros estados do Brasil e em outros países. O

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9º Andar
CEP 90020-008

CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA
MDB-RS

2) QUALIFICAR OS PRODUTORES CULTURAIS DE TODAS AS ÁREAS
. Dar status econômico à música, artes e cultura.
- Interlocução com outras secretarias do governo (Indústria e Comércio, Turismo, etc).
- Interlocução com entidades empresariais: FIERGS; FECOMERCIO,etc.
- Campanha de publicidade institucional.
- Trabalhar nas escolas, com a nova geração.
- Usar a música, o cinema, artes visuais e cênicas de artistas radicados no RS na promoção dos negócios do Estado em outros lugares do Brasil e do mundo.
- Promover o investimento em cultura como um outro negócio qualquer.
- Incentivar os empresários a investir em negócios artísticos e culturais: espetáculos, filmes, discos, etc não a troco de incentivo fiscal, mas porque pode dar lucro!
- Mudar a lei de incentivos fiscais do estado visando construir fundos de apoio a projetos que visem a descoberta e renovação dos talentos artísticos de nosso Estado, bem como criar patamares de isenção integral para investidores que apostem em projetos de inovação
10
artística e diminuir a burocracia para facilitar o acesso ao mecanismo.
Ampliar a base de produtores Culturais com acesso à LIC.
. QUALIFICAR O MERCADO CULTURAL E ARTÍSTICO
- Promover cursos de Produção Cultural - Técnico, Tecnólogo e Especialização) presencial e em EAD, em parceria com Escolas Superiores.
- Estimular a criação de Escolas Técnicas Estaduais de Música em todo o Estado, com participação das prefeituras e entidades atuantes.
- Estimular os cursos de Tecnólogo de Produção Fonográfica e Musical em pólos Regionais: Santa Cruz, Santa Rosa, Passo Fundo, Bagé, etc.
ESTRATÉGIAS:
- FORMULAR PLANOS E PROJETOS.
- ATUAR COMO INTEGRADOR, VIABILIZADOR.
- BUSCAR PARCEIROS COM RECURSOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO.
- MANTER CORPO TÉCNICO DE ASSESSORIA E DISSEMINAÇÃO.
- AÇÕES TRANSVERSAIS E DE PROMOÇÃO DO CONCEITO.
- DEFINIR POLOS REGIONAIS E INVESTIR NELES PARA QUE LIDEREM E DEEM APOIO ÀS AÇÕES EM SEU ENTORNO.
- USAR A INTERNET PARA DISSEMINAR IDEIAS ATRAVÉS DE EAD,

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9º Andar
CEP 90020-008

CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA
MDB-RS

VÍDEOS, REDES SOCIAIS, ETC
- TVE REPERCUTE AÇÕES, DIVULGA ARTISTAS RADICADOS NO ESTADO E DISCUTE O ASSUNTO, PARA DISSEMINAR A IDEIA.

DEODORO GOMES
Presidente do Núcleo de Cultura e Economia Criativa do MDB RS

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9º Andar
CEP 90020-008

CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA
MDB-RS

seria muito benéfica. A introdução de educação artística – em diversos campos - nas escolas publicas contribuirá muito para um salto de qualidade na formação de nossas crianças e jovens. Ao mesmo tempo criará empregos para artistas como professores e formará plateias para as artes.
Nas cidades médias e pequenas as escolas poderão ter espaços e equipamentos compartilhados para aulas durante o dia e o desenvolvimento de atividades artísticas durante as noites e nos finais de semana – teatros, salas de música e espetáculos, salas de exposição, galerias de arte e fotografia, salas de vídeo, etc. Assim será possível maximizar a utilização dos espaços, diminuir as despesas, formar melhor as novas gerações e formar público para as artes e a cultura, em parceria com os municípios.
A secretaria de Estado da Cultura, em parceria com a Secretaria de Educação poderiam montar um projeto-piloto de criação de uma área de artes nas Escolas. Um projeto arquitetônico modelo, adaptável, com todas as recomendações técnicas para construção, aparelhamento, utilização e manutenção.
A Secretaria de Educação amplia o ensino das artes como meio de formação das pessoas, qualificando bastante o ensino no RS, formando platéia para as artes e espetáculos profissionais.
A secretaria pode criar uma equipe de apoio e consultoria técnica gratuita para os municípios que desejam aparelhar suas escolas. Esta equipe treina outras equipes regionais para multiplicar o esforço. Pode ser feito concurso para estudantes de arquitetura desenvolverem soluções baratas para construir salas de música, teatro e dança nas escolas do estado.
O governo do Estado oferece o projeto e a consultoria para quem quiser: prefeituras, entidades, ONG, enfim, lideranças locais e regionais.
Estes projetos vão incluir um auditório com capacidade para espetáculos de música, teatro, dança, etc. Assim, nos municípios pequenos a cidade ganha também uma sala de espetáculos para a comunidade, que pode assistir às produções locais e também receber artistas de fora. Isto cria um circuito regional forte e capilarizado.
Uma série de vídeos pode ser disponibilizada na internet explicandotodas as etapas de um projeto.
6
3.3 - FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS.
Um programa de incentivo à qualificação dos produtores da área cultural deve ser desenvolvido através da oferta de cursos por todo o Estado em parceria

PORTO ALEGRE - RS
Rua dos Andradas, 1234
Ed. Santa Cruz - Bloco B - 9° Andar
CEP 90020-008

O MDB & A ECONOMIA CRIATIVA

PROPOSTA DE AÇÕES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE EMPREENDEDORES DA INDÚSTRIA CRIATIVA

Economia Criativa é um termo relativamente novo e uma de suas primeiras referências acontece em 1983, quando a então primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher publicou um relatório reconhecendo a importância das áreas ligadas à tecnologia e criatividade para o crescimento econômico do Reino Unido. Aqui no Brasil, de acordo com o estudo de 2018 da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o antigo Ministério da Cultura, foi comprovada a importância da Economia Criativa para o desenvolvimento econômico do país: para cada R$ 1,00 captado e executado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, são movimentados R$ 1,59, mostrando a importância da valorização dos empreendedores da Economia Criativa. A Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) publicou, em dezembro de 2019, o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, apontando que essa área tinha gerado, em 2018, R$185,6 bilhões para a economia brasileira, contribuindo para geração de emprego e renda para diversos tipos de profissionais. A fase de escolha da profissão é uma das mais difíceis dos estudantes, e muitos acabam optando pelo caminho mais comum, como seguir a profissão dos pais, trabalhar perto de sua residência ou então fazer cursos tradicionais sem saber se gostam ou não. Os painéis ampliarão o olhar desse público, mostrando exemplos próximos de suas realidades.
O seminário ***O MDB & A Economia Criativa*** tem como foco a formação de jovens militantes e simpatizantes para Economia Criativa, apresentando carreiras não convencionais. O projeto constitui-se em seminário de capacitação de prefeitos e secretários municipais de Cultura e/ou Educação, apresentando cases de sucesso no setor, bem como a criação de vídeo institucional, podcast e site, entre outras ações.
As atividades a serem realizadas serão:
- Seminário de sensibilização e capacitação de prefeitos e secretários municipais de Cultura ou Educação, com a participação de quatro palestrantes profissionais da área;
- Pesquisa de campo para desenvolvimento de ferramenta de diagnóstico local sobre as potencialidades da industria criativa nas municipalidades;
- Criação de website, hospedado no portal da Fundação Ulisses Guimarães, contendo informações, contatos, ferramenta de diagnóstico, e conteúdo especializado sobre a Economia Criativa;

• Produção de podcast de até dez minutos de duração, com novidades sobre as políticas públicas para o setor, propostas do MDB para tais políticas, depoimentos de empreendedores da indústria criativa e apresentação de projetos em desenvolvimento nos municípios/estados governados pelo partido.
• Ampliação para âmbito nacional desse projeto piloto, no intuito de capilarizar as ações do partido para implantação de políticas públicas para a Economia Criativa e ampliar o quadro de filiados jovens ao MDB.
Os custos serão projetados a partir da aprovação desse anteprojeto e as ações aqui previstas devem acontecer no exercício do ano de 2022.

Porto Alegre, 22 de Novembro de 2021.

Deodoro de Oliveira Gomes
Presidente
Núcleo de Cultura e Economia Criativa do MDB-RS.

CAMINHOS DO RIO GRANDE – NÚCLEOS REGIONAIS MDB – RS

MDB MULHER RS

Encontro de ampla escuta dos companheiros e companheiras do MDB, lideranças locais e atores sociais da região.

Relatório do Núcleo.

Por Patrícia Bazotti Alba (deputada estadual e presidente do MDB Mulher RS)

RODADA 1 – IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL RS

O núcleo entende que a situação da participação política das mulheres no Estado e no partido é expressiva se comparada a outros estados e siglas partidárias da União, mas está longe do ideal. Mesmo sendo o partido que mais elegeu mulheres no Rio Grande do Sul no último pleito, viabilizamos a conquista da ampliação em 20% da quantidade de vereadores nas câmaras municipais do Estado e o maior número de prefeitas eleitas, ainda há muito o que avançar. O nosso compromisso deve ser o de trazer as mulheres para o centro das decisões políticas, não para cumprir a porcentagem estabelecida pela Constituição, mas sim buscarmos um equilíbrio entre gêneros nos Poderes.

RODADA 2 – TEMA: PRIORIDADES DO NÚCLEO

1) Que resultados ou destaques o MDB Mulher RS já alcançou ou pretende alcançar, e que seria importante ter maior visibilidade estadual?

- Partido que mais elegeu mulheres no último pleito no Rio Grande do Sul;
- Das 232 legisladoras eleitas, 173 fazem sua estreia na política. Isso reflete que a oxigenação e o fomento da participação feminina trazem resultados imediatos;
- A aproximação que o núcleo traz com as mulheres, com rodas de conversas, encontros e consultas de opinião para adequar o posicionamento do núcleo com a linha que nossas mulheres entendem que devemos seguir.

2) Quais as prioridades imediatas de atuação do núcleo?

Captação: buscarmos mais mulheres para a política. Estimular seu ingresso e sua manutenção no partido, elucidando a elas que é uma sigla que está de portas abertas para recebê-la e desenvolvê-la na trajetória política.

Aproximação: viabilizar, ainda mais, o contato direto com as mulheres do partido. Trazermos elas para o centro das discussões e dar a elas uma sensação de pertencimento junto ao partido.

Formação: desenvolver e aprimorar a formação política das mulheres emedebistas. Por meio de encontros, palestras, painéis e cartilhas, é fundamental prepararmos nossas mulheres para a dura prática da atividade política.

Apoio para sua campanha: auxiliar e acompanhar a campanha dessas mulheres pelo Estado, com o propósito de não desacompanhá-las e viabilizar ainda mais a participação feminina, também por meio de mulheres eleitas, pelos municípios do Estado.

Centro permanente de escuta: ser o caminho para elas trazerem seu feedback do partido e da sua atuação política. Se enfrentam dificuldades, buscamos entender quais são elas e construímos soluções juntas.

RODADA 3 - TEMA: PRIORIDADES DO GOVERNO DO ESTADO POR EIXO

Eixos prioritários: Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Educação.

1) Qual o posicionamento do núcleo sobre a necessidade de políticas públicas sociais e econômicas?

Extremamente necessárias. O contexto da gestão possibilita que, em diversos casos, as políticas econômicas interfiram na social e vice-versa. Quanto mais novos negócios tivermos, mais emprego teremos. Além disso, as políticas sociais também geram renda para a população, fortalecendo o giro da economia.

2) Como vê a participação das mulheres na política? Quais os principais problemas que elas enfrentam?

Muitas emedebistas relatam que sofrem nas Câmaras Municipais, por exemplo, apenas pelo fato de serem mulheres. São frequentemente interrompidas e suas opiniões são ignoradas, o que acaba minando seu mandato e sua luta. Outro problema que observamos é a ausência de qualificação, como para a redação de projetos de lei. Isso, no entanto, estamos trabalhando e aperfeiçoando a formação política dessas mulheres, para que cheguem preparadas e com um conhecimento prévio sobre as ações necessárias de mandatos.

3) Quais os melhores espaços de uso comum, espaços coletivos e de trocas disponíveis para o público do núcleo (pensando em campanha 2022)? Quais os melhores meios de comunicação/mídia com alcance regional?

Principalmente por meio digital. Usamos muito — e vem funcionando — lista de transmissão no WhatsApp. Além disso, destacamos o Facebook e o Instagram. O rádio ainda tem um poder de alcance e influência muito forte, assim como a televisão.

4) O que você vê como principal contribuição de um governo do Estado para trazer algo diferente, novo, que os demais não levaram para o público do seu núcleo?

Diante da insuficiência financeira que todos os órgãos governamentais atravessam — momento que será ainda mais desafiador no pós-pandemia, urge a necessidade de criatividade aplicada ao modelo de gestão. Materializar resultados que sejam oriundos de parcerias com a iniciativa privada e também com a sociedade — o que passa, necessariamente, pela criação de um ambiente desenvolvimentista que olhe para o futuro cuidando do simples, do dia a dia, que resolve o que precisa ser resolvido.

A boa política, antes de inventar o mirabolante, precisa completar o seu sentido fazendo o simples bem feito, garantindo que a sociedade tenha o básico de direitos.

Caminhos
do Rio Grande